

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fátima Grave Ortiz*

RESUMO

O artigo pretende refletir sobre os desafios postos ao Serviço Social na atualidade, em face ao novo padrão de desenvolvimento do capital, cujos desdobramentos podem ser observados nas mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado e no fortalecimento de tendências pós-modernas.

Palavras-chave: trabalho, Estado, modernidade, pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é, antes de qualquer coisa, e a despeito de seus limites, contribuir com o debate em torno do Serviço Social na contemporaneidade e, sobretudo, externar algumas preocupações que acreditamos estarem presentes na agenda profissional.

Neste sentido, partimos do entendimento de que o Serviço Social consiste em uma profissão cuja emergência na chamada divisão sócio-técnica do trabalho ocorre em uma fase bastante peculiar do capitalismo – a era monopólica. É exatamente a dinâmica imposta pelo monopólio, que acirrando as contradições inerentes à ordem do capital, passa a exigir novas modalidades de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”. Assim, este Estado incorpora um novo rol de funções e responsabilidades, as quais visam desde a efetiva manutenção e garantia do sistema através das políticas de financiamento e empreendimento, até a reprodução da força de trabalho, garantindo, desta forma, sua legitimidade política.

É bem verdade que à medida que os trabalhadores – personagens do embate político – passam a exigir melhores condições de trabalho e principalmente de vida, e com isso desestabilizam o instituído, outros encaminhamentos na forma de conduzir a histórica relação capital/trabalho se fazem necessários. Contudo, sem querer nos estender aqui sobre tal tema, somos da opinião que o protagonismo político da classe trabalhadora, embora fundamental na correlação das forças existentes, apenas repercute em ganhos efetivos à medida que estes sejam, ainda que em parte, favoráveis ao menos em médio e longo prazos aos interesses vigentes.

* Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e conselheira do CRESS 7ª. Região (gestão 2005-2008).

PERFIL SÓCIO, ECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL – INDICADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Betty Elmer Finatti *

Jolinda de Moraes Alves, Ricardo de Jesus Silveira **

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em Londrina/PR, com o objetivo conhecer as condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes de graduação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para afirmar a necessidade da implantação de uma política de assistência estudantil, naquela instituição de ensino superior (IES). A assistência estudantil inserida na Política de Educação é concebida como direito do estudante e deve propor condições objetivas para a superação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, para sua permanência na escola, compreendidas como conseqüências provenientes da situação de desigualdades sociais e econômicas enfrentadas por grande parte da sociedade brasileira. Os resultados indicaram que 15% dos estudantes necessitam de apoio sócio-econômico da Universidade para continuarem cursando seus estudos de graduação.

Palavras-chave: direito à educação superior, perfil sócio-econômico e cultural, assistência estudantil.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO NO ENSINO SUPERIOR

O contexto sócio-cultural no Brasil tem demonstrado historicamente que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros.

As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em conseqüência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular. (GADOTTI, 1981, p.5).

Diante da clara incapacidade orgânica do capital em democratizar o imenso avanço das forças produtivas e da crescente tendência do monopólio privado da ciência e da tecnologia, Frigotto (1998) afirma que:

O papel dos processos educativos tem sido a produção de cidadãos que não lutam por seus direitos e mais que isto, para não correrem o risco do desemprego diante da reestruturação produtiva, consideram como tábua de

* Assistente social, mestranda em Serviço Social e Política Social.

** Professores doutores da UEL.

salvação o consenso passivo “trabalhar menos para que todos trabalhem”. (FRIGOTTO, 1998, p.25-51).

Assim sendo, as propostas de educação básica e formação técnico-profissional, sob o ideário das habilidades e competências para a empregabilidade, requalificação e reconversão, como postas hoje, são desvinculadas de uma proposta democrática e pública de desenvolvimento que integre um projeto econômico, político e cultural com uma clara geração de empregos e renda.

De acordo com Almeida (2000), a crise estrutural do sistema educacional brasileiro não permite a universalização do ingresso na educação escolarizada. Em razão das condições objetivas da luta pela sobrevivência, que obriga grande parte da população a optar pelo trabalho, a política educacional no Brasil mostra-se atualmente atravessada por um forte traço assistencial com programas focados nos diferentes segmentos das classes subalternizadas.

Seja pela dificuldade de se conciliar trabalho e escola seja pela perda de atrativo social da escola no que diz respeito às possibilidades reais de ascensão social via estudos ou ainda, em razão de que as alterações na esfera da produção acabaram por deslocar certos processos de qualificação da mão de obra, através de conhecimentos e informações, da escola para as próprias unidades produtivas ou por todos os fatores combinados, o fato é que a escola vinha se esvaziando qualitativa e quantitativamente de forma cada vez mais acelerada. Daí o conjunto de ações assistenciais que foi tomado para mudar esse quadro, inclusive na esfera da educação superior, onde são extremamente elevados os índices de evasão, chegando a cerca de 50%. (ALMEIDA, 2000, p.73).

A educação ainda não se tornou direito de todos, forjando-se um quadro extremamente injusto e desigual tanto no campo das oportunidades de acesso a níveis cada vez mais complexos de ensino, quanto no campo da qualidade de oferta dos serviços educacionais existentes no país. Podemos ainda afirmar que as condições socioeconômicas dos alunos das IES públicas refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população brasileira.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais

cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições.

O Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172/2001), aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)¹ determinou a adoção de programas de assistência estudantil, tais como, bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

4. Educação Superior - Objetivo n. 34: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001).

Igualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.394/1996), artigo 1., parágrafos 2. e 3., inciso XI, determina que:

a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

A Secretaria Nacional de Ensino Superior (SESU) estima que o custo com a evasão no sistema federal seja de quatrocentos e oitenta e seis milhões de reais ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das Instituições Federais encarecendo e reduzindo a eficiência do sistema (BRASIL, 1998b).

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população, na universidade, faz com que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos, ou mesmo retardem sua conclusão. O

¹ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante, o FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócioeconômicas.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1997) aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas de evasão e retenção.

No Plano Nacional de Educação, o ser humano é visto como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania. Tal escola se opõe àquela que vincula a educação a prerrogativas mercadológicas globalizantes, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. Nessa dimensão a escola se redefine como o espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho. Portanto, essa visão concebe os sujeitos como portadores de direitos sociais, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e de humanização.

A universidade tem a tarefa de organizar a cultura e a sociedade para superar as contradições nela existentes, formando agentes culturais mobilizadores que usam a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

Nesse contexto a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros.

SERVIÇOS DE APOIO AO ESTUDANTE OFERECIDO PELA UEL/PR

A UEL fica localizada no município de Londrina, ao norte do estado do Paraná, distante a 377,77 km da capital, Curitiba. Destacam-se como suas principais atividades

econômicas a agricultura e a pecuária e a prestação de serviços, dentre eles, o ensino universitário.

Londrina possui 495.696 habitantes (IBGE, 2006) e conta com duas universidades públicas, a UEL e o CEFET, e dez instituições de ensino superior, privadas².

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) tem aproximadamente 13.633 estudantes matriculados nos 41 cursos de graduação, de acordo com as áreas de concentração, em nove centros de estudos: Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA); Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH); Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA); Centro de Ciências Exatas (CCE); Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU); Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Biológicas (CCB) e Centro de Educação Física (CEF).

Para acesso à UEL, a Empresa de Transporte Coletivo Grande Londrina disponibiliza quatro linhas de ônibus com saída do Terminal Urbano que ligam o centro da cidade ao Campus.

Existem dois postos de atendimento bancário (um público e um privado) e uma agência dos Correios na UEL.

A Prefeitura do Campus da UEL administra os serviços de segurança, com vigias e ronda nos Centros, além de um serviço computadorizado na Central Telefônica, que registra o número de origem de todas as chamadas recebidas, e de câmeras de segurança espalhadas no Campus.

Existem à disposição dos estudantes onze centrais de cópias xerográficas espalhadas pela UEL e cinco cantinas, além do Restaurante Universitário.

A Capela Ecumênica da UEL é uma réplica da primeira capela erguida em Londrina, em 1934, onde hoje está a catedral da cidade. A Capela da UEL, além de ser um resgate histórico e arquitetônico, tem a importância de ser um espaço para a meditação e recolhimento espiritual.

² Instituições de Ensino Superior privadas: Centro Universitário Filadélfia de Londrina (UNIFIL, 1972), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR, 1972), Instituto de Ensino Superior de Londrina (INESUL, 2001), Pontifícia Universidade Católica (PUC, 2002), Faculdade Metropolitana Londrinense (UMP, 1999), Faculdade Norte Paranaense (UNINORTE, 2001), Faculdade de Tecnologia (IAPEC, 2004), Faculdade Artur Thomas (FAAT, 2004), Instituto Superior de Educação Mãe de Deus (ISEMD, 2002) e Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA, 2002).

A UEL possui uma Biblioteca Central localizada no calçadão do Campus, três Bibliotecas Setoriais (no HU, Escritório de Aplicação e CTU) e uma Biblioteca Especial (no CLCH). Todo acadêmico pode utilizar o acervo para consulta e empréstimo

A Livraria Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL) trabalha com livros de sua própria editora e também com livros das demais editoras universitárias e comerciais, aceitando, inclusive encomendas, bastando ao usuário se cadastrar e receberá, por e-mail, informação sobre lançamentos e promoções. Possui para pronta entrega aproximadamente 5000 títulos, vendidos com descontos que variam entre 15 e 20% para pagamento à vista ou no cartão de crédito.

A EDUEL já publicou mais de trezentos títulos, alguns deles em parceria com outras importantes editoras. Sua linha editorial está voltada para o público universitário, publicando livros de docentes da UEL e de outras universidades.

A Casa de Cultura é um dos órgãos responsáveis pela promoção cultural na Universidade. Sua sede é um Centro Cultural Integrado que fica no centro de Londrina. A Casa de Cultura possui quatro divisões: a Divisão de Música, que além de participar da realização do Festival de Música de Londrina, realiza atividades de musicalização infantil e adulta, administra uma orquestra, seis corais (Infantil, Juvenil, Adulto, de Terceira Idade, HU Campus), dois de música antiga (o Ensemble Universitário de Música Antiga e o Ars Mensurabilis).

A Orquestra Sinfônica da UEL e os corais da UEL realizam concertos oficiais e didáticos e já gravaram vários CDs. No início de cada semestre, voluntários da comunidade externa e interna da UEL, podem inscrever-se para processo seletivo dos corais, não sendo necessário conhecimento prévio de música.

A Divisão de Artes Cênicas organiza o Festival Internacional de Teatro de Londrina (FILO), e presta assessoria a grupos de teatros. A Divisão de Artes Plásticas promove a Semana de Arte, desenvolve oficinas e cursos e mantém espaços de exposição. A Divisão de Artes, Cinema e Vídeo prioriza a exibição de obras que estão excluídas do circuito comercial tradicional.

A Casa de Cultura mantém ainda o Cine Teatro Ouro Verde, o maior da cidade, com quase mil lugares que se localiza no centro de Londrina. O prédio faz parte do patrimônio

histórico do Paraná. Neste espaço também são apresentados shows musicais, peças de teatro e espetáculos de dança.

O Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss tem como finalidade dar suporte à pesquisa e à extensão, dispondo para isto de um valioso acervo histórico constituído de objetos, fotografias e documentos textuais que resgatam e preservam a memória da cidade de Londrina desde os primórdios da colonização.

Situado no Centro de Letras e Ciências Humanas, no Instituto de Referência em Ciências Humanas (IRCH), o Laboratório de Línguas dá apoio às atividades de ensino do curso de Letras e dos cursos de graduação do CLCH. Também oferece cursos de línguas nos idiomas: francês, espanhol, italiano, alemão, inglês e japonês (em diferentes níveis) ligados ao programa de extensão do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. Os cursos são oferecidos em módulos semestrais.

O Atendimento Ambulatorial à Comunidade Universitária (DASC- HU/AHC) presta atendimento médico, com pré e pós-consulta de enfermagem, nas áreas de clínica geral, ginecologia e obstetrícia e oftalmologia, sendo previamente agendado ou em caráter de urgência, no campus AHC e no HU (próximo ao ambulatório). O atendimento odontológico de clínica básica é oferecido somente em caráter de urgência.

O Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (PROENE) destina-se ao estudante com necessidade educacional especial, ou seja, com dificuldade decorrente de problemas de deficiência física, motora, visual e auditiva, distúrbio ou dificuldade de aprendizagem, doenças crônicas e de razão emocional. Nesta Universidade, desde outubro de 1991, o estudante é amparado por normas e disposições regimentais. A UEL realiza ações referentes à remoção de barreiras físico-arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, visando à manifestação plena do potencial acadêmico do estudante com necessidades educacionais especiais, nos momentos de aprendizagem e de avaliação, garantindo a sua permanência e êxito na Instituição Universitária.

Sintonia 107,9 MHz, Rádio Universidade FM, emissora da Universidade Estadual de Londrina, é a única rádio educativo-cultural do norte do Paraná que contribui para a educação, a cultura, a arte, a ecologia, a ética e a construção da cidadania.

A Rádio tem uma proposta generalista e não-temática. Isso significa uma pluralidade de programas produzidos pela equipe da rádio e por colaboradores voluntários que destacam

os mais diversos gêneros da música. São mais de 30 programas com música do Brasil (antiga e moderna, popular e erudita), música étnica, música européia erudita, tango, rap, reggae, rock, blues, jazz, música latino-americana, música infantil, entre outras. Poesia e crônica têm espaço garantindo na programação, assim como boletins, entrevistas, jornal, dicas culturais e programas com apoio de estudantes da UEL e colaboradores que apresentam colunas sobre ciência e tecnologia, meio ambiente, bioética, empreendedorismo, leitura, música. Um programa do noticiário internacional é apresentado nas duas edições diárias do programa, “O Mundo Hoje”, da BBC de Londres.

Localizado no Centro de Letras e Ciências Humanas - CLCH, o Laboratório de Tecnologia Educacional (LABTED) possui uma videoteca com 1.800 fitas e 5.000 títulos, entre documentários e programas educativos e blocos de “slides”. Além disso, há uma equipe de professores que assessora, orienta e dá apoio aos estudantes para estudos, pesquisas e seminários, ministram treinamentos para apresentação de trabalhos, orienta a confecção e treina para utilização de materiais multisensoriais e um Setor de Artes Visuais, Fotografia e Produção de Vídeo, que auxilia na elaboração e produção de recursos audiovisuais

O Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) desenvolve programação de atividades em prol da divulgação da cultura afro-asiática. Realiza eventos nacionais e internacionais. Promove o Simpósio sobre Comunicação e Cultura no Terceiro Mundo no primeiro semestre e um Ciclo Afro-Asiático no segundo semestre com palestras, exposições fotográficas, apresentação de danças e músicas dos países afro-asiáticos. Mantém seu acervo de livros e exposições sobre países da África e da Ásia para consulta e empréstimos.

O Escritório de Aplicação e Assuntos Jurídicos (EAAJ) é um órgão suplementar do CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados e presta assistência jurídica à população economicamente carente de Londrina, permitindo-lhe acesso à Justiça e conseqüentemente ao exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, é campo de estágio para os estudantes dos Cursos de Direito, Serviço Social e Psicologia da UEL

O Núcleo de Atividades Físicas (NAFI) oferta atividades físicas orientadas por professores - localiza-se no Centro de Educação Física e Desportos (CEF) - mediante o pagamento de taxa. O Centro de Educação Física (CEF), conta com duas piscinas internas (aquecidas), quadras esportivas externas, ginásio poliesportivo interno, aparelhos de ginástica e musculação, campos de futebol e salas de ginástica e dança.

O Serviço de Bem-Estar da Comunidade (SEBEC) tem como finalidade o planejamento, coordenação, execução, supervisão e controle dos serviços que promovam o bem-estar dos agentes universitários e estudantes da UEL. Localiza-se no Campus (próximo à Biblioteca) e no HU (anexo ao Ambulatório). O SEBEC presta os seguintes serviços à comunidade estudantil:

1. Restaurante Universitário - RU

Atualmente o RU tem capacidade para fornecer 3.000 refeições diárias aos agentes universitários e estudantes regularmente matriculados na UEL. O horário de funcionamento é das 10h50 às 14h00 e das 17h30 às 19h30, de segunda à sexta-feira. O valor da refeição é definido pelo Conselho de Administração, após estudo de viabilidade feito pelo Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

2. Passe Escolar

Apresentando a "carteira de passe escolar", o estudante da UEL obtém um desconto de 50% no preço da passagem de ônibus urbano. No início do período letivo, a carteira de passe escolar deve ser retirada na Secretaria do Centro de Estudos ao qual se vincula o curso de graduação.

3. Convênios com profissionais da área de saúde e laboratórios

O SEBEC dispõe de convênios com médicos especialistas, psicólogos, dentistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, laboratórios e clínicas de exames diagnósticos, através dos quais o estudante e seus dependentes obtêm desconto de até 50% nos serviços conveniados.

4. Moradia Estudantil

A Moradia Estudantil da UEL faz parte da estrutura do SEBEC, no porte de divisão. Está localizada no centro da cidade, em prédio alugado. Tem capacidade para 90 estudantes. O ingresso se dá através de seleção socioeconômica realizada pela Divisão de Serviço Social do SEBEC. Tem regimento próprio e foi institucionalizada em 2005.

5. Seleção e Triagem Sócio-Econômica

Este programa, desenvolvido pela Divisão de Serviço Social do SEBEC, destina-se atualmente à seleção para vagas, que nesses casos não são atendimentos universais, para: Moradia Estudantil (ME), Núcleo de Atividades Físicas (NAFI), Cursinho Pré-Vestibular (CPV), isenção da taxa de inscrição do vestibular, Laboratório de Línguas (LABTED) e programas de bolsas específicas.

6. Apoio Sócio-Familiar

O SEBEC oferece atendimento especializado nas áreas de serviço social e psicologia com o objetivo de dar apoio às necessidades do estudante, no período em que permanecer regularmente matriculado na UEL.

7. Atenção, Educação e Prevenção em Saúde.

Desenvolve ações integradas em equipes multidisciplinares, em parceria com projetos de ensino, pesquisa e extensão visando a promoção da saúde direcionadas a hipertensão, osteoporose, doenças sexualmente transmissíveis, doação de sangue, intervenção em surtos epidemiológicos, dentre outras.

8. Programa de Prevenção dos Riscos do Uso de Drogas

Encontra-se em fase de implantação e tem como objetivo prevenir os riscos causados pelo uso do álcool e de outras substâncias psicoativas entre os estudantes que tiverem interesse em conhecê-lo, colaborar com a sua construção, falar sob suas dúvidas a respeito do tema ou participar como voluntário. O SEBEC já desenvolve o Programa de Atendimento ao Alcoolista - Reintegração e Educação direcionado ao tratamento do uso abusivo de álcool.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DA UEL

O principal desafio da pesquisa³ sobre o perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes da UEL foi produzir conhecimento sobre assistência estudantil, direcionada ao segmento de estudantes em condições precárias de sobrevivência e permanência nas Instituições Públicas de Ensino Superior. A partir da avaliação sobre a quantidade e qualidade dos serviços de assistência estudantil prestados pela Universidade Estadual de Londrina, foi proposta a criação de um banco de dados sócio, econômico e cultural dos estudantes de graduação que pudesse ser ‘alimentado’ no decorrer de todo período da formação acadêmica e disponibilizado a todas as áreas de interesse científico e administrativo da UEL. Além disso, tais dados foram colocados à disposição da Administração da instituição visando a elaboração de uma política de assistência estudantil.

A construção do instrumental de coleta de dados da pesquisa contou com a realização de um pré-teste, tendo sido dividido em dois questionários, com questões abertas e fechadas, que foram submetidas à aprovação do comitê de ética em pesquisa da UEL.

A coleta de dados teve seu início com um trabalho prévio de sensibilização interna junto aos órgãos colegiados, professores, entidades de representação estudantil e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Foram selecionados acadêmicos para participação na aplicação do instrumental, interpretação e análise dos dados nas modalidades de Atividade Acadêmica Complementar, Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq e Fundação Araucária/PR) e Projeto Afroatidade Brasil⁴.

A aplicação do instrumental contou com a participação conjunta da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e do Serviço de Bem-Estar da Comunidade (SEBEC) que se responsabilizaram pelo treinamento dos estudantes, reprodução do material de coleta de dados, organização e execução do plano de coleta de dados junto aos alunos matriculados nos 41 cursos de graduação da UEL e leitura óptica dos gabaritos.

³ Trata-se de uma pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados dois questionários aplicados em uma amostra de 3% dos 13.633 alunos de graduação da UEL, no período compreendido entre 2004 e 2006.

⁴ O Projeto Afroatidade Brasil foi criado em 2004, pelo governo federal, através do Ministério da Saúde e tem como objetivo atender estudantes que entraram na Universidade através do Sistema de Cotas de cor negra. Desenvolve ações específicas na área de prevenção da AIDS em projetos de iniciação científica.

De acordo com o plano amostral, o instrumento foi aplicado em 3% do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação da UEL, sendo a tabulação feita através de leitura óptica pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS) e manualmente no caso das questões abertas.

A análise e interpretação dos dados ocorreu durante o ano de 2006, pautadas pelos objetivos da pesquisa, cuja preocupação maior foi identificar o contingente de alunos que demandam algum tipo de assistência para desenvolver os seus estudos universitários de modo satisfatório. Também, registrou-se como pertinente à análise, saber se os alunos estão informados sobre a estrutura universitária de apoio acadêmico, cultural, esportivo e de saúde oferecida aos estudantes pela Universidade e como avaliam tais serviços quando os utiliza.

A preocupação da equipe da pesquisa se estendeu, portanto, para além das necessidades básicas que precisam ser satisfeitas, especialmente com respeito à moradia, alimentação, saúde e transportes; pois a atenção em relação à utilização dos meios de desenvolvimento acadêmico, do uso do tempo em atividades culturais, esportivas e de lazer é igualmente contemplada tendo-se em vista que o bom uso do tempo potencializa as atividades acadêmicas como, também, promove uma boa qualidade de vida acadêmica.

Com efeito, a análise teve como objetivo registrar as carências observadas na pesquisa junto aos alunos de toda a Universidade e propor políticas que venham responder positivamente às necessidades verificadas.

Os dados coletados apontaram que 15,16% dos alunos sobrevivem com renda familiar de até três salários mínimos e 24,01%, de três a cinco salários mínimos. Com mais de cinco salários mínimos registrou-se um total de 58,54% dos estudantes. A análise desse percentual leva a crer que, muito provavelmente, referem-se àqueles que teriam condições de responderem por suas necessidades básicas de sobrevivência, sem o apoio de políticas institucionais.

Quanto à faixa etária, a população estudantil, na sua grande maioria, 86,87%, tem idade de até 26 anos. No que se refere ao sexo, 41,77% dos estudantes são do sexo masculino e 57,41 do sexo feminino. Em relação ao estado civil, 84,01% se declararam na condição de solteiros.

Na relação entre os membros familiares, 10,0% dos estudantes são, em suas famílias, os que mais contribuem com a renda familiar. Por outro lado, 53,68% responderam que não carecem de assistência material, por manterem-se com “mesada” recebida de suas famílias.

Já os estudantes nas faixas de até cinco salários mínimos não dispõem de apoio financeiro no âmbito familiar. Questionados sobre a forma de sobrevivência na Universidade, 27,71% dos estudantes responderam que se mantêm, financeiramente, através de trabalho formal, 6,48% com remuneração de atividade acadêmica, supostamente bolsa de estudos e estágios remunerados, 8,1% de trabalho informal e 1,23% que obtém renda de aplicação financeira em poupança.

Observou-se, ainda, que 25,90% dos estudantes trabalham em tempo integral, 18,90% em trabalho de tempo parcial e 12,50% têm trabalho eventual, estes com remuneração irregular.

É significativamente baixa (8,63%) a taxa de estudantes que se vale de bolsas de estudo, sendo 1,34% que recebem bolsa de monitoria acadêmica, 3,56% referem-se a bolsas provenientes de projetos de pesquisa e 3,73% de projetos de extensão universitária.

Tais atividades relacionadas às bolsas de estudos somente são oferecidas aos alunos a partir do segundo ano dos cursos, salvo os alunos cujo ingresso se dá pelo Sistema de Cotas⁵, que são inseridos no Projeto Afroatitute e no programa de bolsas da Fundação Araucária.

Quanto aos estágios remunerados, observou-se que são, em regra, proporcionados aos alunos dos últimos dois anos de graduação.

A situação dos estudantes em relação à moradia é bastante diversificada: 41,54% moram com os pais. Com o cônjuge são 11,14% e, com outros familiares, são 8,05%. Declararam que moram sozinhos 9,22% dos estudantes entrevistados e, em casa de amigos, 27,36%. As condições da moradia também variam sendo que, mais de 20%, moram em casa alugada ou cedida e que, também, mais de 20,0% das famílias moram em casa com, no máximo, quatro cômodos.

Dentre os entrevistados, evidenciou-se que 15,40% das suas famílias não possuem automóvel, 68,23% não possuem assinatura de TV a cabo e 64,62% não dispõem dos serviços

⁵ O Sistema de Cotas foi introduzido a partir do vestibular de 2005 na UEL, com reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e negros. Desta forma, 40% das vagas dos cursos de graduação estão reservados a estudantes que estudaram, da quinta série do ensino fundamental até o final do ensino médio, integralmente, em escolas públicas, sendo metade destas vagas para negros.

de empregada doméstica. Observou-se ainda que 68,41% dos alunos têm em suas casas, no mínimo, um microcomputador. O dado não nos revela, entretanto, se são aparelhos conectados à rede internet. Não obstante é significativo que 13,96% dos estudantes não possuam microcomputadores, instrumento, hoje, indispensável ao desempenho das atividades acadêmicas.

Apesar de ser relativamente baixa a taxa de trancamento de matrículas, a pesquisa registrou que 24,21% dos estudantes que trancaram a matrícula foi por razão financeira, 34,74% por razão de saúde e 5,26% por razão de maternidade.

Como fontes de informação, 48,76% deles se valem de telejornal, 14,76% buscam informar-se através da leitura de jornais e 5,66%, através de revistas. Mas é positivo o registro de 24,33% dos alunos que buscam informações através da internet.

Os dados nos mostraram diversidade no interesse dos alunos. Quanto à frequência de apenas 49,12% dos estudantes que, diariamente, procuram informações, parece-nos, num primeiro momento, certo descompromisso, que se torna mais evidente, para o conjunto dos alunos, o fato de que 29,70% e 16,69% buscarem, respectivamente, informações semanalmente e ocasionalmente. O estímulo à busca de informações de forma mais assídua é importante à formação, especialmente, por propiciar o desenvolvimento de uma formação comprometida com a realidade.

A leitura de ficção e não ficção é razoável entre os alunos, registrando 42,59% no primeiro caso e 35,85% o segundo. No entanto no que se refere à frequência de leitura, essa deixa a desejar quando se verifica que apenas 12,14% dos alunos lêem mais de 10 livros por ano. O dado é bastante negativo se levarmos em conta que, neste registro, está incluída a literatura acadêmica.

A livraria da Editora UEL é pouco utilizada, apenas 8,92 alunos compram livros na livraria, embora 74,60% achem que os preços são bons, bem como 73,58% achem satisfatório o atendimento.

Identificou-se ainda que, seja por baixo poder de compra, seja pelas facilidades de acesso à literatura requerida pelos programas, através de fotocópias, que os alunos não têm o hábito de comprar livros.

A utilização pelos alunos dos serviços de correio, farmácia e atendimento psicológico é expressiva e mostrou-nos serem serviços indispensáveis que devem ser potencializados para um atendimento mais amplo.

A utilização do passe escolar por 50,90% dos estudantes, correspondente a subsídio do transporte, mostrou que a Universidade, dada sua força institucional, deve desenvolver ações que venham ao encontro da melhoria dos transportes coletivos, considerando que os problemas relacionados a horários, ônibus lotados, higiene, etc., são problemas que de modo indireto interferem no aproveitamento acadêmico.

Com relação à utilização do Restaurante Universitário, o registro nos indicou que 25,56% dos alunos utilizam o RU diariamente, sendo que, destes, 5,78% o fazem regularmente, com almoço e jantar. A necessidade de ampliação de espaço e da oferta parece evidente. Quanto à higiene, 21,29% dos usuários consideram inadequada; 23,97% consideram o serviço insatisfatório; 16,25% acham a comida bem feita; 28,47% consideram o cardápio insatisfatório e; 20,58% acham que o preço da comida é inadequado.

Destacou-se a ocupação com atividades culturais e artísticas com 15,60% e ocupação com movimento religioso, 14,49%. Nas práticas mais comuns dentro das atividades destacaram-se: assistir TV e ouvir música com 23,02%, ir ao cinema com 15,46%, navegar na internet com 15,40% e sair para dançar, freqüentar bares e encontrar amigos com 18,53%. O hábito da leitura é registrado para 14,09% dos estudantes e a prática de esportes para 14,43%. Observou-se que a ocupação do tempo fora das atividades acadêmicas é caracterizada mais pela passividade que por atividade ocupacional que potencializa o aprendizado.

Não obstante, há interesse dos alunos em inscreverem-se em curso de música, 27,89%, em artes plásticas, 14,89%, fotografia, 35,63% e cinema/vídeo, 21,59%.

O baixo percentual de alunos praticantes de esporte registrado foi reafirmado. A prática de caminhada, considerando a freqüência de até uma vez por semana, só é realizada por 35,24% dos alunos e 22,68% nunca praticam.

Atividade como ciclismo ou patinação, até uma vez por semana, é praticada por 11,77%, sendo ocasionalmente praticada por 20,16% e tendo sido registrado que 62,76% nunca praticam.

Exercícios como corrida e natação, também têm baixa freqüência: 15,04% praticam até uma vez por semana, 23,53%, apenas ocasionalmente, e 55,84% nunca praticam.

Musculação e lutas como atividade física são praticadas: 23,59% desenvolvem a atividade até uma vez por semana, ocasionalmente por 17,99% e 53,85% nunca praticam. Esportes individuais, como tênis, por exemplo, é praticado, até uma vez por semana, por 7,65% dos alunos, ocasionalmente por 13,12% e 73,29% nunca praticam.

Com esportes coletivos os percentuais não são muito diferentes, até uma vez por semana, 7,99%, ocasionalmente, 26,59% e 50,06% que nunca praticam. Observa-se, de um modo geral, que em torno de 50,0% dos alunos não praticam esportes e nem desenvolvem qualquer atividade física. Dos 13,25% dos alunos que não tem interesse em praticar atividades físicas e/ou esportivas, 47,09% por falta de tempo e 13,61% por falta de recursos financeiros.

Considerando que 47,96% dos alunos não ouvem a Rádio Universidade e 29,05%, raramente ouvem, pode-se dizer que a rádio, como meio de informação e formação, é pouco utilizada pelos alunos.

A maioria dos alunos utiliza a Biblioteca, apenas 3,85% não a freqüentam. Dos que a utilizam, 72,42% consideram bom o atendimento dos funcionários, 76,82% que há facilidade para o empréstimo de livros, 67,71% que o tempo de empréstimo é satisfatório e 72,27% encontram regularmente o que procuram. Apenas 4,87% dos estudantes utilizaram os serviços do Escritório de Aplicação dos Assuntos Jurídicos. Destes, 44,44% avaliaram os serviços como bom, 32,10% como regular e 13,58% como ruim.

Quanto à PROGRAD, 37,27% consideram o atendimento satisfatório e 21,63% como não satisfatório. A crítica incide sobre a falta de agilidade na tramitação dos processos, com 32,61%. Também, 46,87% dos estudantes consideram altas as taxas cobradas pelos serviços e 29,18% como adequadas. Neste sentido, observa-se a necessidade de melhor aperfeiçoar os serviços da PROGRAD de modo a agilizar o atendimento, o que pode ser feito com a informatização das atividades e a facilitação do acesso aos alunos. Estudos sobre a racionalização dos custos também deve ser desenvolvido de modo a tornar os serviços mais baratos aos estudantes.

Sobre a melhoria dos serviços existente e/ou da prestação de outros, relacionados à infra-estrutura, registramos a manifestação de 6,65% quanto à ampliação do RU, 5,74% quanto à disponibilidade de melhores computadores e mais laboratórios de informática.

Quanto aos recursos humanos, 3,32% se manifestaram pela necessidade de professores melhor qualificados e 0,91% pela necessidade dos professores serem avaliados.

Sobre recursos relacionados às atividades acadêmicas e outros, 12,3% se manifestaram por transporte gratuito, 8,16% por um maior número de bolsas de iniciação científica, 6,04% por programas de atividades físicas gratuitos, 4,83% por mais programas de estágios, 3,32% por mais convênios de intercâmbio estudantil, 3,02% por maior divulgação dos serviços prestados, 3,02% pela liberação de bebidas alcoólicas e festas no Campus, 2,72% por atendimento odontológico aos estudantes e 2,11% por mais vagas nos cursos de línguas.

A pesquisa registrou ainda que 72,57% dos alunos pretendem continuar estudando após o término da graduação.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou as principais dificuldades de sobrevivência dos universitários e de sua permanência na Universidade Estadual de Londrina – PR, durante o curso de graduação, o que sugere a implantação de uma política de assistência estudantil direcionada a tais estudantes.

Percebe-se, diante da análise dos atuais serviços destinados aos estudantes, que os mesmos têm sido insuficientes diante da crescente demanda de estudantes que necessitam de assistência.

O resultado do empobrecimento do corpo discente tem sido constatado nos atendimentos realizados pelos profissionais do Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC) que indicam a necessidade urgente de desenvolver uma política de assistência estudantil voltada a todos os estudantes que necessitem de apoio durante o processo de formação profissional.

Como referência básica para o dimensionamento de qualquer política de assistência aos estudantes da UEL, temos a considerar que a pesquisa indicou um universo entre os 15% dos estudantes de graduação, que sobrevivem com uma renda familiar de até três salários mínimos e os 24,21% dos estudantes que trancaram a matrícula por razão financeira.

Para este universo, evidentemente, especificidades deverão ser levadas em conta em razão do objeto particular das políticas como, por exemplo, a política habitacional, a alimentícia, o transporte, a de bolsas trabalho, sem prejuízo, como deve ser óbvio, da

participação em bolsas estudo, as concernentes à participação em atividades acadêmicas como monitorias, projetos de pesquisa e de extensão e demais atividades acadêmicas remuneradas.

Para o universo dos alunos de graduação, a pesquisa demonstrou a necessária ampliação do acesso a atividades esportivas e culturais, acesso a materiais escolares, oferecimento de programas de atenção integral à saúde e de prevenção de drogas, DST/AIDS e gravidez precoce, com apoio psicológico.

Por fim, constatou-se a necessidade de ampliação das bolsas de ensino, pesquisa e extensão, além do desenvolvimento de estudos que venham politizar a questão de políticas afirmativas, dentre elas a política de cotas.

ABSTRACT

This article presents the results of a study carried out in Londrina/Paraná, with the aim to know the social, economics, and cultural conditions of undergraduate students at the Londrina State University (UEL), to affirm the need to implement a Student Assistance Policy at that University. The student assistance currently in the Education Policy is seen as a right of university students and should propose objective conditions to overcome difficulties faced by students, to remain in the university, understood as the consequences arising from social and economic differences that are faced by a large part of Brazilian society. The results indicate that 15% of that students need some social and economic support to continue their undergraduate studies.

Key words: rights to higher education, social, economic and cultural profile of university students, student assistance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e serviço social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.63, 2000.

BRASIL. *Pesquisa do percentual de alunos absorvidos pela rede pública*. Brasília, 1998a. Disponível em <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html>. Acesso em 2 nov. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diplomação, retenção e evasão em cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília: Secretaria Nacional de Ensino Superior, 1998b.

BRASIL. Lei n. 394, de 29 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*.

BRASIL. Lei n.10.172/2001. *Plano Nacional de Educação*.

BRASIL. IBGE. *Censo populacional de 2000*.

FARIA, S. Política de ação comunitária. In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 1993, Goiânia. *Anais Dez Encontros*. Goiânia, 1993. p.208.

[FONAPRACE]FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. *Pesquisa amostral do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras*. 1997.

FRIGOTTO, G. (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTTI, M. Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n.8, 1981.

HALLAK, I.; SOARES J. F. *Influência da Bolsa de Manutenção no desempenho acadêmico dos bolsistas*. Estudo comparado entre dois grupos: 'bolsista' e 'não bolsista'. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Assessoria de Planejamento e Controle. *Perfil dos alunos da UEL - 2001/2002*. Londrina: Assessoria de Planejamento e Controle/Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional, 2002.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fátima Grave Ortiz*

RESUMO

O artigo pretende refletir sobre os desafios postos ao Serviço Social na atualidade, em face ao novo padrão de desenvolvimento do capital, cujos desdobramentos podem ser observados nas mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado e no fortalecimento de tendências pós-modernas.

Palavras-chave: trabalho, Estado, modernidade, pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é, antes de qualquer coisa, e a despeito de seus limites, contribuir com o debate em torno do Serviço Social na contemporaneidade e, sobretudo, externar algumas preocupações que acreditamos estarem presentes na agenda profissional.

Neste sentido, partimos do entendimento de que o Serviço Social consiste em uma profissão cuja emergência na chamada divisão sócio-técnica do trabalho ocorre em uma fase bastante peculiar do capitalismo – a era monopólica. É exatamente a dinâmica imposta pelo monopólio, que acirrando as contradições inerentes à ordem do capital, passa a exigir novas modalidades de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”. Assim, este Estado incorpora um novo rol de funções e responsabilidades, as quais visam desde a efetiva manutenção e garantia do sistema através das políticas de financiamento e empreendimento, até a reprodução da força de trabalho, garantindo, desta forma, sua legitimidade política.

É bem verdade que à medida que os trabalhadores – personagens do embate político – passam a exigir melhores condições de trabalho e principalmente de vida, e com isso desestabilizam o instituído, outros encaminhamentos na forma de conduzir a histórica relação capital/trabalho se fazem necessários. Contudo, sem querer nos estender aqui sobre tal tema, somos da opinião que o protagonismo político da classe trabalhadora, embora fundamental na correlação das forças existentes, apenas repercute em ganhos efetivos à medida que estes sejam, ainda que em parte, favoráveis ao menos em médio e longo prazos aos interesses vigentes.

* Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e conselheira do CRESS 7ª. Região (gestão 2005-2008).

É exatamente sobre o entendimento brevemente exposto até então que localizamos o surgimento das políticas sociais no Brasil e com elas a construção do espaço sócio-ocupacional do assistente social, este tradicionalmente incorporado pelo conjunto de programas e instituições sociais, como um dos seus instrumentos de intervenção no âmbito da reprodução material e, sobretudo, ideológica da classe trabalhadora.

Neste sentido, torna-se bastante clara a vinculação dos fundamentos da profissão – o Serviço Social – com o conservadorismo, expresso a partir da relação simultânea desta com a Igreja Católica e com o pensamento oriundo das Ciências Sociais. Considerando tais influências, fica evidente também o caráter tradicionalmente tomado pela intervenção profissional: a recristianização das famílias em um primeiro momento e mais tarde o controle das disfunções sociais via psicologização das relações sociais. Em ambas as “fases” (se é que assim podemos chamá-las, tamanho é o imbricamento das formas que assumem no cotidiano institucional), o objetivo é sempre o mesmo, em última instância: “responder”, na medida do “possível”, às demandas imediatas postas pela “clientela”, sem com isso e de modo algum, questionar a ordem; muito pelo contrário, trata-se de ratificá-la.

Foi assim por muito tempo, até que nos anos 60 uma nova perspectiva se pôs ao Serviço Social – a Renovação, cuja preocupação central inicial era tornar o Serviço Social capaz de atender as demandas postas pelo cenário sócio-político e econômico que se despontava. Mais uma vez eram as transformações conjunturais diretamente relacionadas à estrutura vigente que indicavam as necessidades ocupacionais para o Serviço Social. Para tanto, era necessária a revisão de suas bases, modernizando-as, vinculando-as a novos aportes teóricos (destacamos aqui a presença da vertente fenomenológica) ou quem sabe ainda, questionando completamente o que a profissão tinha sido até então, ou seja, o Serviço Social “tradicional”.

Dentre as vertentes presentes no circuito da Renovação, é a chamada “intenção de ruptura”, conforme nominada por Netto (1991a), que abriu a radical possibilidade, pela primeira vez na trajetória do Serviço Social, da superação com o histórico conservadorismo. Em princípio minoritária e restrita ao meio acadêmico, esta vertente buscava, a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos oriundos da tradição marxista, o rompimento com o instituído, com os valores culturais históricos da profissão.

No entanto, é somente ao longo dos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, que tal perspectiva torna-se hegemônica e não restrita ao âmbito da academia, mas também nos fóruns permanentes da profissão e em seus órgãos de fiscalização e representação. O amadurecimento experimentado pela profissão nos últimos anos, se por um lado, tem se expressado, não somente na participação da categoria nos congressos e encontros nacionais, mas na quantidade e principalmente qualidade dos trabalhos e comunicações apresentados; por outro, é também visível no atual projeto ético-político e de formação profissional.

No entanto, as condições objetivas são as mais adversas possíveis. Observa-se hoje um processo de reestruturação do chamado “mundo do trabalho” em curso, o que afeta diretamente o mercado profissional do assistente social, que é acima de tudo um assalariado; além disso, análises mais criteriosas apontam um refluxo da perspectiva moderna em prol do efêmero, do volátil e do irracional: trata-se da “onda” pós-moderna, que travestida do novo, reatualiza o que por muito tempo entendia-se como conservador, e que certamente põe em risco todo os projetos que, além de compartilharem com o ideal moderno, sobretudo primam pela superação da ordem vigente em busca de um mundo mais justo e igualitário. É neste cenário que o Serviço Social entra no século XXI, no qual torna-se imprescindível, não apenas o reconhecimento das ameaças possíveis, mas principalmente, sob pena de francos retrocessos, a reafirmação do caminho da “intenção de ruptura” percorrido por esta profissão até aqui.

Estes, portanto, constituem-se nos objetivos deste trabalho: mapear e analisar os processos que atravessam a profissão, quais sejam – o atual padrão regulatório, marcado pelas “metamorfozes” do mundo do trabalho e pelas novas feições assumidas pelo Estado; e as atuais representações ideoculturais, nas quais encontra-se o chamado “campo pós-moderno”. Esperamos com este trabalho lançar, deste modo, algumas contribuições acerca do cenário atual e sua relação com o Serviço Social, e mais ainda trazer inúmeras indagações, que suscitem os caminhos a se atentar para não incorrerem nos mesmos enganos tão presentes na atualidade.

1. OS ATUAIS RUMOS DA ACUMULAÇÃO E O DEBATE DA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA E URGENTE

1.1 – O padrão regulatório em curso: as alterações no mundo do trabalho e as novas configurações do Estado.

Tem sido bastante presente no debate acadêmico atual, e incluímos aqui o Serviço Social, a discussão acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que nos desobriga retomar aqui exaustivamente tal agenda. Contudo, tal insistência neste tema é compreensível quando entendemos que se trata de um rol de alterações que se passam no interior da única fonte possível de sustento da classe trabalhadora dentro da ordem burguesa – o trabalho assalariado. Consistem, portanto, em metamorfoses que tangem esta condição assumida pelo trabalho no capitalismo, e não, como alguns insistem em afirmar, no trabalho em si, pois este permanece como categoria central na constituição da vida social.

Assim, verifica-se que tais mudanças no chamado “mundo do trabalho” residem na necessidade sentida pelo próprio capital em readaptar seu padrão de desenvolvimento, em crise desde os anos 70, objetivando manter e até ampliar seus níveis de acumulação. Portanto, o novo padrão de desenvolvimento capitalista comumente entendido como acumulação flexível vem conferir, por conseguinte, novos contornos ao mundo do trabalho, resultando em um processo comumente conhecido por reestruturação produtiva, cuja integral automatização do processo produtivo (não mais restrita ao âmbito da fábrica, mas também aos serviços) e racionalização das relações de trabalho são características fundamentais.

Os resultados mais visíveis aos trabalhadores são a precarização e o desemprego. O primeiro está presente nas variadas formas de contratação temporária, terceirizada e até mesmo quarteirizada¹. Atualmente são comuns os contratos temporários, sem estabilidade alguma e sem cobertura previdenciária, cujos pagamentos são feitos ao trabalhador na condição de autônomo. Tal modalidade de contratação aplica-se não somente no âmbito da produção *stricto sensu*, mas também na esfera dos serviços. Para os trabalhadores contratados com manutenção do vínculo empregatício também não existem maiores garantias. Além disso, tais trabalhadores são submetidos a um forte clima de insegurança e instabilidade, no qual aqueles que permanecem devem trabalhar pelos excluídos, intensificando a jornada sob o

¹ Entendemos por quarteirização processo efetuado por empresa terceira que emprega mão-de-obra a ser utilizada pela contratante de seus serviços.

discurso da polivalência, como se o rodízio das funções garantisse ao trabalhador o domínio efetivo do processo produtivo.

Aos excluídos do mercado formal, o argumento corrente para o desemprego é a falta de qualificação, gerando no trabalhador a incessante busca pela famigerada empregabilidade. Mais uma vez, o recurso de explicação para o desemprego reside no trabalho, pois se antes o desemprego pautava-se na incompatibilidade sócio-moral do trabalhador adequar-se a disciplina fabril, hoje se intitula por desqualificação profissional. Tratam-se de “novas” formas de se explicar o antigo problema: a estrutural incapacidade do capitalismo em absorver todos os trabalhadores face ao seu caráter contraditório e autodestrutivo.

Desta forma, é inegável que vivenciamos atualmente um processo de reorganização da vida, sobretudo econômica e política, em escala mundial, que tem gerado uma série de conseqüências para o chamado “mundo do trabalho”. Entre estes, consideramos um dos mais visíveis a fragilização do tradicional padrão de assalariamento, especialmente na sua condição de elemento integrador do trabalho. Rompe-se, desta forma, no dizer de Silva (1999), com a perspectiva do “trabalho livre, porém protegido”. Assistimos, assim, a um franco desmonte daquilo que se convencionou chamar de trabalho assalariado em prol de alternativas, estas propaladas como modernas e mais eficazes, como a terceirização e flexibilização. Alguns autores, como Silva (1999) atribuem a estas o engendramento de um vasto processo de informalização das relações de trabalho, que passam a se tornar mais fluídas e flexíveis.

Contudo, se em épocas passadas cabia ao Estado garantir as condições, ainda que insuficientes no caso brasileiro, para a reprodução do trabalhador e de sua família, hoje a nova configuração pública é flagrante. Assistimos, ao lado das metamorfoses do mundo do trabalho, mudanças na esfera do Estado, que concorrem ainda mais para a pauperização da classe trabalhadora.

Baseado nos princípios neoliberais, faz-se necessário a existência de um Estado forte, por um lado, capaz de manter seu compromisso de classe, expresso sobretudo na forma desigual de distribuição do fundo público, uma vez que prioriza investimentos nos setores mais importantes para o capital, ora financiando-o, ora protegendo-o e socorrendo-o; e por outro, fraco o suficiente quando se trata de gerir os gastos sociais.

Assim, minimizar o Estado – o Estado Mínimo, é uma das principais preocupações e bandeiras do pensamento neoliberal: reduzi-lo em seu tamanho, papel e funções em prol do mercado, este considerado o mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, visto que o Estado é incompetente para administrá-los. É neste contexto que o processo de reforma do Estado vem se consolidando no Brasil, restringindo seu papel no espaço público e com isso transferindo à iniciativa privada funções que antes estavam majoritariamente sob seu domínio.

Na esfera da seguridade social, campo tradicionalmente importante para o Serviço Social, as mudanças são visíveis, embora não sejam tão recentes e nem se constituam efetivamente em uma novidade aos seus usuários. Na verdade, o modelo de seguridade social construído ainda nos anos 30, manteve-se restrito² até a Constituição de 1988, quando é estabelecida a composição de seu tripé – saúde, previdência e assistência social. Contudo, a crise dos anos 80 e a longa onda recessiva que envolve o Brasil desde então, vem desmontando o que recentemente havia sido conquistado. O desmonte, embora não seja ainda formal (a despeito da defesa de muitos acerca da inaplicabilidade da Carta Constitucional), se dá, ao nosso ver, subterraneamente em todos os campos da seguridade.

Na saúde, cujo favorecimento público ao setor privado reside desde longa data, mais precisamente durante os vinte e um anos de regime militar, é clara a existência de pelo menos dois sistemas de saúde paralelos: um para os que nada podem pagar e outro para os que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, ainda podem. É a convivência efetiva entre o total sucateamento da rede pública ao lado do crescimento (sempre em expansão) dos chamados planos de saúde. Aqueles, ainda inseridos no mercado de trabalho (seja formal ou informal) se vêem na obrigação de pagar as mensalidades e de submeter às regras, nem sempre claras, das empresas privadas de saúde. Aos “desvalidos”, não cabe alternativa que não seja “correr o risco” (pois é exatamente assim que a crise na saúde é passada a população pelos veículos de comunicação de massa) na rede pública. Ao Estado não coube, como já se era de esperar, a reorganização dos serviços públicos de saúde, mas a regulamentação dos seguros e planos de saúde privados.

² Não podemos nos esquecer que por muito tempo o acesso às políticas sociais, principalmente saúde e previdência, mantiveram-se conforme o nível de contribuição de seus segurados. Somente após 1988, com o princípio da universalidade esta prerrogativa pôde ser alterada.

Quanto à previdência, quadro semelhante se processa, tendo em vista que a manutenção do teto para pagamento de benefícios obriga aquele trabalhador, cuja renda é maior, a complementar seus vencimentos na ocasião da aposentadoria com um benefício privado. Para tanto, deve, como na saúde, se submeter às regras e cálculos atuariais dos chamados fundos de pensão, caso queira no futuro possuir uma renda semelhante.

Já no caso da assistência social, seu acesso está diretamente condicionado aos critérios de elegibilidade exigidos para a obtenção dos benefícios solicitados, sejam eles de “prestação continuada” ou o atual “bolsa família”.

Neste sentido, é fácil deduzir, assim, o lugar das políticas públicas neste Estado de corte neoliberal. Elas devem ser focalistas, pontuais, compensatórias, sem orçamento suficiente, sempre voltadas para atender os setores mais vulneráveis da população. Além disso, boa parte dessas ações devem contar com a participação da iniciativa privada. É nesta direção, aliás, que se justifica a chamada “filantropia empresarial” e o voluntariado.

Reduzir tamanho e gastos – este é o objetivo do Estado de corte neoliberal, conforme os ditames internacionais, pois, se nos anos 50, cabia ao Estado desenvolvimentista promover a integração do Brasil no cenário capitalista industrial mundial, hoje, o Estado brasileiro continua incorporando as regras dominantes em sua agenda política, como condição para inserção no circuito internacional, contudo, a partir de uma racionalidade “diferente”, na qual cabem aos trabalhadores, entre eles os assistentes sociais, gerirem seus próprios destinos, ainda que em condições totalmente adversas e desiguais.

1.2 – As tendências ideoculturais em vigência: modernidade e pós-modernidade.

O conjunto de alterações apresentadas até aqui, tanto no âmbito do trabalho quanto do Estado, e que conformam o que comumente chamamos de novo padrão regulatório, tem sido vastamente atravessado por um ideário que lhe é funcional. Este questiona e, portanto, nega, a razão como base para o conhecimento e, mais ainda, para o desenvolvimento da vida social. Trata-se do campo pós-moderno, cuja principal perspectiva é romper com tudo que fora construído pela humanidade a partir dos pilares da chamada modernidade. Mas no que consistiu a modernidade?

1.2.1 – A modernidade e seus desdobramentos

A modernidade constituiu-se numa programática de natureza sócio-cultural, inspirada no projeto da Ilustração. Este se configurou no marco do chamado “século das luzes” e consistiu no que podemos chamar de um episódio do Iluminismo³, enquanto um dos projetos de caráter macroscópico para o ocidente, que buscava um novo sentido de homem e de humanidade. A Ilustração pautou-se na perspectiva iluminista, cuja característica central é a existência de uma dimensão racional, pois é somente pela via da razão que se pode entender e intervir sobre a vida social. É neste sentido que para o pensamento moderno, o mundo em seus espectros – natural e social, não é um caos (é importante sinalizar que tal perspectiva não é homogênea entre os ilustrados), mas um sistema que possui conexões causais – causalidades. O mundo, portanto, é um sistema (que não é casual ou aleatório), regido por leis que lhe são imanentes, como por exemplo, as leis da física. Tal legalidade não depende nem do conhecimento, nem tão pouco da pura ação dos homens. É possível a estes, sim, através do pensamento científico, reproduzir idealmente tais leis e delas se apropriar em seu benefício. O conhecimento racional deve ser, portanto, passível de crítica, argumentação e revisão, bem como comunicável a outrem.

Assim, considerando alguns autores que vêm estudando a conformação do projeto moderno de civilização, como Rouanet, este se pautou em três características auto-implicadas – a universalidade, a individualidade e a autonomia.

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente das barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade (...). A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993, p.9)⁴.

³ O Iluminismo é considerado um projeto transistórico, pois atravessa quadros societários distintos, mantendo características originais e assumindo outras novas conforme o movimento da história.

⁴ A presença da autonomia no ideário ilustrado nos aponta dois elementos importantes: primeiro refere-se ao papel assumido pela educação, que se torna fonte da emancipação; o segundo que possui implicações

Deste modo, qual foi o programa sócio-cultural da Ilustração? Seu primeiro aspecto está centrado na necessidade do conhecimento racional da natureza⁵, pois somente assim se é possível, para os pensadores modernos, dominá-la e com isso explorá-la de forma otimizada de modo que ela possa servir melhor às carências materiais humanas.

Um segundo aspecto, que tem uma relação direta com o primeiro, diz respeito ao fato de que este conhecimento racional só pode acontecer se for eximida a estrutura social existente, cuja expressão é a Igreja. Faz-se necessário, desta forma, acabar com os mecanismos de censura, bem como garantir o trânsito de idéias e, para tanto, a vida social deve ser redimensionada por uma constituição legal, na qual seja possível a reorganização racional da sociedade, com o intuito de garantir-se igualdade e liberdade individual.

Assim, podemos dizer que o ideário da modernidade projeta-se sobre dois eixos fundamentais e organicamente conectados: por um lado, o fim das carências materiais a partir da exploração racional da natureza; e por outro, a afirmação da igualdade e da liberdade individual. É sobre estes dois eixos que a modernidade se propõe a buscar a felicidade humana⁶.

Um outro traço significativo desta concepção de mundo e da forma de apropriá-lo reside em seu caráter democrático, ou seja, todo e qualquer homem pode ascender a este conhecimento. Imaginem o impacto desse pensamento moderno, em uma época marcada pela idéia de que o conhecimento não é concedido a qualquer um, mas somente àquele que foi escolhido para tal fim. Não é por acaso, que a trajetória moderna é acompanhada por mudanças verificadas nos planos político, econômico e cultural, e é neste sentido que se observa paralelamente à construção e sedimentação desta, a constituição da chamada

econômicas, refere-se ao fato de que se todos podem ascender, pois possuem características humanas capazes disso, a construção ideológica da exploração de um homem sobre outro é tremendamente falaciosa. Tal aspecto redundou em refrações centrais no processo de ascensão burguesa e mais tarde nas revoluções de 1848. É como afirma Rouanet: “A propriedade privada nunca fez parte do repertório de idéias fixas da Ilustração.” (Rouanet, 1993, p.19).

⁵ Este pressupõe o conhecimento da natureza em si, isto é, independente da posição do sujeito.

⁶ Contudo, tal promessa não foi de fato contemplada, tendo em vista que, se de um lado, o progresso material, embora alcançado, não conseguiu ampliar-se sobre o conjunto da humanidade, por outro, não acompanhou a emancipação humana. Tal capitulação, se é que assim podemos chamar, ocorreu segundo seus críticos em função de dois motivos: ou suas promessas eram falaciosas, pois não seria de qualquer forma possível obter simultaneamente progresso e emancipação; ou seus meios foram ineptos para tal alcance. Esta capitulação consiste em uma das críticas sobre as quais a chamada pós-modernidade argumenta – ou seja, a razão moderna é inepta para construir o homem contemporâneo, e de que falaremos mais a seguir.

“revolução burguesa”. Ambos os processos “correm” conectadamente até a burguesia assumir o papel dominante na vida social. Como afirma Coutinho,

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam na atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e de realidade, como totalidade concreta em constante evolução (COUTINHO, 1972, p.11).

Enquanto isso não aconteceu, a burguesia com o intuito de fazer valer seus interesses e projetos, recolheu as prerrogativas e o acervo cultural existentes, e tornando-se com isso a grande legatária das tradições humanistas e do ideário moderno⁷. No entanto, com a queda do Antigo Regime e ascensão da burguesia como classe dirigente e conservadora, passam a coexistir sob forte tensão os interesses desta com aqueles considerados universais, pressupostos originalmente no pensamento moderno (pensemos na igualdade, autonomia, emancipação e liberdade de que já falamos anteriormente). A constituição plena da ordem burguesa, que a tudo precisa submeter a sua lógica, maximiza a razão instrumental⁸ (que se torna quase como sinônimo de mensuração, na qual tudo que é racional/científico, deve ser também mensurável), subordinando então a razão emancipatória. Ou seja, em resumo, a burguesia captura os ideais da Ilustração enquanto são importantes para sua ascensão e os descarta ou metamorfoseia conforme seus interesses pautados sob a lógica regida pela relação custo/benefício.

Em 1848 com a ascensão do proletariado no cenário político, torna-se clara a incompatibilidade entre a perspectiva burguesa e o ideal ilustrado, culminando com a crise deste último a partir da segunda metade do século XIX. A burguesia não somente descarta os elementos progressistas presentes no pensamento moderno, como deforma outros que permanecem, dentre os quais a própria prerrogativa racional.

⁷ É importante notar que a revolução burguesa possui diferentes momentos: no primeiro, a preocupação é predominantemente econômica; já no segundo, observa-se a criação de um bloco que mobiliza forças para a remodelagem do poder político. Este se configura em seu ponto alto - a transformação do Estado.

⁸ Na verdade, não é possível a ausência da dimensão instrumental em uma sociedade complexa, a questão que se põe na ordem burguesa é priorizá-la frente à emancipação.

É neste sentido que observamos um divisor de águas que se estabelece entre duas fases do pensamento filosófico moderno: dos pensadores renascentistas a Hegel e depois com aqueles que se colocam no chamado agnosticismo, bem como no irracionalismo. A partir destes primeiros e, sobretudo com Hegel⁹, verifica-se a elevação dos pressupostos progressistas calcados no humanismo, na prevalência da história e da razão dialética. Reconhecem a existência da contradição, o que se torna um problema quando a burguesia assume a direção social da ordem, pois esta (a contradição) desmonta qualquer iniciativa burguesa de mascaramento do real. A contradição, desta forma, perde seu caráter em si e passa a ser entendida na ordem burguesa como ambigüidade. Esta é uma das características do pensamento racional no capitalismo – a negação da contradição¹⁰.

Outra característica assumida é a negação de que é pelo reconhecimento do aparente que se alcança a essência, esta, sim núcleo central que a análise crítica do real deve percorrer. Na razão burguesa, o aparente em si toma as vezes do real. Cabe ressaltar que, conforme Guerra (1995), toda a reflexão de cunho filosófico instaurada até a passagem para o século XVIII possuía, como eixo central de suas preocupações, a apreensão da essência das coisas. Para além do conhecimento da forma, da aparência fenomênica, os pensadores deste período procuravam se debruçar, não somente sobre como funcionavam as coisas, mas principalmente seu porquê. Com o século XVIII, o rol de preocupações dos pensadores altera seu foco para a intervenção sobre os fenômenos. Torna-se mais urgente a compreensão de como atuar sobre o fenômeno, e com isso, como controlá-lo. Nesta direção, há, no dizer de Guerra (1995, p.55), um “afastamento da reflexão ontológica”.

Na seqüência deste entendimento, verifica-se que a mesma tendência que prioriza o aparente, também privilegia a forma em detrimento do conteúdo, impedindo conseqüentemente o entendimento efetivo da realidade sobre a qual se debruça. A burocratização da vida social, portanto, fetichiza as relações entre os homens, que passam a ser instrumentos das “coisas”; estas, sim, autônomas e parecendo possuir vontade própria.

⁹ Contudo é importante ressaltar que embora Hegel seja o depositário da tradição humanista e progressista (e não é por acaso que Marx parte exatamente da concepção hegeliana), ele também possui no âmago de seu pensamento, elementos que deformam a concepção iluminista original, como por exemplo, a presença marcante do idealismo objetivo e a identidade entre sujeito e objeto.

¹⁰ A existência da contradição no pensamento científico burguês expressa algum equívoco ou lacuna ocorridos ao longo do processo. Para uma análise dos preceitos das chamadas teorias tradicional e crítica, ver HORKHEIMER, 1975.

Como afirma Coutinho (1972, p.29), “a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo que se aplicam. Essa ‘miséria da Razão’ transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana.”

Assim, a metamorfose experimentada pelo pensamento racional com a ascensão da burguesia faz com que este se divida em duas perspectivas diferentes, porém não completamente conflitantes, muito ao contrário. Tratam-se das vertentes inspiradas na chamada razão formal-abstrata, por um lado; e por outro, no irracionalismo.

Por que afirmamos que embora sejam diferentes, ambas as correntes se encontram? Começemos pelo irracionalismo. Para os pensadores irracionalistas, apenas na subjetividade é possível conferir-se a existência de valores autênticos, tendo em vista que a esfera pública ou objetiva, se assim podemos chamar, é mascarada pelos princípios capitalistas, que a tudo subverte. A primazia da subjetividade em alguns autores irracionalistas como Kierkegaard chega quase a religiosidade, ainda que atéia, mas carregada de sentido, na qual “o indivíduo descobre a divindade em si mesmo” (COUTINHO, 1972, p.34). Para ele, não são as mediações identificadas para a captura e elucidação do objeto capazes de nos fazer aproximar da realidade, mas ao contrário, somente pela subjetividade e pelas vivências pessoais se pode alcançar a realidade autêntica.

Já em Dilthey (COUTINHO, 1972), no tocante ao alcance do entendimento frente aos fenômenos sociais, a compreensão é mais reveladora que a explicação, pois esta primeira está diretamente vinculada à subjetividade daquele que compreende, enquanto a explicação apoia-se tão somente na razão; o que nos faz perceber que para as análises baseadas na concepção diltheyana, a verdade é algo difícil ou até impossível de se recolher, pois se o que vale é a compreensão e se cada um compreende de um jeito, ou não há verdade, ou ela está presente por toda parte, dependendo do ponto de vista de cada um. Com isso, depreendemos qual é a fonte de algumas análises pós-modernas atuais, que indicam que tanto o saber popular quanto o científico possuem a “sua” verdade específica.

A supremacia da subjetividade e da intuição¹¹ sobre a razão permeia inúmeros autores que participam da corrente irracionalista moderna – Kierkegaard, Dilthey, Nietzsche,

¹¹ Chamamos a atenção para a diferença existente no entendimento hegeliano, bem como também presente em Schelling no tocante ao sentido da intuição. Para ambos, idealistas, sim, mas objetivos, a intuição não expressa

Heidegger, entre outros. Como afirma Coutinho (1972), em todos estes com breves especificidades, que não nos cabe aqui desenvolver, permanecem as questões de fundo:

uma sublimação filosófica da crítica romântica do capitalismo; denuncia-se a realidade social, considerada fonte de dissolução da subjetividade e de desumanização, ao mesmo tempo em que se rejeita a razão, confundida com as regras formais que predominam nas práxis técnica e burocrática (...) vemos um processo fetichizador: determinadas formas particulares do mundo capitalista, tomadas em sua imediaticidade, são convertidas (...) em 'condição eterna do homem' (COUTINHO, 1972, p.36).

A segunda vertente posta em tela é exatamente aquela que se põe como antagônica ao irracionalismo – a razão formal-abstrata. Para os pensadores oriundos desta matriz como Comte, e depois Durkheim e Lévi-Strauss, a questão principal reside em afastar da análise dos fenômenos qualquer elemento que indique a presença da contradição.

A história não deve se constituir enquanto elemento imponderável para compreensão dos homens acerca do mundo em que vivem, tão pouco a teleologia é importante. Para Durkheim, por exemplo, a intencionalidade presente no ser social deve ser desprezível para o entendimento dos fenômenos, tendo em vista que esta reside no campo da subjetividade, e portanto, desconsiderável diante da postura científica.

A razão, sob a corrente formal-abstrata ou agnóstica (como em Coutinho, 1972), perde completamente seu conteúdo clássico e é totalmente deformada de seu sentido original. Como já mencionado anteriormente, a burguesia, agora classe dominante e dirigente, preocupada em se manter hegemônica frente ao proletariado, precisa de fato travestir o caráter progressista que o pensamento racional significava e conceder a ele uma nova roupagem, capaz de assegurar sua legitimidade. É fácil perceber como tais pensadores¹² trasladam, ainda que involuntariamente, o ideário racional de um pólo a outro, rompendo com qualquer raiz emancipatória, ocultando a essência real dos fenômenos. Como analisa Coutinho,

Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se a conquistar terrenos cada vez mais amplos e através da Razão humana, o miserável racionalismo

puramente as vivências subjetivas dos homens. Ou seja, a intuição para eles não possui aspecto antropomorfizador; ao contrário, a intuição faz parte de um dos níveis de apreensão objetiva do real, ainda que não o único.

¹² A análise marxiana compreende que não há um componente de caráter moral presente nas ações da burguesia e principalmente em seus ideólogos. Na verdade, acreditam que os princípios burgueses sejam de fato os mais corretos e únicos para toda a humanidade. Tomam, como sinaliza Coutinho (1972), a particularidade materializada pela ordem burguesa como se fosse a universalidade em si.

da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer 'limites' ao conhecimento, enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos 'limites do conhecimento'. (...) A 'miséria da razão' é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo capitalista (COUTINHO, 1972, p.38).

Assim, embora ainda existam vários outros aspectos que corroboram a vertente racional formal-abstrata, pensamos ter sumarizado apenas aqueles essenciais para os limites e objetivos deste trabalho, cabe-nos ressaltar, entretanto, como já indicado anteriormente, em que medida as correntes irracionalista e formal-abstrata convergem entre si.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que ambas possuem expressões imediatistas diante do real e não superando o caráter aparente, não conseguem alcançar sua essência.

Exatamente por não objetivarem o alcance da essência, também não favorecem o entendimento da totalidade dos fenômenos reais, muito pelo contrário, consideram que tal preocupação não pode se constituir em objeto de pesquisa por ser simplesmente inacessível. Tanto as correntes irracionalistas, quanto aquelas apoiadas no racionalismo formal-abstrato, delegam ao campo do pensamento agnóstico tudo aquilo que se põe como problema de cunho ontológico.

Assim, torna-se mais fácil compreendermos o caldo cultural que antecede o chamado campo pós-moderno atual. No entanto, é importante destacar que as condições históricas, feitas pelos homens, incidem diretamente sobre seu agir e pensar, de modo que o irracionalismo, a partir de seus principais expoentes, apenas tomou força em um contexto repleto de contradições. Tratava-se do cenário posto ao mundo especialmente na primeira metade do século XX, quando somente uma análise pautada na razão dialética poderia explicar, que verificamos a impulsão do novo irracionalismo. Tão logo, a ordem burguesa retoma sua estabilidade no segundo pós-guerra, as correntes passam a disputar espaços com perspectivas de caráter racionalista, como foi o caso do estruturalismo.

É neste sentido, considerando o movimento sócio-histórico do qual somos partícipes, que circunscrevemos a existência do campo pós-moderno na atualidade, renovando velhos, porém nunca totalmente esquecidos preceitos e argumentos.

1.2.2. O campo pós-moderno em questão

Podemos iniciar tal discussão afirmando que a crítica que se põe à modernidade não é algo recente, mas já existente desde o século XIX no bojo do que podemos chamar de irracionalismo, isto é, para aqueles que não entendiam a razão como ferramenta de compreensão do mundo, a perspectiva de modernidade era portadora de um problema em seu âmago. A partir da negação de qualquer tipo de teoria social, para os irracionaisistas as determinações sociais apenas podem ser entendidas quando observadas com os olhos da estética e das artes. Trata-se, ainda neste momento, do chamado antimodernismo, que certamente trouxe alguma simpatia e inspiração aos pós-modernos.

A crítica à modernidade é, assim, antiga. Para Weber, citado por Harvey,

O projeto de modernidade nunca deixou de ter seus críticos. Edmund Burke não fez nenhum esforço para esconder as suas dúvidas e o seu desgosto com os excessos da Revolução Francesa. Malthus, rebatendo o otimismo de Condorcet, mostrou a impossibilidade de um dia se escapar das amarras da escassez natural e da necessidade (HARVEY, 1992, p.25).

Segundo Harvey, já no século XX, o pensamento weberiano também demonstrava preocupações frente ao ideário moderno, visto que para este,

a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Mas, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade proposital-instrumental. Esta forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até as artes. O desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma 'jaula de ferro' da racionalidade burocrática da qual não há como escapar (HARVEY, 1992, p.25).

Contudo, o debate da pós-modernidade, tal como este tem se estendido atualmente, remonta de 1979 com a publicação do relatório e depois livro de Lyotard (1994), intitulado *A condição pós-moderna*. Neste, Lyotard empreende um debate de natureza epistemológica acerca das condições contemporâneas para a construção do conhecimento, chegando a conclusão (óbvia se partirmos da compreensão dos princípios que norteiam a ordem burguesa) de que este último possui valor de troca, pois é permeado por valores mercantis. Para o

referido pensador, os fundamentos que sustentavam a produção do conhecimento baseado no meta-relato ou meta-narrativa derruíram nos anos 60/70¹³.

Mas qual foi o caldo sócio-cultural que passou a inspirar o vasto leque de pensadores neste período? Sem querer nos estender em demasia, é importante sinalizar que o cenário que despontou no chamado pós-68 não foi nada animador para aqueles que defendiam a construção de um mundo pautado na razão moderna; e de fato acabou por intensificar para alguns a idéia de derrota daquilo que se convencionou chamar de modernidade, na medida em que concentrou o desenvolvimento de três crises praticamente simultâneas: o fim do “terceiro-mundismo”, no qual não havia mais a esperança de que algum país deste bloco se tornasse de fato uma potência mundial e, principalmente, que pudesse detonar algum momento revolucionário; o esgotamento do padrão compensatório pautado no Welfare State; e por último, o colapso do socialismo real. Os três eventos acenaram para a impossibilidade de construção de uma ordem alternativa ou menos selvagem para o capitalismo, por um lado; e por outro, desmontaram a perspectiva moderna de criação de um mundo justo e universal. É na esteira destes acontecimentos que poucos intelectuais resistiram em face de outros inúmeros que se renderam e/ou aderiram e/ou mudaram suas bases de entendimento, afirmando que os paradigmas anteriores não explicam mais o movimento e a complexidade da vida social. Logo, é necessário criar-se um novo paradigma que traga novas respostas¹⁴.

Assim, enquanto para os modernos as grandes narrativas expressavam a preocupação central de se alcançar a totalidade ou pelo menos se aproximar dela, para Lyotard, o conhecimento não pode pretender ser a verdade em si, mas apenas a retórica, daí a importância da linguagem e da persuasão para se construir consensos¹⁵.

¹³ Cabe aqui chamar a atenção para o cenário vivido no período que envolve os anos 60/70, mais precisamente 1968, ou seja, dez anos antes de Lyotard publicar suas idéias pós-modernas. Em 1968, a existência de uma série de acontecimentos, aparentemente locais, expressaram efetivamente a possibilidade de construção de um mundo novo. Nas palavras de Netto, “68 foi o terremoto que permitiu vir à tona anseios, desejos, projetos que pareciam derruir a ordem burguesa (...). Doze meses depois, (...) daí para frente, a palavra revolução perdeu tonicidade e ganhou sentido de utopia. Primeiro, ela foi deslocada para utopia, depois no final do século, parece que sucumbia e na esquerda emerge a expressão ‘reinventar a utopia’”. (Transcrição de aula do Professor José Paulo Netto, em 21 de maio de 2002, durante a disciplina Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social – PPGSS/UFRJ).

¹⁴ É neste âmbito que se identifica o fortalecimento da chamada “nova esquerda”.

¹⁵ Cabe aqui o resgate, ainda que breve, acerca do debate sobre os paradigmas dos anos 50/60, que possui em Thomas Khum (1972) seu ponto alto com a publicação da obra – A estrutura das revoluções científicas. Nesta obra, entende-se por paradigma o conjunto de normas, ritos e métodos que tornam consensuais determinadas

Lyotard publiciza, então, aquilo que outros irão fazê-lo, constituindo no chamado “campo pós-moderno”, sob o qual gravitam várias concepções e autores. Um deles é Vattimo (1994), grande expressão da pós-modernidade, para ele há um processo de franca semiologização da realidade social, pois embora a dimensão simbólica tenha estado sempre presente em diversas análises das chamadas ciências humanas, o mundo contemporâneo (permeado pelo avanço das comunicações e das tecnologias da informação) é mais do que nunca composto por imagens. São elas que organizam as informações necessárias à percepção dos homens frente ao mundo em que vivem. A realidade consiste, desta forma, em um mundo de sentidos e de símbolos, que não existe independente dos homens, mas a partir das representações que se faz dela. Não há, portanto, nenhum envolvimento racional nesta direção, muito ao contrário, o mundo é em si igual a representação simbólica.

Assim, embora possa parecer um despropósito, principalmente para aqueles que ainda acreditam numa perspectiva racionalista e histórica de se entender o mundo, a tendência pós-moderna tem avançado e muito. Um pensador bastante conhecido e lido também no âmbito do Serviço Social é Boaventura Sousa Santos (2000). Para o referido autor, diante das crises do Welfare State e do socialismo real, torna-se muito difícil a previsão ou constituição de qualquer projeto societário, tal como se construiu a modernidade. Contudo, é possível superar tal dificuldade quando ela se aplica ao campo epistemológico.

Boaventura Sousa Santos, embora se coloque favorável às metas que a modernidade original e legitimamente pretendia alcançar, afirma que seus meios se mostraram ineficazes. Tal ineficácia se assenta para o autor, basicamente, em alguns aspectos, que sucintamente, expomos a seguir: o primeiro deles é o entendimento que as ciências da natureza e as sociais, segundo ele, não são ontologicamente diferentes, pois a natureza é uma categoria social, ou seja, “todo conhecimento científico-natural é científico-social. Este passo epistemológico é um dos mais decisivos na transição paradigmática que estamos a atravessar” (SANTOS, 2000, p.89). O segundo aspecto, que possui uma relação intrínseca com o primeiro, refuta a

formas de solucionar um problema científico. Sempre que determinado paradigma não responde mais às questões antes a ele aplicadas, pode-se dizer que tal paradigma entrou em crise, fazendo com que a ciência perca sua “normalidade” habitual e a deixando em suspenso até que um novo paradigma passe a vigorar. O interessante na proposta de Khum é que a maneira como um paradigma assume ou perde sua validade, depende diretamente do aval da comunidade científica, o que por sua vez deixa claro a incidência de determinados interesses na construção ou não da legitimidade do paradigma. Embora Lyotard não aponte em sua obra especificamente tal perspectiva, é exatamente tal ideário de paradigma que nela está implícito.

prioridade atribuída pela modernidade ao conhecimento científico. Para Boaventura Sousa Santos, o saber popular não é um conhecimento inferior.

Assim, é no dizer do próprio autor que ambos elementos são clarificados,

podemos afirmar hoje que o objeto é a continuidade do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento emancipatório é autoconhecimento. Ele não descobre, cria. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor, não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante da mesma explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade. Nada há de científico na razão que hoje nos leva a privilegiar uma forma de conhecimento baseada na previsão e controle dos fenômenos (SANTOS, 2000, p.84).

Um terceiro aspecto relaciona-se ao entendimento que Boaventura Sousa Santos faz do que seja verdade. Enquanto a modernidade pautou-se na compreensão de que pela razão era possível se alcançar a verdade efetiva, para ele, a chamada pós-modernidade postula que a verdade em si não existe, o que há, na realidade, são consensos estabelecidos a partir de uma comunidade de sujeitos acerca de determinado fenômeno. É muito mais importantes, assim, um bom discurso e argumento, do que a busca da verdade em si.

O que está em jogo não é uma decisão sobre a validade das novas descobertas, mas a existência ou não de uma nova percepção de realidade. Assim, a questão será decidida, em última análise, através da força dos argumentos que os grupos utilizem, dentro da comunidade relevante, em defesa de uma determinada percepção global (SANTOS, 2000, p.98).

Portanto, se não é possível a construção de uma verdade, tão pouco será de uma razão que se pretenda macro-histórica. Boaventura Sousa Santos defende assim a existência de “mini-racionalidades”, que transitam no espaço privado/doméstico, e que de certa forma conferem racionalidade àquilo que comumente chama-se “senso comum”. Contudo, embora possa possuir um caráter mistificador e/ou mistificado, para pós-modernidade, o “senso comum” assume um status fundamental na produção do conhecimento, visto que,

O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos (...). O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas por isso mesmo, é exímio em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. (SANTOS, 2000, p.108).

São muitos outros os autores que, no limite, transitam na perspectiva pós-moderna, contudo optamos em nos limitar somente a alguns e, sobretudo a Boaventura Sousa Santos, em função dos limites deste trabalho e no caso deste último, em virtude da aceitação que este possui entre os assistentes sociais. No entanto, cabe-nos ressaltar que os aspectos aqui apenas sumariamente tratados que envolvem o atual pensamento pós-moderno deixa-nos claro seu perfil fortemente ideológico à medida que parece não conhecer, ou pelo menos não seja essa a preocupação dos pensadores deste campo, os fundamentos que permeiam e vitalizam a ordem burguesa, e, neste sentido, acabam por transferir a crítica dos moldes capitalistas à um problema de ordem epistemológica e cultural. Deste modo, a pós-modernidade cria uma imagem falsa daquilo que é real, tendo em vista que não consegue ultrapassar a aparência dos fatos.

Além disso, não compartilham de nenhuma perspectiva assentada na idéia de causalidade, pois refutam a existência de determinismo, confundido com “finalismo histórico”. Não entendem que o caráter teleológico (que expressa a finalidade) está presente na ação dos homens e não no desenvolvimento da história. A história não é determinada previamente, mas construída por homens que nascem sob condições, aí sim, já estabelecidas pelas gerações anteriores. A existência dessas condições, todavia, não impede os homens de alterarem o rumo da história, mas apenas demonstra sobre que bases irão atuar.

Outro aspecto também presente nas composições pós-modernas é a clara ruptura com o universalismo em nome do “direito à diferença”, cujo argumento é de que o universal oprime o singular. Compartilhamos com a percepção que diante da injustiça social existente em vários países, entre eles o Brasil, como reafirmar direitos universais, se a prioridade for do singular? Já de outro modo, como se opor ao sectarismo, ao xenofobismo, se defendermos a primazia do que é local? Não se trata de se eximir a instância da singularidade, mas relacioná-la à universalidade a partir das diversas mediações que se põem ao longo deste percurso. Só assim se é possível alcançar, não a singularidade, mas a particularidade.

Verificamos, desta forma, que diante dos aspectos que conformam a pós-modernidade, nada sobra da Teoria Social Moderna, na qual era patente o predomínio da razão em busca de uma verdade objetiva. Como construir uma “nova teoria social” da pós-modernidade, face ao

colapso do projeto ilustrado? Para os pensadores pós-modernos, tal problema já lhes parece resolvido. Embora não centrada em uma razão moderna que possua ou tente possuir um caráter macroscópico, a “teoria da pós-modernidade” deverá ser baseada em três eixos centrais: o primado da intuição, o fortalecimento do holismo e o empirismo. Os três reforçam a negativa a qualquer tendência que leve a grande narrativa, apóiam-se na descrição em detrimento da análise e acabam por imputar o irracionalismo nas suas acepções. Trata-se, sem sombra de dúvida ou engano, de vários passos para trás ou nas palavras de Eagleton (1998, p.118), “o pós-modernismo não é, por certo, apenas uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do ocidente”.

2 – CONSEQÜÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO CENÁRIO ATUAL

Até aqui tentamos apresentar o cenário que vem se construindo ao longo da segunda metade do século XX e se aprofundando neste novo século que desponta. E é a partir da compreensão deste contexto que nossas preocupações se dirigem ao Serviço Social, uma vez que este tem se mostrado, como todas as demais profissões, sensível a este quadro.

A questão de fundo que se põe, ao nosso ver, é: *diante deste conjunto de aspectos desenvolvidos nos itens anteriores que conformam o cenário atual, quais tendências se apresentam ao Serviço Social no que tange a dois fatores centrais – 1. Sua inserção e permanência no mercado de trabalho; 2. A percepção e trânsito das atuais tendências ideoculturais no interior da categoria profissional.*

Quanto ao primeiro fator apontado, é claro que os assistentes sociais sofrem e compartilham das mesmas angústias e dificuldades sentidas pelos demais trabalhadores. Ademais, se lembrarmos que o Estado, agora em franco processo de redução de funções, ainda é e sempre foi o principal empregador dos assistentes sociais, a situação torna-se bastante dramática do ponto de vista da contratação de novos profissionais na esfera pública, sob a condição estável de servidores, sobretudo a federal. Contudo, vale ressaltar que tal fato tem gerado uma tendência à contratação de profissionais nos pequenos municípios do interior, o que, se por um lado, significa uma alternativa para as novas gerações recém-formadas; por outro, o número de vagas por município geralmente é pequeno e os cargos oferecidos com

baixos salários, obrigando os jovens profissionais a buscarem um número sem fim de concursos e seleções.

Outras possibilidades de inserção no mercado surgem ao Serviço Social, como por exemplo a entrada desse profissional nos diversos Conselhos previstos na legislação em vigor como os Conselhos de Saúde, de Assistência, da Criança e Adolescente e etc. Já outro campo que merece destaque, refere-se à gestão pública, no qual os assistentes sociais, a despeito da histórica função de “executor terminal das políticas sociais” (NETTO,1996a) têm ocupado espaço na gestão dos programas sociais, competindo com outros profissionais. No entanto, cabe ressaltar que muitos destes cargos possuem o caráter temporário, mantendo-se somente enquanto durar o programa ou conforme as intenções governamentais, não havendo, desta forma, perenidade nas ações e nem tão pouco transmitindo segurança ao profissional.

Outra área que tem contratado os assistentes sociais é o chamado “terceiro setor”, que diante da programática neoliberal de minimização do papel do Estado como principal prestador dos serviços sociais, tem assumido alguns setores deste segmento. Vale ressaltar que em algumas situações, o Estado contrata determinado projeto (ou o desenvolve em parceria) de uma determinada ONG e é a partir desta relação que os profissionais são selecionados e “empregados”. Ou seja, a relação de trabalho é construída em padrões extremamente precários, sem nenhuma garantia de prorrogação do contrato ao fim do projeto. Como se pode perceber, a terceirização e a precarização das relações de trabalho, que assolam a todos os trabalhadores em potencial, também atingem os assistentes sociais.

Na esfera privada, outro campo de atuação que vem crescendo e merece nossa atenção é a proliferação do que comumente se convencionou chamar de “filantropia empresarial” ou “responsabilidade social”, que consiste na tentativa de ação social por parte das chamadas empresas “solidárias”. No entanto, não se trata daquela filantropia altruísta e de fato afeita às “vicissitudes humanas”, mas com objetivos diferentes da caridade tradicional. Na verdade, tais empresas estão, conforme Iamamoto (1998, p.127), “em busca de uma melhor imagem social, de ampliar vendas e conquistar mercado, (...) com a vantagem de usufruírem dos estímulos oferecidos pelo incentivo fiscal de 2% sobre o lucro operacional”. A lógica, portanto, que move estes empreendimentos nada tem a ver, nem com a pura preocupação com o bem-estar do próximo, e nem muito menos com as conquistas constitucionais pautadas na universalidade de direitos e controle da sociedade sobre a gestão e aplicação de recursos,

muito pelo contrário, tais programas expressam a lógica de mercado, no qual sai com vantagem aquele que possui as estratégias mais competitivas e, diga-se de passagem, mais criativas.

Isto significa que do ponto de vista do mercado profissional, tal campo também não pode representar maior estabilidade aos assistentes sociais, pois depende da disposição da empresa em manter ou não os investimentos nos programas em questão, os quais por sua vez devem estar diretamente submetidos à lógica do custo x benefício.

Neste sentido, um rápido giro pelo mercado profissional nos mostra que tais como os demais trabalhadores, os assistentes sociais também estão sofrendo todos os impactos impostos ao mundo do trabalho pelo atual padrão regulatório em curso, o que nos reforça a necessidade de nos debruçar sobre velhos desafios. "Velhos" porque, na verdade, expressam a antiga busca (pelo menos mais clara depois do processo de Reconceituação) do Serviço Social por maior capacidade de resposta às demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Assim, Iamamoto (1998) sugere que para a apreensão e enfrentamento do cenário atual, marcado pelos aspectos já tratados anteriormente, faz-se necessário uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica para construir alternativas, sem desconsiderar o caráter interventivo da profissão, o que exige o aperfeiçoamento técnico-operativo. O lugar e o papel do instrumental, tema que sempre pareceu prioritário para a categoria em detrimento do conhecimento teórico-metodológico, precisa ser redimensionado para que não corramos o risco do tecnicismo de um lado, ou do teorismo do outro.

Além disso, há de se buscar o efetivo engajamento político nos movimentos sociais e reconhecimento da dimensão política da profissão. Contudo, nos alerta Iamamoto (1998), que a afirmação deste pressuposto sem a devida fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa para decifrar os processos sociais, consiste em um equívoco já amplamente discutido no interior da categoria, dada a possibilidade de, como nos anos 70, encaminharmos ao politicismo ou militância e, por conseguinte, a posturas messiânicas e voluntaristas. Para Iamamoto

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p.52).

Na verdade, o próprio padrão flexível exige de todos os trabalhadores, incluindo o assistente social, muito mais do que a execução das tarefas, mas a participação do trabalhador na condução e otimização do processo e na compreensão e solução de seus eventuais pontos de estrangulamento. É necessário, portanto, um trabalhador capaz de pensar, propor e planejar. No caso do assistente social, conforme Iamamoto (1998), isso por sua vez exige o rompimento com a relação utilitária com a profissão, limitada à burocracia e ao cumprimento de horários. O exercício da profissão implica saber propor, negociar com a instituição, defendendo seu espaço de trabalho, suas atribuições e direitos profissionais. Para Iamamoto,

as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 1998, p.21).

No entanto, embora as possibilidades de fato existam materialmente na realidade, pois caso contrário deveríamos nos contentar com o “fim da história”, não acreditamos que estejam claras, nem tão pouco sejam facilmente percebidas pelos profissionais¹⁶. Tal entendimento parte principalmente da consideração de que as dificuldades impostas pelo desemprego e pela redução do número de postos de trabalho na esfera pública e privada têm estimulado os trabalhadores de uma forma geral, e o assistente social em particular, a disputar entre si as possíveis e/ou eventuais vagas ainda existentes, rompendo com qualquer iniciativa que expresse a tão necessária solidariedade de classe e com isso acirrando a competição e o individualismo, qualidades tão presentes no ideário burguês voltado ao alcance do sucesso profissional. Com isso, a saída passa a ser a busca por soluções individuais pela via da qualificação e da afirmação das competências. Torna-se “empregável” aquele que possui a melhor resposta e que, por conseguinte, está mais “afinado” com as demandas atuais.

Assim, diante do quadro do “salve-se quem puder”, das atuais imposições da empregabilidade e da tradicional dificuldade da categoria em apreender o papel e a natureza da teoria e sua relação inseparável com a prática, enfraquecendo, deste modo, a construção de estratégias para o efetivo exercício profissional, assiste-se o fortalecimento da procura por “novos aportes teóricos”, francamente assentados no chamado “campo pós-moderno”, cujas

¹⁶ Faz-se necessário ressaltar que tal inferência não consiste no resultado de nenhuma pesquisa formalmente empreendida por nós, mas é fruto do contato muito próximo com graduandos e profissionais de Serviço Social.

características elementares foram apontadas no item anterior deste ensaio, o que nos facilita identificar em que medida tais aportes já estão presentes em algumas produções do Serviço Social e no discurso de alguns de seus atuais e antigos atores.

Em nome do “afinamento” com os novos tempos e com pluralismo, ou melhor dizendo, com uma apreensão equivocada do que ele representa, observa-se a volta e a reafirmação de antigos valores e práticas presentes no Serviço Social¹⁷. E aqui residem, ao nosso ver, sérios riscos para o Serviço Social brasileiro. Mas de que tipo de riscos estamos exatamente falando? Podemos identificar, em última análise, dois que nos parecem graves e auto-implicados: o fortalecimento do conservadorismo e a possibilidade de esvaziamento dos princípios ético-políticos, o que tentaremos fundamentar a seguir.

Historicamente a trajetória do Serviço Social foi marcada pelo forte vínculo com a tradição conservadora, seja oriunda da Igreja Católica, seja do pensamento laico. Tal vinculação, por sua vez, não se deu por acaso, mas era necessária para a forma como os profissionais de Serviço Social deveriam encaminhar suas ações junto à “clientela”. Necessária para a correspondência desta profissão com os interesses da ordem burguesa (pois é neste sentido que se configurava como um dos instrumentos legitimadores desta ordem) e para a construção de sua auto-representação. Ou seja, se partimos do entendimento que esta profissão apenas se constituiu como tal em função de uma determinada forma de enfrentamento das seqüelas da “questão social” por parte da esfera pública, e se compreendemos que no capitalismo o Estado é comumente capturado pelos interesses burgueses, não é de se estranhar que o Serviço Social sofresse a influência do pensamento conservador. Assim, na esteira deste entendimento, torna-se bastante clara a maneira como os assistentes sociais encaminhavam suas ações profissionais frente às demandas existentes – diante dos “problemas sociais”, a intervenção profissional devia tomá-los como problemas individuais, de fundo moral e/ou psicológico, cujo “tratamento”, pautado no relacionamento assistente social/cliente, objetivava a mudança comportamental. Isenta da dimensão política que gera a “questão social”, a abordagem psicossocial tornava suas expressões um problema oriundo de um comportamento psicologicamente perturbado ou desviante.

¹⁷ Neste sentido, sugerimos visitar o site da Federação Internacional de Trabalho Social – FITS: www.ifsw.org/espanol.htm

No entanto, é no dizer de Guerra, que entendemos que, “se a psicologização das relações sociais se expressa como individualização da questão social, transformada em problemas pessoais, essa forma é apenas uma dentre outras maneiras de o pensamento conservador conceber a questão social” (GUERRA, 2001, p.264). Ainda, conforme Guerra, “à psicologização das relações sociais o positivismo acrescenta sua naturalização” (GUERRA, 2001, p.265).

É, portanto, desta forma que a postura e a prática hegemônica dos assistentes sociais frente às seqüelas da “questão social”, durante cinquenta anos (se tomarmos como referência a criação da primeira Escola no Brasil em 1936 até a consolidação do Código de Ética de 1986), foram pautadas pela combinação dos seguintes aspectos: a psicologização, a moralização e naturalização. E com isso, conforme Guerra, “os conhecimentos e os valores no Serviço Social são retirados de campos diferentes. (...) Não obstante, compatíveis com a manutenção da ordem social” (GUERRA, 2001, p.272). O ecletismo configura-se, portanto, em um velho problema para o Serviço Social, recriado em tempos atuais, como se fosse um recurso ao pluralismo.

Na verdade, além do ecletismo, do apelo às abordagens psicossociais – terapêuticas ou “clínicas”, à perspectiva holista e intuitiva, na qual o conhecimento teórico não permite entender a realidade¹⁸, recupera-se hoje a herança conservadora que perseguiu o Serviço Social ao longo de muitas décadas. No entanto, para aqueles que apregoam o fim ou a falência da modernidade, trata-se não de um retorno à herança cultural conservadora, mas da necessária articulação do Serviço Social com os tempos atuais, e estes já sabemos como têm se configurado em termos políticos, econômicos e ideoculturais – a apologia da lógica do mercado com o incentivo de respostas privadas para questões de alcance público; o enfraquecimento de todos os mecanismos que se fundamentam na democracia e o fortalecimento do efêmero, do superficial, do aparente e descartável a despeito daquilo que compõe a essência do real. É exatamente, neste sentido, que localizamos um segundo risco ao Serviço Social: a transformação dos princípios ético-políticos vigentes em abstrações vazias de sentido.

¹⁸ Para tal perspectiva reside, em última análise, a máxima de que “na prática, a teoria é outra”, e sendo a realidade suficientemente rica, nenhuma teoria é capaz de expressá-la idealmente. A verdade depende, portanto do “olhar” de cada um.

Inicialmente é importante dizer que o debate sobre o chamado projeto ético-político é recente – percebido somente nos anos 90, embora suas bases geradoras estejam presentes no âmbito profissional desde meados dos anos 70, com o processo de Renovação e mais especificamente com a “intenção de ruptura” (NETTO, 1991a), que por sua vez possibilitou a construção de um novo projeto de profissão¹⁹, cujo amadurecimento se deu apenas nos anos 80, com a implantação do currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Um projeto profissional, exatamente por estar vinculado a uma determinada programática societária, não pode eximir-se da dimensão política. Expressa, portanto, aquilo que queremos ser como seres sociais e políticos que somos e que funções desejamos desempenhar na sociedade. Conforme Netto,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos básicos (...) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

Contudo, estando nosso projeto profissional em confronto direto com o modelo de acumulação vigente, é compreensível que tenhamos dificuldades que absolutamente não se situam no projeto em tela, como alguns defendem e acusam-no, mas na própria contraditória estrutura capitalista. Assim, uma leitura falaciosa da realidade pode gerar em determinados segmentos da categoria profissional, o sentimento de que o projeto profissional em questão não corresponde às demandas atuais em função de sua própria direção social estratégica, esta proporcionada por uma vinculação teórico-metodológica e política inadequada e obsoleta.

Na verdade, uma análise criteriosa das condições e bases que geraram o atual projeto profissional, e, por conseguinte, os princípios ético-políticos que norteiam o Código de 1993, mostra que foi exatamente em função do reconhecimento por parte da categoria profissional de sua tradicional e orgânica vinculação com os interesses dominantes e que, em

¹⁹ Cabe ressaltar que o projeto profissional, o qual nos referimos possui uma estreita relação com um determinado projeto societário, pois “a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para alcançá-la” (NETTO, 1999, p.93). Ou seja, nosso projeto profissional possui uma intrínseca relação com uma determinada perspectiva de sociedade, que supera o atual padrão capitalista de sociabilidade.

consequência disso, era imperiosa a necessidade de romper com tal herança conservadora, que a categoria profissional, enquanto sujeito coletivo, decidiu, ainda no “apagar das luzes” da ditadura em 1979, exprimir esta ruptura (ainda que fosse somente na intenção). É claro que esta tomada de decisão só ocorreu e foi viabilizada por um conjunto de fatores histórico-conjunturais que não nos cabe aqui retomar, mas o fato é que o Serviço Social brasileiro optou a partir daquele momento por trilhar um caminho diferente, de fato comprometido com os interesses e problemas dos usuários de seus serviços, e não mais como uma “pseudo-ajuda” no campo da mudança do comportamento, conforme havia permanecido durante várias décadas. Isso nos impele pensar que a defesa do perfil profissional anterior (ainda que travestido hoje de uma nova aparência) seria um retrocesso a esta lúcida decisão.

Contudo, o atual projeto profissional não impediu que as históricas tendências conservadoras fossem completamente eliminadas do interior da categoria (até porque o ambiente democrático possibilita a convivência de diferentes correntes de pensamento), embora tenha conquistado a hegemonia. E é exatamente essa hegemonia que pode ser ameaçada em função de dois fatores centrais, ao nosso ver: em primeiro lugar, um rápido giro sobre algumas produções e debates internacionais no Serviço Social nos mostra que a ruptura com o conservadorismo, embora seja hegemônica no Brasil, não está equacionada exatamente desta forma em outras partes do mundo (na verdade, nunca estiveram)²⁰. Além disso, se fortalece no Brasil algumas tendências que transitam dos princípios que fundamentam o projeto ético-político atual, tomando-os inclusive como defesa a esta postura, às abordagens psicossociais e terapêuticas, como se estivéssemos falando da mesma coisa.

Em segundo lugar, o contexto de crise que gera desesperança política e cultural, abre o flanco para soluções “pós-modernas”, que a tudo dissolve no irracionalismo, e restitui em novos discursos e práticas o apelo ao individualismo materializado na auto-ajuda, na auto-estima, à forma em detrimento do conteúdo, ao holismo em substituição a universalidade e a verdade em nome do “ponto de vista” ou do “olhar”.

Contudo, embora os homens nasçam sob condições objetivas, as quais não podem diretamente escolher, eles podem com certeza sobre elas intervir. É isso que torna a história um processo, que não é finalista e muito menos fatalista. Nesta direção, Netto (1999) aponta que, apesar de todos os percalços e possíveis armadilhas que a contemporaneidade tem

²⁰ Esta perspectiva nos parece clara em face de leitura criteriosa de alguns textos presentes em Guerra (2001).

apresentado à classe trabalhadora em geral, que o projeto profissional atual, e por conseguinte, o ético-político tem futuro, pois, diz ele – “vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social brasileira” (NETTO, 1999, p.106). Portanto, a defesa do projeto ético-político profissional faz-se absolutamente imprescindível na contemporaneidade, sem, contudo, perdermos de vista que sua efetividade exige mais do que a intenção de uma categoria profissional, mas a luta coletiva por uma nova ordem societária.

CONCLUSÕES

A análise da realidade a partir de lentes marxianas tem nos deixado evidente que na ordem burguesa não há outra maneira, pelo menos formalmente aceita e legitimada, de sobrevivência que não seja pela via do trabalho assalariado. Tal condição tem submetido a classe trabalhadora a uma série de adversidades, sobretudo se partirmos da atualidade, na qual vivencia-se a ruptura com o padrão de assalariamento construído especialmente a partir do segundo pós-guerra, trazendo precarização, insegurança e desemprego.

A solução disso, nos marcos da racionalidade burguesa, não pode ser coletiva, mas individual, cabendo aos próprios trabalhadores buscarem a qualificação, preferencialmente através dos cursos universitários. A corrida pelas universidades, tão estimulada pela necessidade de empregabilidade, conflui com o desmonte das instituições públicas, obrigando os trabalhadores a se submeterem aos cursos privados que se multiplicam. Nestes a pesquisa não é incentivada, nem para o corpo discente, nem ao docente, majoritariamente “horistas”.

Assim, diante deste quadro, no qual a prioridade da graduação é encontrar um emprego o mais rápido possível (nesta direção é comum os alunos desejarem antecipar disciplinas com o intuito de terminar mais cedo o curso, mesmo se isso levar à quebra da lógica curricular), sem a preocupação com a investigação e a produção do conhecimento; e a exigência do mercado se põe, no dizer de Simionato (1999, p.89) em, “ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência da técnica”, as possibilidades da reatualização de práticas conservadoras existem e se fortalecem.

Neste sentido, é ainda Simionato que nos alerta que,

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas perspectivas teóricas distintas: a que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.(...) O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, dentre outros fatores, das opções teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão no limiar do século XXI (SIMIONATO, 1999, p.89).

Com efeito, o que se põe à categoria profissional é uma escolha clara – manter a hegemonia do projeto profissional a duras penas conquistada ou abraçar tendências pautadas nas abordagens comportamentais, psicossociais, voluntaristas, e para usar um termo muito em moda hoje em dia, holista. A escolha consciente entre uma ou outra perspectiva profissional apenas pode se dar a partir do profundo investimento em formação profissional (incluindo os graduados), e aí é imprescindível o papel da universidade e das entidades da categoria.

ABSTRACT

The article reflects upon the challenges of current Social Work, in light of the new stage of capital development, whose consequences may be observed in the changes in the workplace, and in the role of the State and the strengthening of post-modern tendencies.

Key words: labor, State, modernity, post-modernity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FILGUEIRAS, L.H.G. Modernidade versus pós-modernidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.53, 1997.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e serviço social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.69, 2002.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As racionalidades do capitalismo e o serviço social. In: MOURO, H.; SIMÕES, D. (orgs.). *100 anos de serviço social*, Coimbra: Quarteto, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Os Pensadores: Adorno, Horkheimer e Habermas*. São Paulo: Abril, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KHUM, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, Jose Paulo. Notas sobre marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.4, 1991a.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. Transformações societárias: notas para uma análise prospectiva e perspectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.50, 1996a.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

ROUANET, Sergio. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.29 – 50.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999, p.77 - 90.

SOUZA, Adryanice Angélica S. de. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.51 – 81.

IMAGENS E POLÍTICAS PARA JOVENS POBRES: INTERAÇÕES NA ORDENAÇÃO DA CIDADE

Carla Cecília Moraes Esteves^{**}

Carla Resende; Fernanda Gonçalves de Camargo e Silva^{***}

Livia Ribeiro Vieira^{****}

Maria Aparecida Tardin Cassab^{*}

René Albuquerque Pontes^{*****}

RESUMO

O artigo trata da relação entre a imagem dos jovens que é socialmente projetada e como as políticas sociais dirigidas a esse segmento etário interagem com esta imagem. Buscou-se conhecer as conexões entre as especificidades do desenvolvimento urbano da cidade de Juiz de Fora, em relevo suas desigualdades, as ocorrências de violência envolvendo jovens e as ações de política social no disciplinamento deste segmento etário e social no espaço da cidade. Procurou-se investigar o quanto a política social contribui para a produção de territórios na totalidade da cidade.

Palavras-chave: jovens pobres, território, políticas sociais, violência urbana.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do relatório final da pesquisa Mapeamento dos Conflitos e Políticas Sociais para Jovens em Juiz de Fora, apoiada pela FAPEMIG¹. A pesquisa buscou conhecer a imagem sobre os jovens que é socialmente projetada e como as políticas sociais, dirigidas a esse segmento etário, interagem com esta imagem.

^{**} Bolsista PROBIC/FAPEMIG.

^{***} Bolsista PIBIC/CNPq.

^{****} Bolsista BIC/UFJF.

^{*} Professora da Faculdade Serviço Social/UFJF.

^{*****} Bolsista de Extensão/UFJF, responsável pela elaboração dos mapas apresentados.

¹ A pesquisa contou com o importante apoio do professor Luiz Cláudio Ribeiro na produção do banco de dados e mapas.

Ela tem como um de seus focos de investigação os conflitos envolvendo jovens ocorridos no município de Juiz de Fora, a partir do ano de 2000 até 2005. A questão a ser buscada é a imagem emitida sobre a juventude no município. Ou seja, qual o destaque dado aos eventos sobre conflitos urbanos que envolvem jovens na mídia impressa local. Não se procurou conhecer a sua ordem de grandeza através dos Boletins de Ocorrência da Polícia Militar, por exemplo, mas sim delinear, através das narrativas dos conflitos, a imagem que é projetada sobre os jovens em sua ocupação da cidade.

Em outro pólo da questão foram levantadas e mapeadas as iniciativas da esfera pública municipal em termos de políticas voltadas para jovens. Com isso procurou-se estabelecer a relação existente, ou não, entre as ocorrências envolvendo jovens e as possíveis respostas, em termos de ações de política social, para esse segmento e suas intervenções na organização do espaço da cidade.

Em síntese, com essa pesquisa buscou-se conhecer as conexões entre as especificidades do desenvolvimento urbano da cidade de Juiz de Fora, em relevo suas desigualdades, as ocorrências de violência envolvendo jovens e as ações de política social no disciplinamento deste segmento etário e social no espaço da cidade. Procurou-se investigar o quanto a política social contribui para a produção de territórios na totalidade da cidade.

Este recorte não privilegia os conflitos, mas a conexão possível entre sua narrativa e as ações de políticas sociais para o controle do espaço da cidade. Nesse sentido, o debate que subjaz à pesquisa é o direito à cidade dos jovens pobres nela moradores. Este debate que vai ser examinado, na situação particular de uma cidade média, com certeza pode apresentar possibilidades de generalização para a discussão da relação entre jovens e espaço urbano no Brasil hoje.

Neste artigo será abordado um dos aspectos da conexão acima referida. Ele se inicia por uma breve nota metodológica, que inclui, além dos aspectos técnicos do procedimento da coleta de dados e do georreferenciamento, alguns fundamentos de onde se parte para o entendimento da cidade, ambos indispensáveis para a compreensão do desenvolvimento da pesquisa como um todo. Em seguida, é examinada a distribuição das notícias, a partir do

local e tipo de ocorrência narrada e a distribuição das políticas nas várias regiões da cidade. Para isso sobrepõem-se as imagens e as políticas georreferenciadas na cidade de Juiz de Fora, que sustentam algumas conclusões do estudo apresentadas ao final. Vale ressaltar que estes dados e conclusões são apenas um dos aspectos examinados no estudo, outros foram abordados, mas que não comporão este artigo por questões de espaço.

NOTAS METODOLÓGICAS - A METÁFORA DA CIDADE COMO TEXTO

O primeiro ponto a ser estabelecido nestas breves notas metodológicas é o do entendimento que se parte neste estudo acerca da cidade, mais especificamente o ponto a partir do qual se pode estabelecer a conexão entre a cidade e seus sujeitos e particularmente os jovens.

Nesse ponto de partida a cidade é um texto cujo leitor é ao mesmo tempo seu produtor. O morador é um leitor que a decifra em seu cotidiano, através de seus caminhos e rotas traçados no percurso de produção e reprodução de sua vida. Nesses percursos é que se realiza o sentido de pertencer à cidade, que é a base de seu direito a ela.

No exercício cotidiano de decifração o morador vai conhecendo as demarcações sociais, materializadas no espaço. Barthes (2001) chama a atenção para o caráter de discurso que a cidade possui, para ele a cidade se constitui, como uma verdadeira linguagem. Como um texto ela acumula dimensões e espessuras variadas.

Uma das dimensões que compõe a cidade, ao lado do espaço, é a dimensão temporal. Ela se realiza através das várias escritas expressas nas formas de seu arruamento, monumentos, das várias intervenções deixadas pela ação dos sujeitos coletivos e pelo poder público na ordenação do espaço, através da produção de um sem número de territórios na cidade. Essas intervenções se superpõem ao longo do tempo e a história de seus moradores pode ser lida através de seus resultados, bem como daqueles que dirigiram a cidade em seus interesses e contraposições.

Em sua temporalidade a cidade apresenta as desigualdades sociais, através das áreas de segregação e de diferentes paisagens que no presente compartimentalizam os sujeitos através de códigos materiais e simbólicos de interdição e/ou franqueamento de espaços que expressam, muitas vezes, hierarquias sociais muito estratificadas.

Como lembra Milton Santos (1991) a produção do espaço é resultante direta da ação humana, assim em cada tipo de paisagem está a reprodução de níveis diferentes das forças produtivas materiais e imateriais, já que o conhecimento é parte destas forças.

Para melhor compreensão da metáfora da cidade como um discurso é preciso reconhecer que: se existe um sistema urbano “com sua materialidade e com suas formas, com suas possibilidades e interditos, com suas avenidas e muros, com seus espaços de comunicação e os seus recantos de segregação” (Barros, 2007, p.44), existem também modos de se apropriar da cidade a partir da extensão do direito dos cidadãos a ela.

É certo que tal apropriação não se dá sem disputas políticas, pois o espaço é constitutivo das relações e antagonismos de classe. Por isso a metáfora da cidade como texto supõe a existência dela própria como texto e contexto das relações sociais e também o texto que seus moradores produzem nela e sobre ela. Ao criarem permanentemente novos códigos e linguagens que se inscrevem nas paisagens urbanas, os sujeitos coletivamente produzem e particularizam essas disputas políticas, pois “dentro da cidade existem inúmeros guetos, inúmeros saberes, inúmeras maneiras de circular na cidade e de se apropriar dos vários objetos urbanos que são partilhados por grupos distintos de indivíduos” (Barros, 2007, p.44).

A dinâmica territorial da cidade é, portanto o texto de origem político-espacial, que, nas práticas sociais estabelecidas no cotidiano, demonstra o estabelecimento de claras e diretas relações com os processos globais de construção e vivência do político e da presença efetiva do Estado na ordenação quotidiana da vida. Nessa dimensão da política opõe-se a experiência vivida no cotidiano às formas abstratas desta presença.

Assim, as placas com os nomes das ruas, os monumentos, etc. contam histórias, na maior parte das vezes, reificadas e esvaziadas de conteúdo para a maior parte de seus habitantes, mas que são preenchidas por memórias e afetividades que marcam as mutações

entre o permitido e o interdito na experiência de decifração do mundo na cidade. Pois “a cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive das pequenas conversas produzidas no cotidiano” (Barros, 2007, p.45).

O tempo da juventude talvez contenha a primeira experiência de exercício do direito à cidade, o primeiro contato de apropriação do espaço urbano como um texto no qual se inscreve a noção mesmo de cidadania. Como as cidades brasileiras são textos da desigualdade social, o espaço público que elas figuram torna-se para eles a primeira experiência política na vivência da vida pública que se inicia nessa fase da vida. E hoje no Brasil estas experiências vêm sendo marcadas por situações de extrema crueldade.

No domínio da vida pública os jovens extrapolam os códigos e limites na permanente reinvenção da cidade ocupando-a de forma ruidosa e reivindicando identidades e reconhecimento no espaço público. Ao fazê-lo expõem de modo cru a ocultação das histórias e trajetórias de parte importante de seus moradores e os modos de dominação repressivo do Estado na organização da vida cotidiana dos trabalhadores na cidade.

A demonização destes jovens e a idéia de risco a eles associada são operações ideológicas fortemente produzidas no texto da cidade. La Mendola (2005) mostra a extensão desta associação ao comentar uma notícia de um acidente automobilístico que na narrativa do jornal era atribuído a um comportamento irrefletido, tipicamente juvenil, só que os supostos jovens tinham 34 e 39 anos. Ele observa que:

No trecho, não se retoma o lugar-comum catastrofista e demonizador que tantas outras vezes se encontra nos jornais, mas exatamente por isso é interessante reencontrar o estereótipo de que esse comportamento é tipicamente juvenil, a ponto de transformar em jovens os protagonistas daquele trágico acontecimento. Tal perspectiva é compartilhada pela opinião pública, que tende a interpretar o fato de colocar-se em situação de risco como fuga, como um sinal de irresponsabilidade, uma busca improdutiva de emoções fortes para esquecer as obrigações da vida cotidiana. (p.61).

Algumas forças são poderosas na produção destas imagens e, sem dúvida, os meios de comunicação são das mais importantes difusoras de noções e pré-noções acerca da juventude e da necessidade de controle do espaço urbano, em particular da localização dos pobres na cidade.

Na ideologização da violência dos jovens, produzida pela reiteração de relatos de ocorrências, acaba por se operar um processo no qual a busca da explicação carrega muito de irrealidade, apesar de ser inegável que são hoje os jovens os que mais estão envolvidos em eventos de violência.

Na realidade, os índices comprovam que, se de fato existe um crescente envolvimento de jovens com a violência urbana, por outro lado são os jovens pobres as maiores vítimas da violência criminal, devido às conseqüências dos conflitos travados com a polícia, quadrilhas e grupos de extermínio. Como é corriqueira, não produz manifestações públicas, reivindicações políticas para reverter o quadro existente, ou destaques relevantes na imprensa. O que a mídia veicula são imagens dramáticas, de jovens sem limites de convivência social, como se a violência estivesse somente nas periferias e favelas em uma perigosa associação entre pobreza e criminalidade.

Mais do que índices é contundente o Relatório Técnico da Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro (RJ), em julho de 2007, de uma equipe de peritos forenses, designados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República com o objetivo de:

Prestar cooperação técnica a órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro nas investigações sobre eventuais excessos cometidos na morte de civis, durante operação policial-militar no denominado Complexo do Alemão (BRASIL, 2007).

O relatório, em linguagem técnica, apresenta as circunstâncias que envolvem a morte das vítimas na operação de ocupação pelas forças de segurança do Rio de Janeiro do Morro

do Alemão. Ao se citar apenas a síntese das conclusões da equipe de peritos pode-se avaliar a extensão da ação policial:²

De acordo com os elementos que sobejam nos corpos dos Autos de Exames Cadavéricos, pode-se afirmar, em grau de certeza, que várias das mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária.

Execução sumária, conforme demonstrado pela presença de:

- Grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo;
- Numerosos ferimentos em regiões letais;
- Elevada média de disparos por vítima;
- Proximidade de disparos;
- Seqüenciamento de disparos em rajada;
- Armas diferentes utilizadas numa mesma vítima.

Execução arbitrária, conforme se deduz de:

- Ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas;
- Ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas (BRASIL, 2007, p.14).

Porém, apesar da descrição acima, apenas um superficial exame das notícias veiculadas sobre o fato aludido mostraria que não são esses os aspectos realçados nas reportagens.

² Os fundamentos legais da análise feita pelos técnicos estão assim apresentados no relatório: “En muchos países del orbe hay *casos de ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias* que no constan ni se descubren. Entre ellos figuran: a) asesinatos políticos; b) muertes resultantes de torturas o malos tratos infligidos en los centros de prisión o detención; c) muertes debidas a ‘desapariciones’ forzadas; d) muertes ocasionadas por uso excesivo de fuerza por los funcionarios encargados del cumplimiento de la ley; e) ejecuciones sin previo juicio; y f) actos de genocidio. Manual sobre la prevención e investigación eficaces de las ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias. Nueva York: Naciones Unidas, 1991”.

É certo que as proporções assumidas pelas ações descritas no Rio de Janeiro nem de longe se aproximam das condições de vida dos jovens pobres de uma cidade média com as características de Juiz de Fora. Porém, isso não significa que essas imagens não tenham força para também formar as projetadas sobre os acontecimentos que envolvem jovens narrados no jornal local.

Como já afirmado anteriormente, a pesquisa buscou conhecer a imagem sobre os jovens que é socialmente projetada e como as políticas sociais dirigidas a esse segmento etário interagem com esta imagem.

Para reconhecer as imagens foram coletadas no jornal de maior circulação de Juiz de Fora – Tribuna de Minas, as narrativas dos conflitos envolvendo jovens ocorridos entre 2000 e 2005. O corte temporal da pesquisa teve como critério principal o marco inicial em coincidência com o Censo 2000.

Foram adotados então os seguintes procedimentos:

Para coleta de dados

- Foram coletadas notícias divulgadas pelo jornal Tribuna de Minas entre os anos 2000 e 2005, com jovens na faixa entre 15 e 24 anos, como vítimas ou autores das ocorrências;
- Com as informações coletadas foi montado um banco de dados que permitiu cruzamentos entre as variáveis selecionadas;
- Em relação às políticas foram levantadas informações sobre seus objetivos, público, metodologia, atividades e área de atuação na cidade;
- Este banco de dados foi consolidado e georreferenciado.

Para a sistematização dos dados coletados

Com as notícias coletadas no jornal foi montado o banco de dados com 900 registros. Utilizou-se a plataforma de pesquisa SPSS com as seguintes variáveis:

- Sexo;
- Idade;
- Tipo de envolvimento;
- Característica do fato;
- Tipo de ocorrência;
- Local de ocorrência;
- Local de residência dos envolvidos;
- Reincidência do autor;
- Profissão/ocupação;
- Ano da ocorrência

O Georreferenciamento

A construção de um “olhar espacializado” destes conflitos e das políticas dirigidas a jovens impõe a necessidade de se pensar como interpretar a relação entre a distribuição das ocorrências, verificando sua concentração espacial e relacionando-a com outros indicadores das várias dimensões da realidade experimentada nas regiões de concentração das ocorrências.

A CONCENTRAÇÃO DOS RELATOS, SUA NATUREZA E DINÂMICAS URBANAS

Como já indicado acima este artigo trata de um dos aspectos observados na pesquisa. Trata-se de estabelecer as possíveis relações entre os tipos de ocorrências narrados, o local do acontecimento e a concentração territorial dos programas destinados a jovens tendo como referência as dinâmicas urbanas da cidade.

O mapa apresentado abaixo localiza nas regiões as ocorrências encontradas nas narrativas do jornal envolvendo jovens em Juiz de Fora. Elas foram distribuídas nas

seguintes categorias: situações *contra o patrimônio* concentradamente relatos de roubo, furto; *contra ordem pública*, com relevância para vandalismo e depredação de patrimônio público; *contra saúde pública* em especial tráfico de drogas, uso de entorpecentes; *contra pessoa de ordem sexual* com relatos de estupro, tentativa de estupro, e *contra pessoa* agressão física, violência doméstica, tentativa de homicídio e homicídio.

A tabela abaixo apresenta a distribuição por ano dos relatos das ocorrências encontradas no jornal. Pode-se verificar um crescimento dos registros nos anos de 2002 e 2005, que demandaria um estudo mais aprofundado sobre a conjuntura nesse período e sobre a própria linha editorial do jornal.³ Porém, é possível que haja uma tendência crescente no número de registros em todos os tipos de ocorrências, em especial ao se comparar os números de 2000 e 2005.

Distribuição por ano dos relatos das ocorrências encontradas no jornal Tribuna de Minas

ANO	Contra pessoa	Contra patrimônio	Contra saúde pública	Contra pessoa de ordem sexual	Contra ordem pública	Total
2000	44	33	10	4	5	96
	45,8%	34,4%	10,4%	4,2%	5,2%	100,0%
2001	54	48	7	4	1	114
	47,4%	42,1%	6,1%	3,5%	,9%	100,0%

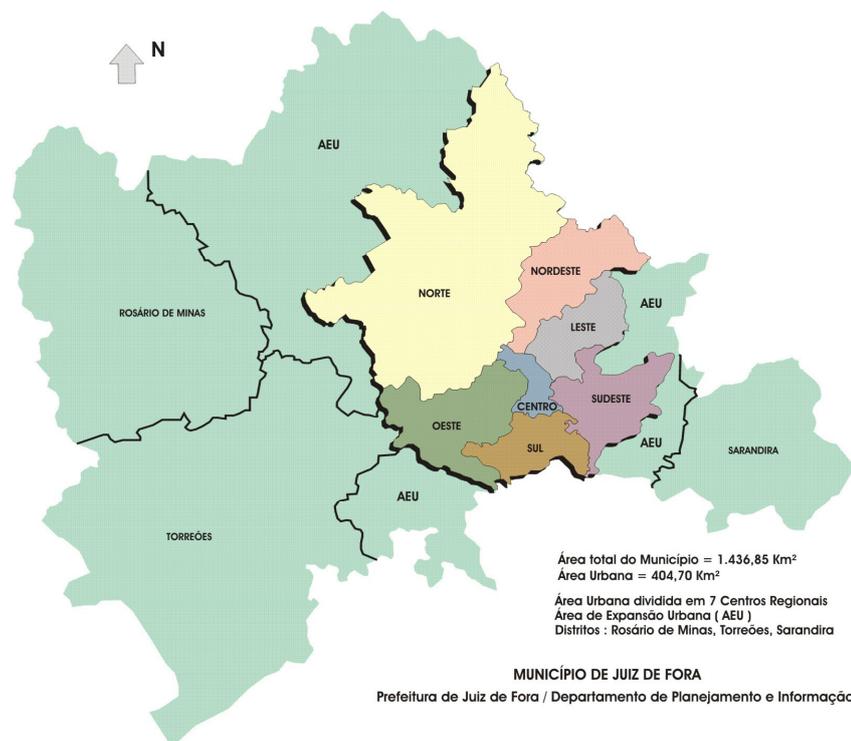
³ Do registro inicial que esta tabela apresenta foram retirados cerca de 100 registros que não se referiam às áreas abordadas pelo estudo.

2002	98	109	15	22	14	258
	38,0%	42,2%	5,8%	8,5%	5,4%	100,0%
2003	59	69	16	12	9	165
	35,8%	41,8%	9,7%	7,3%	5,5%	100,0%
2004	70	59	18	10	19	176
	39,8%	33,5%	10,2%	5,7%	10,8%	100,0%
2005	91	91	18	16	18	234
	38,9%	38,9%	7,7%	6,8%	7,7%	100,0%
Total	416	409	84	68	66	1043
	39,9%	39,2%	8,1%	6,5%	6,3%	100,0%

Fonte: pesquisa Mapeamento dos Conflitos e Políticas Sociais para Jovens em Juiz de Fora

O mapa abaixo mostra a divisão em regiões da cidade, importante para se compreender como se estabelecem os fluxos na cidade.

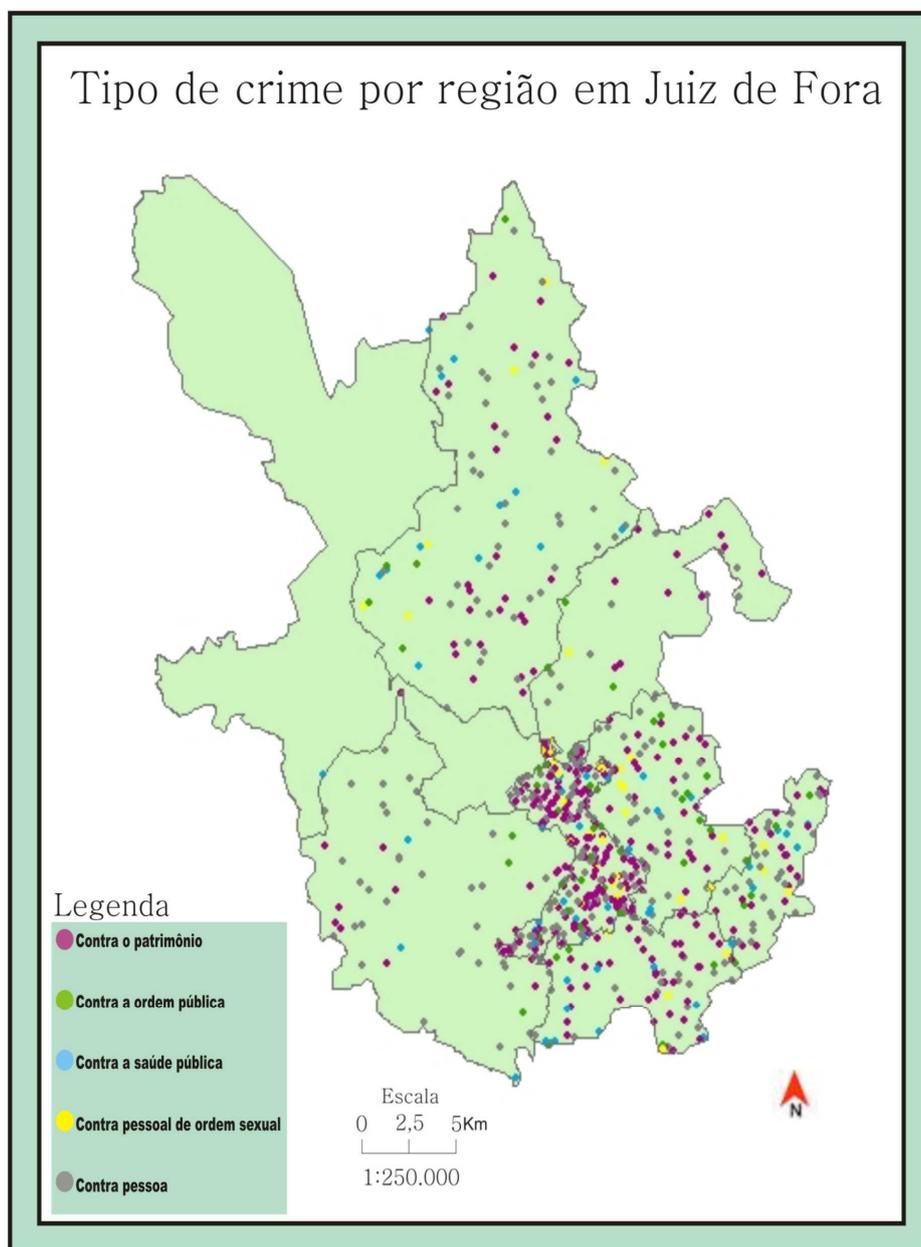
Mapa 1



Desta classificação dos eventos, baseada na tipificação criminal, partiu-se então para a sua espacialização, verificando-se a concentração e distribuição dos tipos de ocorrências narradas nas várias regiões. Com esse procedimento buscou-se perceber as possíveis relações entre a concentração/distribuição das narrativas em relação às características de cada região e sua dinâmica em relação à totalidade da cidade.⁴

Mapa 2

⁴ Neste estudo será abordada apenas a área urbana do município. No mapa anterior, aquela destacada em cores.



Fonte: pesquisa Mapeamento dos Conflitos e Políticas Sociais para Jovens em Juiz de Fora

A primeira observação do mapa anterior indica uma concentração bastante diversa em relação ao número de ocorrências narradas pelo jornal, também com diferenças importantes em relação à frequência do tipo de ocorrência.

Ao discriminar a leitura das ocorrências por regiões poder-se-ia observar que a região Centro apresenta grande concentração de relatos de ocorrências contra o patrimônio e contra pessoa. Em menor proporção contra saúde pública, contra ordem pública e contra pessoa de ordem sexual. Esta região é onde se encontra a maior frequência dos relatos no jornal.

As regiões Leste, Sudeste e Sul apresentam, quase que na mesma proporção, relatos de ocorrências contra patrimônio, contra pessoa, contra saúde pública e contra ordem pública. A frequência dos relatos no jornal equivale-se nas três regiões.

Nas regiões Norte e Oeste os relatos das ocorrências aparecem quase que na mesma frequência. Na região Oeste não se registram relatos de ocorrências de ordem sexual.

Na região Nordeste registra-se uma pequena frequência de narrativas de ocorrências de todos os tipos, sem concentração significativa em nenhuma e na Noroeste não foi encontrado nenhum relato no jornal.

Desta primeira observação do mapa algumas observações podem ser feitas em relação às regiões que concentram maior número de eventos.

O Centro da cidade apresenta o maior número de narrativas de ocorrências, em particular contra o patrimônio e a pessoa. Juiz de Fora ainda é hoje uma cidade onde o centro polariza atividades comerciais, financeiras, de serviços e administração pública, além de ainda ser uma área residencial no qual o patrimônio imobiliário é de grande valor. Isso determina um grande fluxo de pessoas e necessidade crescente de maior controle no espaço urbano. O tipo e volume de ocorrências é característica deste fluxo e da atenção que elas despertam na mídia.

A região Leste, próxima ao centro da cidade, é de ocupação antiga e bastante adensada, cerca de 90 mil habitantes, superada apenas pelo Centro. Caracteriza-se pela

heterogeneidade, com áreas de risco e habitações subnormais marcadas pela pobreza e violência urbana, ao lado de bairros com boa infra-estrutura e solo urbano valorizado. Há uma grande concentração de assentamentos subnormais na região, a mais alta da cidade. A região apresenta ainda áreas de risco em suas partes mais elevadas, com ocorrências de deslizamento em épocas de chuvas.

Na parte Leste da cidade se concentra o maior contingente de jovens entre 15 e 24 anos e a renda média das famílias é de 2 salários mínimos.

Em relação à segurança pública, dados do Planejamento Estratégico da Prefeitura – 2006 indicam um aumento do número de crimes contra a pessoa e o patrimônio de 21,78 para 24,89/1000 habitantes e de 37,21 para 39,07/1000 habitantes, respectivamente no período de 2001-2003. Em relação a substâncias entorpecentes, no mesmo período e segundo a mesma fonte, houve uma variação de 2,33 para 2,58/1000 habitantes.

A região Sudeste, de relevo muito acidentado, apresenta algumas áreas de adensamento, mas também vazios urbanos significativos. Os bairros mais próximos ao Centro têm densidade mais alta e concentram os assentamentos em condições subnormais, que são, no geral, em pequeno número na região. Também há uma maior concentração etária na faixa entre os 15-24 anos.

Observa-se que, na medida em que as ocorrências se dão mais longe do Centro diminui o número de narrativas no jornal. Ainda que objetivamente as ocorrências tenham aumentado, segundo o Planejamento Estratégico da Prefeitura – 2006. Por exemplo, na região Norte os crimes contra a pessoa evoluíram de 24,99 para 37,14/1000 hab e contra o patrimônio de 43,03 para 51,95/1000 entre 2001 e 2003, portanto dentro de período na coleta.

Uma breve leitura da cidade mostra que ela não se diferencia dos padrões de desigualdade brasileiros. Isso também ocorre nas formas históricas da acumulação urbana, claramente perceptível na ocupação desigual do solo urbano. Ocupação que se dá em uma dinâmica de apropriação privada da renda urbana, com a explosão das áreas subnormais e

um lento crescimento das áreas urbanizadas. Dá-se o que Ribeiro (2004) chama de “urbanização sem cidades”, apoiado em dados do IBGE que revelam que a subnormalidade habitacional cresceu 5 vezes entre os anos de 1991 e 2000 e, neste período, apenas 16% das moradias construídas no Brasil estavam nos setores formalizados.

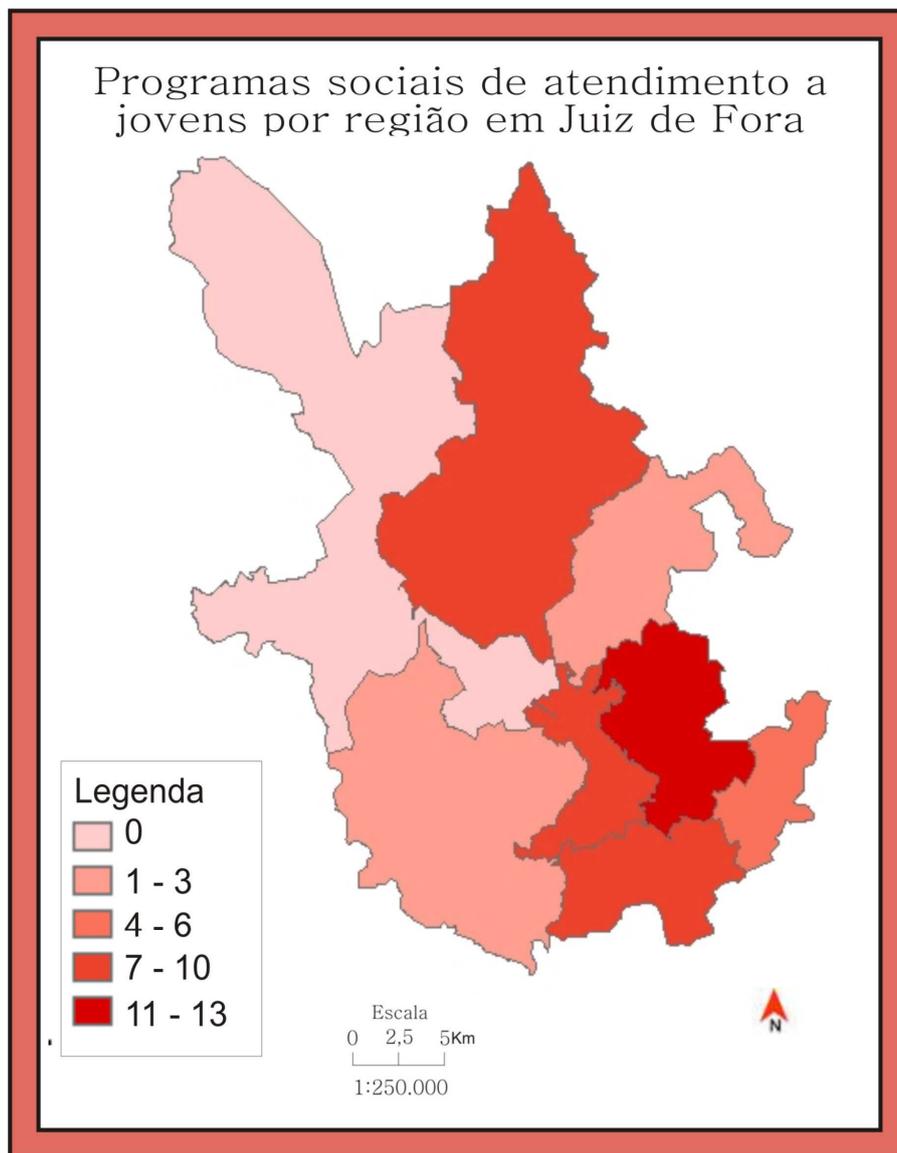
As desigualdades acumuladas na cidade causam danos sobre as possibilidades de obtenção de renda, pois o local de moradia age diretamente como segmentador de mercados e tem implicações diretas sobre a renda das pessoas. A conjugação deste padrão de acumulação de renda urbana no Brasil com o desemprego, a precarização do emprego e o decréscimo do valor do salário produz um acentuado empobrecimento nos segmentos dos trabalhadores.

Nesta área pauperizada da cidade é onde se encontram os maiores índices de repetência escolar, gravidez na adolescência e criminalidade violenta, vividas pelos jovens em experiências de isolamento social e dificuldades de acesso à renda e aos benefícios da cidade.

Além destes aspectos é importante acentuar que essas condições tornam mais remotas as possibilidades de participação política de jovens moradores nestas áreas, reforçam os estigmas sobre eles e produzem, no contexto da cidade, um perverso movimento de visibilidade/invisibilidade marcada pela desvantagem social, como será visto a seguir.

Porém, antes será feito um breve exame da localização dos programas sociais para jovens na cidade. Tal exame pretende fornecer alguns elementos para que se possa discutir a questão norteadora deste estudo sobre como as políticas interagem com as imagens sobre os jovens.

Mapa 3



Fonte: pesquisa Mapeamento dos Conflitos e Políticas Sociais para Jovens em Juiz de Fora

Algumas observações sobre o mapa apresentado indicam uma conexão entre essa distribuição e dinâmicas urbanas da cidade⁵.

Observa-se a mais elevada concentração de programas para jovens na região Leste. A região Leste é que apresenta maior número de programas, porém não é a que apresenta maior número de ocorrências relatadas no jornal. Esta concentração pode ser explicada a partir de condições peculiares da região acima relacionadas: concentração de áreas com assentamentos em condições subnormais e a heterogeneidade espacial que evidencia a desigualdade social. É ainda a região da cidade onde convergem duas condições explosivas para a gestão da cidade: proximidade do centro e áreas com infra-estrutura urbana bastante deficiente.

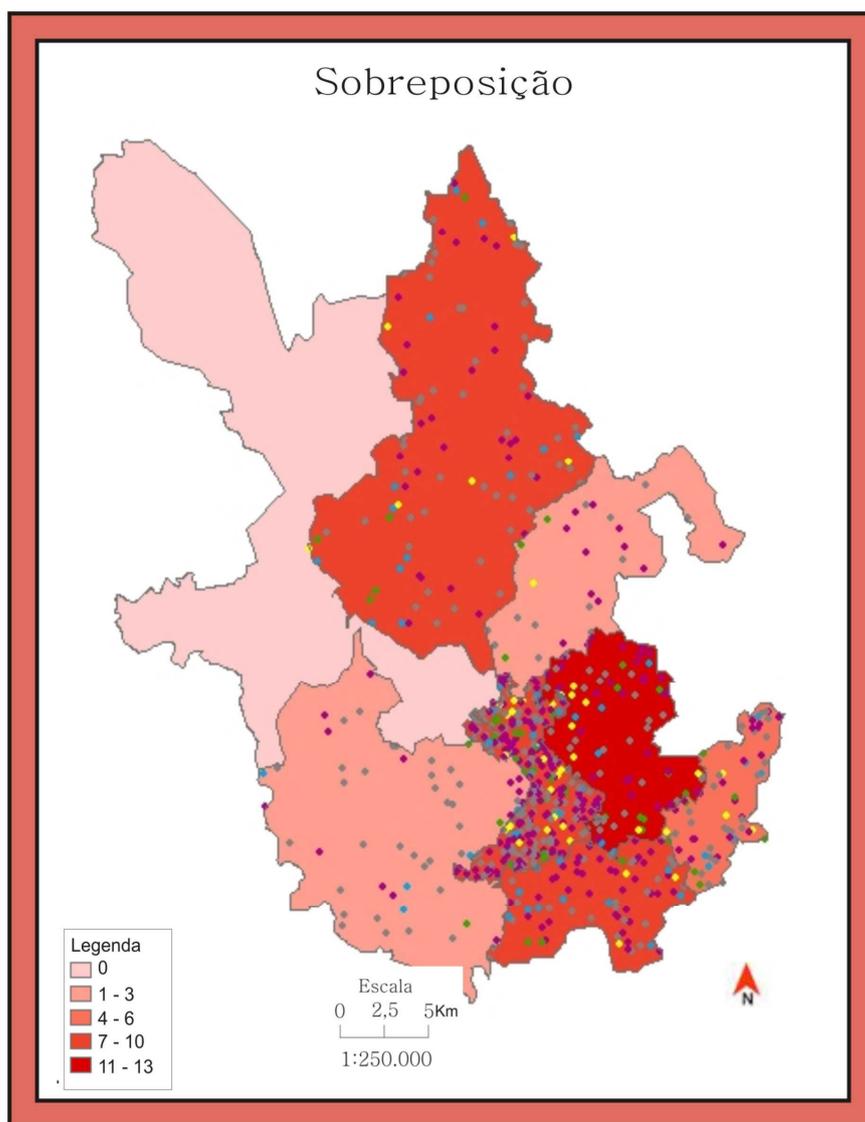
Quanto maior o isolamento do bairro em relação ao Centro, menor o número de programas voltados a jovens.

O centro da cidade apresenta o maior número de ocorrências narradas, mas não é a região com maior concentração de serviços para este público, ainda que importantes programas municipais estejam localizados nessa região, bem como coordenações de serviços.

Por fim, o último mapa é resultado da sobreposição dos dois anteriores, junta-se a distribuição das narrativas com a concentração/dispersão espacial dos programas para jovens.

⁵ Os conteúdos das políticas foram analisados em artigo anteriormente publicado. Ver Libertas On-Line, v.I, n.1, dez. 2006.

Mapa 4



Fonte: pesquisa Mapeamento dos Conflitos e Políticas Sociais para Jovens em Juiz de Fora

ELEMENTOS PARA DECIFRAÇÃO DA CIDADE - OBSERVAÇÕES FINAIS

A imagem projetada sobre os jovens é marcada permanentemente por um potencial perigo. Foram encontrados 900 registros de ocorrências envolvendo jovens. O alto índice de registro pode ser avaliado se considerarmos que o Censo de 2000 informou em 84.080 o número de moradores entre 15 e 24 em Juiz de Fora, 20% do total de habitantes. Mesmo se considerando a dispersão das ocorrências em cinco anos isso significa que cerca de 1% dos jovens moradores teve suas histórias contadas no jornal! Ao se examinar estes registros vê-se que em 57,2% os jovens são os autores das ocorrências, com clara predominância para os do sexo masculino.

As políticas sociais voltadas para esse segmento são direcionadas muito mais para as imagens que os jovens projetam do que para suas reais demandas de inserção na vida social. A repercussão midiática, muito mais acelerada em relação aos eventos ocorridos no centro da cidade, produz uma imagem do jovem perturbador da ordem do espaço urbano, que é muito mais mobilizante e provoca uma resposta de maior intensidade da opinião pública, forçando a ação do Estado.

Os programas funcionam muitas vezes como elementos de territorialização do jovem em seu bairro ou região, afastando-o do centro e propiciando a ele apenas uma circulação funcionalizada neste espaço. Assim, atende-se a pressão da opinião pública sobre o controle urbano.

Os jovens, isolados em seus locais de moradia, não são objeto de interesse das políticas. Em seus locais de moradia marcados pelas desvantagens os jovens são invisíveis, integrados ao ambiente desvalorizado, não causam estranheza e nem são alvo de controle público acentuado. Na medida em que se afastam deste local passam a ser visíveis justamente por sua desvantagem, profundamente marcada por sua origem.

Portanto, não é possível esquecer que as próprias políticas reforçam concepções e imagens já existentes que circulam na vida social. Mas, também, não é possível desconhecer a conexão entre políticas e pressões sociais. Dentre elas a questão do controle do espaço da cidade é de fundamental importância.

O controle de jovens e de sua circulação na cidade são pautas importantes para os responsáveis pela segurança pública. A produção de territórios para os jovens das periferias urbanas objetiva, no espaço físico, os antagonismos sociais e também produz impactos na vida destes sujeitos. Esses territórios, marcados pela falta de recursos e equipamentos coletivos, pela precariedade, ou mesmo falta, do transporte público, pelo ambiente construído degradado, os marca de forma sensível em suas possibilidades de acesso aos bens da cultura, criando um circuito de homogeneidade, e ao trabalho, condenando-os a uma experiência de fracasso e menos valia.

No percurso da pesquisa foi possível comparar dois bairros de base social semelhante quanto à renda das famílias. Neles foi encontrada uma situação que esclarece com força argumentativa o papel de reforço que a política voltada para jovens exerce na produção destes territórios. Um dos bairros, pelo processo mesmo de sua constituição é formado essencialmente por famílias proprietárias de seus pequenos lotes residenciais, possui alguns equipamentos urbanos como escola, unidade básica de saúde - UBS, serviços de água, esgoto, coleta regular de lixo, asfaltamento em grande parte das vias, transporte coletivo.

O outro é uma área, já bastante antiga de invasão, que apenas recentemente vem sendo objeto de políticas urbanas de saneamento e transporte e como recurso existe apenas uma escola, com certa distância física do aglomerado principal do bairro, e, principalmente, que procura todo tempo distanciar-se socialmente dos moradores e da localidade.

O bairro mais urbanizado é distante do centro da cidade e o bairro mais precário bem mais próximo, sendo inclusive objeto de discriminação pelos outros moradores de seu

entorno. Os jovens de ambos os bairros, em sua história, já acumulavam experiências de trabalho informal.

Essa brevíssima descrição poderia ser muito ampliada e problematizada. Para a discussão objeto deste artigo é importante registrar que, nos grupos desenvolvidos com os jovens para coleta de dados, observou-se que a totalidade dos jovens entrevistados que são moradores do bairro originário da invasão, em algum momento de sua vida participaram de algum projeto voltado aos jovens e sua profissionalização. Já no bairro onde seus moradores usufruem da renda social acumulada expressa pela infra-estrutura urbana, pouquíssimos jovens haviam tido essa experiência e a instituição predominante era a escola. Ainda que sem uma evidência estatística é possível supor que esta não seja uma situação de exceção, pois o caráter focalizado e compensatório da política acaba por segregar e caracterizar o território destituído de serviços públicos. A política responsabiliza esses jovens por seu próprio infortúnio, exige-lhes contrapartidas muitas vezes impossíveis de serem cumpridas e ampliam em suas vidas as dolorosas experiências de fracasso.

Cabe aqui então perguntar-se novamente: as políticas não se ocupam mais em responder às imagens sociais produzidas sobre os jovens, e neste particular os jovens pobres, do que às necessidades sociais destes jovens? Se de fato respondem ao imaginário associado à juventude não contribuem para reforçá-lo?

ABSTRACT

This paper deals with the relation between the socially projected image of the young and the way social policies directed at this segment interact with this image. We studied the connections between the specific aspects of urban development in Juiz de Fora, highlighting its inequalities, violent acts involving young people, and social policy actions in disciplining this social and age segment within the city's physical space. We investigated to what extent social policies contributed towards the production of territories throughout the city.

Key words: poor young people, territory, social policies, urban violence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José d' Assunção. *Cidade e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Barthes, R. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Relatório Técnico da Visita de Cooperação Técnica – Rio de Janeiro (RJ)*. Brasília, 2007. Relatório. Manuscrito.

CASSAB, Maria Aparecida T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

CASTRO, Lucia Rabello. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: _____. *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

LA MENDOLA, Salvatore. O sentido do risco. *Tempo Social*, São Paulo, v.17, n.2, nov. 2005.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.56, n.2, abr./jun. 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1991.

OS VELHOS NA CIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE E GERAÇÃO

Josimara Delgado*

RESUMO

Esse artigo analisa trechos de histórias de vida de velhos trabalhadores aposentados, moradores de Juiz de Fora. O enfoque da análise é nos significados presentes na construção da identidade desses sujeitos no contexto de diversidade da cidade moderno-contemporânea, destacando, sobretudo, as disputas acerca dos critérios de organização societária e noções de direito aí envolvidas.

Palavras-chave: velhice, histórias de vida, trabalhadores, geração.

ABSTRACT

This article analyses passages from life stories of elderly retired workers, living in Juiz de Fora. The focus of the analysis is on the meanings present in the construction of the identity of these subjects in the context of the diversity of the modern/contemporary urban area, giving particular emphasis to the disputes over criteria of society organization and notions of rights involved therein. The concepts of habitus and moral economy are worked on within the discussion.

Key words: old age, life stories, workers, generation.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o envelhecimento a partir das histórias de vida — e da memória enquanto processo importante na articulação da identidade e do relato biográfico — envolve a percepção dos velhos como “narradores”. Homens e mulheres que, por meio de seus códigos culturais, são capazes de falar de si e de seu mundo social, interpretando e construindo significações. Muitas vezes em termos de conselhos e advertências, como no narrador de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1985), eles transmitem um testemunho importante sobre a vida contemporânea. Uma perspectiva desse tempo a partir das mudanças que ele representa e concretiza no interior de suas trajetórias.

Na pesquisa de minha tese de doutorado, trabalhei com um grupo específico de idosos contemporâneos. Aquele composto pelo idoso da classe trabalhadora que se encontra em

* Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

faixas etárias mais elevadas¹: esse trabalhador brasileiro que participou da experiência sócio-cultural de formação dessa classe no contexto do chamado trabalhismo². Vivendo hoje num momento de mudanças sociais, inclusive quanto às tendências envolvidas no processo de construção do envelhecimento, esse idoso, com seu olhar retrospectivo, indica possíveis percursos históricos de transformações sociais ao cotejar padrões sócio-culturais distintos. Caminhos importantes para compreendermos melhor sua condição, bem como alguns processos mais amplos de mudanças e permanências que envolvem a formação dos vínculos sociais no mundo contemporâneo. Trata-se, pois, de um testemunho matizado pelas categorias classe social e geração.

Nesse artigo, apresento e discuto alguns trechos de depoimentos dessa investigação que, em especial, trazem imagens de importantes situações sociais vivenciadas pelos velhos em seus percursos cotidianos pela urbe contemporânea. A vida na cidade atual, marcada pela relação contraditória entre seus processos homogeneizadores e a reprodução das diversidades, é o contexto principal para a compreensão dessas falas em que os narradores expõem as buscas identitárias empreendidas em seus trajetos nesse espaço. Os trechos que apresento aqui mostram, sobretudo, como no interior de práticas e interações concretas, vivenciadas no campo da saúde, do consumo e das relações intergeracionais, os velhos refazem sua identidade e redefinem seus vínculos de pertencimento, confrontando-se sempre com distintos critérios de justiça e sociabilidade e noções de direito. Nesse sentido, trazem pistas para refletirmos sobre relações e espaços sociais no contexto da cidade moderno-contemporânea.

NARRATIVAS, MEMÓRIA E SIGNIFICADO

¹ Entrevistei 17 velhos trabalhadores aposentados com idades entre 75 e 88 anos, moradores, em sua maioria, da periferia de Juiz de Fora. São homens e mulheres com um perfil marcado pela origem rural, pela baixa escolaridade (no máximo quatro anos de estudo) e baixa renda (entre um e dois salários mínimos).

² Angela de Castro Gomes indica como uma das mais importantes vivências culturais dos trabalhadores brasileiros em seu processo de formação social e política, o projeto do “trabalhismo brasileiro”, articulador da “ideologia trabalhista”, do mito em torno de Getúlio Vargas, seu criador e que se constitui ainda hoje como referência inscrita em nosso imaginário, como demonstram as disputas em torno do seu espólio (cf. GOMES, 1994). A hipótese do seu trabalho é que a força simbólica dessa ideologia está em que a ação estatal desenvolvida re-significou toda uma gama de experiências heterogêneas vividas e acumuladas pelos grupos trabalhadores — o que inclui a experiência cultural da sociedade agrária e escravista — articulando-a no sentido de dotar o trabalhador urbano de identidade e cidadania a partir da inserção produtiva e dos direitos dela decorrentes, criando uma ética de trabalho, baseada na positividade desse e no resgate moral da figura do trabalhador.

A utilização de narrativas de histórias de vida em pesquisas sociais lida, em primeiro plano, como mostra a expressiva literatura nacional e internacional sobre o tema³, com a questão da relação entre indivíduo e sociedade: através do encontro com as expressões subjetivas dos sujeitos, busca-se, nesse método, o encontro com um mundo social (BERTAUX, 1980, MINTZ, 1984, BRIOSCHI; TRIGO, 1987) e a compreensão dessa relação entre as realidades objetivas e aquilo que ganha estatuto de realidade para os sujeitos pela mediação de seus códigos simbólicos. Na especificidade e riqueza da abordagem — a capacidade do “objeto” contar-se segundo suas categorias de valores e seus códigos temporais (BRIOSCHI; TRIGO, 1987) — reside o desafio do pesquisador: apreender qual é e como se estabelece o “filtro perceptivo” (idem) condutor da reflexão sobre si presente na construção de uma narrativa (BERTAUX, 1980). No universo dos velhos trabalhadores aposentados que pesquisei, um dos eixos básicos de minha interpretação é a identificação de uma temporalidade específica construída pelos narradores, com a qual procuram se vincular a uma tradição de experiências coletivas ligadas à condição de trabalhador, a fim de marcarem sua identidade no contemporâneo. Tanto distinguindo-se das lógicas vigentes nesse tempo, quanto, de alguma forma, integrando-se nele, ao lembrarem de sua contribuição geracional específica. O pressuposto aí presente é de que a memória, a relação que estabelecem com essa tradição, não é a recuperação de traços essenciais de uma cultura coerente e contínua que se repõe. Não é uma forma de fuga às origens. Ela é uma categoria que, expressando-se na relação entre os significados e a ação dos sujeitos (cf. VELHO, 2001), permite rearticular um campo de significações ou um habitus⁴ em que se pode compreender as relações dos sujeitos com sua história, relações entre presente e passado.

Nos vários depoimentos, os velhos, de formas distintas, nomeiam tradições a que estariam ligados e, desse modo, distinguem e especificam sua participação na dinâmica geracional e na transmissão cultural, sua inserção particular no tempo histórico. Isso se dá, sobretudo, através do que identifiquei como sendo sua “economia moral”, aproximando-me

³ Minhas referências aqui são Bertaux (1980), Morin (1980), Mintz (1984), Kosminsky (1986) e Brioschi e Trigo (1987).

⁴ Termo usado segundo a análise de Pierre Bourdieu, ou seja, como um conjunto de esquemas incorporados desde as primeiras experiências socializadoras e que constantemente se repõem e reatualizam no decorrer da trajetória restante, demarcando um campo de sentido onde operam os vetores que formam a trajetória (BOURDIEU, 1996).

da noção desenvolvida por Edward Thompson⁵. Trata-se da afirmação de certos padrões de sociabilidade que traduzem uma experiência do mundo construída com base em “práticas costumeiras” que se legitimaram na organização da vida de algumas gerações de trabalhadores brasileiros: a obrigatoriedade do trabalho desde a infância, a obrigação de cuidar e ajudar os parentes, a demonstração de respeito aos mais velhos, o compromisso com o trabalho, o respeito à autoridade. Práticas que conformam uma lógica em que a participação social dos sujeitos é legitimada no interior de relações hierárquicas e interpessoais estruturadas por claras expectativas de reciprocidade, inclusive intergeracional, situadas no plano das relações travadas na família e no mundo do trabalho. Nesse universo cultural, o trabalho é associado a um dom que estabelece a reciprocidade e garante o respeito e a honra, bem como o direito é visto como mérito e reconhecimento manifestos em relações interpessoais. Lembrando-se de sua trajetória, os velhos, de formas distintas, mostram como essa experiência do mundo é construída por processos objetivos específicos, nos quais o trabalho se torna essa fonte de expectativas de pessoalização projetadas em muitos níveis de relações, mas principalmente nas relações de trabalho, parentesco e nas expectativas de direitos. Remontam, desse modo, à tradição do trabalhismo brasileiro, em que a socialização para o trabalho possibilitou uma experiência que, na dinâmica das transformações da sociedade brasileira, configurou-se como específica em termos geracionais. No cerne dessa experiência registra-se a efetividade da mediação do direito social ao trabalho e à aposentadoria na estruturação dos modos de vida dessa geração de trabalhadores, na forma como se auto-representam e constroem suas identidades, projetando determinadas expectativas geracionais em que se delinea, inclusive, um modelo de vivência do envelhecimento como momento do direito ao não-trabalho. Essa mediação concretiza, para essa geração, bases objetivas para a troca intergeracional, estabelecendo um contrato público

⁵ A análise desse autor explica os motins populares do século XVIII como confrontos entre “uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume” (cf. THOMPSON, 1998: 21), ou seja, uma conduta, não econômica desses grupos capaz de resistir principalmente ao revolucionamento das necessidades e à destruição da “autoridade das expectativas baseadas no costume” (*op.cit.*: 22-3), justamente mantendo práticas como os motins, baseadas na “consciência costumeira” (*op.cit.*: 24), transmitida entre as gerações. Com isso, o autor nos dá uma indicação para a análise da dinâmica cultural do capitalismo, que é a importância, na determinação do modo como as gerações se relacionam umas com as outras nesses marcos, das expectativas e necessidades construídas na sociedade em torno dos padrões de consumo e direito. A particularidade desse sistema, segundo o enfoque da economia moral de Thompson está na produção de uma mudança social que invalida os esforços dos grupos mais velhos, impedindo que as gerações se coloquem como aprendizes entre si.

de solidariedade na regulação dessas e, com isso, firmando um imaginário que legitima esses pactos, inscrevendo-os nos costumes aceitos pela coletividade.⁶

Como indiquei, essas lembranças falam não só de habitus passados, mas, ao contrário, traduzem, na relação presente-passado, a construção da identidade dos velhos no tempo atual. Nesse sentido, as novas questões e temáticas que circunscrevem socialmente a condição do velho trabalhador na contemporaneidade ajudam na compreensão de suas falas. Penso aqui, para mapear esse quadro, na consolidação de um conjunto de direitos para o velho, expressos sobretudo na Política Nacional e no Estatuto do Idoso, os quais repõem a questão da idade como mecanismo de distribuição de direitos, estabelecendo os deveres das gerações mais novas com os idosos, inclusive na família; na proliferação de uma atenção ao idoso nos moldes da chamada terceira idade, que promove cursos, lazer, enfim, iniciativas que procuram abordar o idoso como indivíduo que precisa se cultivar, quer no aspecto físico quanto emocional — tendência que tem contribuído para ampliar o campo social para a atuação do velho, mas ao mesmo tempo para a reprivatização do envelhecimento, remetendo-o a uma questão de auto-convencimento (DEBERT, 1999)⁷. Penso na quebra do vínculo entre velhice e aposentadoria; nas mudanças significativas na forma de relacionamento entre as gerações, principalmente no que toca à atribuição de papéis e à distribuição de recursos, o que traz como uma de suas conseqüências, a formação de uma sociedade de contatos multigeracionais em que várias gerações convivem num mesmo espaço; na consolidação de um quadro de

⁶ Martin Kohli (cf. KOHLI, 1995) discute esse aspecto da proteção social e da aposentadoria, mostrando-as como expressões de um contrato público de solidariedade entre as gerações. Isso, não apenas por gerirem riscos sociais e racionalizarem o mercado, mas sobretudo porque se baseiam numa legitimidade posta pela moral coletiva, aproximando-se do conceito de economia moral de E. P. Thompson (cf. THOMPSON, 1998) que sugere, justamente, a importância do consenso popular acerca da validade de uma prática social. Essa vertente analítica foi explorada nos estudos Júlio Assis Simões sobre os movimentos de aposentados (cf. SIMÕES, 2000).

⁷ A autora explica que o que caracteriza a experiência contemporânea é a radicalização de uma tendência de “disjunção entre estágios de maturidade e idade cronológica” (cf. DEBERT, 1999: 58), processo que tem possibilitado que as idades, não mais relacionadas à maturidade física e mental, se tornem “um mecanismo cada vez mais poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos” (*idem*) e que tem presidido a redefinição das imagens sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea em relação àquelas consagradas com a institucionalização do curso da vida moderno. A partir, então, da criação de um variado mercado de bens e serviços destinados à gestão desta etapa da vida, possível pela ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e outros setores sociais e profissionais, a velhice vem sendo dissociada da aposentadoria e da idade cronológica e apresentada como um período de lazer, de desenvolvimento de potencialidades e realização de sonhos. Do mesmo modo que funda novas possibilidades concretas de se experimentar o envelhecimento, este processo inclui uma reprivatização da velhice, ou seja, a colocação da questão no plano das opções individuais, apresentando a própria vivência do envelhecimento como uma opção pessoal, uma questão de auto-convencimento o que cria novos estereótipos como o do velho inativo.

desemprego e desproteção social que afeta o trabalhador aposentado e sua família, resultando na formação de um contingente significativo de idosos que retornam ou continuam no mercado de trabalho e que se constituem em responsáveis por domicílios, rebatendo também nas trocas entre as gerações.

De um modo geral, trata-se, esse contexto, de uma conjunção de processos que parecem apontar para mudanças, de fato, do universo social dos idosos, no sentido da ampliação de suas redes de sociabilidade, bem como da ruptura de papéis tradicionais. Sem dúvida, nos últimos anos houve um aumento da visibilidade pública do aposentado que passa inclusive a ser reconhecido como sujeito político, e do idoso em geral, sujeito de novos direitos, consumidor dotado de gostos, preferências e necessidades, movimento que vem sendo interpretado, no discurso da mídia e na elaboração de muitos idosos, como ampliação de autonomia individual e da cidadania (cf. DEBERT, 1999). Por outro lado, trata-se também de um movimento de enfraquecimento dos sistemas públicos de proteção social e de questionamento dos direitos relacionados ao trabalho, como a aposentadoria, o que, concretamente, dilui as bases de uma forma de solidariedade intergeracional fincada justamente na garantia pública desses direitos e na existência do trabalho como importante meio socializador. Pode-se dizer, então, que o contexto contemporâneo tem produzido mecanismos que visam interpelar a subjetividade do idoso, sobretudo no sentido de sua constituição como indivíduo autônomo, quer através da linguagem do direito, do consumo, da possibilidade de controle do corpo e da manutenção das redes de sociabilidade, bem como através da idéia de que a responsabilidade pelo envelhecimento é exclusivamente individual.

Os “idosos idosos” e “idosos mais idosos”⁸ que eu entrevistei, contemporâneos desses processos, suscitam interesse particular, pois são portadores objetivos da memória e da possibilidade de transmissão de algumas noções de sociabilidade e de cidadania no interior das quais as trocas entre as gerações, a responsabilidade na gestão do envelhecimento, a questão do acesso ao trabalho eram vistas de formas diferenciadas daquelas postas na contemporaneidade, por articularem uma “identidade forte” (SVAMPA, 2000), ou seja, por

⁸ Segundo as novas tendências de proposição de recortes no processo de envelhecimento, o grupo dos “idosos idosos” compreende dos 75 aos 84 anos e dos “idosos mais idosos” de 85 anos a mais (cf. DEBERT, 1999, SIMÕES, 2000 e BRITTO DA MOTTA, 2004).

estarem ligadas a compromissos políticos e sociais mais amplos, que se configuravam como suportes coletivos da identidade.

IDENTIDADE E ENVELHECIMENTO NA URBE CONTEMPORÂNEA

Nas narrativas, a memória elaborada se enraíza nos problemas da história de longa duração das sociedades complexas tal como eles surgem, na diversidade de situações propostas pela vida social. A densidade histórica da memória revela-se a partir de situações relatadas pelos entrevistados, momentos em que um sujeito concreto, com feições definidas por sua classe, raça, gênero e geração, elabora sua experiência do mundo, construindo uma identidade. É aí que se expressam as disputas e negociações envolvidos na atualização, no mundo contemporâneo, de uma cultura codificada na economia moral. Meu trabalho procurou captar essa dinâmica de representações que pode ser acionada pela memória, lidando com a articulação dos planos distintos da historicidade, referidos ao imediato e ao tempo profundo. Assim, atenta à simultaneidade de tempos que perpassam as falas, a análise conseguiu registrar algumas particularidades significativas que evidenciam a relação dos velhos com espaços e linguagens do mundo contemporâneo. São muito significativas nesse sentido, seus encontros com as gerações mais jovens e seu habitus no espaço heterogêneo da cidade, seu confronto com a racionalidade das práticas médicas e do direito, bem como sua relação com a lógica do consumo.

SAÚDE, DIREITOS E VELHICE

A questão da saúde “interpela a integralidade da identidade pessoal” (cf. DUARTE, 2003:183). As falas dos velhos recuperam algumas de suas práticas e ações nesse campo e com isso expõem um universo social em que a identidade é afirmada nos princípios que regem as escolhas terapêuticas para o corpo doente, nas relações com o saber médico e com o sistema público de saúde, onde se coloca a questão do direito ao atendimento. As imagens lembradas nesse sentido evocam sempre pertencimentos e oposições.

De um modo geral, a fala predominante nas lembranças sobre as práticas de saúde reatualizam a força dos costumes, baseados na experiência. Com recorrência, os velhos se

apresentam como portadores de conhecimentos sobre o corpo e a saúde cuja eficácia se comprova em sua própria condição: sua força, longevidade, disposição. São conhecimentos herdados de pais e avós e cuja reabilitação, pela memória, relaciona-os a essas figuras.

Os depoimentos mostram ainda que, no decorrer da trajetória, o recurso à “autoridade das expectativas baseadas no costume” (cf. THOMPSON, 1998: 22-23) permeia também o diálogo com o saber médico, fornecendo subsídios para desafiá-lo. O senhor Mário, 82 anos, tintureiro aposentado, contou-me que se considera um “homem feliz” por ter “vivido 50 anos sem fazer uma consulta médica” o que foi necessário novamente aos 74 anos em função de um problema de vista que acabou lhe revelando sua diabetes. A partir daí, passou a se preocupar com a taxa de glicose, submetendo-se mais freqüentemente a exames. Mas me confessa que está desobedecendo sua médica ao “fazer o feijão e o arroz na gordura de porco”. Dizendo se sentir “muito bem”, esse senhor me explica porque não abre mão desse seu hábito, atendendo as orientações médicas: “eu comi gordura de porco 80 anos!” O senhor Sebastião, 80 anos, vendedor ambulante, também me conta que nunca foi “muito chegado em médico”, tendo feito sua primeira consulta aos 56 anos. Por longos trechos, narra, com detalhes, confrontos com médicos, dando destaque a sua esperteza, sua capacidade para encontrar soluções acerca de seus males de saúde, mais eficazes que as oferecidas pela medicina. “se eu tivesse tomado esses remédio tudo, já tava morto”.

Como mencionei há pouco, as lembranças sobre as práticas terapêuticas mobilizam também uma significação em torno da relação dos entrevistados com o sistema de saúde. Em muitas falas, a lembrança da adoção de práticas referendadas por lógicas que escapam à racionalidade médica ocorre em contextos narrativos em que os velhos representam sua trajetória no sistema de saúde, mostrando-a como percurso não só de intervenções sobre o corpo, mas lugar de confrontos morais e de definição de identidades. Um trecho narrado pelo senhor Mário é um dos momentos onde são identificados esses aspectos.

Seu relato contém a narrativa de um episódio de conflito no interior de um hospital público em que se internou certa vez, há cerca de oito anos, para operar a vista. A ação acontece em torno da atitude de um médico que o chamou de irresponsável, pois ele não comunicou que os remédios não estavam sendo ministrados, ficando muitas horas sem medicação. Diante disso, ele se recusou a se operar com esse cirurgião, exigindo providências da direção do hospital. Apenas depois de muita conversa e negociação é que o senhor Mário

cedeu, permitindo, enfim, que se fizesse a cirurgia com esse mesmo médico. Tal fato foi lembrado com muitos detalhes, mas em dois momentos o narrador se coloca no centro da cena, mostrando sua autoridade para exigir novas formas de interação e demandar direitos. O primeiro deles é quando retoma o conflito inicial em que é chamado de irresponsável. Nesse momento ele relembra a resposta dada ao médico.

Eu não admito que o senhor me chame de irresponsável. Primeiro, porque eu estou te conhecendo agora, não te conheço. Nunca te vi e você chega aqui me chamando de irresponsável! Eu não aceito.

Sua resposta, que traz uma interpretação da fala do profissional como extremamente ofensiva, nos dá acesso ao horizonte significativo da relacionalidade, onde o conhecimento pessoal é condição primeira para o estabelecimento de laços e para a criação da confiança, por deixar claramente definidos os lugares, papéis e obrigações. O que o narrador não aceita na atitude do médico é justamente o fato dela romper hierarquias importantes, sendo “confiado”, ou seja, adentrando em sua esfera pessoal, sem possuir a senha para esse acesso, a relação, o conhecimento. A perspectiva relacional do senhor Mário choca-se com a racionalidade do hospital, que despersonaliza o paciente na normatização de procedimentos. Nesse sentido, os argumentos de todos os familiares e enfermeiros de que o médico seu desafeto “é o melhor operador dessa área aqui em Minas Gerais” e que “opera até em São Paulo” não foram suficientes para convencê-lo: “ele pode operar até nos Estados Unidos, pode operar no mundo inteiro, mas ele precisa ter um pouquinho de educação pra tratar o cliente”. A solução só foi possível, pois, com o restabelecimento da hierarquia através da intervenção do coordenador do hospital “um camarada extraordinário” que “conversou direitinho” com o senhor Mário, ouvindo suas argumentações e mediando a reaproximação entre os contendores. O narrador indica o significado dessa reaproximação, ao afirmar sobre sua relação com o médico depois desse episódio: “hoje ele é muito amigo meu”. A atuação desse mediador competente foi fundamental, então, para restabelecer a pessoalidade, reinserindo-lhe no universo das relações de proximidade e amizade, elemento que de fato põe fim ao conflito.

O segundo momento ocorre quando o narrador, após lembrar mais alguns argumentos usados diante do médico, baseados em seus direitos, encerra o relato do episódio, concluindo acerca do sentido de sua intervenção.

Mas eu dei uma lição nele pra mostrar pra ele que eu conheço lei. Eu tenho direitos dobrados. Primeiro que eu paguei o INPS a vida toda. Tenho direitos. E segundo que eu tenho mais de 65 anos. Eu tenho um direito igual a uma criança, por ter mais de 65 anos.

Na fala do senhor Mário, a dimensão conflitual é apreendida em seu aspecto legal. Ela aparece revestida de um caráter mais legalista, evocada uma vez que o “ritual do reconhecimento”, que “humaniza e personaliza” (cf. DaMATTA, 1997: 85), não foi possível num primeiro momento, como mostrei. Ao lembrar ao médico os seus direitos, ele não está demarcando uma arena de resolução do conflito, mas, ao contrário, evidencia suas competências nesse universo das normas universalizantes, identificado como terreno hostil para onde a interação foi encaminhada. A evocação da lei, na situação de conflito, funciona, então, como um instrumento moralizador, que serve para “dar uma lição” e enquadrar o oponente, mostrando sua força, mas deixando claro que não é por essa via que a solução virá. “Conhecer a lei” é, para o narrador, evocar sua dimensão normativa e generalizante que, como mostram o trabalho de Roberto DaMatta (cf. DaMATTA, 1997) carrega em nossa sociedade uma conotação negativa de impessoalidade e ausência de relações. É nesses termos que ele situa as interações narradas.

É interessante ainda observar que é nessa situação que aparece também a figura do cidadão portador de direitos. Na disputa, o senhor Mário assume o papel do cidadão, apontando o direito como fonte de reconhecimento social, de cidadania. Na interação com o outro, saber-se portador de direitos expressa seu conhecimento da lei e sua capacidade para o conflito. Já como fonte de uma auto-representação como cidadão, a evocação do direito não remonta à universalidade da lei, mas, ao contrário, à capacidade desse dispositivo para criar uma justiça social, redistribuindo privilégios. A cidadania evocada pelo senhor Mário provém do reconhecimento de uma condição privilegiada: seus “direitos dobrados”. Ou seja, sua distinção como trabalhador-contribuinte e como velho, consideradas como categorias privilegiadas em termos da atribuição dos direitos. Veja-se, então, que, em sua fala, esse narrador aciona representações distintas do universo configurado pela lei e o direito, como fonte de impessoalidade com a qual tem que se defrontar e, em seguida, de reconhecimento. Elas são mostradas como estratégias complementares em sua busca cotidiana por compensações sociais, apontando para a complexidade que assume a vivência do papel de cidadão nas interações sociais cotidianas.

RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS

A vida na cidade contemporânea, ao mesmo tempo que reproduz profundas desigualdades e diferenciações, estabelece a quebra de hierarquias e a flexibilização de fronteiras que possibilitam o trânsito entre mundos sócio-culturais distintos e a interação, nos espaços coletivos, entre categorias diversas de atores sociais. Com o aumento da longevidade e a ampliação das possibilidades de circulação e visualização dos velhos no espaço público, também as várias gerações colocam-se em interação no mesmo tempo social.

Algumas falas sobre o transporte público apontam questões pertinentes a essa vivência para os velhos. Os entrevistados indicam o livre acesso ao transporte público como um ganho para sua movimentação na cidade de forma mais independente. Contudo, o espaço do ônibus é mostrado, em algumas narrativas, como lugar de experiências de discriminação e conflitos. Relações tensas são vividas nesse espaço, principalmente com os motoristas e cobradores, em enfrentamentos permeados de um conteúdo geracional.

Acho isso importante, essa carteirinha aqui. Tá certo. Ajudou porque o que eu ganhasse não dava pra mim gastar com passagem de ônibus. Eu vou em casa, volto, gosto de vir na cidade. Então o dinheiro do salário mínimo ia tudo embora. Eu ganho salário mínimo. Mas ainda falta alguma coisa. Mais carinho, respeito. Você sente humilhação, o motorista, o trocador, às vezes eles fala assim: o jacaré, já vem o jacaré, vem o pé na cova, fecham a cara. Eles pensam que não vão ficar na minha idade também né? Eles pensam. (Sr. Nelson, 86 anos, carregador aposentado)

Na narrativa do senhor Nelson, a questão é abordada no momento de falar da vida atual. Esse momento suscita uma reflexão acerca do envelhecer, contextualizada no plano da experiência concreta, inserida portanto no hoje, no contemporâneo. Por isso é um instante de confronto com as imagens do envelhecimento produzidas nesse tempo, trazendo para o debate os imaginários socialmente construídos acerca do velho, bem como a relação desse com suas instâncias de produção e divulgação e com a tessitura dos espaços concretos da vida. A livre circulação dos velhos no transporte público é, de fato, uma das marcas societárias do nosso tempo no tocante ao envelhecimento, envolvendo essas múltiplas dimensões. É uma imagem que faz parte da atual paisagem urbana das cidades brasileiras, confrontando-nos com nossas referências de justiça e direitos para o idoso. E as sensibilidades que suscita, sobretudo em

termos das expectativas geracionais em torno da atribuição de direitos, são captadas no olhar do velho, protagonista nessa dinâmica de práticas e representações. A denominação “jacaré” muito usada pelos motoristas e cobradores para se referirem aos idosos, expressa um dos olhares da sociedade para esse direito. Olhar certamente fundado em sua percepção como privilégio. A linguagem do narrador traduz o significado dessa prerrogativa em sua vida. As disposições legais abrem perspectivas concretas para o velho aposentado em termos do acesso à coisa pública, seus serviços, seu espaço, mas isso não é percebido como garantia de respeito à sua condição específica, apreendida num nível fundamental. Qual seja, nas formas de tratamento que o idoso recebe nesse território social que se forma com a publicização de seus direitos: um espaço de proximidade maior entre categorias sociais diferentes e tantas vezes em disputa. Aí, o velho é confrontado com a imagem do “jacaré” e do “pé-na-cova”, expressões do caráter agressivo que pode permear esse contato social. E identifica que “falta alguma coisa”, através da comparação com um passado em que o velho era alvo de olhar respeitoso e reverente. Talvez sinta falta dos sinais públicos de que sua experiência e contribuição à sociedade, principalmente por meio do trabalho, são reconhecidas, fundando a noção de justiça geracional que é base do seu direito.

Alguns temas importantes podem ser debatidos a partir dessa representação dos narradores. Em primeiro plano, ela nos apresenta a questão do enraizamento dos valores universalizantes do ideário do direito no conjunto da vida social em termos dos critérios de justiça e cidadania aí construídos. Uma das questões pertinentes a esse enraizamento é, no mundo contemporâneo, a própria extensão da cidadania, com a publicização de um grande número de demandas por direitos, num contexto de acirramento dos padrões de exclusão, agravados pela desresponsabilização do Estado face à sociedade, bem como de aprofundamento do individualismo e dos particularismos vários. A colocação dos direitos dos idosos em bases universais dá-se nesse contexto particular que cria situações sociais específicas. E muito especialmente, a narrativa registra uma experiência geracional acerca dessa inserção no universo da rua, na qual o idoso é portador de direitos. Nesse sentido, a fala evoca mais uma vez um habitus que dispõe a representação desse universo como espaço das relações impessoais em que o contato com o outro é um enfrentamento entre estranhos (DaMATTA, 1997). O idoso percebe e avalia seus “novos direitos” em termos das relações interpessoais, buscando respeito e reconhecimento nas interações. Desse modo, emite uma

concepção de justiça fundada na reciprocidade intergeracional, reivindicando-a como valor pertinente às relações travadas no espaço público, que é, então, evocado como um importante circuito por onde se constroem as trocas geracionais (cf. ATTIAS-DONFUT, 1995).

O senhor Nelson nos dá um ângulo específico, o de sua geração, acerca da natureza conflitiva que permeia os encontros sociais no espaço da rua: “eles pensam que não vão ficar na minha idade também né? Eles pensam”. O direito parece não garantir, para ele, a ambiência moral e objetiva que permitiria ao jovem reconhecer no velho o seu futuro e tratá-lo como gostaria que o fizessem nesse tempo. Esse reconhecimento é tributário de um mundo social permeado pelo acordo em torno do princípio de que os ativos financiam os inativos. Na experiência dos velhos registra-se, então, os sinais de um pacto intergeracional ameaçado pelas tendências sócio-demográficas e políticas do presente, seu desdobramento concreto no cotidiano, onde diversas categorias se afirmam como portadoras de direitos específicos ao mesmo tempo em que se acirra a luta pela garantia das condições mais básicas para a vida.

Nesse contexto, a relação entre gerações é freqüentemente associada a percepções acerca do risco de desestruturação das hierarquias sociais. Nas análises que fazem das mudanças na realidade, os velhos emitem a visão de que a sociedade se diversificou, abalando as fontes de autoridade e, assim, gerando a desorganização, a violência e a mudança nos padrões morais que orientam os comportamentos (cf. LINS DE BARROS, 1995).

No conjunto das falas, a explicação para esse processo aponta para a educação dos jovens, caracterizada como incapaz de reproduzir, na família e no conjunto da sociedade, as trocas hierárquicas baseadas na responsabilidade mútua. “Hoje, a responsabilidade hoje é muito pouca, né? Naquele tempo a pessoa apanhava responsabilidade cedo” — compara o senhor Sebastião. Sobre isso, é importante registrar que encontrei em todos os depoimentos, pelo menos em uma rápida referência, a mesma explicação para o fato da educação atual dos jovens não efetivar a moral das obrigações em seu universo. Segundo os velhos, isso ocorre porque hoje, crianças e adolescentes são protegidos por direitos que acabam por impedir que a educação se desenvolva por mecanismos considerados fundamentais, como através do exercício do princípio de autoridade dos pais e professores e por meio do aprendizado do trabalho. Em algumas falas, o Estatuto da Criança e do Adolescente é diretamente mencionado como responsável por esse quadro.

Acho que é esse direito do Estatuto dos ido... da criança! O direito das criança tá demais! Os pai num pode educá. A professora num pode educá! Professora num pode nu... num pode nem falá alto! Porque tem criança que chuta e eles num pode, eles num pode é... segurá a criança, não. Se segurá fala que é violência, né? A mãe vai lá no grupo brigá com as professora, dá denúncia na secretaria. Ah, éé... não, tá difíci! Tá muito difíci esses direito que eles dero... às criança hoje. Porque os... os pais num pode agir, a polícia num pode agir. Eu já vi aqui.. eu já vi aqui no posto, já vi aqui no posto, o sordado falá com... cum criança que tava matano aula ali... e a criança falô assim: cê num tem nada com isso, cê n' é meu pai! A pasta em cima da gaiola da coisa ali e eles brincando naquela gangorrinha que hoje já quebraro tudo também. Cê num passô por lá não? Cê num viu? Em seis gangorra num tem gangorra nenhuma mais... Mas elas tava gangorrano! Mas eu freqüento ali, já há muito tempo, por causa dessa sede, né? Então eu até tenho amizade... já é de... com, com os policiais que trabaia ali. Então eles falô com a menina, a menina grande, já duns... duns dez ano por aí. Hum! Cê num tem nada cum isso, cê n' é meu pai! E eles, e eles pode fazê alguma coisa? Vai lá falá, vai lá zangá cum ela alto pra vê! Pra vê se eles num vai respondê processo, né? Dá problema pra eles. Pois é! Então esse direito... (Sr. João, 80 anos, padeiro aposentado)

A formação de um novo habitus de geração num contexto em que o contato intergeracional se prolonga, mas tende a não mais ser regulado por hierarquias fixas, requerendo negociações, é uma questão significativa no universo simbólico dos velhos. O trecho do depoimento do senhor João traz representações sobre os sentidos que a apreensão desse movimento pode adquirir. O narrador fala da percepção da presença desses novos padrões de comportamento dos mais jovens como uma realidade que gera tensões no ambiente do bairro. Esse terreno em que ele está enraizado há vários anos e é um espaço importante de sua sociabilidade pública, bem como de suas vivências familiares. Na praça, importante símbolo da dinâmica comunitária do bairro, lugar planejado para a vida pública das cidades, as gerações se cruzam no mesmo espaço, mas a linguagem com que se expressam, registra a dificuldade da comunicação. Da sede do clube para a terceira idade o idoso observa com estranheza o comportamento dos jovens e se preocupa. Em todas as narrativas, também se revela esse sentimento: “a gente fica com medo, né?”, “a gente olha essa rapaziada desse jeito e fica preocupado”, “essa juventude que a gente vê aí na rua me preocupa por demais”. Desconhecendo que as pedras da cidade são valiosas testemunhas do tempo, capazes de preencher o presente com experiência e conselho, os jovens destroem a praça. Manifestam pela linguagem da violência, tornada usual nas relações sociais contemporâneas, as inquietações de sua condição, marcada pelos sinais desse tempo, o

individualismo e a desigualdade que tanto abalam a força humanizante dos acordos e regras pensados para a vida coletiva, privatizando a experiência. Velhos e jovens, próximos no cotidiano da vida local, não conseguem dialogar sobre as sensibilidades que, na verdade, compartilham como sujeitos vivendo o tempo presente. A fala do senhor João aponta, pois, para uma sensação de insegurança que se instala com a quebra de regras de civilidade manifestas no trato com o espaço público como esfera da coletividade, território social apropriado como referência e ordenação. A imagem da criança que desafia o guarda em praça pública ao invés de se envergonhar por ser flagrada matando aula é tão forte para o narrador por remetê-lo a esse desrespeito com os pactos coletivos.

CONSUMO, COTIDIANO E NECESSIDADES SOCIAIS

A questão do consumo expressa necessidades e expectativas que distinguem e identificam o sujeito. No universo pesquisado, os depoentes se reportam com recorrência à evolução das modalidades de consumo dos diferentes grupos sociais, articulando as categorias geração e classe social como as que melhor exprimem sua experiência nesse campo. Em alguns momentos, principalmente ao se lembrarem das limitações materiais por que passaram, comparando-as com a situação atual, apontam que “a vida do pobre melhorou muito”, referindo-se à ampliação do acesso a determinadas faixas de bens e produtos e, pois, à sua aproximação em relação ao estilo de vida dos ricos. Mas de um modo geral, para esse grupo, a alteração nos padrões de necessidades e expectativas é fonte de ruptura de importantes hierarquias sociais que organizam a vida “do pobre”, sobretudo afetando as bases da transmissão e da solidariedade geracionais. A “elevação do limiar das expectativas materiais” (THOMPSON, 1998: 23) é freqüentemente atestada pelos velhos num tom de reprovação, como na frase do senhor Sebastião: “nada chega pro povo. Ele hoje tem uma coisa, se ele tem uma bicicleta, ele quer comprar um carro”. Em algumas falas essa observação é construída como conselho, a partir de referências sobre os próprios padrões de consumo por eles adotados, postos como exemplos de justeza no trato com os bens materiais, evocando um universo valorativo. A seguir, apresento um trecho bastante longo do depoimento de dona Isaura, 86 anos, operária aposentada de tecelagem, mas que vale por sua riqueza para exprimir a lógica da narradora acerca dos valores que orientam seus gastos.

(...) Eu ganho 300,00 por mês. Graças a Deus eu não devo ninguém. Eu tenho meu irmão, há pouco tempo ele chegou aqui, falou: Tatá, eu vou fazer empréstimo. Falei: pelo amor de Deus, não faz não. (...) Ele falou: vou fazer porque eu tô devendo, meu cartão. Falei: pra que que você tem cartão? (...) Quanto que você tá precisando? Aí ele fez as contas: tô precisando a quantia x. (...) Aí emprestei ele o dinheiro, ele tá me dando. Eu falei assim: não pensa que eu tô juntando dinheiro não. Mas é assim, por exemplo. Aniversário, as minhas ex-patroas, uma me dá cinqüenta, outra dá vinte. Esse dinheiro eu guardo. (...) Não tô precisando de nada, graças a Deus, eu guardo o dinheiro. Então eu consigo sempre ter, não é muito não, mas consigo sempre ter um... Eu sou pobre, mas tem pobre que não tem cabeça. A minha televisão é aquela ali, né? Mas agora vem a grande que vê maior. Mas não vê a mesma coisa? Todo mundo quer a grande porque o vizinho ali tem, tem. Compra fiado no Natal pra fazer presente pra criança que no outro Natal ainda tá pagando. Não dá. Eu falo: gente, minha nossa senhora! É consumismo. (...) Eu não sou consumista, nesse ponto, não. Eu vivo com o que tenho. Eu recebo pagamento, eu olho ali na folhinha o tanto que eu vou gastar por dia. Porque eu gasto no máximo, no dia é \$8,00 porque com almoço, com café, com fruta, essas coisa. Aí eu faço. Então vai dar \$240,00. Quer dizer, então vai sobrar \$60,00, se precisar de alguma coisa. Porque graças a Deus eu não tomo remédio. (...) Eu ponho minha cabeça no travesseiro, só penso que eu devo minha alma a Deus. Mais nada. A mamãe, ela pagava, ela ajudava no São Camilo e no Santa Helena. Ela morreu, eu continuei ajudando. Mas a gente dá pouquinho, né? Mas eu faço assim, eu recebo o décimo terceiro, eu tiro desses dois no nome da mamãe ainda. Dia dois eu vou lá no Santa Helena e vou lá no São Camilo. Aí eu já dou do ano inteiro. Pronto. Pronto.

O depoimento de dona Isaura atualiza alguns critérios e valores importantes nesse universo, também presentes na fala de outros narradores. A aposentada mostra, de um modo geral, que a lógica de sua relação com o mercado de consumo não é a do descarte, tão importante no contexto atual. Ao contrário, ela se pauta pelo valor da conservação de bens e de hábitos, percebido como fundamental para manter a virtude do pobre, feita principalmente de sua honra. Não acumular dívidas e ainda poder ajudar o irmão, bem como continuar mantendo os compromissos assistenciais da mãe são algumas das atitudes honradas de dona Isaura que lhe permitem experimentar sensações de tranquilidade e segurança não só no nível moral, mas também material. A narradora sabe que seu esquema é fundamental para sua sobrevivência material autônoma e para a reprodução de seu grupo, dando-lhe ainda uma margem para lidar com os imprevistos, o que ela sabe ser necessário.

Esse depoimento de dona Isaura é esclarecedor quanto à natureza do consumo como um elemento básico na definição das identidades e relações sociais. Percebe-se a vinculação entre o consumo e os circuitos sócio-culturais a que os sujeitos se integram na satisfação de

suas demandas por bens e serviços e na construção de significantes sociais que tão diretamente se ligam a suas escolhas e possibilidades como consumidores. Dona Isaura está integrada num universo sócio-cultural muito específico a partir do qual ela percebe sua condição e monta suas estratégias de sobrevivência. Esse universo, objetivamente formado por claras fronteiras quanto às modalidades de consumo disponíveis, definem para essa trajetória um mundo de relações e referenciais simbólicos em que os padrões de consumo estão envolvidos por um importante circuito de trocas solidárias, exemplificado na fala, não dependendo exclusivamente na lógica mercantil. Ao contrário, o trecho citado mostra como essa é apreendida enquanto força implacável na cobrança de juros e na imposição de datas, exigindo do pobre cautela e prudência. Mostra também que é essa a referência da narradora para lidar com o mercado contemporâneo e suas ofertas de felicidade material a partir do acesso universalizado a alguns de seus produtos como os cartões de crédito.

Como dona Isaura, os outros narradores também lidam com um pequeno orçamento mensal o que não lhes dá muitas escolhas quanto a possibilidades de consumo. Mas, nesse contexto de limitação material, pode-se identificar opções que são feitas dentro de um universo sócio-econômico e moral determinado por hábitos e valores bem específicos que eles gostam de manter — como sugeri a partir da análise do depoimento de dona Isaura. São gostos e práticas que me pareceram muito importantes para a tessitura do cotidiano e a construção de sua identidade como velhos inseridos no contemporâneo. A inspiração da análise vem da noção de costume de Thompson, já referida: não vejo esses hábitos como “discretas sobrevivências”, mas como a (re)criação de uma ambiência na qual se quer mover, formando “um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (cf. THOMPSON, 1998: 152). Alguns exemplos ajudam a construir a idéia. Mesmo vivendo com um salário mínimo, com o qual se sustenta e à irmã mais velha e ainda ajuda um dos filhos, o senhor Mário não abre mão de comprar seus livros e revistas sobre História. É neles que busca fundamentos para legitimar seus projetos de criação de um museu e de recuperação da história de sua família nos quais lança fortes expectativas de reconhecimento. Um dos poucos motivos que levam o senhor Pedro ao centro da cidade é a necessidade de comprar novas sementes para cultivar a grande horta que tem em casa o que ocupa todas as suas manhãs. Ele explica que fazendo esse trabalho, sente-se inteiro, consegue totalizar a experiência, lidando com o passar do tempo: “essas plantaçoão eu não paro não, é o que tem aí, faço isso desde

sempre...” Dona Neuma e o senhor Daniel percorrem circuitos diários muito semelhantes, em busca da ração para os animais que criam no espaço doméstico. Procuram o preço mais baixo e, com frequência, ganham, de comerciantes amigos, restos de verduras e legumes. O senhor Sebastião revive seu antigo sonho de “ser sertanejo”, tentando acompanhar os lançamentos de seus cantores preferidos, através da aquisição de suas gravações, disponíveis tanto em CD’s, geralmente “piratas”, quanto em fitas K7, vendidos nas bancas de camelôs espalhadas pela cidade.

Na denúncia da “elevação do limiar das expectativas materiais” (THOMPSON, 1998: 23), a pobreza é uma categoria importante. É através dela que os narradores reportam seu pertencimento a uma ambiência social determinada por espaços definidos e situada no tempo. Quando falam de suas práticas atuais de consumo, parece, então, que os velhos se apresentam como pobres, mas, produzindo temporalidades, distinguem-se dos “pobres de hoje”. Nessa distinção, o termo “simplicidade” agrega sentido à noção de pobreza a partir da qual se identificam, mostrando como, em seu vocabulário, essa é uma categoria complexa que envolve muitas dimensões. Ser pobre nesse contexto significa estar ligado a uma história social em que o próprio consumo não é um elemento central na organização da vida, sustentada também por práticas solidárias e atividades de subsistência. E é aí que reside a simplicidade que foi perdida na “maneira de viver hoje” em que, segundo o senhor Mário, algumas “moças pobres” exigem “até aspirador de pó” para casarem ou, como critica o senhor Francisco, em que “a doméstica ganha salário mínimo”, mas “está com seu celularzinho”. Sob esse prisma, a aproximação com o estilo de vida “dos ricos” é vista como fonte de desagregação por afastar as gerações no interior de seu universo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões apontadas na interpretação das narrativas matizam e enriquecem, de forma especial, nossas possibilidades de compreensão e análise dos vínculos sociais no mundo contemporâneo. Nesse espaço pretendi apenas sinalizar algumas dessas possíveis contribuições, sem discutir mais profundamente suas implicações e desdobramentos. Faço, então, para encerrar, uma pequena consideração, também como indicação mais geral, acerca de um aspecto importante trazido pelas falas. Através da memória dos velhos, pode-se pensar algumas relações entre cultura, política e história no mundo contemporâneo. A memória

recupera a inscrição da história por meio da linguagem simbólica que exprime, de forma particular, os dilemas da historicidade moderna. Nesse sentido, a “economia moral” dos velhos mostra-se como um campo de conflitos em que a lembrança dos critérios de sociabilidade referendados pelo costume envolve uma demanda por legitimação de uma experiência, uma reivindicação do direito de participar de um tempo social. Nas falas que analisei aqui, os velhos relatam como essa disputa por legitimação de critérios é experimentada concretamente em muitas situações do cotidiano, momentos em que se coloca para eles a necessidade de rever a trajetória e seus valores mediante desafios práticos, postos em suas relações — o desafio de tornarem-se contemporâneos. O elemento central nessa disputa é acerca das formas de se vincular à sociedade e de compreender/construir o próprio vínculo social. E nessa medida, é sobre a definição da ambiência cultural para a reprodução das relações sociais. As falas registram, nesse sentido, que a demanda dos velhos não é por inclusão numa sociedade abstrata, mas pelo direito de construir os sentidos que concretizam e definem as relações sociais como redes de pertencimento e não de exclusão.

Nesse sentido, o desafio político está posto também ao pensamento e ação sociais: apreender o velho trabalhador como um “outro-interlocutor” deve ser sempre recuperar sua especificidade, no interior do mundo contemporâneo e globalizado, enquanto portador de uma história social concreta, construída, ontem e hoje, como experiência sócio-cultural particular, marcada pelo trabalho, pela pobreza, pela velhice. Mas deve ser também não excluí-lo de nossa história social comum, como remanescente de um mundo arcaico, a quem devemos integrar e converter, ou como representante de um universo cultural em vias de extinção que já não tem muito a dizer sobre o presente. Trata-se do desafio de ver o outro como contemporâneo, sujeito cujas memórias e expectativas podem, ao nos dar visões particulares do passado, renovar nossos projetos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIAS-DONFUT, C. Le double circuit des transmissions. In: ATTIAS-DONFUT, C. (org.). *Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État*. Éditions Nathan, 1995.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTAUX, D. L'approche biographique. La validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, p. 197-225, 1980.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRIOSCHI, L.; TRIGO, M. H. Relatos de vida em Ciências Sociais; considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, v. 39, n.7, 631-637, jul. 1987.

BRITTO DA MOTTA, A. Sociabilidades possíveis: idoso e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DaMATTA, R. *A casa e a rua; espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice; socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

DUARTE, L. F. D. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.173-183, 2003.

GOMES, A.C. *A invenção do trabalhismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KOSMINSKY, E. Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em Sociologia. *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 01, p. 30-35, jan. 1986.

KOHLI, M. La présence de l'histoire. In: ATTIAS-DONFUT, C. (org.). *Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État*. Éditions Nathan, 1995.

LINS DE BARROS, M. M. O passado no presente: aos 70 falando do Rio de Janeiro. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p.91-105, 1995.

Mintz, S. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.45-58, 1984.

MORIN, F. Pratiques anthropologiques et histoire de vie. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, p. 313-339, 1980.

SIMÕES, J. A. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas.

SVAMPA, M. *Desde abajo. La transformación de las identidades sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

UMA CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR AO ESTUDO DA REGIONALIZAÇÃO EM SAÚDE: A ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA MACRORREGIÃO SUDESTE DE MINAS GERAIS

**Auta Stephan-Souza; Edna A. B. de Castro; Cássia C. M. Ferreira; Júlio M. F. Chebli; Márcio J. M. Alves; Maria Teresa B. Teixeira; Octávio A. R. Bonnet*
Ivan C. F. Chebli; Elizabeth J. e M. Jacometti; Nilcéia M. da Silva**
Marcélia G. Paiva***
Cíntia G. Benitez; Raquel F. Rezende; Fernanda L. Lima; Vanessa L. de Souza******

RESUMO

Este ensaio é produto do projeto de pesquisa “*Estudo da regionalização e organização da assistência de média e alta complexidade na Macrorregião Sudeste de Minas Gerais*”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e desenvolvido entre 2005 e 2007. Retrata uma pesquisa interdisciplinar ao agregar docentes das Faculdades de Serviço Social, Enfermagem, Medicina, Geografia e Ciências Sociais, alunos dos cursos de Especialização em Saúde Coletiva e da Graduação de Serviço Social, Enfermagem e Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora e técnicos - economista, odontólogo e enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde. O debate em torno da Questão Social e Regionalização considera as diversidades que as diferenças espaciais/territoriais/ regionais impactam os processos políticos contemporâneos nas configurações da questão social - desigualdade, desproteção social e destituição de direitos com reflexos no campo da assistência à saúde.

Palavras-chave: regionalização, acesso, gestão, organização de sistemas de saúde.

INTRODUÇÃO

A integração dos hospitais de ensino das universidades federais à rede de serviços de saúde do SUS, prevista pelo artigo n.45 da Lei Orgânica da Saúde brasileira – Lei n. 8.080/90 (BRASIL, 1990) – organizou-se na forma de uma política de saúde com implantação desencadeada a partir de 2003. Apoiou-se no princípio da intersetorialidade, demandando a criação de uma legislação interinstitucional pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) (BRASIL, 2004), visando à co-responsabilização por partes das universidades com a consolidação do SUS, e deste com a formação de profissionais de saúde e com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em saúde. O pacto ou convênio entre as

* Professores doutores da UFJF: Serviço Social, Enfermagem, Geografia, Medicina, Antropologia

** Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora: Odontologia, Economia e Enfermagem

*** Funcionária da Faculdade de Serviço Social/UFJF e analista de sistemas

**** Bolsistas de iniciação científica

universidades federais, representadas por seus hospitais de ensino e a gestão do SUS, pelas secretarias municipais de saúde, denominou-se de contratualização, dadas as características de um processo coletivo, elaborado progressivamente por ambas as partes com periódicas revisões anuais.

O processo de integração do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF) ao contexto regionalizado da assistência à saúde de média e alta complexidade do SUS evidenciou, além dos desafios de natureza político-interinstitucional, o de identificar e compreender o cenário territorial loco-regional sob o qual se incidiriam as “negociações” para contratação e oferta de procedimentos ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade.

O Sistema de Saúde brasileiro, ao desenvolver os subsídios técnicos à organização e programação da assistência ambulatorial e hospitalar, concebeu como atendimentos de média ou alta complexidade ambulatoriais, as ações e serviços que visam atender aos principais problemas de saúde e agravos da população. A complexidade da prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, de apoio diagnóstico e terapêutico com algum grau de economia de escala e, portanto, não disponíveis em todos os municípios do país a curto ou médio prazo. Esses serviços são organizados segundo uma lógica hierarquizada em contexto assistencial de rede regionalizada, e orientam não somente a gestão do Sistema no que se refere à pactuação regional dos fluxos para a atenção à saúde especializada, mas também a aplicação de recursos financeiros, tanto de custeio como de investimentos, pensando-se na efetividade do financiamento no setor saúde.

O processo de contratualização entre o HU/UFJF e o SUS, ao buscar compatibilizar o princípio da universalidade do acesso aos serviços de média e alta complexidade pelos usuários do SUS, segundo a diretriz de regionalização, explicitou alguns limites técnico-científicos, político-administrativos, econômicos e culturais que podem ser considerados como lacunas do Sistema de Saúde. Nesta pesquisa tomamos como objeto o estudo das questões que, imediatamente, se instalaram ao se adotar os critérios normativos do Plano Diretor de Regionalização (PDR) (SES-MG, 2007) do SUS, que foram como lidar com o fluxo de pessoas usuárias dos serviços de saúde ofertados pelo SUS que residem fora do limite territorial político-administrativo ao que se encontra sob a égide do município de Juiz de Fora

enquanto pólo macrorregional? Devem-se desenvolver mecanismos de restrição ou mesmo de coibição ostensiva do acesso?

O PDR é um instrumento de gestão do SUS definido pela Norma Operacional de Assistência à Saúde – NOAS (BRASIL, 2001) que orienta a mobilidade dos usuários no SUS dentro dos limites de uma região estadual de saúde expressa através de um mapa. Os mecanismos de regulação do fluxo assistencial e o planejamento financeiro foram desenvolvidos de modo a se preservar a concepção de regionalização do PDR considerando a lógica de uma programação assistencial definida como Programação Pactuada Integrada (PPI) (BRASIL, 2006c ok), realizada pelos municípios que compõem o mapa de uma região de saúde. No estado de Minas Gerais, o mapa do PDR (SES-MG, 2007) exclui a possibilidade de acesso aos serviços ofertados por um município pólo macrorregional, pelos usuários residentes em municípios de outras regiões de saúde, dentro do próprio estado ou que habitem em municípios de estados vizinhos, como por exemplo, os do sul do estado do Rio de Janeiro.

Assim, o planejamento segundo as necessidades dos usuários, no contexto hierarquizado de oferta de serviços, está na dependência da modalidade de regionalização definida pelo PDR (SES-MG, 2007), cujo critério norteador maior é o agrupamento de cidades dentro dos limites territoriais de uma unidade da federação, segundo a vizinhança, através da conformação de redes micro e macrorregionais em torno de municípios pólos. A vizinhança interestadual, embora reconhecida no discurso dos técnicos, não foi incluída na concepção de regionalização adotada pelo PDR (SES-MG, 2007) do estado de Minas Gerais. O mapa da Macrorregião Sudeste mineira exclui o acesso dos usuários residentes em cidades da região Centro-Sul fluminense do estado do Rio de Janeiro, que fica 45 km de Juiz de Fora.

Inquieta-nos, todavia, o notado rigor dos mecanismos reguladores, que impõem, por exemplo, o fechamento das fronteiras interestaduais aos usuários do SUS. Com isso, a organização da atenção à saúde passa a ser orientada, sobretudo, pelos critérios impostos pelo PDR (SES-MG, 2007) e pelos mecanismos reguladores dele decorrentes, colocando à mostra uma concepção de regionalização da saúde excludente e orientada, principalmente, pelo financiamento do quantitativo de procedimentos de saúde ofertados no interior de um limite territorial.

Embora a modalidade de regionalização busque se embasar em avançadas concepções sobre equidade, confronta-se com pelo menos dois outros princípios do SUS: o de universalidade e o da integralidade do cuidado de saúde, que pressupõem o planejamento e a organização da assistência segundo as necessidades das pessoas e não segundo a capacidade tecnológica instalada. O problema que se configura extrapola os limites técnicos de operacionalização do SUS, requerendo avanços no campo da ciência e tecnologia que apóiam sua implantação e consolidação.

Este estudo, coordenado pela UFJF em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora, através de parceria técnica e intelectual pretende, precisamente, analisar as situações de saúde nas fronteiras entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Um desafio será compreender a concepção de regionalização adotada pelo PDR-MG e, posteriormente, outro, será desenvolver uma concepção de regionalização que considere o fluxo interestadual, sob a ótica dos usuários, de suas famílias e dos gestores municipais. Uma meta é apontar a re-configuração do mapa do PDR mineiro de modo a incluir as fronteiras segundo os interesses dos usuários.

Do conjunto de objetivos da pesquisa, nos debruçamos neste texto sobre o que se propõe a analisar a diretriz de regionalização do SUS, tomando-a como o tema de estudo sobre o qual se assenta o problema em tese. Tem como pano de fundo a necessidade de (re) organização da atenção de média e alta complexidade, na Macrorregião Sudeste de Minas Gerais, ofertada pelo HU/UFJF. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, encontra-se na fase final de levantamento de dados e início da análise, ficando, portanto, para uma próxima oportunidade a apresentação dos resultados.

O debate que ora se inicia tem como foco o atual conflito entre as necessidades de assistência de média e alta complexidade pelos usuários do SUS e a concepção de regionalização implícita no PDR (SES-MG, 2007) praticado na Macrorregião Sudeste de Minas Gerais e nas Microrregiões Centro-Sul e Médio Paraíba, do estado do Rio de Janeiro. A divergência entre necessidade e oferta está em função das características demográficas e epidemiológicas da área de influência dos serviços de saúde do município de Juiz de Fora. Com isso, estão sendo levantadas as referências teóricas que subsidiam os processos de natureza político-ideológico e técnico-assistencial da regionalização praticada. Do ponto de vista da prática do planejamento, a proposta é incluir as situações de saúde que se encontram

fora dos limites da oferta de serviços, a fim de subsidiar a organização de modos de intervenção por linhas de produção de cuidado para a assistência considerada complexa. Modos tecnológicos de intervenção que orientem, sobretudo, o financiamento da modalidade de contratualização entre o SUS e as instituições prestadoras de serviços de saúde, através do redesenho do espaço correspondente às regiões assistenciais que se incluem na Macrorregião Sudeste de MG, em função do fluxo dos usuários vindos de municípios fronteiriços com o estado do Rio de Janeiro.

Posto isso, segue o que este texto se propõe. Será apresentado o levantamento preliminar de literatura sobre as discussões acerca da diretriz de regionalização, sob os diversos enfoques. O ponto de partida foram as referências de natureza teórico-conceituais sobre a diretriz de regionalização do SUS com as conseqüências decorrentes de sua operacionalização e as estratégias metodológicas adotadas para elucidação do problema em foco.

O acesso em serviços de média e alta complexidade da rede SUS de Juiz de Fora, por usuários residentes em municípios do estado do Rio de Janeiro, vizinhos a Juiz de Fora, pólo da Macrorregião Sudeste de Minas Gerais, enquanto objeto de estudo, será abordado por diferentes enfoques metodológicos. A intenção será desencadear uma discussão acerca da concepção de regionalização, sob uma ótica interdisciplinar.

E, ao final, apontar as possibilidades de implantação de um modo tecnológico de intervenção que busque a interface entre a assistência e gestão de instituições prestadoras de serviços ao SUS, adotando como referência o Hospital Universitário da UFJF.

REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE: A BUSCA DE UM ESPAÇO ASSISTENCIAL INCLUSIVO

A revisão preliminar documental e de literatura visou identificar as lacunas teóricas sobre a regionalização como objeto de estudo, bem como subsidiar o trabalho de campo da pesquisa, contribuindo para as primeiras análises. Esse levantamento, apresentado a seguir, põe à mostra uma multiplicidade de elementos conceituais e operacionais que dimensionam os sentidos da diretriz de regionalização adotada pelo SUS.

Neste item, a análise decorre de estudos teóricos sobre o planejamento da saúde, sobre a concepção política e sobre a legislação federal, estadual e municipal adotadas no país, que subsidiam a regionalização no SUS. Os elementos teóricos buscam responder a questões voltadas para a compreensão da concepção de regionalização implícita no PDR, tomando como referência o aspecto político-ideológico e técnico-assistencial.

As principais questões levantadas sobre PDR (SES-MG, 2007) atualmente praticado encontram-se no Plano Diretor de Investimentos – PDI de Minas Gerais. Esses instrumentos de regionalização vêm sendo revistos pelas discussões na recente política do SUS denominada de Pacto pela Saúde, editada em 2006 (BRASIL, 2006a; BRASIL, 2006b). A avaliação sobre a aplicabilidade, no cotidiano do planejamento do SUS, dos conceitos de regionalização implícitos permitiu uma ampliação do leque de análise enfatizada nesta pesquisa. O Pacto pela Saúde, tal como vem sendo divulgado, debatido e implantado, possibilita o estreitamento das relações interestaduais do ponto de vista da gestão da assistência de média e de alta complexidade.

Desta forma, acena-se para o potencial de articulação nos planos político e técnico da gestão da saúde entre as regiões interestaduais de vizinhança, contribuindo para uma nova visão do processo de regionalização, que este estudo tem reforçado.

Para o desenvolvimento de uma concepção teórica que oriente tanto a regionalização da assistência na qual se insere o HU/UFJF, segundo as áreas de produção de cuidado, quanto a modalidade de contratualização com o SUS, com vistas à organização da assistência de média e alta complexidade ambulatorial, a escolha teórico-conceitual de partida são os autores brasileiros que, ao longo da implantação do SUS, vêm envidando esforços acadêmicos no sentido de estudar a diretriz de regionalização. São eles: Mendes (2004, 1995a, 1995b, 1998, 1999, 2001a, 2001b, 2003); Oliveira e Carvalho (2004); Travassos et al. (2000); Najar e Marques (1998).

Um ponto comum entre esses autores é a Regionalização considerada como uma macroestratégia de reorganização assistencial para contemplar uma lógica de planejamento integrado, de maneira a conformar sistemas funcionais de saúde, ou redes articuladas. A regionalização é concebida sob o prisma do atendimento ambulatorial em centros de referência de especialidades, dentro de um quadro proposto para cenários macrorregionais, que se organiza visando a uma eficácia regional em todos os níveis de atenção.

O redesenho do espaço que represente as regiões assistenciais que efetivamente se incluem na Macrorregião Sudeste de MG em função do fluxo dos usuários, vindos de municípios fronteiriços do estado do Rio de Janeiro, não considera apenas a proximidade geográfica entre os municípios. Com o apoio do referencial da Geografia, consideram-se aspectos relacionados à capacidade instalada para a prestação dos serviços nos estados e a qualidade e a resolubilidade notada pelos usuários, dentre outros, para a elaboração de um novo mapa de organização territorial que respeite o fluxo natural dos usuários tendo em vista o potencial de interlocução político-administrativo entre as cidades fronteiriças, visando a uma adequação entre o planejamento regional da assistência à saúde e o Plano Diretor de Regionalização dos estados envolvidos e o respectivo financiamento.

Os estudos realizados sobre a diretriz de regionalização têm reforçado a importância de que, no âmbito do planejamento e da gestão das ações de saúde de média e alta complexidade, sejam desenvolvidas diretrizes que orientem a organização desse nível assistencial.

Nesse sentido, surge e ganha dimensão no discurso acadêmico e político-assistencial a necessidade de elaboração de um modo tecnológico assistencial e de gestão que possibilite a reorganização das ações de saúde de média complexidade segundo os princípios do SUS e considerando as necessidades da população loco-regional e reconhecendo a atenção básica como novo eixo organizativo do modelo técnico-assistencial. Um *modo tecnológico de intervenção* que associe num mesmo contexto de avaliação e controle a assistência ofertada na forma de processos de trabalho especializados em saúde, intercessores entre si, e a gestão institucional que oferta. Entre as instituições prestadoras de serviços de saúde ao SUS, o Hospital Público de Ensino, pelas suas especificidades, missão e responsabilidade social, deve ser o ambiente que primordialmente desencadeie a experimentação e a avaliação de tal proposta no contexto macro e microinstitucionais, tendo em vista a compreensão de regionalização da assistência à saúde que ora concebemos.

Uma expectativa que daí decorre é a definição, elaboração, validação e implantação de diretrizes clínicas e protocolos de acesso aos serviços especializados, a exames e a procedimentos de média e alta complexidade ofertados regionalmente, como também o dimensionamento da oferta, frente a uma “região ideal de abrangência” e em função de uma rede existente.

O processo de regionalização proposto pelo Ministério da Saúde define *região de saúde* como a base territorial de planejamento de atenção à saúde, constituindo uma estratégia prioritária nas políticas de saúde, visando garantir o direito à saúde; reduzir as desigualdades sociais e territoriais; promover a equidade e a integralidade da atenção; racionalizar os gastos; aplicar com eficácia os recursos e potencializar o processo de descentralização.

O processo de regionalização envolve um conjunto de temáticas. Dentre elas, destacamos a própria concepção de região. Pois, dependendo da forma como esta é entendida, aplicada, estipulada, as ações voltadas à implantação e implementação da regionalização poderão variar consideravelmente. A NOAS (BRASIL, 2001) definiu a região de saúde como sendo a base territorial de planejamento da atenção à saúde, não necessariamente coincidente com a divisão administrativa do estado, a ser definida pela Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as especificidades e estratégias de regionalização da saúde em cada estado, considerando as características demográficas, socioeconômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços, relações entre municípios, entre outras.

É importante salientar que a NOAS (BRASIL, 2001) propõe uma concepção de região bastante flexível e, ao mesmo tempo, distante das tradicionalmente adotadas (normalmente trabalhadas sob a concepção de unidade de intervenção e ação do Estado, geralmente construída a partir de uma hierarquização dos diferentes poderes municipais). Barata e colaboradores (2004) reconhecem que a regionalização do SUS foi um avanço, porém na prática não houve avanços na implantação ou no impacto no acesso pela falta de financiamento.

No plano da política de implantação dos PDRs pelos estados, o que se observa sobre os critérios adotados é que estes não incluem as especificidades regionais, alijando os gestores municipais que compõem as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) do processo de apreciação desses critérios em detrimento da realidade estadual, dificultando a operacionalização e o cumprimento de uma regionalização coerente com as necessidades de usuários e gestores. Com essas considerações, amplia-se o leque de questões: qual concepção de região o SUS deve adotar? Qual atenderia aos territórios concretos, onde as pessoas vivem, trabalham, constroem redes de relacionamento e também exercitam o poder e

expressam os seus desejos no âmbito da liberdade de ir e vir? Como definir uma nova regionalização, que tenha seus limites definidos por uma rede de relações, contatos, de comunicação, de infra-estrutura de transportes, de ações e serviços, de educação e retrate uma identidade socioeconômica e cultural?

A partir destas indagações e indefinições, a opção adotada foi delimitar não somente os espaços já conhecidos de relações e inter-relações, tais como as redes de transportes, as redes de vizinhança, as relações de proximidade, a oferta de serviços, ou mesmo da própria paisagem natural, mas, principalmente, as relações de contato social e cultural, apresentadas por Gilbert (1988) como sendo uma das concepções de região que enfatizam a cultura como o ponto de partida, concentrando-se em problemas como identificação regional e identidades regionais. A região pode ser entendida primariamente como um conjunto de relações entre um grupo específico e um lugar particular, como uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo. A região é perceptual, é um construto que reflete sentimentos e atitudes humanas sobre as áreas.

Desta forma, dentre as concepções de região para aplicação no campo da saúde, será considerada a noção de território socialmente construído, como uma apropriação simbólica do espaço partilhado por um determinado grupo.

Neste contexto, assume-se a importância de definir uma metodologia que melhor esclareça e nos permita construir um novo mapa de regionalização da saúde para a cidade de Juiz de Fora-MG, redimensionando o potencial de demandas para o novo hospital universitário, o Centro de Atenção à Saúde - HU/CAS.

Seguindo as proposições de Bandeira (1999, 2000, 2006), que fornece algumas orientações práticas e básicas para delimitação das regiões, dentre elas, ressaltamos: a delimitação deve basear-se na identificação de redes de articulação regionais existentes (redes de transportes, comunicações), devem ser aproveitados os elementos simbólicos capazes de contribuir para o fortalecimento de uma identidade da região e, finalmente, a abrangência territorial da região deve assegurar que seja alcançado um patamar mínimo de densidade institucional (levantamento por amostragem, com a utilização de escalas sociais, trabalhado sobre a forma de entrevistas com caráter qualitativo). A proposta é a definição de um novo espaço regional para a oferta de serviços de saúde que Juiz de Fora polariza segundo a rede de relações e intervenções da própria sociedade.

O que, por ora, nos cabe sugerir é que futuros investimentos que maximizem a relação custo/benefício da oferta e distribuição de serviços na rede regionalizada e hierarquizada sejam definidos mediante o redesenho do mapa da Macrorregião Sudeste de Minas Gerais incorporando as necessidades de saúde segundo o fluxo natural de busca de cuidados.

POR UMA CONCEPÇÃO DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE SOB UMA ÓTICA INTERDISCIPLINAR

A referência teórica orientadora da modalidade deste estudo interdisciplinar é a desenvolvida por Vasconcelos (2002). O argumento defendido por esse autor é de que a pesquisa acadêmica realizada com a intenção de reverter-se em construções científicas que sirvam de alguma forma à sociedade tende a assumir a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno social e humano particular em foco. Recupera e traz ao debate interno um leque delimitado de perspectivas teóricas, disciplinares e paradigmáticas, dentro de um campo de contribuições e alianças que contemplem as exigências conceituais, éticas e políticas das lutas emancipatórias e populares democráticas na abordagem do fenômeno.

Concorda-se que são amplas as exigências, os desafios e os riscos inerentes a esse empreendimento. A perspectiva interdisciplinar coloca os pesquisadores diante de um panorama mais amplo, mais complexo, mais inseguro, desconhecido e inacabado no plano teórico. Todavia, tendo em vista o vulto desse empreendimento hospitalar, o HU/CAS, o que ele representa para um elevado contingente populacional e para os avanços conceituais no contínuo processo de implantação e consolidação do SUS brasileiro, justifica-se a relevância da aplicação de tal metodologia.

Dentre todos os desafios, o que mais imediatamente tem estado presente nos momentos de discussão e nos seminários realizados entre os pesquisadores representantes das diferentes e afins áreas de conhecimentos é o de não permitir a fragmentação do objeto de estudo com colagens de metodologias, resultando em estudos isolados que não se interpenetram, constituindo-se, quando grosseiramente comparada, numa pesquisa “colcha de retalhos”, sem uma formatação que dê conta de abordar de modo interdisciplinar o problema do estudo.

Com essas considerações iniciais sobre a abordagem metodológica, seguem-se as contribuições do conhecimento específico e acumulado que os diferentes pensamentos metodológicos têm produzido no âmbito do estudo.

ABORDAGENS QUANTITATIVAS – PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA E BIOESTATÍSTICA

Uma consideração sobre a compreensão do problema em foco é que sejam identificadas as necessidades de assistência de média e alta complexidade das pessoas em função das características demográficas e epidemiológicas da área de influência dos serviços de saúde ofertados. As referências teóricas de base são Rouquayrol e Almeida Filho (1999) e Barata e colaboradores (2004). Esses autores fundamentam a importância da pesquisa epidemiológica, no sentido de superar o pensamento da epidemiologia como mera configuração de riscos e afirmar a importância dos estudos participativos com base na qualificação, interação e etnologia. No campo da Saúde Coletiva, a epidemiologia é considerada por Rouquayrol e Almeida Filho (1999) como uma “ciência que estuda o processo saúde-doença em coletividades humanas, analisando a distribuição e os fatores determinantes das enfermidades, danos à saúde e eventos associados à saúde coletiva, (...) fornecendo indicadores que sirvam de suporte ao planejamento, administração e avaliação das ações de saúde”.

No âmbito deste estudo, a contribuição da epidemiologia tem sido no sentido de identificação das distribuições demográficas dos problemas de saúde que se expressam em necessidades e demandas pelos serviços de saúde da região e dos fatores que os determinam.

O instrumental epidemiológico e estatístico (incluindo o geoprocessamento e modelos matemáticos, juntamente com os dados disponíveis) contribui para subsidiar as programações de oferta de procedimentos, de acordo com as necessidades, epidemiologicamente definidas, à luz das evidências da relação custo/efetividade das tecnologias em saúde disponíveis. Ajuda na definição de protocolos de acesso a exames e procedimentos de média e alta complexidade, como também no dimensionamento adequado à região ideal de abrangência, em função da rede existente. Pode sugerir futuros investimentos que maximizem a relação custo/benefício da oferta e distribuição de serviços na rede regionalizada e hierarquizada.

Essa abordagem metodológica vem desenvolvendo um levantamento do fluxo dos usuários e uma descrição do perfil epidemiológico do atendimento realizado pelos Centros de Atenção Oncológica de Juiz de Fora – CACONS. A assistência demandada por esse grupo humano é ofertada em Juiz de Fora, enquanto pólo regional, e os dados epidemiológicos levantados, preliminarmente, junto à gestão local do SUS, estimulam a hipótese de que os CACONS, como dito antes, têm sido alvo de migração de usuários do estado do Rio de Janeiro em busca desses serviços. Esse eixo de pesquisa adota o universo de pessoas cadastradas e em tratamento de câncer de mama. Os CACONS de Juiz de Fora são ambientes assistenciais de alta complexidade, não públicos, mas credenciados para a oferta de serviços ao SUS. O tratamento do câncer é de alto custo e tem sido alvo da migração de usuários de outras regiões assistenciais vizinhas.

Além dos CACONS, o ambulatório de Doenças Inflamatórias Intestinais do Serviço de Gastroenterologia do Hospital Universitário da UFJF foi tomado como um caso-referência, no conto desta análise, tendo em vista a complexidade e o alto custo que envolve os serviços especializados das diversas áreas clínicas. Longe da intenção de generalizar, os resultados do levantamento estatístico nos permitirão, entre outras coisas, conceber um perfil do usuário que depende de tratamento especializado de alto custo e que demanda o uso de medicação considerada excepcional.

Atualmente, o fluxo dos usuários no SUS é controlado através das Centrais de Regulação (centrais de internações, centrais de marcação de consultas especializadas e exames), de acordo com tetos por municípios e tipos de procedimentos definidos por uma programação baseada na PPI. Este processo de controle ainda não tem suporte de um sistema de identificação da procedência dos usuários e os dados da pesquisa mostram a fragilidade da extensão da implantação do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS).

O estudo epidemiológico aponta a importância desse Cartão como instrumento de gestão da assistência, apoiando o financiamento, a distribuição da oferta e o planejamento em geral. Esse Cartão deve ser estendido ao conjunto da população, a partir do princípio da universalidade, uma vez que o acesso aos serviços de saúde é direito de toda a população. Outro valor do Cartão SUS é que esse se configura, também, em um instrumento de organização da assistência, que possibilita a implementação de um padrão de informações que permite ao gestor nacional subsidiar e dar suporte aos sistemas municipais e estaduais na

construção e aperfeiçoamento do SUS. Ele contribui para a identificação do usuário do SUS, a sua vinculação a um sistema local e a um conjunto de serviços de saúde.

Dentre as vantagens da implementação do Cartão SUS, destacam-se: a possibilidade de acompanhamento do fluxo do usuário no sistema de saúde, inclusive em relação às referências intermunicipais e interestaduais; o subsídio à elaboração e à avaliação da PPI (BRASIL, 2006c); a instrumentalização dos processos relativos às compensações financeiras entre municípios e estados pelo atendimento de pacientes externos à sua base residencial através das Câmaras de Compensações; o subsídio ao planejamento, à definição das prioridades nas ações de saúde e ao acompanhamento das políticas de realidades, através de mensuração de cobertura das atividades desenvolvidas e detecção dos pontos de estrangulamento do sistema. Finalmente, a facilidade para a integração dos vários sistemas de informações de base nacional agenciados pelo Ministério da Saúde, estado e municípios e a permissão da inclusão de outros dados importantes para análise.

Espera-se que a epidemiologia, com o aporte da bioestatística, contribua para a análise do Cartão Nacional de Saúde como instrumento de assistência e gestão, considerando seu potencial de regulação

ABORDAGENS QUALITATIVAS: ETNOGRAFIA DA BUSCA DE CUIDADOS DE SAÚDE

Segundo Geertz (1989, 2001), o que a antropologia faz ao adotar o ponto de vista do sujeito sobre os acontecimentos que se dão no âmbito das relações humanas em um local, como lente para interpretação e descrição de processos culturais é, em termos metodológicos, etnografia.

Nesta pesquisa, a etnografia da busca de cuidados de saúde especializados pelos usuários que moram em municípios da vizinhança de Juiz de Fora não se deteve a uma causa ou adoecimento específico em um grupo da população. Isso porque o que se pretende compreender são os processos de natureza cultural e social que orientam o acesso dos usuários em instituições de saúde média e alta complexidade do SUS de Juiz de Fora, independente das causas dos adoecimentos.

A inclusão da etnografia como aporte metodológico à análise e elucidação das questões que se organizam como o objeto deste estudo, relaciona-se à natureza deste, que surge e se expressa no âmbito das relações humanas, no caso, entre as necessidades dos indivíduos e da coletividade por cuidados de saúde e a modalidade de regulação de fluxo dos usuários no SUS, atualmente sob a égide dos PDRs/PPI. A intenção é compreender como as pessoas acometidas por doenças que necessitam de cuidados de média ou alta complexidade e suas famílias, residentes em municípios do Rio de Janeiro, vizinhos de Juiz de Fora, se movimentam no sentido de buscar a assistência especializada.

As estruturas criadas como normas da mobilidade humana para lidar com o processo saúde-doença não se efetivam unicamente em torno dos problemas relacionados às respostas fisiológicas e patológicas ligadas à forma e/ou às funções do corpo humano segundo grau de complexidade, ou seja, ao se estar pouco, muito ou gravemente doente. Não se efetivam apenas como resultado da expressão das condições impostas à vida pelo meio, mas agregam as expressões dos modos de viver socialmente adotados no meio. Quando o homem se considera doente, o faz segundo um padrão cultural local do que é estar doente, e o como se cuidar ou buscar cuidados para o restabelecimento de um estado normal pode se dar com base em uma norma humana criada de acordo com critérios técnicos e científicos elaborados, ou decorrer segundo critérios estabelecidos culturalmente pelas trajetórias de busca de cuidados.

Olhando para a questão deste estudo, esse viés de pensamento permite analisar que, apesar de a organização da atenção à saúde no estado do Rio de Janeiro seguir os critérios técnicos para a oferta de serviços, segundo normas pactuadas socialmente para o funcionamento do SUS, a adaptação aos fluxos propostos não é condição obrigatória ou imediata, recebendo influências culturais do grupo humano que sofre e que tem as necessidades imediatas de cuidados e que nem sempre são consideradas na concretização da norma.

Os limites territoriais impostos pelo PDR invocam uma idéia de necessidade de adaptação do homem a normas. Numa digressão do pensamento de Canguilhem (1978) em se tratando de normas humanas, a forma e as funções do corpo humano não são apenas as expressões das condições impostas à vida pelo meio, mas a expressão dos modos de viver socialmente adotados em um determinado espaço geográfico de vivências.

O planejamento das linhas regionalizadas de cuidado, tomando inicialmente como referência patologias e determinantes sociais definidos apenas do ponto de vista epidemiológico, possivelmente rumaria ao insucesso, pois que antes de se considerar a patologia nos corpos para se planejar as intervenções, há que serem considerados os aspectos socioculturais que envolvem a vida do homem em seu meio.

Geertz (1989, 2001) propõe que este mundo não se divide entre um nós precípuo, com o qual podemos ter empatia, por mais que sejamos diferentes entre nós, e um eles enigmático, com o qual não podemos ser empáticos, por mais que defendamos, até a morte, seu direito de serem diferentes de nós.

Nós, os técnicos e planejadores da assistência, com uma cultura própria e diferente da deles, podemos compreender, no sentido de perceber, mas não de compartilhar, a visão de mundo dos usuários para obter um conviver. Essa visão proposta por Geertz (1989, 2001) leva implícitas duas idéias principais, em primeiro lugar, que o que nós podemos apreciar e entender não se encontra aprisionado nas fronteiras da nossa comunidade e, em segundo, que vivemos em uma colagem de mundos.

Essa visão de um mundo de comunidades que se interpenetram permite problematizar a idéia de que deve haver um fluxo orientador da assistência no interior de um sistema de saúde. Cecílio e Merhy (2003) expressam que uma concepção de sistema de saúde fundamentada no fluxo orientador não se sustenta na prática por trazer implícita a idéia de funcionamento harmonioso entre pares, cada qual com sua função, contribuindo para o funcionamento do todo.

Toma-se como ponto de partida conceitual a visão desses autores ao pensar a integração de uma unidade assistencial no “sistema de saúde”. Para Cecílio e Merhy (2003) trata-se de “um campo atravessado por várias lógicas de funcionamento, por múltiplos circuitos e fluxos de pacientes, mais ou menos formalizados, nem sempre racionais, muitas vezes interrompidos e truncados, construídos a partir de protagonismos, interesses e sentidos que não podem ser subsumidos a uma única racionalidade institucional ordenadora”.

Considerando o raciocínio desses autores, mais do que um sistema, dever-se-ia pensar em uma rede móvel, assimétrica e incompleta de forma desigual pelas diferentes pessoas ou agrupamentos que deles necessitam. As populações humanas, que se organizam em comunidades, quando da busca por linhas de cuidados específicos, parecem evidenciar fluxos

orientados segundo sistemas de referência intersubjetivos, caracterizando as relações de vizinhança.

No caso do HU/UFJF, existe uma demanda que, histórica e culturalmente, define a vocação com a qual essa unidade de saúde se apresenta para se inserir no sistema de saúde loco-regional, construída pela importância que este equipamento de saúde representa para esse sistema, por conta de ser um hospital de ensino que, além de agregar docentes, é também reconhecido pela qualidade de seu atendimento.

Quanto à entrada do usuário na rede de serviços do SUS, tal como hierarquizada e regionalizada, Pinheiro (2001) considera que a delimitação das fronteiras na prestação do cuidado, seja pelo agendamento ou pela captação, pode não atender ou mesmo satisfazer as famílias, na busca de serviços de saúde. Segundo essa autora, a questão do acesso diz respeito à disponibilidade, ao tipo, à localização geográfica dos equipamentos sociais destinados a atender às demandas sociais da população sendo que esses requisitos são considerados plenamente satisfatórios no HU/UFJF.

Trabalhos com metodologia antropológica, como o realizado por Pinheiro (2001) no município de Volta Redonda, evidenciam que “as preferências dos usuários que demandam serviços de saúde enveredam para aquelas unidades com nível de complexidade maior, ou seja, os hospitais e ambulatórios especializados”. Este estudo mostra que essas preferências acontecem ou pela referência histórica e cultural dos usuários que buscam o atendimento numa cidade reconhecida por seu eficiente aparato tecnológico, ou porque o sistema do estado de origem é organizado de maneira insuficiente para oferecer cobertura às necessidades da população.

Esse entendimento nos remete a uma reflexão feita por Mendes (2001b) de que o fetiche da tecnologia induz, na medicina dita científica ou flexneriana, a uma incorporação tecnológica acrítica, tecnologizando as práticas de saúde. Como resultado, observam-se, além dos custos crescentes, a inflação médica e o impacto relativo na redução da morbimortalidade. Pode-se ressaltar que essa incorporação tecnológica não é substitutiva, mas cumulativa, como, por exemplo, a ressonância magnética que não surgiu com a intenção de substituir a tomografia computadorizada.

Do ponto de vista da humanização da assistência, um aspecto que se levanta frente à necessidade de se definir o fluxo de usuários no sistema segundo procedimentos ou serviços

complexos, relaciona-se a problemática da diversidade cultural evidenciada por Clifford Geertz (1989), trabalhada atualmente no cenário da saúde por Bonet (2003).

Juntamente com o reconhecimento das culturas das populações fronteiriças, sobretudo das comunidades com demandas específicas, esse autor sugere que se esteja atento ao risco de medicalização da vida cotidiana, baseada na preocupação pela manutenção da saúde, pois o processo em si coloca a doença no centro da vida das pessoas.

Assim, outras questões que subsidiam o problema norteador da pesquisa etnográfica podem ser: como os usuários se movimentam segundo a lógica atual de regionalização adotada pelos PDRs? De que recursos lançam mão? A quem recorrem? Que caminhos percorrem? Quais são as implicações da regionalização da assistência especializada no cotidiano das pessoas portadoras de adoecimentos de média e grande complexidade?

A etnografia da busca de cuidados adota o usuário do SUS, os motoristas de ambulâncias, os gestores do SUS e os conselheiros de saúde a fim de se obter a compreensão político-ideológica que se tem, até então, acerca da macro e microrregionalização da assistência à saúde, considerando os princípios da integralidade e universalidade e de como se estabelecem as relações entre os sujeitos do cuidado de saúde e a regulação da oferta. A base de interpretação é a cultura que orienta a mobilidade segundo necessidades de cuidados de saúde, o “modo de se fazer política” e a elaboração das ferramentas de gestão.

REGIONALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DOS GESTORES MUNICIPAIS: UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Esse eixo do estudo toma como base a pesquisa qualitativa, apoiando-se nos pressupostos da abordagem dialética, ao considerar a totalidade e a contradição, como categorias chaves que cercam as definições políticas presentes na política de saúde. Tem como sujeitos os gestores do hospital universitário e dos municípios da microrregião Centro-Sul Fluminense (Levi Gasparian, Paraíba do Sul, Três Rios, Areal e Sapucaia). A questão central é compreender como os gestores municipais lidam com os instrumentos de planejamento da gestão do SUS (PDR, PDI e PPI) e como participam da construção e implementação dos mesmos. O objetivo principal foi captar a teia de relações existentes entre os gestores institucionais e municipais, com vistas a formular os argumentos de defesa de um

modo tecnológico de intervenção que integra gestão e assistência no sentido de validar equipamentos de saúde, como o novo hospital universitário (HU/CAS), considerando ser imprescindível a localização regional dos fluxos espacial, cultural e social da população.

Outros objetivos desse eixo da pesquisa foram: identificar como os gestores desses municípios convivem, no dia-a-dia da prática de gestão local do SUS, com a existência dos fluxos informais dos usuários do Estado do Rio de Janeiro em busca de serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em Juiz de Fora; captar os elementos que evidenciam interesse em elaborar um novo desenho de rede interestadual que respeite e oriente o fluxo histórico dos usuários, conforme já estabelece a legislação vigente a partir da NOAS e sua ampliação e divulgação no Pacto pela Saúde. A pesquisa buscará ainda, distinguir as mensagens e seus conteúdos latentes e manifestos nas falas desses gestores, interpretando seus significados, articulando de forma hermenêutica o conteúdo social da produção destes relatos.

Na fase de pré-análise das entrevistas, foram levantadas questões categorizadas como temas centrais. O conhecimento sobre a contratualização entre o hospital e a gestão municipal; os limites e as potencialidades da aplicação das diretrizes do SUS; a operacionalização da NOAS e do Pacto pela Saúde, a partir do plano Diretor de Regionalização, são exemplos de macrocategorias empíricas a serem articuladas a um quadro teórico.

ABORDAGENS DA GEOCIÊNCIAS PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE REGIONALIZAÇÃO

Apreender as evidências de natureza geográficas implícitas ao mapeamento da regionalização adotada e pretendida pelo usuário é um eixo importante neste estudo. Torna-se importante evidenciar, tecnicamente, a concepção de lugar e de região que se conjuga de modo real entre usuários e a organização da assistência apontando uma versão de regionalização inclusiva.

Em função da particular estrutura urbano-regional do sudeste de Minas Gerais, uma quantidade de pequenas cidades se evidencia, gravitando em torno de um centro mais

importante. O fluxo pendular diário até Juiz de Fora assume um caráter acentuado e visível, nem sempre simples de se estabelecer o seu volume em termos quantitativos.

Depreende-se, do ponto de vista geoeconômico, que o poder de polarização exercido pela cidade de Juiz de Fora se caracteriza por abranger uma área de influência que extrapola os limites do estado de Minas Gerais. Isso se deve, possivelmente, ao fato de a estruturação dos setores secundários e terciários da economia ser alvo de atração das populações vizinhas. Tendo em vista o movimento constante e diário de um contingente dessas populações, reforça-se a necessidade de um estudo desta natureza, que, além de implicar diretamente a gestão da saúde, possibilitará ao município, em seu planejamento urbano, dimensionar sua infra-estrutura básica, de modo inclusivo às demandas fronteiriças. O conhecimento do processo de polarização poderá otimizar o desempenho e a prestação de serviços de saúde, bem como implementar uma rede de serviços melhor dimensionada.

Um trabalho desenvolvido pelo Instituto de Geociências Aplicadas – IGA (IGA-MG, 2007), em 1980, que analisou a hierarquização urbana em Minas Gerais, re-elaborou a hierarquização das cidades mineiras segundo o fluxo diário de ônibus, identificando as zonas de influência dos vários pólos urbanos do estado. Aquele estudo permitiu, à época, e ainda hoje, estabelecer um paralelo entre quem busca os serviços de saúde e por que escolhem a cidade de Juiz de Fora, mesmo estando, por vezes, em outro estado, como o do Rio de Janeiro, ou mais longe daqui do que de outro pólo atrativo.

Um aspecto que tem explicado essa migração é que Juiz de Fora se encontra localizada entre três dos mais importantes centros urbanos nacionais: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, cujo acesso é tido como fácil, apesar da distância física, mas com complexidade urbana que permite que ela se torne um espaço de abrangência, pólo para as cidades menores localizadas em meio a esse “triângulo”.

Outro aspecto apontado pelo IGA (IGA-MG, 2007) é que a extensão da área de influência de um centro depende do valor relativo potencial do centro de sua localização dentro do sistema estudado. Um centro de baixa categoria se estiver distante do centro principal do sistema, pode estender sua influência sobre uma área muito grande. Já um centro de maior categoria, mas muito próximo do centro principal, pode apresentar uma área de influência pequena.

Uma consideração, somada às demais no âmbito dessa investigação, é que as redes de centros urbanos constituem, segundo o IGA (IGA-MG, 2007), sistemas sujeitos à acentuada dinâmica por serem continuamente afetadas pelas mutações geradas pelo desenvolvimento, crescimento econômico, pelo progresso técnico, melhoria nos sistemas de comunicação e, entre outros aspectos, mudanças na vida social.

A importância deste trabalho, especificamente à geografia, está na possibilidade de avançar na concepção de regionalização aplicada à gestão da saúde, através do PDR (SES-MG, 2007), tomando como referência a visão de regionalização descrita por Corrêa (1997) e por Lencioni (1999).

Este trabalho, ao final, pretende apresentar o desenho de um mapa que inclui o fluxo natural dos usuários que buscam atendimentos de saúde complexos. Será de relevância para o campo do conhecimento, saberes e práticas das disciplinas envolvidas, uma vez que estudará uma diferente concepção de regionalização que permite o acesso dos usuários aos serviços de média e alta complexidade de modo inclusivo e segundo fluxos naturais, orientados pelo movimento das pessoas em busca de cuidado. Contribuirá para redefinir o modelo de contrato de gestão HU/CAS sob a ótica de uma regionalização conforme o fluxo dos usuários e o modelo assistencial.

Trata-se, ainda, de uma oportunidade de resgatar a contribuição dos usuários no processo de regionalização do acesso aos serviços de saúde, uma vez que, na elaboração do atual PDR-MG, a contribuição da sociedade civil organizada nos conselhos de saúde não foi considerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira consideração possível é que a política de regionalização da saúde do estado de Minas Gerais precisa ser revista, assimilando um novo desenho, de modo a incluir o fluxo de usuários residentes em áreas fronteiriças aos municípios pólos, que ofertam procedimentos de média e alta complexidade.

No interior do setor saúde, a releitura da versão atual do PDR do estado de Minas Gerais permite uma concepção de regionalização da assistência em saúde, que ainda não resolve problemas primários de acesso com resolubilidade, comprometendo os princípios da

universalidade e integralidade. Embora orientado pela NOAS (BRASIL, 2001), na prática não contempla o conjunto de suas recomendações fundamentadas teoricamente.

Com o atual estudo da regionalização na Macrorregião Sudeste de Minas Gerais o que se pretende é re-elaborar o desenho do fluxo de usuários segundo a rede de oferta dos serviços de saúde, a partir da média complexidade. Este estudo visa contemplar o conceito de universalidade e, ao mesmo tempo, preservar o orçamento do município, atualmente prejudicado pelos atendimentos em número superior ao que foi acordado no PDR (SES-MG, 2007) e PPI (BRASIL, 2006c).

O problema foi identificado tomando a observação primária em um conjunto de elementos no âmbito da gestão da saúde loco-regional: a precariedade das centrais de regulação informatizadas, permitindo um fluxo não regulado dos usuários na rede assistencial, tendo em vista os limites geográficos indicados pelo PDR (SES-MG, 2007); o atraso na implantação do Cartão Nacional de Saúde; a necessidade de investimentos indicada pelo Plano Diretor de Investimentos PDI/MG, através da SES-MG, notando-se que os repasses financeiros ocorrem segundo critérios político-ideológicos em detrimento de critérios técnicos e, finalmente, um notado descompasso entre a PPI e o PDR.

A pesquisa vem identificando os motivos pelos quais os usuários definem suas trajetórias de busca de cuidados de saúde e as estratégias que adotam numa dimensão cultural.

O gestor de saúde de Juiz de Fora toma conhecimento da entrada de usuários oriundos das regiões fronteiriças através do relato, por profissionais de saúde, do aluguel de imóvel por usuários no âmbito do município; pela observação de estacionamento das ambulâncias em ruas paralelas ou distantes da unidade hospitalar, de modo a não se caracterizar a entrada irregular; a utilização do endereço de amigos e parentes e/ou de comprovantes de residência falsos para a marcação do atendimento; a ajuda de profissionais de saúde consternados com a situação de sofrimento das famílias (dizem-se apoiados, além dos preceitos éticos, nos princípios da universalidade e integralidade), providenciando os encaminhamentos demandados. Somam-se a isso os mandados judiciais que desconhecem a regionalização da assistência, determinando que o município atenda ao usuário de qualquer parte do país, mesmo em procedimentos eletivos.

Além do acesso irregular exemplificado, comprometendo a integralidade da assistência, outra face do problema, ao se considerar o estabelecimento e expansão das redes assistenciais resolutivas e funcionais em torno de pólos, relaciona-se à intrínseca dependência dos recursos financeiros que regularizariam o acesso através de convênios interestaduais, cujo repasse ficaria sob responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde-SES.. A não efetivação de tais convênios e recursos inviabiliza a conformação da rede. Nota-se, aqui, um componente da natureza político ideológica que se relaciona a um “modo de se fazer política” culturalmente estabelecido na região.

As diretrizes constitucionais e normativas da regionalização, com hierarquização das ações e serviços de saúde, com vistas à ampliação da resolubilidade e da melhoria do acesso, parecem tangenciar a concepção de regionalização da assistência à saúde adotada pelo estado de Minas Gerais, sem oferecer soluções para a dualidade presente na operacionalização do PDR.

Este texto antecipa a proposta em discussão pela pesquisa através da pré-análise dos dados levantados junto aos gestores de saúde que é a inclusão de um mecanismo de gestão já adotado no país em outras situações, denominado de *câmaras de compensação*. A câmara estadual de compensação fica, todavia, na dependência da utilização pelo usuário do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS). Com a implantação dessa política vinculada – câmara de compensação - Cartão SUS - o paciente poderá ser atendido em qualquer parte do país sem prejuízo da gestão financeira dos municípios pólos macrorregionais. No caso em questão, sem déficits para Juiz de Fora, município pólo da Macrorregião Sudeste de Minas Gerais, que abre suas fronteiras para as pessoas que habitam em municípios de outros estados, em especial os do estado do Rio de Janeiro. Um pressuposto é que o princípio da universalidade do SUS se concretiza frente ao livre acesso aos serviços de saúde segundo necessidades humanas.

Essa demanda precisa ser identificada e compreendida sob aspectos qualitativos e quantitativos que subsidiem as tomadas de decisão de natureza político-administrativas por parte dos gestores de saúde envolvidos. Permite o desenvolvimento de um planejamento regional que inclui os elementos oriundos do menor espaço em que o cuidado de saúde acontece; permite, através da prática de diálogo e desenvolvimento de pactos regionais, trazer

para o âmbito da cultura local de saúde as definições políticas e técnicas sobre o que de fato atende as necessidades e metas dos usuários do sistema.

Desta forma, pormenorizando as recomendações para elaboração desse plano local, dois campos de ação precisam ser ressaltados. Um relacionado à capacidade de conformação de sistemas regionais de saúde, funcionais como redes articuladas, cooperativas de assistência, para o desenvolvimento de critérios de regulação. Os mecanismos de regulação definidos pelo município pólo, que têm a intenção de coibir o acesso segundo o local de moradia, requer uma sofisticação nos critérios a serem elaborados pelos gestores da região, de modo a valorizar a equidade na oferta de serviços de saúde segundo um maior contingente populacional.

Outro é valorizar as características demográficas, socioeconômicas, geográficas, sanitárias, epidemiológicas, oferta de serviços, relação entre municípios com definições de contra-partidas e de um sistema integrado de referência e contra-referência. Os compromissos passam a ser compartilhados pelos gestores da região de abrangência não apenas no campo da gestão do cuidado de saúde e da quantidade de serviços ofertados, mas da qualidade o que requer co-responsabilização também na capacitação dos profissionais e no apoio ao desenvolvimento tecnológico em saúde.

A decisão de abertura das fronteiras pelo setor saúde coloca em evidência uma multiplicidade de outros elementos a serem analisados um contexto intersetorial. Não somente a capacidade tecnológica da oferta precisa de ser redimensionada para uma demanda ampliada no setor, mas os outros setores precisam também atentar para o reconhecimento dos fluxos contínuos referenciados para a cidade pólo.

Analisamos a necessidade de ser reafirmados os princípios de universalidade e integralidade, pilares do SUS, no tocante à alocação de recursos e disponibilidade financeira para que haja compatibilidade entre a importância de ser garantida a universalidade, o acesso de todos os brasileiros aos serviços de saúde, e a integralidade no sentido de assegurar a plena resolutividade em relação à oferta dos serviços, acesso à medicalização em todos os níveis e complexidades e cuidados assistenciais voltados para prevenção, a cura e a promoção da saúde. O atual financiamento apresenta lacunas que dificultam a gestão orçamentária e financeira, provocado disparidades, tais como o uso dos artificios já

apontados para possibilitar o acesso, direito dos usuários, porém não sustentado por recursos suficientes trazendo limites, dualidades e contradições à gestão da saúde.

O desenvolvimento de critérios não excludentes e eficientes a essa regulação considerando os princípios de universalidade, integralidade e equidade passa a ser o próximo desafio. Por um lado, não parece justo que os municípios-pólo assumam o ônus do fluxo irregular, ainda que reconheçam o sofrimento humano envolto na situação migratória em busca de assistência à saúde. De outro, o livre acesso do cidadão ao sistema, conforme suas preferências e interesses segundo, inclusive, vínculos afetivos, deveria ser considerado na elaboração dos instrumentos reguladores do fluxo regional.

Ao final, consideramos relevante evidenciar o caráter cooperativo entre a UFJF e a gestão local do SUS, com vistas à elucidação de natureza acadêmica do problema da migração de usuários residentes em municípios do sul do Rio de Janeiro, que concorrem com os usuários residentes em Juiz de Fora ou municípios da Macrorregião Sudeste mineira.

Nesse sentido, a iniciativa dos Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Saúde, junto com o CNPq e FAPEMIG, de abertura de novas linhas de financiamentos de pesquisas, articula os técnicos e os pesquisadores contribuindo para os avanços e aprimoramento do SUS e para a desejada integração entre as instituições de ensino e as práticas de assistência e gestão. No Brasil essa integração já tem permitido o desenvolvimento de novas tecnologias de gestão e de atenção à saúde, como, por exemplo, essa pesquisa, que pela sua dimensão e número de atores envolvidos já influencia mudanças no cenário da regionalização da saúde na Macrorregião Sudeste de Minas Gerais.

A cooperação interinstitucional vem fortalecendo, além da pesquisa de campo, o vínculo com os serviços de saúde dos setores públicos, atentos ao processo de regionalização e suas conseqüências quanto ao acesso, financiamento e integração na rede assistencial das populações provenientes das regiões fronteiriças à Macrorregião Sudeste/MG.

Finalmente, ressaltamos que a articulação deste grupo de pesquisadores oriundos de áreas do conhecimento afins e complementares à compreensão do problema tem estreitado laços entre núcleos acadêmicos da UFJF, contribuindo para o fortalecimento de linhas de pesquisas e de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* (mestrados em Serviço Social, Saúde Coletiva e Ciências Sociais). Ressaltamos especialmente, a profícua parceria

da UFJF com a Prefeitura de Juiz de Fora, abrindo espaços para outros estudos conjuntos, visando à ampliação e qualificação das diretrizes do SUS.

ABSTRACT

This essay is product of the research project “*Study of the organization and regionalization of the average and high complexity care in the Southeastern Minas Gerais Macroregion*”, funded by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) and developed between 2005 and 2007. It portrays an interdisciplinary study, congregating professors from the Faculties of Social Work, Nursing, Medicine, Geography and Social Sciences, students of the Specialization in Collective Health and the Undergraduate courses in Social Work, Nursing and Geography of UFJF, and technicians – an economist, dentist and nurse from the *Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Juiz de Fora*. The debate surrounding the Social Question and Regionalization considers the ways that spatial/territories/regional differences have impact on contemporary political processes in configuring the social question - inequality, lack of social and destitution of rights with consequences in the field of health care.

Key words: regionalization, access, management, organization of health systems.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA P.S. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Texto para discussão 630. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 ago. 2005.

_____. Participação, articulação de atores regionais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Denizar F.; _____ (orgs.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. V. 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Institucionalização de regiões no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 1., jan./mar, 2006.

BARATA, L. R. B.; TANAKA, O. Y.; VILAÇA, J. D. V. *O papel do gestor estadual no Sistema Único de Saúde*. Convergências e Divergências sobre Gestão e Regionalização do SUS. Brasília: CONASS, 2004 (Documento 6). Disponível em: <<http://www.conass.org.br/admin/arquivos/documenta6.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2005.

BONET, O. Aconselhamento médico e diversidade cultural: a busca de um enfoque integral na prática de medicina de família. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. *A construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2003, p.129-144.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>>. Acesso em: set 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM 95, de 26 de janeiro de 2001. Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS SUS 01/01 – “Regionalização da Assistência à Saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso”. 2. ed. revisada e atualizada, aprovada pela Portaria MS/GM n. 373, de 27 de fevereiro de 2002, e pela regulamentação complementar. Brasília, 2001. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 116).

_____. Portaria Interministerial MS/MEC n. 1.006/2004. Contratualização entre hospitais universitários ligados ao Ministério da Educação de modo a se integrem à rede de Serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-1006.htm>>. Acesso em: set 2007.

_____. Departamento de Apoio à Descentralização/Secretaria Executiva. *Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão – Diretrizes Operacionais*. V. 1. Brasília, 2006a (Série Pactos pela Saúde 2006).

_____. Departamento de Apoio à Descentralização/Secretaria Executiva. *Pactos pela Vida e de Gestão - Regulamento*. Vol. 2. Brasília, 2006b (Série Pactos pela Saúde 2006).

_____. Departamento de Apoio à Descentralização/Secretaria Executiva. *Diretrizes para a Programação Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde*. V. 5. Brasília, 2006c (Série Pactos pela Saúde 2006).

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

CECÍLIO, L. C. de O.; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. *A construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2003, p.197-210.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. In: _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p.13-41.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão técnica: Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GILBERT, A. The new regional geography in english and french-speaking countries. *Progress in Human Geography*, v.12, n.2, 1988.

[IGA – MG]INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS DE MINAS GERAIS. *Mapa Geopolítico do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.igaonline.com.br/mapas/cgi/iga_000.php>. Acesso em set. 2007.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999. Capítulos 4 e 5.

MENDES, E. V. O processo social de distritalização da saúde. In: _____. (org.). *Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1995a.

_____. Distritos sanitários: conceitos-chave. In: _____. (org.). *Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1995b.

_____. A descentralização do sistema de serviços de saúde no Brasil: novos rumos e um outro olhar sobre o nível local. In: _____. (org.). *A organização da saúde no nível local*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Uma agenda para a saúde*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Os grandes dilemas do SUS*. Tomo I. Salvador: Casa da Qualidade, 2001a.

_____. *Os grandes dilemas do SUS*. Tomo II. Salvador: Casa da Qualidade, 2001b.

_____. *Reflexões sobre a NOAS SUS 01/02*. Seminário para construção de consensos: organização, gestão e financiamento do SUS, 1, 2003. Brasília: CONASSS, 2003.

_____. *O SUS que temos e o SUS que queremos*. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Convergências e Divergências sobre Gestão e Regionalização do SUS, Brasília: CONASS, 2004. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/admin/arquivos/documenta6.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2005.

NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

OLIVEIRA, E. X. G. de; CARVALHO, M. S; TRAVASSOS, C. The territorial basis of the brazilian national health system: mapping hospital networks. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n. 2, 2004.

PINHEIRO, R. As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. In: _____; MATTOS, R. A.(orgs.). *Os sentidos da integralidade: na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2001, p.65-112.

ROQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. *Epidemiologia e saúde*. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

[SES-MG]SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. *Plano Diretor de Regionalização – PDR-MG*. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/plano-diretor-de-regionalizacao>. Acesso em: set. 2007.

TRAVASSOS, C. et al. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, p.133-149, 2000.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Vozes: Petrópolis, 2002.

APOIO SOCIAL NOS ENCONTROS COLETIVOS COM PESSOAS HIV+: A VISÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Audrey Vidal Pereira*

RESUMO

Estudo descritivo com abordagem qualitativa que buscou analisar a prática de apoio social, compartilhada entre pessoas com HIV e profissionais de saúde, no cenário de ações coletivas. As falas dos entrevistados foram submetidas à Análise de Conteúdo, segundo Bardin. Os resultados mostraram que o apoio social pode ser implementado através de passeios, confraternizações, reuniões, cursos de geração de renda e oferta de recursos materiais, tornando possível trabalhar questões como: preconceito, revelação do diagnóstico, adesão ao tratamento, socialização do indivíduo/família, promoção de cidadania e qualidade de vida.

Palavras-chave: HIV, apoio social, ações coletivas, profissionais de saúde

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo constitui-se parte da dissertação de mestrado defendida em 2006 na Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ, resultante de uma pesquisa realizada no município de Niterói-RJ que teve por intenção refletir sobre a prática de acolhimento, educação em saúde e apoio social nas ações de grupo com pessoas HIV+. O presente recorte focaliza a visão de profissionais de saúde, a respeito da prática de apoio social, vivenciada com os respectivos grupos.

A discussão do apoio social tem origem norte-americana, com ênfase a partir da década de 1980, sendo reconhecida como *'social support'*. Aponta para a possibilidade de enfrentamento dos problemas correlacionados às doenças crônico-degenerativas, através da consolidação de contato solidário entre os indivíduos. Dentre os autores desta década que dedicam suas pesquisas ao apoio social, encontram-se referências como: Frydman (1981), Minkler (1985), Cohen, Wills, Gottlieb Hall e Wellman (1985) e Sherbourne (1988).

O início dessa discussão se reporta à década anterior dos autores supracitados, sendo enfatizado com relevância o aspecto emocional. Lacerda (2002, p.9-10) sinaliza que os

* Enfermeiro, mestre em Ciências da Saúde, especialista em Obstetrícia e Gestão em Saúde da Família, professor Assistente Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense.

trabalhos iniciais sobre apoio social e saúde foram desenvolvidos por John Cassel (1974/1976) e Gerald Caplan (1974). Fazem referência, respectivamente, ao isolamento e ruptura de vínculos sociais, sendo desencadeados por fatores psicossociais, mudanças inesperadas e eventos estressantes, influenciando o cotidiano das pessoas como um todo. Assim, segundo esses autores, o apoio social ajudaria os sujeitos a terem maior controle das situações estressantes, mobilizando recursos para enfrentarem melhor as turbulências da vida.

Definir apoio social não é um exercício fácil, pois são inúmeras as variáveis pelas quais este conceito pode ser analisado. Ainda, conforme a necessidade deve-se levar em conta o contexto em que o apoio social está sendo investigado e definido, além de perceber os fatores sócio-econômico-culturais, as ações programáticas, as políticas públicas existentes e as iniciativas de intervenção/colaboração de cada sociedade, segundo a realidade de cada país. Desta maneira:

As fontes de apoio podem variar ao longo da vida de acordo com as circunstâncias vivenciadas, e incluem desde os relacionamentos interpessoais com cônjuge, amigos, familiares e vizinhos até as relações com membros da rede social, com grupos e comunidades (LACERDA, 2002, p.18).

O apoio social não pode ser considerado um conceito universal. Victor Valla se reporta a Minkler (1985) definindo o apoio social como um processo que aponta para a discussão dos vínculos sociais e laços de solidariedade. Assim:

Apoio social se define como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o receptor, como também para quem oferece o apoio, permitindo, dessa forma, que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas e que desse processo se apreenda que as pessoas necessitam umas das outras. (VALLA, 2000, p.41; 1999, p.10).

Conforme (HELGESON e COHEN, 1996, p.135-136) existem três tipos principais de apoio social que se interagem: emocional, informativo e instrumental. O apoio emocional envolve a comunicação verbal e não verbal, exteriorizando posturas que demonstrem interesse pelo outro, de importar-se com este outro. Vão desde a escuta, a presença física e a empatia, tranquilizando e confortando, podendo permitir a expressão de sentimentos que venham reduzir a aflição; cada qual com seu valor e significado. Os mesmos autores afirmam que

apoio informativo envolve a veiculação de informações utilizadas para guiar ou recomendar, valorizando percepções que auxiliem os usuários a controlar a doença ou conviver com os sintomas inevitáveis, compreendendo a causa, o curso e o tratamento. Já o apoio instrumental se concretiza a partir da provisão de bens materiais, como por exemplo, o transporte, o dinheiro, ou o auxílio com os utensílios de casa.

De modo concordante (PIETRUKOWICZ, 2001, p.14-15) afirma que, apoio emocional está relacionado com os sentimentos, as emoções e a estima; apoio material ou instrumental, a qualquer tipo de prestação de ajuda direta ou de algum tipo de serviço que propicie ajuda material, financeira, etc. e apoio educacional ou informativo estrutura-se no enfoque informativo educacional, que é dado sobre vários assuntos, de acordo com os objetivos ou interesses do público alvo.

Ainda Dessen e Braz (2000, p.221) ressaltam que as atividades de apoio podem englobar apoio instrumental e emocional à pessoa, onde apoio instrumental pode ser entendido como ajuda financeira, ajuda na divisão de responsabilidades em geral, e informação prestada ao indivíduo; e apoio emocional, por sua vez, refere-se à afeição, aprovação, simpatia e preocupação com o outro.

Entende-se que os espaços coletivos compartilhados entre usuários soropositivos e trabalhadores de saúde são favoráveis para a vivência de atividades de apoio social. Cada tipo de apoio social supracitado pode estar presente na relação entre trabalhador e usuário em maior ou menor intensidade, dependendo da realidade de cada local. Apresentam-se como formas terapêuticas de atenção à saúde, como por exemplo: grupos de auto-ajuda, grupos religiosos, associações voluntárias nas comunidades, atividades sociais, educativas e de lazer. Deste modo, pode-se confirmar que:

As propostas da educação popular e saúde comunitária são vistas sob a perspectiva do apoio social (...) Dessa forma, a crise e o impasse a que se chegou é que permitem que o debate sobre o apoio social seja relevante. É claro que, na atual conjuntura, as políticas de solidariedade e apoio mútuo, isto é, do apoio social, representarão as únicas soluções para muitos dos 'excluídos', enquanto representarem soluções alternativas para alguns profissionais. (VALLA, 1999, p.13).

A relação existente entre apoio social e práticas coletivas no 'mundo positivo' do HIV tem despertado o interesse de alguns pesquisadores. Sinalizam Andrade e Vaitsman (2002, p.926) que: "Os grupos voltados às questões do HIV/AIDS – os quais reúnem pacientes,

familiares, amigos e profissionais de saúde têm se destacado no cenário das associações...”. E referem (Burgoynea e Renwick (2004, p.1353) que pesquisas anteriores com pessoas que vivem com HIV/AIDS destacam que o apoio social se apresenta como um importante determinante à saúde. Quando percebido por essas pessoas, faz-se importante no que se refere às formas de enfrentamentos utilizadas no decorrer de uma doença de potencial crônico e momentaneamente sem cura.

Ao participarem de atividades de grupo, as pessoas passam a vivenciar relações com outras pessoas. São compartilhados os sentimentos de estima, pertencimento e segurança íntima. E com esses sentimentos, as pessoas acabam por diminuir seus medos, angústias, sofrimentos, ansiedades, mágoas, aflições e ressentimentos. Assim:

Geralmente estes grupos são formados por pessoas que buscam informação, conselho, esclarecimentos, conhecimentos sobre algum assunto, ou algo que os ajude a resolver os seus problemas. (...) possibilita a troca de informação entre as pessoas, o sentimento de pertencimento entre os participantes e fornece a percepção de que os sentimentos do indivíduo são compreendidos e aceitos. (PIETRUKOWICZ, 2001, p.15).

O espaço coletivo também é compreendido por Teixeira (2002, p.51) como possibilidade de realizar apoio social, refletindo a respeito de grupos voltados para a promoção da saúde, como estratégias onde possam se dar uma escuta para as necessidades das pessoas, diálogos sobre seus problemas e buscar alternativas/soluções conjuntamente com os profissionais, a fim de minimizar os percalços do cotidiano.

O mesmo se observa conforme o posicionamento de Lacerda (2002, p.11) quando se reporta a Cohen e Syme (1985), para correlacionar os benefícios do apoio social na promoção da saúde e nos programas de prevenção de doença, reabilitação e tratamento. Ressalta que “através da troca, do apoio mútuo e da solidariedade, o apoio social contribui para fortalecer a auto-estima, desenvolver uma maior percepção de si próprio e do seu entorno e favorecer mudanças emocionais e comportamentais”.

Pode-se ainda perceber o apoio social como um processo de ação recíproca efetivada por meio de relação interpessoal sistematizada, procurando estabelecer trocas de experiências, encontros e vínculos. Conforme Gottlieb (1985) em Pietrukowicz (2001, p.14), o “apoio social pode ser medido ao nível da interação social/participação, a partir do envolvimento das pessoas com os grupos comunitários, instituições, associações, etc. e das relações íntimas e pessoais, através dos laços afetivos e emocionais com que são estabelecidos e evidenciados”.

Em suma, a prática do apoio social deve ser permeada por momentos de afeto, união, afinidade, empatia, diálogo, escuta, contato físico/toque fraterno, calor humano, informação e respeito às diferenças. Contribuem para manutenção do bem-estar individual e coletivo, buscando através de formas de enfrentamento, minimizar situações estressantes em momentos de crise e, por conseguinte, melhorar a saúde e a qualidade de vida.

CAMINHO METODOLÓGICO

Para captar a realidade pensada e vivida, a respeito do apoio social nas ações coletivas, optou-se pelo estudo descritivo, numa abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994, p.21-22), a abordagem qualitativa se preocupa: “com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

A abordagem qualitativa foi assumida aqui porque se fez necessário compreender a prática das referidas ações a partir da perspectiva dos profissionais, ou seja, das falas dos sujeitos envolvidos. Pois é a fala cotidiana, especialmente aquela pronunciada no quadro de um coletivo de trabalhadores, um meio capaz de fazer compreender o universo destes profissionais e de como elaboram suas estratégias e mecanismos de atuação.

Entende-se que para melhor aproximar da realidade, foi interessante optar pela Análise de Conteúdo, onde foram possíveis categorizar unidades de significação, conforme se encontra na parte analítica deste estudo.

Segundo Bardin (1979) em Minayo (1998, p.202), a “análise de conteúdo como método não possui qualidades mágicas e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes menos (...) no final das contas nada há que substitua as idéias brilhantes”.

Desta forma, foi a técnica de análise de dados, que mais pareceu apropriada ao tipo de investigação em questão. Direcionamos a atenção para a fala do profissional que vivencia suas ações com pessoas soropositivas para o HIV.

Foram consideradas cinco unidades como possibilidades de compor o cenário desta pesquisa, pois no momento foram as únicas que referiam realizar ações coletivas. Utilizou-se pseudônimo específico para cada instituição. Assim, ficaram identificadas como: Segurança, Educação, Prestígio, Sigilo e Esforço.

Os profissionais escolhidos para fazer parte desta pesquisa tinham que apresentar como pré-requisito o envolvimento com indivíduos HIV positivos, além de demonstrar afinidade e inserção em ações coletivas com possibilidades de vivenciar o apoio social. Ao todo, foram trinta e cinco depoentes. Para identificá-los, também foram utilizados pseudônimos correlacionados direta ou indiretamente ao objeto desta pesquisa, como atenção, solidariedade, escuta, afinidade, dentre outros. Todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido conforme a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, que viabiliza a participação do sujeito e maiores esclarecimentos a respeito da pesquisa e pretensões. Vale lembrar que esta pesquisa, parte integrante da dissertação de mestrado, passou pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública, sendo avaliada e aprovada, confirmando a possibilidade de realizar a coleta de dados nas instituições selecionadas.

As categorias profissionais envolvidas, que compõem as equipes, são em maior parte de assistentes sociais (treze); em seguida de médicos (oito), psicólogos (cinco) e enfermeiras (três). Em menor proporção, uma cirurgiã dentista, uma nutricionista, uma bióloga e duas pedagogas (trabalhadoras inseridas na saúde através de parcerias). Fica registrada que, a inserção dos sujeitos nas atividades grupais, ficou dividida entre participação pontual e efetiva. Como inserção pontual ficaram os médicos em maioria. Como responsabilidade contínua, ficaram os demais componentes das equipes. Neste processo entendeu-se necessário realizar entrevista com a coordenação municipal de DST/AIDS.

A FALA PROFISSIONAL EVIDENCIANDO A PRÁTICA DO APOIO SOCIAL

Fizeram parte do roteiro de entrevista semi-estruturada indagações a respeito de facilidades e dificuldades para realizar ações de apoio social nos encontros coletivos. Como parte integrante do método, essa iniciativa apresentou-se como dispositivo importante, que teve o papel de estimular e provocar as falas dos profissionais envolvidos, desencadeando narrativas a respeito de suas experiências. Desse levantamento, foi possível categorizar três núcleos de sentido temáticos:

1 - Ações de apoio social a partir dos encontros coletivos: visão dos profissionais

O espaço coletivo é um meio que proporciona a prática do apoio social, possibilitando atender múltiplas demandas que caracterizam o conceito. Os profissionais reconhecem e validam essas possibilidades. Identificam ações que vão do apoio material ao apoio emocional e educativo. Alguns direcionam a idéia de que é pratica do Estado (vinculando-o em maior parte à assistência social/material), outros reconhecem que faz parte da responsabilidade de todos.

Os profissionais que trabalham com ações coletivas/apoio social entendem que para conseguir acessar o usuário, devem se aproximar de sua realidade sendo necessário decodificar a linguagem nos encontros e relações, facilitando o entendimento e compreensão das orientações, conhecimentos e informações. Têm idéia que devem desenvolver técnicas de aproximação com o usuário, valorizando o ‘olho no olho’, o toque afetivo e o retorno através da fala e escuta. A fim de conseguir se fazer parte integrante do processo grupal, o profissional compreende a importância dessas atitudes e comportamentos.

Conforme é descrito por Valla (1999, p.10), os grupos auxiliam na realização do apoio social atendendo às múltiplas variações - material, educativo e emocional. Estas questões objetivam não só o trabalho pontual da assistência, como faz refletir a respeito de prospectivas futuras. Em longo prazo, os profissionais trabalham a favor da independência do usuário, com a intenção de promover a participação cidadã e a visão do homem de modo integral. Um esforço coletivo a fim de melhorar a qualidade de vida dos usuários e família. Procura inserir os mesmos em outros espaços, no mercado de trabalho, incentivando a socialização e/ou a ressocialização, sendo necessário ações efetivas com parcerias intersetoriais.

As atividades de apoio social estão presentes em todas as unidades pesquisadas, principalmente a partir de ações coletivas. As falas trazem apontamentos, que designam a realização dos três tipos de apoio social. Estão mesclados conforme a caracterização de cada atividade descrita pelos profissionais:

“... com as mães é estar sempre de olho lá nas crianças, como elas estão, **fornecer os remédios, os leites, é um apoio social...** Mas eu acho um pouco **assistencial**. Não é tanto apoio social. Pra mim o **apoio social seria mais educar as pessoas...** É ter o seu próprio instrumento pra criar coisas, **criar forma de trabalho, criar maneiras de sobreviver...** aquela velha história do peixe, ensinar a pescar...” Psicóloga - Vínculo

“... porque a gente **dá os informes** no grupo... O grupo tem esses objetivos... **de fortalecer**, de você **falar**, de você **ouvir**, pra você **participar de uma série de atividades**. (...) Então, ‘padrinhos’ contribuem **financeiramente** pra que você possa acessar esses direitos a essas

famílias... emergenciais como uma **cesta básica**. (...) fizemos um **passeio**... fomos até o **centro cultural** do Rio... o **Paço Imperial**". Assistente social - Afinidade

"... então a gente faz **passeios culturais, excursões**... sabe?... então a gente **além das atividades educativas** dentro da unidade a gente também tá com este projeto de **curso, troca de receitas**, a gente tem algumas **oficinas**, assim, a oficina do chocolate... (...)... tem a hora do **lanchinho**..." Assistente social – Acolhimento

"... a gente **vai à casa de festa... parque da Mônica, PROJAC**,... há um acolher também... (...)... tem **lanche**... às vezes tem uma **brincadeira, tem passeio**...". Psicóloga – Amizade

"... freqüentando também **grupos de trabalhos manuais**... que isso também é muito bom.. pra aumentar a **renda familiar**, porque elas não trabalham, né.... existe também isso, e tendo esse **crescimento** delas.... naquela **troca** aqui... estão matriculadas **num grupo de alfabetização de adultos**". Assistente social – Amizade

"Faz parte do tratamento. O tratar não é ficar só prescrevendo anti-retroviral. O ser humano, ele tem todo um aspecto... Faz parte do tratamento **os passeios, fazem parte do tratamento as festas, a cesta básica, o leite, a escola, os brinquedos**." Médica – Intuição

"... eu acho que o grupo daqui não é uma coisa meio mórbida, não vem aqui só pra falar de AIDS, vem aqui pra **conversar sobre a vida** deles... **terapia mesmo**... aprender **lidar com as dificuldades**... mas você vai vir também **pra festa**,... tem festa junina,... grupo tinha **bolo, café**, não sei o que...". Médico – Liberdade

"... mas elas vem pra **receber leite**, também. (...) Eu acho que ele vai **aprender muita coisa no grupo. Ele vai trocar**. Vai servir de **apoio emocional** pra ele. (...) **ele recebe os medicamentos**... A gente **tem doações, às vezes de fralda**, de.... Eles são sempre **bem orientados em termos de vale social**, de como **entrar no INSS**...". Psicóloga – Vínculo

"A pessoa que vem com um assunto, e no grupo, ela **acaba ouvindo sobre o conjunto de situações**... o grupo tem esse aspecto **coletivo e tem essa função educativa**..." Psicólogo – Alteridade

"Pra mim, eu acho isso muito interessante você esta participando em curso de capacitação... **curso profissionalizante** para usuário...". Assistente social – Escuta.

2 - Espaço propício ao trabalho de questões complexas como:
preconceito, sigilo, revelação do diagnóstico, adesão ao tratamento e finitude.

Sendo uma doença que teve sua origem a partir de grupos seletivos como homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos, a AIDS evoluiu com uma historicidade permeada por estigmas e preconceitos. Bem se sabe que se expandiu, tomando outros rumos que vai dos grupos de risco aos grupos expostos ao risco, ou seja, a população vulnerável.

A respeito do conceito de risco, Paulilo e Jeolás (2005, p.177) dizem que:

O termo foi se consolidando estreitamente ligado ao sentido de possibilidade – positiva e negativa – e à teoria das probabilidades, incorporando, a partir de então, a idéia de escolha racional, ponderadas as possibilidades de ganhos e de perdas. (...) O uso do termo se expandiu para a epidemiologia, tecnologia, meio ambiente e direito, referindo-se a problemas coletivos. Fortalecida sua associação com a possibilidade de resultados negativos, o termo passou a expressar danos, coisas ruins e indesejáveis.

Com a intenção de melhor compreender o processo que se estende do risco à vulnerabilidade, vale também compartilhar idéias sobre este último conceito. Para Muñoz Sánchez e Bertolozzi (2007, p.320-321):

(...) a vulnerabilidade às doenças e situações adversas da vida distribui-se de maneira diferente segundo os indivíduos, regiões e grupos sociais e relaciona-se com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível educacional. (...) O significado do termo vulnerabilidade, nesse caso, refere-se à chance de exposição das pessoas ao adoecimento, como resultante de um conjunto de aspectos que ainda que se refiram imediatamente ao indivíduo, o recoloca na perspectiva da dupla-face, ou seja, o indivíduo e sua relação com o coletivo.

Deste modo é possível visualizar a necessidade de mudanças inerentes aos conceitos de vulnerabilidade e risco. Confirmando tal situação Paulilo e Jeolás (2005, p.178) ressaltam que Ayres (1998) faz uma análise sobre a noção de risco na saúde pública e na epidemiologia, especificamente no âmbito da epidemia de Aids, propondo juntamente com outros autores a substituição do conceito de risco, com o qual se busca calcular a probabilidade de ocorrência de um agravo, pelo conceito de vulnerabilidade que admite diferentes variáveis, entre elas, as socioculturais.

A situação muda de endereço, ou melhor, se estende para outros atores e cenários. Chega nas residências montadas por famílias nucleares, envolvendo meninas e meninos já nas primeiras relações sexuais. Acomete não somente os idosos, mas também, os adultos mais novos. Passa a ser dividida, em larga escala com as mulheres em idade fértil; por tabela, às gestantes e conceptos, ou seja, aos futuros responsáveis pela continuidade da espécie.

Cada vez mais tem aumentado o número de pessoas com HIV em nosso meio, modificando com o tempo a imagem e a representação deste sujeito, o qual passa a configurar um usuário do serviço e não um paciente ‘aidético’ do passado. No entanto, o que ainda

permanece arraigado, são os desafios do preconceito e os rótulos estigmatizantes. São as angústias e as decepções, as ansiedades, depressões e sofrimentos.

Assim, mesmo que um usuário esteja protegido pelas estruturas sociais, uma vez exteriorizada a soropositividade, o imaginário coletivo contribui para formação de **estigmas**, rótulos, **preconceitos** e tabus, dentre os quais têm ocorrido modificações lentas, com avanços e retrocessos que se alternam na dinâmica das relações e do apoio social, com a intenção de **respeitar as diferenças e minimizar os sofrimentos**.

“... das problemáticas com as quais a gente trabalha, numa perspectiva de quebrar **preconceitos**, de superar tabus...”. Assistente social – Responsabilização

“... eles falam mesmo: ‘**eu aqui não sou discriminado**’...”. Assistente social – Diálogo

“Paciente HIV, pelo que eu percebo, ele é um paciente muito reservado. Ele **tem medo de encontrar com alguém no grupo**”. Enfermeira – Apoio

“Porque a **discriminação ainda existe**. Não só lá fora, mas nos próprios ambientes hospitalares... O **preconceito ainda é velado**... é forte”. Assistente social – Afinidade

“... **ele aqui não é o excluído**, na verdade ele não é nenhum excluído, ele é mais um...”. Médico – Experiência

“... e a questão da doença em si, **o peso que a doença tem** né? (...)... no relacionamento com a doença em si. Eu mesmo, até **meus próprios preconceitos**”. Assistente social – Valorização

Entre as inúmeras preocupações existentes nas relações que envolvem a vida HIV positiva encontra-se o **processo de revelação do diagnóstico**. É um conceito mais correlacionado ao mundo infanto-juvenil do que ao público adulto. O momento dessa comunicação é considerado fundamental. É necessário decodificar as informações que, por ventura, tenham ficado pendentes nas entrelinhas dessa troca entre profissional e usuário.

Caso não tenham sido evidenciadas orientações básicas, minimamente necessárias para iniciar o entendimento do que vai ser dito no momento de notificar o estado sorológico ao usuário, o profissional deve dialogar com o mesmo. Isso no caso da abordagem ao usuário adulto. Atentar quanto às possíveis causas e conseqüências da realização do exame. Deve desenvolver uma série de reflexões, não só indagando histórias, mas também amenizando angústias e ansiedades. Se o momento estiver favorável às verbalizações, que sejam valorizadas as comunicações não verbais, as posturas e os gestos de acolhimento e de

aproximação. A forma como é dada e recebida a notícia e o momento escolhido para tal designará o fracasso, ou sucesso futuro, desse encontro.

Comunicar o resultado positivo para o HIV implica em revelar uma notícia que pode provocar intenso sofrimento e ações desesperadas ao usuário. No momento do diagnóstico é necessário que o profissional de saúde esteja atento, a fim de melhor identificar os desdobramentos emocionais decorrentes da revelação do diagnóstico. Até mesmo a postura de profundo silêncio, negação ou de alienação do usuário.

Na vida infanto-juvenil, alvo de correlação direta com o **ato de revelação**, o momento deve ser permeado pela utilização de uma práxis gradual e específica. A revelação do diagnóstico para criança deve ocorrer, de forma progressiva, através de muito diálogo e vários encontros com profissionais de saúde e com os familiares, numa busca de aproximação entre a tríade profissional-criança-familiar. O ideal é que os familiares estejam preparados, sentindo-se seguros e confortáveis na condução do processo. Na fase escolar a criança já tem condições de saber sobre o seu diagnóstico, no entanto, nada impede que esse momento tenha início anterior.

Muitas vezes, os familiares, com o intuito de proteger a criança e/ou o adolescente, preferem, na maioria das vezes, manter o sigilo e retardar o momento de revelação do diagnóstico. Não somente por proteção, mas também porque envolve sentimentos inerentes à sexualidade, como traição e orientações sexuais diferentes, perante os papéis exercidos em família e medo de exposição do grupo familiar ao preconceito perante suas relações.

A revelação do diagnóstico torna-se para as famílias um processo difícil e conflitante. Procuram esconder o “segredo” o máximo possível e não compartilhá-lo, na tentativa de preservar a imagem coletiva. Acreditam que ocultar a verbalização do diagnóstico significa que as crianças desconheçam o mesmo.

Todavia, principalmente nos grandes centros, muitas crianças e adolescentes podem ter acesso aos meios de comunicação, percebendo facilmente o que acontece na própria vida e de sua família. Passa a reconhecer nos cartazes e propagandas os medicamentos que usa, passa a suspeitar o porquê de idas freqüentes às unidades de saúde, a questionar a realização de exames e uso contínuo do tratamento. Quando chega a esse ponto é provável que a criança já suspeite do seu diagnóstico, faltando apenas a verbalização.

Prolongar a revelação do diagnóstico, mantendo o sigilo, deixa-a insegura, angustiada e sofrida, pois já sabe da própria condição e não pode compartilhar, livremente, o assunto em família. O processo de revelação deve ser conduzido com tranquilidade, evitando repercussões negativas no desenvolvimento emocional, social e no comportamento familiar.

“... fica triste **porque a mãe não fala o que ele tem...** (...) começam a aparecer muitas dúvidas sobre a **relação do que eles têm...** porque eles sabem que têm um bichinho no sangue, mas que bichinho é esse?...” Assistente social – Valorização

“Porque assim, quem **tem que dar o diagnóstico** é a própria família... então foi criado o **grupo de revelação diagnóstica**”. Assistente social – Acolhimento

“... porque a gente vinha trabalhando há muito tempo com os pais, com os cuidadores... da importância da **revelação desse diagnóstico...** e tinha uma resistência muito grande... (...) Nesse **processo de revelação se** as coisas se dessem de forma natural (...) esses cuidadores que precisavam (isso, diagnóstico que a gente fez) se **fortalecer pra revelar esse diagnóstico** para o filho”. Assistente social – Afinidade

“... surgiram da necessidade da **revelação do diagnóstico.** (...) ... começar a trabalhar essa **revelação diagnóstica.** Tanto com as crianças, quanto com os pais. (...) ... quando eu achei que **revelar o diagnóstico da forma lúdica...**”. Médica – Intuição

“E aos poucos a criança vai identificando o remédio à doença... até pela mídia, propaganda de TV... vai identificando... quando chega ao ponto da **revelação diagnóstica,** em que é dito... lógico que você procura que a mãe... que o **familiar participe,** ... que os pais ou responsáveis sejam ativos na revelação...”. Médico – Experiência

“Eu acho que ajuda muito... primeiro... a criança tem que saber o que ela tem, né? E **depois que ela descobre o que ela tem,** ela passa a ser mais **responsável com a medicação...**”. Médico – Liberdade

“O que eu faço aqui muito é **revelação diagnóstica,** essa, eu tenho muita segurança pra fazer, eu trabalho muito bem isso com as minhas crianças, que elas fazem, também, em grupo”. Médica – Amor

“... colaboram com a mãe, **com a família pra contar pra essa criança...**” Psicóloga – Vínculo

Mediante intrínsecas questões e a multifatorialidade que envolve o HIV, é importante que os profissionais estejam preparados e atentos perante os aspectos legais e os direitos dos usuários a respeito do momento adequado para revelar o diagnóstico e/ou compartilhar a garantia do **sigilo do diagnóstico,** sendo possível, somente a partir da pactuação entre os atores envolvidos. Conforme se encontra na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2005, p.5), no capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos, art. 5. – “Todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Parágrafo X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.”

Assim sendo, a questão de manutenção do sigilo é mais uma das ações difíceis de serem vivenciadas entre soropositivos, familiares, demais usuários e alguns profissionais numa unidade de saúde.

“... e como a família não se colocava, elas também **respeitavam esse silêncio**. Na verdade era um **segredo** da família... (...) Às vezes, por mais que eles já tenham revelado o diagnóstico pra os filhos, isso **ainda é uma coisa da família**”. Assistente social – Afinidade

“Mas, existe entre a família a questão do **segredo** que eles têm medo de revelar. E eu percebo que existe um temor... ”. Assistente social – Valorização

“Dizer que o que está sendo dito aqui não vai ser revelado pra ninguém... é uma coisa **sigilosa**, é um momento deles”. Assistente social – Diálogo

“... ‘olha, mas meu pai não pode saber não, hein...’ quando a gente fala a revelação do diagnóstico... ah... tem que ter a questão do **segredo**...”. Médica – Encorajamento

“Paciente HIV... ele é um **paciente muito reservado**. Ele tem **medo de encontrar com alguém no grupo**. (...) Aqui então, é impressionante porque tem paciente **que fica escondido do outro lado** do posto pra não encontrar uma outra pessoa...”. Enfermeira – Apoio

“Às vezes eu **tenho que saber pra quem eu conto**. Se não a minha relação social de amizade e afetiva pode estar implicada nisso. Tem gente que é melhor não saber”. Assistente social – Pertencimento

Desde o aparecimento dos primeiros casos de HIV, no início da epidemia, até o final da década de 1980, as possibilidades de tratamento eram focalizadas ao combate das doenças oportunistas. Foi na década de 1990 que surgiram os primeiros medicamentos específicos de combate ao HIV, cujas evoluções tecnológicas caminharam do uso isolado de anti-retroviral¹ ao uso maciço da terapia combinada, conhecida como coquetel².

Até o advento da terapia combinada, a perspectiva e a qualidade de vida era pequena. Após esse avanço, o quadro característico da doença passa a conviver com outros olhares. A partir do aumento da sobrevivência e da redução do número de óbitos, a epidemia passa a ser crônica. Mesmo sendo a única forma de prolongar a expectativa e a qualidade de vida, o aumento do uso de drogas mais potentes, traz consigo, de modo concreto, uma gama de

¹ **Anti-retroviral** - Denominação genérica para os medicamentos utilizados no tratamento da infecção pelo HIV, que é um retrovírus. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/leia.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2003.

² **Coquetel** (ou Terapia Combinada) - Termo popularmente empregado para o uso de dois ou três medicamentos anti-retrovirais associados. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/glossc.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2003.

efeitos colaterais que dificultam o cotidiano dos soropositivos e a **adesão ao tratamento** necessário.

O termo ‘adesão’ ao tratamento deve ser visualizado como compromisso conjunto no qual o usuário inserido no processo, entende, concorda e decide realizar o tratamento medicamentoso. Significa que deve existir um pacto entre os profissionais e usuários, no qual torna-se válida uma responsabilidade coletiva.

No entanto, são inúmeros os fatores que interferem nesse processo de adesão. No caso dos usuários, tanto interferem os fatores bio-psíquicos como sócio-econômicos-culturais. Desde tempo de tratamento e tipo do esquema recomendado (grande número de medicações e doses freqüentes), escolaridade, idade, pobreza, hábitos e comportamentos, como uso de drogas, até a prática sexual sem proteção. E no caso dos profissionais e instituição, os fatores que influenciam são inerentes às situações que envolvem capacitações, recepção e acolhimento, disponibilidade de diálogo e negociação ao lidar com a adesão. Com a evolução do trabalho cotidiano, a equipe cada vez mais se envolve com as questões suscitadas pela terapia anti-retroviral. A preocupação com a adesão ao tratamento passou a ser foco das atenções na relação profissional-usuário.

De um lado, os usuários com sua capacidade de reagir mediante o processo de adoecimento, com seus significados e representações. De outro, os profissionais, cada vez mais envolvidos e preocupados com a necessidade de compartilhar com o usuário a necessidade de se inserir e participar do processo terapêutico. Ambos envolvidos na busca de alternativas e formas de enfrentamento que possibilitem melhor convivência e o alcance dos objetivos propostos. No entanto, o momento é vivido por inúmeras dificuldades no processo de adesão.

“Só que o que a gente está vendo agora é que a **adesão destes adolescentes** não está legal (...) ... porque a taxa de adesão nossa podia ser melhor”. Médica – Intuição

“... dificuldade de alguns entenderem, a **importância da adesão** ao tratamento...” Assistente social – Afeto

“Questão da **adesão** agora é um dado importantíssimo. Em todos os grupos de adolescentes, a questão principal de discussão é a **má adesão**”. Assistente social – Afinidade

“... não existe nenhuma doença que, à exceção da AIDS, em que seja necessário tomar remédio indefinidamente e com **um nível de adesão tão alto...**”. Médico – Experiência

Cria-se uma nova etapa a ser ultrapassada pelo usuário, que é a valorização da própria vida. Isto é, mesmo diante das inúmeras dificuldades vivenciadas no uso dos anti-retrovirais, é necessário uma alta taxa de adesão, a fim de comprovar a eficácia do tratamento, melhorar a qualidade de vida individual do HIV positivo, evitar a resistência viral e a disseminação incontrolada da doença que surge com os sucessivos abandonos. Além de prevenir a morte.

Não há experiência humana que possa ser comparada à morte. Ela é tão única que sequer permite a possibilidade de ser representada ou verbalizada por parte de quem se aproxima de uma vivência. Não existe ser humano que não vá passar por essa vivência. E no decorrer da vida, é difícil encontrar uma pessoa que não tenha, no mínimo, se preocupado com ela. Desde o nascimento convive-se com transformações e desgastes progressivos que se alternam com modificações sistêmicas, encontrando na velhice uma das fases em que as pessoas têm que conviver com um maior número dessas perdas, introduzindo-as ou maximizando o tema da finitude.

Como na senilidade, o processo de adoecimento limita o homem a interiorizar um tempo que sinaliza aproximações constantes e precoces com a idéia de fim. Principalmente quando se trata de doenças terminais, que ainda não tem cura como no caso da AIDS. Dessa forma, o que aconteceu num dado momento foi evidenciar que a pessoa estaria com os seus dias contados. Apenas por estar contaminado, já teria uma sentença notificando o fim da vida.

Falar e conviver com a idéia de morte é uma dificuldade expressada através de luto verbal ou corporal, pela maioria da população. No entanto a idéia do fim próximo pode levar a pessoa a valorizar a vida, vê-la de maneira mais significativa e respeitada. Porém, não resta dúvida que a questão da finitude traz processos de reflexão aos usuários HIV+ e profissionais, que na maioria das vezes representa sofrimento, resistência, perda e medo.

“De lidar com **a morte...** Isso pra mim então é horrível”. Enfermeira – Fraternidade

“... e o ano passado a gente **perdeu uma criança aqui e foi um sofrimento**”. Cirurgiã dentista – Atenção

“... que é uma **doença crônica**, doença grave, doença que **leva a óbito...**”. Médica – Amor

“... pra muitas pessoas ainda **AIDS é sinônimo de morte**”. Enfermeira – Encontro

“... então realmente **houve a perda de muitos participantes do grupo** (no passado...) e com isso esmoreceu um pouco assim... e a cada perda... foi uma coisa complicada pra eu **elaborar esse luto** todo comigo”. Assistente social – Diálogo

3 - Estratégia responsável pelo fortalecimento do indivíduo e família, mudança de comportamento, reinserção social, promoção de cidadania e qualidade de vida.

Mediante este quadro tão complexo, não só os usuários, mas, também, os profissionais estão constantemente em busca de alternativas que sejam possíveis de minimizar os sofrimentos gerados pelas condições agrupadas até então. Nossa carência não é igual a dos outros, e aquilo que nos provoca entusiasmo, anseio, medo e insegurança pode não ter repercussão para outrem.

É certo, através das suas falas, que a convivência em grupo facilita esse processo de troca, independente das dinâmicas utilizadas. Os espaços coletivos, além de **fortalecer os usuários e suas famílias**, desempenham o papel de apoiá-los e socializá-los nos momentos difíceis de suas vidas. E em algumas situações, essas pessoas, com o passar do tempo, engajam-se no movimento de prevenção, a fim de compartilhar informações e vivências. Passam ser multiplicadores do conhecimento, não só dentro da família quanto na própria relação de comunidade.

“... eu espero alcançar com esses objetivos é o **fortalecimento** desses cuidadores. (...) Aqueles que **já estão mais fortalecidos** estão ali com o papel de ser esse **mediador de fortalecer** o outro”. Assistente social – Afinidade

“... o nosso trabalho... meu e da outra assistente social, era de **fortalecer** os pais pra que eles contassem o diagnóstico pra os filhos”. Assistente social – Afeto

“Eu acho que representa um **fortalecimento**, deles estarem se reconhecendo como criança. É uma forma deles estarem gostando deles mesmos. Relacionado à **auto-estima** mesmo”. Assistente social – Valorização

“..., é importante a gente estar sendo um **canal de crescimento** pra estas crianças. Pra eles verem no futuro... eu fui **fortalecido** naquela época... (...) Tem uma criança que falou: ‘hoje **convenci a minha mãe que ela vai participar** e eu também’... até que enfim... então eles gostam do contato, do entrosamento, do que eles vão receber dali...”. Psicóloga – Amizade

“Ela ainda tem uma certa dificuldade em tá se colocando. Ela tá nesse grupo pra se **fortalecer**. Ela mesma fala... (...) No grupo, se **alguma sabe dá um informe...** a outra... Tá entendendo?”. Assistente social – Solidariedade

“... você está... é... falando sobre a situação, prevenindo e fazendo até que eles sejam os **portadores de voz**, da gente não é?” Psicóloga – Carinho

“A gente pode até assim... somar... eles são os **multiplicadores** na verdade, porque vão **contagiando** o outro”. Psicóloga – Amizade

Mediante inúmeras situações complicadas, surge a questão de como lidar com as **ansiedades, angústias e sofrimentos**. São fatores que alteram toda a dinâmica do processo saúde-doença, os quais foram identificados através de alguns profissionais. Mesmo que não seja uma referência de muitos deles, creio que as poucas falas que surgiram, representam a repetição entre o coletivo de profissionais, direta ou indiretamente.

“... porque a pessoa já **vem fragilizada**, uma criança com toda uma história de **internação**, porque é diferente o adolescente que se contaminou via sexual daquele que nasceu vítima da AIDS ...a maioria deles são **órfãos**, são sobreviventes...”. Assistente social – Acolhimento

“Ele é... um apoio em dois sentidos. Um apoio na própria situação de testagem, imediata a que o traz aqui, ta? Em termos até mesmo **de ansiedade, angústia** com relação à testagem que sempre dá um certo friozinho na barriga e tal..”. Psicólogo – Alteridade

“... pra **desabafar**, pra botar as suas angústias, os seus problemas... discutir...”. Assistente social – Afeto

“O resto da família não sabe. Então ele não tem espaço pra falar sobre isso, suas **angústias** e tudo... (...) O único espaço que eles têm **pra falar abertamente da doença é aqui no grupo**”. Assistente social – Afeto

“Porque eles **não tinham com quem conversar**, porque não podiam dizer pra os amigos, não podiam dizer para os pais, então eu acho que nesse momento...”. Chefe de Vigilância – Bióloga – Esclarecimento

Estes espaços, além de possibilitarem momentos de minimização dos sofrimentos, também são responsáveis, mesmo que seja em longo prazo, pelas mudanças de comportamentos e atitudes.

Partindo do pressuposto que os **comportamentos e atitudes** não sofrem mudanças em curto prazo, permanecem contribuindo para a manutenção dos rótulos e sentimentos supracitados. Isto porque são adquiridos ao longo da vida, com vários fatores condicionantes, necessitando de um tempo maior para se modificarem ou deixarem de fazer parte da vida desta pessoa.

Mesmo que os posicionamentos dos usuários não correspondam aos sentimentos dos profissionais, devem atender à prerrogativa de se respeitar o direito do outro, de se colocar no lugar do outro e perceber seus sentimentos e necessidades. Os atos exteriorizados pelos profissionais devem simbolizar posturas de aceitação, aproximação, acolhimento e troca.

“**Trabalhar o autoconhecimento**. Eu ainda não tenho muita ferramenta não, mas eu acredito, acredito nisso... (...) Porque a questão de prevenção não **passa pela informação**,

simplesmente. É muito profundo, são as múltiplas carências... É uma **possibilidade de afeto**. (...) É fundamental trabalhar o **projeto de vida**". Assistente social – Acolhimento

"A modificação deles... você percebe **que a partir dos encontros** que eles (crianças) vão se tornando diferentes, vão melhorando...". Pedagoga – Empatia

"Eles sabem que eles são HIV; eles não colocam muito em prática... **eles sabem que eles são HIV, mas eles não funcionam** com qualidade de vida, sendo HIV positivos... eles **distorcem essa informação**... (...) Eles **mentem, eles reduzem, eles negam**... (...) Então ele **vivencia uma coisa na cabeça teórica** e na **prática ele não faz**... E freqüentemente ele vai ao grupo... não sei se era pra tentar, de alguma maneira, fazer com que ele consiga **introjetar e passar a vivenciar isso melhor**, ou ele **transformar essa conduta** dele...". Médico – Auto-estima

"Deter a informação te ajuda a refletir em cima das tuas ações e até te fazer buscar algumas **mudanças de atitude**. Mas não faz com que as pessoas **mudem de atitude só a informação**". Assistente social – Pertencimento

"Porque a prevenção é **mudança de comportamento**. Você vem... não adianta eu chegar pra você, que você vai usar camisinha se não você vai pegar AIDS. Não é isso... na verdade isso ele sabe... **mas eu acho que é sensibilizar**,... na verdade é **trazer, refletir** com ele porque ele faz isso... sensibilizar ele até usar. Ele **refletir pra usar**. Porque mandar usar, isso a televisão manda toda hora. **Aí, não adianta nada**...". Enfermeira – Encontro

"É uma questão mais pessoal, uma questão assim... uma questão **das emoções, dos sentimentos**. O que **tem em comum entre essas pessoas**... o que elas podem colaborar... assim... solidariedade, né... uma com a outra". Psicóloga – Vínculo

Uma das formas de enfrentamento que sobressaiu na fala dos profissionais foi a **técnica de se espelhar** no problema e na solução tomada pelo outro, para que, a partir de reflexões conjunta e do **apoio** coletivo, esse sujeito consiga viver com um pouco menos de sofrimento.

"... a história do grupo é boa, porque **uma está vendo a outra normal**, que tem a mesma coisa que ela...". Médico – Liberdade

"Eles **vêm outras pessoas na mesma condição**... dividem essas questões...". Médica – Amor

"**Serve um pouco de espelho; o grupo** tem essa função, de você ser o espelho do outro. Então eu trabalho muito essa questão da **identidade, da emoção**". Psicóloga – Vínculo

"... é de estar **reconhecendo ali um grupo de iguais mesmo**, de outras mães que passaram por essa situação (...) ela visualiza aquele grupo... **reconhece aquelas figuras de outras mães**, ali ela ajuda... (...) a **mudar esse olhar**, não é? A se ver inserida de uma outra forma...". Assistente social – Interação/Troca

"... **vê que tem outras pessoas** com problemas maiores. Então isso é muito importante pra eles". Assistente social – Afeto

“... grupo de convivência mesmo, e de pares... ou seja... porque na realidade se eu sou soropositivo e ele, você é soropositivo, eu vivo algumas histórias... É mais fácil pra mim que já vivi essa história poder te ajudar...”. Assistente social – Pertencimento

“... passam por problemas... e querem **expor essa angústia pra outros que vivenciam o mesmo problema**. Então, levam simplesmente as suas depressões e **ali, eles, num laboratório, eles mastigam aquilo** como o apoio de **outros que tenham a mesma sigla**, ou que simbolicamente, são portadores da mesma situação. (...) a **questão de se enfrentar com HIV no todo, no coletivo... É a questão do pré-conceito, da adesão, do tratamento, do viver a vida... dessas coisas todas...**”. Médico – Auto-estima

Assim, mediante essa demanda intensa de questões foi sinalizado que os grupos, além de proporcionar espaço como ‘espelho’, de serem úteis, como meio de fortalecer os usuários e família, de formar multiplicadores, eles têm uma função primordial de **socializar e/ou ressocializar** esse usuário com HIV.

“... fazem parte do processo de **integração e socialização** das crianças e dos familiares, nossos com eles e eles com a gente... São as festas, são atividades que a gente promove. A gente tem, várias festas, saídas”. (...) **buscar mudar os horizontes** destas crianças porque... levar pra conhecer obra de arte, museu, lugar diferente, enfim, vamos tirar ela deste contexto pra ver se com isso a gente consegue **mudar alguma coisa lá dentro**”. Médica – Intuição

“Formar novos amigos... **socialização**... E ter um espaço mesmo... que eles saibam que na hora que eles estiverem mal..., tem ali uma galera que a gente sabe que eles sabem que eles podem contar... (...) A gente faz grupo e a gente faz **visita a outros grupos externos**, que é o próprio grupo que se organiza pra ir fazer e... visita museu e essas coisas assim...”. Enfermeira – Fraternidade

“... que ele brincava, que ele trocava olhar, que ele assim... **conversava, que fazia um desenho junto**, passaram, a saber, que aquelas crianças tinham o mesmo problema...”. Psicóloga – Toque/Contato

“... a gente percebeu que não só os pais tinham que **ter uma reunião, onde eles pudessem estar trabalhando questões em grupo**, de forma comunitária... (...) Então, vir pra o grupo, pra ela e pra mãe, acredito eu, é um **lazer** e uma forma dela **estar se envolvendo** numa atividade. Ela vem pra cá, ela faz oficina”. Assistente social – Afinidade

“Mas me parece que, primariamente, é vivência e **apoio**..., seria **reinseri-lo** no mercado de trabalho. A reinserção à vida profissional, a reinserção familiar...”. Médico – Auto-estima

“... quando a gente começou fazer os grupos, uma coisa assim básica que eu percebi... que foi bom pra as crianças. **Elas se socializaram... se conheceram melhor**. (...) A gente quer inserir eles, dar oportunidade de acesso à cultura, ao lazer. A gente está fazendo passeios...”. Assistente social – Valorização

“Ainda há uma dificuldade de inserção num grupo maior. Você fazer alguma coisa que te possibilite estar com outras pessoas... A **socialização**...”. Assistente social – Escuta

“... então, eu acho interessante esse grupo por causa dessa oportunidade também, e isso facilita essa **inserção até em mercado de trabalho...** e esse momento é um momento importante pra isso”. Assistente social – Atenção.

A partir desse convívio e troca de experiências, ocorre um processo em longo prazo, capaz de transformar a vida desse usuário. Vai sendo possível, confirmando alguns pressupostos deste estudo, promover ações de saúde que **ultrapassem o evento doença**, e incentive o autocuidado e a **independência do usuário**, através da participação coletiva.

Fica bem claro que, para trabalhar com o HIV de modo coletivo, é necessário uma equipe multiprofissional mediante a multifatorialidade existente. Para tal, faz-se necessário investimentos, onde o Estado assegure políticas públicas que atendam as necessidades reais de saúde da população.

É importante trabalhar a transformação em longo prazo, o investimento futuro no projeto de vida destas pessoas. E isso é confirmado frente às facilidades e dificuldades sinalizadas pelos profissionais entrevistados, onde suas falas refletem que o trabalho coletivo com o ‘mundo positivo’ do HIV deve ser enfatizado com a intenção de promover a formação do homem em sua totalidade.

“Então, essa tem sido uma grande tarefa, um grande desafio pra nós... produzir e **oferecer capacitações** que não apenas primem pela sua **competência técnica** e teórica (profissionais), mas também, consigam ter uma **leitura sociológica, antropológica desse evento doença**, que não deixa de ser um evento social”. Assistente social – Responsabilização

“... precisa trabalhar com a **questão da saúde, sair da doença**, né ... em ficar focalizando só estes aspectos.... (...) O que a gente busca é uma relação **além da questão da doença...** Uma relação de afeto mesmo, de estar junto... (...) E assim, estimular o **potencial saudável**. Eu acho que a gente tem que trabalhar pra saúde, não com a doença”. Assistente social – Acolhimento

Capaz de mediatizar o **processo democrático**, a intenção dos profissionais é viabilizar a aquisição de posicionamentos **autônomos** por parte dos usuários, contribuindo sobremaneira para a formação da **cidadania** e o incremento e mudança do **estilo** e da **qualidade de vida**.

“Oportunizar mesmo o acesso à **cidadania...** (...) a gente percebe também uma **autonomia**. Eles têm assim... uma tomada de consciência...”. Assistente social – Valorização

“... **caminhar com as próprias pernas...** (...) eu espero alcançar **autonomia...** direitos a longo prazo como **cidadania**. Trabalhar a cidadania, integração social... alcançar pais autônomos, com autonomia de decisões... (...) está saindo do trabalho mais emergencial e trabalhando **acesso às atividades culturais**. A gente quer trabalhar **projeto de vida** com essas crianças.

Perspectiva de futuro... (...) ...outro grupo levei no andar da VARIG, pra eles **verem as mais variadas profissões** que existem...”. Assistente social – Afinidade

“Vamos trabalhar pra tentar construir ali um **cidadão...** um **exercício de cidadania** a partir da nossa prática... (...) Que a gente esteja contribuindo pra **melhorar a qualidade de vida dele**”.
Cirurgiã dentista – Atenção

“... que essas mães possam conviver melhor com essa criança portadora em termos de **cidadania**, da vida dela, na comunidade dela...” Assistente social – Interação/Troca

“... da **participação, da participação política**; da questão que é uma coisa super importante... tem os conselhos...”. Assistente social – Escuta

“Ah! Eu espero que eles despertem cada vez mais o **potencial saudável** deles (...) assim a gente estimula demais o **projeto de vida** deles”. Assistente social – Acolhimento

“Que é a **qualidade de vida**. No trabalho, qualidade de vida na saúde, na educação... a gente está projetando pra eles, melhor qualidade pra eles no futuro”. Psicóloga – Amizade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos mostrou que o apoio social, vivenciado de modo coletivo e/ou a partir deste, é visto como uma das categorias de análise que exterioriza questões concretas como a realização de passeios, de reuniões grupais, confraternizações, oficinas, oferta de cesta básica e formação de cursos de geração de renda.

Através das facilidades e dificuldades evidenciadas a partir das falas dos profissionais a respeito da prática do apoio social no espaço coletivo, foi possível compreender que os mesmos reconhecem e validam o espaço coletivo, como um meio propício à prática do apoio social, estando presentes em todas as unidades pesquisadas. Possibilita atender múltiplas demandas que caracterizam ações que vão do apoio material ao apoio emocional e educativo. Consideraram que essas ações concretas permitem minimizar sofrimentos, angústias e ansiedades, além de intermediar condições de se conviver com situações complexas como adesão ao tratamento, revelação do diagnóstico, estigma, sexualidade e morte. Fica claro, também, através dos depoimentos, que os espaços coletivos e suas relações de troca e convivência conseguem desenvolver mecanismos capazes de fortalecer os usuários e suas famílias, auxiliando-os nos processos de (re) socialização. Sinalizam que é possível em longo prazo trabalhar mudanças de comportamentos e atitudes minimizando situações de exposição/

vulnerabilidade, de exemplificar condições de autonomia e participação democrática cidadã, além de implementar tentativas que visem modificar estilos de vida.

Retoma-se Valla (1999, p.12), a fim de afirmar que o apoio social apresenta “a possibilidade de realizar a prevenção através da solidariedade e apoio mútuo, e oferece também uma discussão para os grupos sociais sobre o controle do seu próprio destino e autonomia das pessoas”.

Isto posto, torna-se evidente a importância de se investir em ações de apoio social através da otimização de ações coletivas nos serviços de saúde, em que a pessoa HIV+ não somente receba informações sobre os mais diversos assuntos, mas também tenha participação em atividades de inclusão, que promovam interação com os demais setores e atores sociais. Que estas atividades sejam asseguradas através de políticas públicas a fim de garantir um novo sentido para a vida destes usuários. Não somente aumentando a satisfação pessoal e o grau de confiança, como também proporcionando a sensação de pertencimento e autonomia, concretizando o poder de enfrentamento de problemas nos momentos de crise, valorizando o direito de cidadania e melhorando a qualidade de vida.

Assim, quem na vida já deixou de escutar uma orientação experiente ou omitiu a **informação** verdadeira mediante um descuido? Quem na morte já negou um copo d’**água** ou tenha pedido algum que foi dificultado? E depois do óbvio... Quem já desdenhou um ombro amigo ou um **ouvido solidário e resolutivo** de um profissional? Estamos à espera de quê? São reflexões vividas no cotidiano do mundo da vida e/ou no senso comum da existência. Podem ser vistas como ações que dão visibilidade à dinâmica do apoio social. Proposições solidárias que contribuem de forma viável como perspectivas melhores para uma vida futura.

ABSTRACT

This is a report about the experience of “Location of Family Member” performed by the prison Social Work Department from Paraguaçu Paulista Assistance Office of Prison Administration of São Paulo state (SAP).

It analyzes the work process developed: the difficulties, prejudice, the intervention possibilities, ethical aspects, the creativity, the inventiveness that surround the social intervention through three cases selected as significant to demonstrate the “how” of this professional duty.

Next, this essay analyzes the “big picture” and shows us the inter-relations and connections of the compromised tie that can be “fragile”, “stretched” or “broken”.

Key words: Location of family member, prison system, breakdown of relations.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, G. R. B. de; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v.7, n.4, p.925-934, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto consolidado até a Emenda Constitucional n. 48 de 10 de agosto de 2005*. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em 11 out. 2007.

BURGOYNEA, R.; RENWICK, C. R. Social support and quality of life over time among adults living with HIV in the HAART era. *Social Science & Medicine*, n.58, p.1353-1366, 2004.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, n.3., p.221-231, set./dez. 2000.

HELGESON V. S.; COHEN S. Social support and adjustment to cancer: reconciling descriptive, correlational, and intervention research. *Health Psychology*, v.15, n.2, p.135-148, 1996.

LACERDA, A. *Apoio social e a concepção do sujeito na sua integração entre corpo-mente: uma articulação de conceitos no campo da saúde pública*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado) - ENSP/FIOCRUZ.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; C. CRUZ NETO, O.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

MUÑOZ SÁNCHEZ, A. I.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v.12, n.2, p.319-324, 2007.

PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Aids, drogas, riscos e significados: uma construção sociocultural. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v.10, n.1, p.175-184, 2005.

PIETRUKOWICZ, M. C. L. C. *Apoio social e religião: uma forma de enfrentamento dos problemas de saúde*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado) - ENSP/FIOCRUZ.

TEIXEIRA, M. B. *Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado) - ENSP/FIOCRUZ.

VALLA V. V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.4, n.7, p.37-56, 2000.

_____. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: v.15, Suplemento 2, p.7-14, 1999.

SERVIÇO SOCIAL E CUIDADO EM SAÚDE: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Marina Monteiro de Castro e Castro*

RESUMO

O Cuidado em Saúde compreende o atendimento humanizado, baseado no acolhimento, vínculo, escuta, na realidade social, garantindo o usuário como co-produtor do seu processo saúde-doença, estando relacionado com a experiência de todos os trabalhadores que constroem o dia a dia dos serviços de saúde. O presente artigo é uma revisão bibliográfica que tem por objetivo refletir sobre uma possível articulação entre a dimensão do Cuidado em Saúde com a profissão de Serviço Social, na perspectiva de incorporar tal dimensão ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, visando uma maior afirmação de ações em saúde comprometidas com os usuários e com a qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: cuidado em saúde, trabalho em saúde, serviço social.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A produção do Cuidado em Saúde aponta questões que extravasam a competência técnico-científica em que se baseia o modelo biomédico que tem sido historicamente o grande estruturador das ações em saúde.

O Cuidado é concebido como uma ação integral que se orienta pelas ações dos outros, as quais podem ser diferenciadas entre atividade racional orientada para fins e atividade comunicacional mediada por símbolos, tendo por fundamento a compreensão da saúde como direito de ser, em seus diversos âmbitos (ser social, ser político, ser cultural). Como cita Pinheiro e Guizardi (2004), direito de ser no sentido de Heidegger como sendo o respeito às diferenças, e suas relações com as questões de raça, gênero, etnia, na consideração dos portadores de deficiências ou patologias em suas necessidades específicas ou na garantia do

* Especialista em Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva e em Serviço Social em Oncologia, mestrandia em Serviço Social, bolsista Fapemig.

** O conteúdo deste artigo baseia-se na monografia apresentada ao Curso de Especialização Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva/UFJF no ano de 2006, com o título - O Serviço Social e o Cuidado em Saúde: uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais do Hospital Universitário/UFJF, sob a orientação da professora Lêda Maria Leal de Oliveira.

acesso às outras práticas terapêuticas, propiciando ao usuário sua participação nas decisões sobre seu tratamento ou na escolha das tecnologias a serem utilizadas.

Para produção do Cuidado deve ocorrer uma combinação entre as tecnologias necessárias e a humanização, sendo o usuário abordado em suas necessidades singulares e em sua realidade. Esta atuação deve resultar na melhora e no prolongamento da vida, a partir da criação de um ambiente de conforto e segurança (CECÍLIO, MERHY, 2003).

O Cuidado articula as particularidades de cada profissão em sua organicidade e historicidade, a realidade social, não sendo baseado na experiência de determinada categoria profissional, mas na experiência de todos os trabalhadores da saúde, dentre eles, o assistente social.

O Serviço Social é uma profissão que atua sobre as refrações da questão social, é histórico, portanto está intimamente relacionado com as transformações da sociedade. O assistente social deve decifrar a realidade e construir propostas de trabalho que sejam capazes de preservar e efetivar direitos (IAMAMOTO, 2001).

Desde 1997 é considerado pelo Conselho Nacional de Saúde como profissão desta área, estando sua atuação concentrada, prioritariamente, nas ações de caráter emergencial, educação e informação em saúde, planejamento e assessoria, e mobilização de comunidade (COSTA, 2000). Estas ações são determinadas pela concepção ampliada de saúde e pelas condições objetivas da população usuária dos serviços.

O assistente social é um profissional que está em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública e coletiva, da criança e adolescente, terceira idade, violência, habitação, educação etc., acompanhando como essas questões são vivenciadas pelos sujeitos e construindo um acervo privilegiado de dados e informações sobre as formas de manifestação das problemáticas cotidianas, tanto em nível individual, como coletivo (IAMAMOTO, 2001). Sendo, portanto, um ator importante na produção do Cuidado em Saúde.

Para suporte do exercício profissional tem-se o Código de Ética Profissional de 1993 que preconiza ampliação e consolidação da cidadania, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, entre outros.

Em face destas colocações, em que o profissional de Serviço Social é apresentado como participante do processo de trabalho em saúde, tendo uma responsabilidade ética de contribuir para qualidade dos serviços prestados e para consolidação da cidadania, faz-se necessário a incorporação da dimensão do Cuidado em Saúde ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos serviços de saúde.

O TRABALHO EM SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS TERAPÊUTICOS CUIDADORES

A saúde é produzida no encontro entre trabalhador e usuário, em seus espaços intercessores¹, permeado por suas histórias de vida. Está situada no campo simbólico e se modifica com a história, cultura e contexto social.

No campo da saúde, de acordo com Merhy (2004), o objeto central do trabalho deve ser a produção do Cuidado. Só assim se atingirá a cura e a saúde que são os reais objetivos da prática profissional em seus diversos âmbitos, a partir da produção de atos de saúde comprometidos com as necessidades dos usuários.

Para tal, a organização do trabalho deve ficar centrada no trabalho vivo que possibilita a produção de compromisso com a tarefa de acolher, responsabilizar, resolver e automatizar a relação trabalhadores de saúde/usuários, com a perspectiva de favorecer a curatividade e a produção de saúde no momento do encontro entre trabalhadores e usuários.

Para o desenvolvimento de suas atividades, de acordo com Merhy (2004), os trabalhadores devem priorizar o uso de tecnologias leves², que e são as que ocorrem no trabalho vivo em ato. São as relações de vínculo, escuta, intersubjetividade, as inter-relações.

Qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário-paciente se produz através de um trabalho vivo em ato, em um

¹ O uso desse termo é para designar o espaço de relação em que se produz o encontro dos “sujeitos”, isto é, nas suas intercessões, que é um produto para os “dois” em ato, não tendo existência sem esse momento em processo, e no qual os “inter” se colocam como instituintes em busca de um processo de instituição muito próprio, desse sujeito coletivo novo que se formou. É fundamental numa análise de processo de trabalho tentar descobrir o tipo de intercessão que se constitui e os distintos motivos que operam no seu interior (MERHY, 2004, p.123).

² De acordo com Merhy (2004), os trabalhadores fazem uso de um conjunto de tecnologias que se classificam em três tipos: duras, que são o conjunto de instrumentos e equipamentos materiais do trabalho como máquinas, aparelhos, normas e estruturas que operam o trabalho em saúde; leve-duras, que são saberes estruturados que operam no processo de trabalho; e as leves que se dão no momento do encontro entre trabalhador e usuário, estabelecendo as relações de vínculo, escuta e responsabilização.

processo de relações, isto é, há um encontro entre duas “pessoas”, que atuam uma sobre a outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se intersubjetivamente alguns momentos interessantes, como os seguintes: momentos de falas, escutas e interpretações, no qual há a produção de uma acolhida ou não das intenções que as pessoas colocam nesse encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação (MERHY, 2004, p.77).

No Brasil, a saúde é garantida pela Constituição de 1988 e regulamentada pelas leis 8.080 e 8.142. Na Lei Orgânica da Saúde (LOS) é disposta como direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; possuindo como fatores determinantes e condicionantes a alimentação, moradia, trabalho, saneamento básico, transporte, educação, renda, meio ambiente e o acesso a bens e serviços essenciais.

A grande área da saúde é composta por quatorze profissões reconhecidas pelo Conselho Nacional de Saúde³. Cada profissão possui seus núcleos de saberes e práticas com vigor de reprodução social nos sistemas de ensino e formação, exercício profissional e trabalho. As profissões de saúde existem em um campo de saberes e práticas que são capazes de interferir no processo de ser saudável – adoecer - curar, cujos núcleos de competência se organizam pelas práticas de assistir e práticas de promoção da saúde, que são distintas na medida que se voltam para as pessoas ou às coletividades humanas.

Cada profissão possui uma disciplina prática de interpretação do processo saúde-doença e uma qualidade de comunicação diferente com as histórias afetivas que configuram padecimentos, aflições ou demanda dos usuários individuais ou coletivos das ações e serviços de saúde. Cada plano profissional de ação terapêutica opera num *horizonte fabulatório* particular, projetando uma inscrição especificada de referência (CECCIM, 2004, p.269).

Todo profissional de saúde, independente da habilitação obtida, exerce práticas terapêuticas que produzem a necessidade das suas ações profissionais e dos serviços de saúde. Esta prática ocorre em vários planos através de diferentes categorias profissionais, planos de conhecimento e práticas em si.

³ Assistentes sociais, biólogos, profissionais de Educação Física, enfermeiros, farmacêuticos, bioquímicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

Para a produção do Cuidado são estruturados Projetos Terapêuticos a partir de um conjunto de atos pensados, idealizados e programados pelos profissionais. Este projeto pode estar voltado para a produção do Cuidado de forma burocrática, centrada em procedimentos e prescrições, ou estar baseado em uma abordagem do problema de saúde através de relações solidárias e conhecimento técnico baseado na responsabilidade, vínculo, escuta, na ação acolhedora. A escolha do Projeto Terapêutico definirá a estrutura das práticas de saúde (FRANCO, 2003).

A produção de Projetos Terapêuticos Cuidadores é centrada nos usuários e sua necessidade, sendo incorporada a idéia de multicausalidade dos problemas de saúde. O usuário é reconhecido como portador de uma realidade sócio-econômica e sanitária, e de uma vivência que lhe é própria, particular e peculiar, necessitando assim, de uma abordagem completa que deve ser realizada por diversos profissionais.

A terapêutica deve ser compreendida como a ação que envolve não somente as profissões historicamente dadas na saúde (medicina e enfermagem), mas também aquelas que fazem parte de outros setores da ação social como ensino, educação popular, Educação Física, arte, cultura, Serviço Social, etc.

Terapia (*therapéia*) significa trato cuidadoso, auxílio que habilite para a cura, guia para a autonomia e qualidade de vida, tratamento. Todo profissional de saúde, pela condição de terapeuta, deve deter, com apropriação e acurácia, recursos e instrumentos de intervenção clínica. A clínica, como conhecimento sistematizado de sinais e sintomas e como experiência de atendimento em situações de adoecimento, nasce, justamente á beira do leito (*klinê*) – isto é, indica a prática do ato de assistir à beira do leito, por isso o ato dedicado de tratar/cuidar/escutar. O que define o profissional de saúde é sua condição objetiva de *assistir*, sua habilitação técnica para a *clínica*, sua profissionalização para o *ato terapêutico*, sua dedicação ao *cuidar* (CECCIM, 2004, p.262).

Considerando que todo profissional de saúde requer habilitação técnica para a clínica e para operação de recursos e instrumentos terapêuticos, vê-se a possibilidade da organização de uma assistência em conjunto/equipe, deslocando o eixo da organização das práticas profissionais de atenção à saúde do corporativo-centrado (responsabilidade dos atos de saúde pertencem ao profissional que os executa), para o eixo usuário-centrado (responsabilidade com o Projeto Terapêutico, com o direito à saúde).

O CUIDADO COMO ORIENTADOR DAS AÇÕES EM SAÚDE

Para a compreensão do Cuidado em Saúde faz-se necessário uma retomada da discussão sobre a perspectiva da Integralidade. De acordo com Mattos (2001), constatam-se três grandes conjuntos de sentidos do princípio da Integralidade. O primeiro, referente às práticas dos profissionais de saúde, no âmbito do desenvolvimento do que se pode considerar uma “boa prática”. O segundo refere-se à organização dos serviços, e o terceiro às respostas do Estado aos problemas de saúde.

Estes sentidos podem se articular e até possuir semelhanças a partir do momento que se trabalha a perspectiva da integralidade afirmando a abertura ao diálogo e negando o reducionismo e à objetivação dos sujeitos.

O diálogo seria elemento fundamental das relações de integralidade, na medida em que, de acordo com Freire (1977, p.43),

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade.

(...) O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.

O reducionismo é o elemento a ser recusado na medida em que se deve buscar a ampliar a percepção sobre as necessidades dos usuários e indagar-se pelas melhores estratégias de dar respostas a tais necessidades.

(...) um paciente não se reduz a uma lesão que nesse momento lhe provoca sofrimento. Tampouco não se reduz a um corpo com possíveis lesões ainda silenciosas, escondidas à espera de um olhar astuto que a descubra. Tampouco se reduz ao conjunto de situações de risco. O profissional que busque orientar suas práticas pelo princípio da integralidade busca sistematicamente escapar a tais reducionismos. (...) é a recusa em aceitar um recorte do problema que o reduza a uma ou algumas de suas dimensões, desconsiderando as demais. As respostas aos quais problemas de saúde devem abarcar as suas mais diversas dimensões. Analogamente, devem oferecer respostas aos diversos grupos atingidos pelos problemas em foco (MATTOS, 2001, p.61-62).

Por fim, a recusa à objetivação dos sujeitos, porque estes são permeados por suas histórias de vida, por sua realidade concreta e possuem características subjetivas e particulares a cada situação.

Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente, e por esta razão, inferior (...) (VALLA, 2000, p.15-16).

Sendo assim, a Integralidade é uma ação social que é resultado do envolvimento/interação entre os atores envolvidos na relação entre demanda e oferta, nos planos da atenção individual e das ações na rede de serviços, onde são considerados os aspectos objetivos e subjetivos (PINHEIRO, 2001).

Considera-se neste estudo, o Cuidado como unidade de análise e campo privilegiado de ação da integralidade, sendo apreendido como uma ação integral que possui significados e sentidos voltados para o entendimento da saúde como o direito de ser. É atender o ser humano em seu sofrimento muitas vezes fruto da fragilidade social. É o tratamento humano, respeitoso, baseado no acolhimento e na realidade social, coletiva e individual, que possibilite a superação de práticas preconceituosas, e que garanta o usuário como participante do seu processo saúde-doença e das práticas de controle social (PINHEIRO, GUIZARDI, 2004).

Não é um ato pontual, mas uma ação que é desenvolvida a partir da interação (envolvimento/relacionamento) entre usuário/profissional, e envolve a escuta do sujeito, o respeito pelo seu sofrimento e as histórias de vida. O Cuidado pode proporcionar a diminuição do impacto do adoecimento, e a sua falta pode gerar o isolamento social do usuário, uma vez que ele sente o descaso, o abandono, e o não Cuidado e acolhimento em suas demandas e necessidades.

(...) alguns problemas de saúde das famílias eram muito complexos para serem curados, mas não para serem cuidados. As famílias precisavam de cuidado e atenção especiais da equipe de saúde para ajudar a solucionar os problemas e sofrimento, o que leva o autor a afirmar que, embora muitas vezes não seja possível curar os sujeitos, não se deve renunciar a tratar ou cuidar dos mesmos, e dar-lhes o apoio necessário no momento de crise (LACERDA, VALLA, 2004, p.95).

O Cuidado perpassa ainda pela resolução de forma ágil dos problemas e suas soluções, sendo enfrentados de acordo com a realidade dos mesmos e não da realidade institucional tradicionalmente vivenciada, fazendo com que o usuário e seus familiares sejam co-participantes deste processo, contribuindo para mudanças e estimulando-os a enfrentar os problemas e dificuldades do cotidiano. Deve-se contribuir para o desenvolvimento da

consciência crítica, para o despertar do usuário em ter maior controle sobre sua vida (LACERDA, VALLA, 2004).

O conjunto dos atos de saúde realizado produz um formato de Cuidar que podem ser ações individuais e coletivas, abordagens clínicas e sanitárias da problemática de saúde que unem todos os saberes e práticas que fazem parte da construção dos atos cuidadores, que formam os modelos de atenção à saúde.

Porém, alguns modelos de atenção à produção do Cuidado não estão realmente engajados com a cura e a promoção. Merhy (2002) ressalta que nos últimos séculos o campo da saúde se constitui de práticas técnicas cuidadoras, socialmente determinadas, onde o modo médico de agir se tornou hegemônico.

Hoje o modelo assistencial que opera nos serviços de saúde está organizado a partir de saberes específicos que subordinam a dimensão cuidadora a um papel irrelevante e complementar. Isto acaba incidindo também nas ações profissionais, onde muitos têm seus núcleos específicos e profissionais submetidos à lógica médica, minimizando a ótica do Cuidado.

Ocorre, assim, a priorização das tecnologias duras e leve-duras que são estruturadas e dependem de equipamentos, proporcionado a objetivação dos problemas de saúde e a descontextualização da realidade do usuário. Desta forma, diminui-se a capacidade de percepção das necessidades dos usuários e ocorre a substituição do diálogo pela intermediação de exames e procedimentos com vistas ao êxito técnico (SILVA JUNIOR, ALVES, ALVES, 2005).

Ayres (2004) demonstra a importância de se colocar o Cuidar nas práticas de saúde e como base de um modelo de atenção, por entender que é no Cuidar que ocorre o desenvolvimento de atitudes e espaços de verdadeiro encontro intersubjetivo, de exercício de uma sabedoria prática para a saúde, apoiados na tecnologia, mas sem deixar resumir-se a ela a ação de saúde.

Mais que tratar de um objeto, a intervenção técnica se articula verdadeiramente com um cuidar quando o sentido da intervenção passa a ser apenas o alcance de um estado de saúde visando antemão, nem somente a aplicação mecânica das tecnologias disponíveis para alcançar este estado, mas o exame da relação entre finalidades e meios, e seu sentido prático para o paciente, conforme um diálogo o mais simétrico possível entre profissional e paciente (AYRES, 2004, p.86).

Nesta dimensão de atenção ocorre a subjetivação do objeto que é construída no encontro entre profissional/usuário onde ambos são entendidos como sujeito do processo de construção da problemática saúde/doença. Para esta construção a linguagem deve ser utilizada como instrumento transversal na atividade de todos que fazem parte dos serviços de saúde (GOMES, PINHEIRO, GUIZARDI, 2005).

Silva Junior et al (2005) apontam que para privilegiar o Cuidado na atenção, o guia deve ser a percepção das necessidades de saúde dos usuários, que são social e historicamente construídas, e agrupadas por Cecílio (2001) da seguinte forma: ter boas condições de vida; acesso e poder consumir toda tecnologia de saúde capaz de melhorar e prolongar a vida; ter vínculos afetivos de referências e confianças nos profissionais de saúde; e ter graus crescentes de autonomia no seu modo de conduzir a vida.

As estratégias utilizadas para a ênfase no Cuidado da atenção, na perspectiva de dar melhor resposta às necessidades dos usuários, são pautadas na escuta, acolhimento e vínculo/responsabilização.

A escuta é a capacidade e disponibilidade de ouvir os usuários e suas necessidades, por meio de uma interação que esteja atenta à realidade vivida por aqueles permeada por desejos, crenças, temores, esperanças, e os fatores socioeconômicos que o envolvem. Exige-se do profissional uma reflexão sobre o usuário, enquanto sujeito portador de individualidade, para quem os serviços de saúde se destina (SILVA JUNIOR , ALVES, ALVES, 2005).

Escuta, no campo da psicanálise, ocupa lugar privilegiado, ou ser algo relacionado às palavras ditas ou silenciadas. Neste contexto, a escuta não limita seu campo de entendimento apenas ao que é falado, mas também às lacunas do discurso, que são fios de significados a serem trabalhados. (...) Para escutar, também é imprescindível conhecer quem se escuta, quem está falando, como e sobre o que se fala (SILVA JUNIOR, MASCARENHAS, 2004, p.244).

O acolhimento aqui é entendido como postura, técnica e princípio de reorientação de serviços. É a atitude dos profissionais e equipe de saúde em receber, escutar e tratar humanizadamente os usuários e suas demandas, estabelecendo assim, uma relação de interesse, confiança e apoio entre profissional/usuário. Os objetivos centrais devem ser a

ampliação do acesso, a humanização do atendimento e a reorganização do processo de trabalho.

Acolhimento como um dispositivo que interroga processos intercessores que constroem “relações clínicas” das práticas de saúde e que permite escutar “ruídos” do modo como o trabalho vivo é capturado conforme certos modelos de assistência, em todo lugar que há “relações clínicas” em saúde, além de expor uma rede de petição e compromisso “que há entre etapas” de certas linhas de produção constituídas em certos estabelecimentos de saúde, interrogando centralmente as relações de acessibilidade (FRANCO, BUENO, MERHY, 2003, p.39).

O vínculo, como relação de referência e confiança, como estabelecimento de uma relação contínua no tempo, pessoal e intransferível, calorosa, como um encontro de subjetividades (CECÍLIO, 2001). O vínculo, de acordo com Silva Junior e Mascarenhas (2004), pensado como afetividade, relação terapêutica e continuidade.

É o profissional de saúde ter relações claras e próximas com os usuários, integrando-se com a comunidade em seu território, no serviço, no consultório, nos grupos e se tornar referência para o paciente, individual ou coletivo, que possa servir à construção de autonomia do usuário (MERHY, 1997, p.138).

Este seria o fio condutor para construção de uma Rede de Cuidados ininterruptos para responder à diretriz da integralidade e assim, as necessidades dos usuários. Esta rede seria formatada pela: acessibilidade, resolutividade, preservação da autonomia, direito à informação e divulgação de informações, responsabilidade, regionalização e hierarquização, articulada a outros recursos da comunidade e redes sociais de apoio.

Para consolidação desta dimensão cuidadora e a formação da Rede de Cuidados, Merhy (2005) cita alguns pontos que devem ser ressaltados na prática do “Cuidar” e na construção do ato cuidador:

- relação intercessora com o mundo subjetivo do usuário e seu modo de representar e construir necessidades de saúde,
- relação acolhedora que inclua o usuário como sujeito de saberes e práticas no campo das ações de saúde;
- relação que permita articulação de saberes para compor as valises tecnológicas e os projetos de intervenções em saúde do modo mais amplo possível;

- relação que possibilita o encontro dos núcleos profissionais a partir do mundo do usuário como lógica capturante das outras lógicas, e não o contrário;
- relação que se compromete com a finalidade dos atos de saúde como efetivos para a qualificação do viver individual e coletivo;
- relação que se orienta pela aposta no agenciamento de sujeitos morais implicados com a defesa da vida individual e coletiva;
- relação de inclusão cidadã, que opera na construção de autonomias e não de clones no campo da produção de sujeitos sociais, entre outras.

A dimensão cuidadora é um lugar privilegiado, pois questiona os limites e barreiras dos modelos hegemônicos que são focadas nos procedimentos e nas profissões de saúde.

O Cuidar é muito mais do que um ato ou técnica. Cuidar é uma atitude, é a maneira como estamos diante do outro e como o compreendemos como ser humano e não somente como “ser doente”. Cuidar representa a capacidade que temos de resgatar o nosso melhor lado, para fortalecê-lo naquilo que ele tem de mais saudável, bonito e que caracteriza a verdadeira relação humana.

“Cuidar” da saúde de alguém vai além da construção de um objeto e da intervenção sobre ele. Para realização do Cuidado tem que haver a consideração e a construção de projetos, o estabelecimento de relação entre matéria e espírito, corpo e mente, não estando subordinadas as práticas parcelares de saúde. A atitude cuidadora deve expandir para a totalidade das reflexões e intervenções no campo da saúde (AYRES, 2001).

Curar, tratar, controlar tornam-se posturas limitadas. Todas essas práticas supõem, no fundo, uma relação estática, individualizada e individualizante, objetificadora, enfim, dos sujeitos alvo de nossas intervenções.

(...) Estamos falando de um norte prático, necessariamente técnico, mas também inexoravelmente ético, afetivo, estético.

(...) Por isso, cuidar, no sentido de um “tratar que seja”, que passa pelas competências e tarefas técnicas, mas não se restringe a elas, encarna mais ricamente que tratar, curar ou controlar aquilo que deve ser a tarefa prática da saúde coletiva (AYRES, 2001, p.70-71).

O ASSISTENTE SOCIAL COMO OPERADOR DO CUIDADO EM SAÚDE

O Serviço Social é uma profissão histórica e socialmente determinada, e por isso, se desenvolve e transforma de acordo com as determinações da sociedade capitalista e com a

forma com que a sociedade brasileira e as instituições recortam e fragmentam as necessidades do ser social.

Na contemporaneidade, como afirma Yamamoto (2001), os assistentes sociais estão desafiados a trabalhar sob uma conjuntura de globalização mundial que reduz a demanda de trabalho, aumenta a população sobrando para as necessidades médias do capital, amplia a exclusão social, econômica, política e cultural das classes subalternizadas.

Os assistentes sociais são desafiados neste tempo de divisões, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempo de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e cidade (IAMAMOTO, 2001, p.18).

O Serviço Social tem como objeto de sua intervenção a questão social aqui compreendida como um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista formada por problemas políticos, econômicos e sociais. A atuação dos assistentes sociais situa-se nas suas mais variadas expressões: trabalho, família, habitação, assistência social, saúde, etc.

O agravamento das múltiplas expressões da questão social geradas pelo advento do neoliberalismo e pela globalização tem significado um aumento da requisição por serviços sociais, a seletividade no âmbito das políticas sociais, diminuição dos recursos e salários, quebra dos direitos sociais, e conseqüentemente, aumento da demanda por saúde.

Esta conjuntura fez com que aumentasse a responsabilidade dos assistentes sociais na luta pelo deciframento da realidade na perspectiva do desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária (IAMAMOTO, 2001).

Na área da saúde a inserção dos assistentes sociais é mediatizada pelo reconhecimento social da profissão e por um conjunto de necessidades que são colocadas pelas condições históricas sob as quais a saúde se desenvolveu no Brasil. A partir da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos anos 80/90, há uma ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais devido ao aumento horizontal das subunidades de serviços e a uma maior divisão sócio-técnica do trabalho (COSTA, 2000).

Historicamente, a atuação do Serviço Social na área se deu no âmbito curativo e individual, somente na década de 80-90 houve a adoção da perspectiva da saúde como uma questão política, havendo um reconhecimento interno da categoria profissional em defesa do SUS e de seus princípios (MATOS, 2003).

Martinelli (2002) acrescenta que nos anos 80 os assistentes sociais, como categoria organizada, fizeram parte das lutas mais gerais em defesa da concepção de seguridade social pública, democrática e universal, tendo em vista a saúde como um direito básico de cidadania, consagrado na Constituição de 88.

A partir do lugar social em que atuam, e do patamar da política de saúde em que se encontram, os assistentes sociais têm um reconhecido e legitimado protagonismo na luta pela garantia desse direito, trabalhando articuladamente com a população usuária na perspectiva de construir novas subjetividades, comportamentos políticos novos (MARTINELLI, 2002, p.5).

Os anos 90 são caracterizados por Matos (2003) como um período de avanços políticos, institucionais e acadêmicos construídos pelo conjunto de profissionais situados na tendência “intenção de ruptura”. No âmbito político ocorre a eleição das entidades profissionais de forma democrática e de chapas que defendiam projetos políticos progressistas. Academicamente emergem várias publicações, há a consolidação da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social.

No aspecto institucional ocorre a promulgação do Novo Código de Ética Profissional e da Nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93). Ocorre também o protagonismo da categoria profissional no processo de luta na construção da política pública de assistência social, e em 1996 há a aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação de serviço social.

Nacionalmente tem-se a consolidação da LOS (lei 8.080/90) que regulamenta as ações e serviços de saúde, e dispõe sobre o SUS.

Os anos 90 também são marcados pela tensão entre o direito a saúde e a ofensiva neoliberal. Esta discussão incide diretamente no Serviço social enquanto categoria que toma como direcionamento profissional o entendimento de que o sistema capitalista é inviável na realização de uma sociedade igualitária, devendo ser defendido a política social como direito e não como favor.

O Serviço Social, de acordo com Costa (2000), se legitima no interior do processo coletivo de trabalho em saúde “pelo avesso”, uma vez que se afirma nas contradições da política de saúde e do SUS. A objetivação do trabalho passa rotineiramente pela implementação de alternativas para se enfrentar os problemas de atendimento ao usuário, atendimento de algumas necessidades mediatas e imediatas não contempladas pelo SUS e atuação sempre que houver limitações ou impedimentos socioeconômicos, culturais ou institucionais ao desenvolvimento dos procedimentos necessários ao diagnóstico e tratamento.

Considerando a conjuntura de crise vivenciada no país e, ao mesmo tempo, as representações forjadas pela constituição de 1988, as quais deram visibilidade à saúde como direito do cidadão, não obstante, as precárias condições de atendimento – em geral mobilizadoras da ação do Serviço Social – terminam imputando os assistentes sociais “a função quase sempre silenciosa de administrar o que é impossível de ser administrado” (COSTA, 2000, p.66).

Os assistentes sociais se deparam com entraves que dificultam a articulação entre o trabalho profissional e os interesses e necessidades dos usuários, porém não os impedem de realizar suas ações vislumbrando estes. Estas dificuldades são classificadas em cinco por Vasconcelos (2002):

1. A ignorância dos usuários e profissionais do que é garantido como direito do cidadão e dever do Estado;
2. A focalização das políticas dificultando a crítica, a organização e o controle social que atinge principalmente os mais pobres, despolitizados, ou seja, o “não - cidadão”;
3. O direito do cidadão é visto de forma fragmentada levando a uma discussão do direito do indivíduo e à negação do direito em suas inter-relações, conexões e interdependência;
4. A pretensa incompatibilidade no enfrentamento dos direitos sociais e do sofrimento humano concomitantemente, devido ao culto ao individualismo;
5. Dificuldade dos diferentes trabalhadores sociais para trabalhar com o sofrimento, choro, perda, morte, o que induz os profissionais à compaixão, apoio, ajuda, doação, orientação, encaminhamento, aconselhamento, cuidado, tomados como fins em si mesmos, em detrimento do resgate da autonomia.

Na situação de pobreza e miséria em que se encontra um grande contingente da população brasileira – 30 milhões no cálculo de alguns, 45 milhões no de outros - já se sabe que políticas de assistência são imprescindíveis. Todavia, é exatamente essa realidade que exige não uma política assistencialista em si e sim uma política de assistência que incorpore, em vez de ações festivas para aumento ilusório da auto-estima dos pobres, ações sistemáticas de formação, de capacitação, de organização para exercício do controle social e do acesso aos direitos sociais garantidos por lei, para que esse contingente possa usufruir as condições de exercício pleno da cidadania (VASCONCELOS, 2002, p.24).

O conjunto das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social representa, dentro destas dificuldades, a possibilidade do usuário ser ouvido e de ser atendido em suas necessidades. Tudo o que compromete, dificulta ou prejudica a qualidade do atendimento ao usuário é passível de intervenção do assistente social,

independentemente do local de ocorrência: seja no laboratório de análises clínicas da unidade, na farmácia básica, na nutrição (copa e cozinha), na enfermaria, na lavanderia ou até na esfera das relações sociais, por ocasião de problemas entre usuários e equipe etc. esse dado também demonstra que a participação dos assistentes sociais nos processos de trabalho nas instituições de saúde tem a singularidade de “repor” (ante a impossibilidade de recompor), com a sua ação, as lacunas da parcialização, fragmentação e terceirização do trabalho (COSTA, 2000, p.69).

O Serviço Social trava assim a batalha de trabalhar demandas, pleitos, exigências imediatas (dor, sofrimento, morte, perdas, falta de trabalho, condições de vida e estilos cotidianos) na perspectiva do médio e longo prazo. Apesar das respostas imediatas que são necessárias, busca-se atender as demandas em sua totalidade vislumbrando a garantia dos direitos dos cidadãos (VASCONCELOS, 2002).

Assim, surge um conjunto de requisições à profissão que emergem da tensão entre as ações tradicionais da saúde e as propostas pelo SUS. Costa (2000) agrupa estas requisições em: as derivadas do histórico déficit de oferta dos serviços para atender as necessidades de saúde da população; as referentes às inovações gerenciais, tecnológicas e técnico-políticas implementadas; as correspondentes às necessidades que derivam da adaptação dos usuários e profissionais à estrutura tecno - organizativa do SUS.

As principais referências apontadas por Costa (2000) para a realização do trabalho são a crescente demanda da população por meios que assegurem a sua saúde, o déficit de serviços,

a efetividade dos mecanismos de controle e acompanhamento propostos pelo SUS e a administração da demanda reprimida.

O assistente social, na realização de seu trabalho, busca articular o sistema de saúde com as políticas sociais que incidem sobre as condições de vida da população, realizando uma articulação que tem por objetivo refletir sobre a relação entre as condições de vida e o processo saúde/doença.

Vasconcelos (2002) relata que o trabalho dos assistentes sociais na saúde, em contraposição a um trabalho espontâneo e/ou instintivo, exige uma série de requisitos que perpassa: pela formação profissional e continuada de qualidade; compreensão do campo da seguridade social como direito; organização e planejamento do trabalho profissional com base em estudos e pesquisas; conexão entre programas e equipes e implementação de estratégias e táticas de ação e formação de uma consciência sanitária que demanda uma consciência social sobre a questão saúde.

Requer ainda a capacitação, incentivo e organização dos usuários na luta pelos direitos; democratização de informações e conhecimentos; levantamento de recursos disponíveis e possíveis de serem acessados; opção pelo trabalho coletivo; participação nos organismos de controle social; criação de espaços de capacitação política e técnica dos conselheiros de saúde e de funcionários que intermediem as ações de saúde.

Para finalizar, a autora ressalta o incentivo e capacitação à participação no controle social dos serviços prestados sem prejuízo da atenção individualizada; a construção dos espaços na área da saúde em espaços de promoção e proteção da saúde; criação de espaços que propiciem o desenvolvimento da consciência sanitária e o controle social; identificação dos riscos que permeiam o cotidiano dos usuários e a criação de possibilidades e condições de acesso direto e universal dos usuários ao Serviço Social.

Este empreendimento não é de fácil realização, uma vez que a população que utiliza os serviços públicos de saúde se encontra imersa num conjunto de problemas sociais que torna mais tênue o limite entre a exclusão social e a doença (MARTINELLI, 2002).

A diversidade de demandas que são colocadas aos assistentes sociais possui uma amplitude grande e pode se dizer que transita pelo público, privado e pelo íntimo. As questões que são trazidas para enfrentamento estão relacionadas ao campo da intimidade, dos desejos, dos sentimentos, dos

valores, com profundas implicações macrosociais (MARTINELLI, 2002, p.6).

Segundo a autora, o sofrimento que acompanha o processo de adoecimento é permeado por um sofrimento psíquico que é necessário ser reconhecido para que se estabeleça uma relação com os sujeitos.

Acrescenta ainda que a área dos cuidados é a que mobiliza os assistentes sociais mais criticamente, constituindo de modo típico a própria identidade profissional no âmbito do serviço social, e é também uma área crucial para todos que realizam a vida nos serviços de saúde: pacientes, familiares, equipes e administração hospitalar.

A rigor, o que realizamos na área dos cuidados guarda profunda relação com as políticas, com a gestão, com a produção de conhecimentos, enfim com o conjunto das áreas. Portanto, não é um exagero afirmar que o serviço social permeia a estrutura organizacional como um todo, participando da malha de interações que se processa (MARTINELLI, 2002, p.7).

Tais argumentos sinalizam que o trabalho do Serviço Social deve colaborar na construção de estratégias de efetivação dos direitos de cidadania, possibilitar que o usuário seja ouvido e contemplado com o atendimento que necessita, buscando a qualidade da assistência à saúde e uma inversão de valores, tendo a dimensão cuidadora como guia para as ações no dia a dia dos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cuidado em Saúde é concebido como uma ação de interação com os usuários, outros profissionais e instituições que é transformada em “atitudes como tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo” (Pinheiro, 2004, p.21).

A integração dessas atitudes no processo saúde-doença amplia a abordagem ao usuário deslocando “o foco da intervenção das práticas de saúde da cura das patologias para o cuidado dos sujeitos doentes” (Lacerda e Valla, 2004, p.95).

Alves e Guljor (2004) destacam como quatro premissas fundadoras do Cuidado em Saúde: a liberdade em negação ao isolamento, a integralidade em negação à seleção, o enfrentamento do problema e do risco social em contraposição ao “modelo de diagnóstico”, o

conceito de direito em contraposição a noção de reparo, e por último, a premissa de avaliar cada situação dentro de seu contexto, singularidade e particularidade, vislumbrando a autonomia dos sujeitos.

Estas premissas são o pilar para o desenvolvimento de práticas de Cuidado em Saúde através da troca de saberes entre os profissionais objetivando a efetivação dos princípios do SUS, a qualidade dos serviços de saúde a partir de uma “malha de cuidados” que implica acessibilidade, resolutividade, preservação da autonomia dos usuários e profissionais, direitos a informação e democratização destas e responsabilização.

É importante salientar a necessidade de consubstanciação de trabalhos em equipe com direcionamento interdisciplinar, pois estes são essenciais para o desenvolvimento do Cuidado em Saúde, uma vez que a fragmentação das práticas profissionais constitui um obstáculo para o desempenho de ações que visem à integralidade, e a percepção do usuário em sua totalidade.

As diversas categorias profissionais que compõem a área da saúde possuem saberes e responsabilidades diferenciadas que, articuladas, são fundamentais para a realização dos serviços em saúde e para a saúde dos usuários.

Considera-se, assim, que incorporar a dimensão cuidadora ao trabalho do Serviço Social é optar por uma abordagem ampliada e qualificada do problema de saúde e de suas determinações, a partir do cotidiano dos usuários, é possibilitar a abertura de canais de escuta e comunicação propiciando a democratização das informações, a efetivação da educação em saúde e dos princípios do SUS, e a busca pelo fim da supremacia de uma profissão sobre a outra. É a realização de um trabalho que contribua para a qualidade dos serviços e tenha como finalidade a emancipação dos sujeitos.

ABSTRACT

Healthcare covers humanized care, based on reception, attachment, listening to the patient in the social reality, guaranteeing that the user is co-producer of the health-illness process, related with the experience of all the workers who build the day by day activities of healthcare services. This article is a bibliographical review that seeks to reflect on a possible link between the dimension of Healthcare with the profession of social work, in order to incorporate this dimension into the work developed by the social worker, to emphasize healthcare actions that are committed to patients and to the quality of the services provided.

Key words: healthcare, healthcare work, social work.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. S.; GULJOR, A. P. O cuidado em saúde mental. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.221 -240.

AYRES, J. R. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n.3, p.16 – 29, set/dez. 2004.

_____. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 6, n. 1, p.63-72, 2001.

BRASIL. *Lei Orgânica da Saúde*. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

CECILIO, L. C. O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2001. p.113 -126.

_____; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs). *Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas de saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2003. p.197-210.

CECCIM, R. B. Equipe de saúde: a perspectiva entre-disciplinar na produção dos atos terapêuticos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.259 -278.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 6. REGIÃO. *Código de Ética Profissional*. Coletânea de leis: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. 2 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2003. p.13 – 24.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, p.35-71, 2000.

FRANCO, T. B. Fluxograma descritor e projetos terapêuticos para análise de serviços de saúde, em apoio ao planejamento: o caso de Luz (MG). In: MERHY et al. *O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2003. p.161- 198.

_____; BUENO, W. S.; MERHY, E. E. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim (MG). In: MERHY et al. *O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 2003. p.37- 54.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, R. S.; PINHEIRO, R.; GUIZARDI, F.L. A orquestração do trabalho em saúde: um debate sobre a fragmentação das equipes. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ/ABRASCO, 2005. p.105-116.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LACERDA, A.; VALLA, V. As práticas terapêuticas de cuidado integral à saúde como proposta para aliviar o sofrimento. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.91-102.

MARTINELLI, M. L. Serviço social em hospital-escola: um espaço diferenciado de ação profissional. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, n. 1, p.1-11, 2002.

MATOS, M. C. de. O debate do serviço social na saúde nos anos 90. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 74, p.85-115, 2003.

MATTOS, R. A. Cuidado prudente para uma vida decente. In: PINHEIRO, R.; _____. (orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.119 - 131.

_____. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; _____. (orgs.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2001. p.39-64.

MERHY, E. Em busca da qualidade dos serviços de saúde: os serviços de porta aberta para a saúde e o modelo tecno - assistencial em defesa da vida (ou como aproveitar os ruídos do cotidiano dos serviços de saúde e colegiadamente reorganizar o processo de trabalho na busca da qualidade das ações de saúde). In: CECILIO, L.C.O. (org). *Inventando a mudança na saúde*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.117 -10.

_____. Engravitando palavras: o caso da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*. Rio de Janeiro: CEPESC/ UERJ/ABRASCO, 2005. p.195- 206.

_____. O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde. *VER-SUS Brasil – Caderno de Textos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p.108-137.

_____. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PINHEIRO, R. As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2001. p.65 -112.

_____; GUIZARDI, F. Cuidado e integralidade: por uma genealogia de saberes e práticas no cotidiano. In: _____.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: HUCITEC: ABRASCO, 2004, p.21-36.

SILVA JUNIOR, A. G.; ALVES, C. A.; ALVES, M. G. M. Entre tramas e redes: cuidado e integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ/ABRASCO, 2005. p.77- 89.

_____; MASCARENHAS, M.T.M. Avaliação da atenção básica em saúde sob a ótica da integralidade: aspectos conceituais e metodológicos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.241-257.

VALLA, V. V. *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VASCONCELOS, A. M. de. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

PROCESSO CIVILIZATÓRIO, ESPAÇO PÚBLICO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Rubens Luiz Rodrigues*

RESUMO

Trata-se de abordar o contexto das contradições desenvolvidas pelas relações sociais capitalistas na sociedade contemporânea em relação à questão educacional, especialmente no que se refere às mudanças no âmbito da gestão da escola pública. Apesar das restrições à valorização da escola pública, as alternativas democráticas para a educação adquirem potencialidade na medida em que conseguem inspirar formas de gestão que articulem compromisso estatal com inclusão social. Isso implica desenvolver propostas em que a centralidade do trabalho ofereça condições de apropriação e reapropriação do saber por parte das classes historicamente subalternizadas pelas desigualdades sociais e educativas, contribuindo para a afirmação de uma escola unitária, pública e democrática.
Palavras-chave: trabalho, educação, gestão, escola democrática.

ABSTRACT

Trata-se de abordar o contexto das contradições desenvolvidas pelas relações sociais capitalistas na sociedade contemporânea em relação à questão educacional, especialmente no que se refere às mudanças no âmbito da gestão da escola pública. Apesar das restrições à valorização da escola pública, as alternativas democráticas para a educação adquirem potencialidade na medida em que conseguem inspirar formas de gestão que articulem compromisso estatal com inclusão social. Isso implica desenvolver propostas em que a centralidade do trabalho ofereça condições de apropriação e reapropriação do saber por parte das classes historicamente subalternizadas pelas desigualdades sociais e educativas, contribuindo para a afirmação de uma escola unitária, pública e democrática.
Palavras-chave: trabalho, educação, gestão, escola democrática. Esse texto visa abordar o contexto das contradições desenvolvidas pelas relações sociais capitalistas na sociedade contemporânea em relação à questão educacional, especialmente no que se refere às mudanças no âmbito da gestão pública. Três características dessas contradições orientam a análise: as complexidades, heterogeneidades e radicalizações produzidas pela globalização; as controvérsias sobre a reforma de Estado diante do colapso do modelo de modernização-desenvolvimentista; a democratização dos sistemas de ensino e das instituições escolares.

A expansão do conhecimento científico adquiriu uma dimensão qualitativa com a instauração de uma organização produtiva que substituiu a tecnologia rígida dos sistemas

* Graduado em História, Mestre e Doutor em Educação. Professor Adjunto do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFJF.

taylorista e fordista pela tecnologia flexível. Entretanto, essa expansão não se converteu na melhoria de condições de vida para uma parcela significativa da população do planeta, pois esteve atrelada aos interesses do capital no contexto de intensificação da competição intercapitalista. Expansão e monopólio tornaram-se, assim, a dupla face do desenvolvimento capitalista, produzindo, em muitas ocasiões, intensas contradições econômicas, políticas, sociais, culturais.

Compreender como educação escolar pública, sobretudo em países de desenvolvimento capitalista subordinado e dependente como no caso do Brasil, se situa nos termos das contradições delineadas na fase global de desenvolvimento do capital constitui-se em um objetivo político importante para os que lutam pela democratização da sociedade e da educação. De um lado, a educação passou a ser ressaltada como capaz de empreender um conhecimento voltado para a formação de um cidadão crítico, participativo, flexível, com nível elevado de raciocínio abstrato para armazenar informações complexas, tomar decisões seguras e tornar o Brasil mais competitivo. De outro, o aprofundamento da crise do sistema capitalista, decorrente da negação do trabalho pelo capital, vem bloqueando as condições de qualificação da escola pública e gratuita para todos.

A demanda por educação escolar pública cresceu significativamente e mudou qualitativamente com a presença das classes trabalhadoras. Mas, alicerçar esse crescimento e essa mudança em patamares consistentes de autonomia, participação, descentralização e qualidade ainda se constitui numa questão e num desafio em termos de democratização do Estado com o aprofundamento das políticas de universalização.

Para debater essa questão e esse desafio, esse texto desenvolve-se com a seguinte organização: a primeira parte aborda o capital na fase do imperialismo hegemônico global; a segunda articula a globalização capitalista, a reforma de Estado e a gestão pública frente ao colapso do modelo de modernização-desenvolvimentista; a terceira parte do texto considera as implicações dos processos de dominação na sociedade contemporânea para as instituições escolares.

É importante enfatizar que a crise implantada pela necessidade de acumulação capitalista e a crescente demanda popular por educação desmembraram-se em ações e propostas conflituosas, divergentes e até antagônicas que colocavam a escola pública no centro das disputas por um projeto de socialização do saber para todos. Na conclusão do texto

reforça-se que, apesar das restrições à valorização da escola pública, as alternativas democráticas para o campo educacional adquirem potencialidade na medida em que conseguem inspirar formas de gestão que articulem compromisso estatal com inclusão social. Isso implica desenvolver propostas em que a centralidade do trabalho ofereça condições de apropriação e reapropriação do saber por parte das classes historicamente subalternizadas pelas desigualdades sociais e educativas, contribuindo para a afirmação de uma escola unitária, pública e democrática.

O CAPITAL NA FASE DO IMPERIALISMO HEGEMÔNICO GLOBAL

No contexto de dispersão geográfica das forças produtivas, intensificaram-se e generalizaram-se as formas de organização do que Ianni (1995) denominou como “fábrica global”. De acordo com o autor de *Teorias da globalização*, a ciência, a tecnologia, a força de trabalho, o planejamento, o mercado adquiriram uma dimensão global na divisão internacional do trabalho e da produção, que passava a ser caracterizada pelo toyotismo, pela flexibilização e pela terceirização. Globalizaram-se, também, as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais e os valores ideológicos e éticos.

Junto com a expansão das forças produtivas, a fase global do sistema do capital criou condições de manifestação de sua crise estrutural, que pode ser verificada através do acirramento da competição intercapitalista. Os efeitos mais destrutivos dessa crise aparecem não só em relação à preservação da paz mundial e da natureza, mas principalmente na intensificação da taxa de exploração sobre os trabalhadores.

Em que pese a ampliação do grau de cooperação e socialização do trabalhador no processo produtivo, as relações entre capital e trabalho não se tornaram mais horizontais com os trabalhadores se reapropriando do produto do seu trabalho. A suposta integração do trabalhador serviu, apenas, para escamotear a real direção das mudanças que acentuava a racionalização do processo produtivo, ditada por forte disciplina da força de trabalho e configurada pela necessidade de implantar formas de capital e trabalho intensivo.

À sofisticação e à complexidade que marcaram as transformações ocorridas no processo de produção seguiu-se a fragilização das formas tradicionais de resistência e de organização solidária ocasionada pela intensificação da exploração capitalista. Os

trabalhadores já não permanecem durante toda a vida profissional desempenhando uma mesma atividade, tendo a oportunidade de se articularem em torno da promoção de estratégias para resistir e obter conquistas de cunho econômico, político e social. A organização flexível exige que os trabalhadores estejam preparados a acompanhar a rapidez das mudanças tecnológicas, aprimorando e até mudando suas atividades ao longo do tempo, impingindo-lhes a constante necessidade de transferir-se de um local para o outro.

Assim, estabeleceu-se uma série de ataques à organização dos trabalhadores e aos seus direitos conquistados tanto no campo das relações de produção quanto no campo mais amplo das relações políticas e sociais. As próprias inovações tecnológicas contribuíram para fragilizar a organização solidária dos trabalhadores. Isso porque a redução do contingente de trabalhadores que ocupavam postos de trabalho nas empresas diminuiu, por sua vez, o poder de reivindicação dos sindicatos, uma das principais instituições que atuam em defesa dos direitos trabalhistas.

Constituiu-se um cenário propício para flexibilizar as relações de trabalho, que se configurou na abolição dos direitos trabalhistas, viabilizando uma isenção de encargos do capital com os trabalhadores e favorecendo suas intenções de lucros intensivos. A redução dos postos de trabalho na produção capitalista proporcionou, igualmente, a proliferação de desempregados, trabalhadores terceirizados, subempregados, pessoas que foram destituídas de mínimas condições de vida e reféns da lógica excludente estrutural do capital.

Cabe aqui ressaltar a dimensão ideológica do processo de globalização do capital. Essa dimensão ideológica considera que o problema do desemprego e da precarização do trabalho decorre da necessidade de qualificação e requalificação de mão-de-obra, deslocando, conforme indica Leher (2002), o problema da crise estrutural do capital para uma questão de formação profissional.

Esse deslocamento atribui a inserção dos trabalhadores num mundo de prosperidade, com expectativas em construção e esperanças sempre renovadas, à sua capacidade de adaptação às transformações científico-tecnológicas proporcionadas pela reestruturação produtiva. A exclusão passa a ser compreendida como um problema particular, e não estrutural, pois “somente os que se dispuserem a abrir a mente para os novos valores (neoliberalismo), fizeram as escolhas educativas corretas (uma educação voltada para o

mercado globalizado) e assimilarem as reformas estruturais com entusiasmo, terão um futuro grandioso“ (LEHER, 2002: 197).

As transformações provocadas no processo de produção afetaram os valores, as concepções de mundo, as perspectivas de futuro de modo a exacerbar um estilo de vida estreitamente vinculado às novas exigências da reestruturação produtiva voltada para a acumulação capitalista. O risco capitalista foi transferido, no entanto, para os trabalhadores.

O capitalismo constitui-se como um sistema que, especialmente ao longo do século XX, investiu vivamente na autonomia individual, mas contraiu enormes dificuldades de estabelecê-la como uma conquista da cidadania. Isto ocorreu devido a uma exacerbação de características perversas do individualismo, consolidadas, sobretudo, com a generalização da competição.

Mas se delineou também porque o capitalismo resiste ao fortalecimento do processo de democratização. Além de tentar compreender como o capitalismo pode produzir distorções ideológicas, expandindo ao mesmo tempo em que desvalorizando determinados bens políticos, a participação das camadas populares em processos coletivos revela-se fundamental para todos que lutam pela igualdade nas condições de socialização dos bens materiais e culturais presentes na sociedade.

Decerto que nesse contexto não há garantias quanto ao alcance dos objetivos de uma participação popular que visa potencialmente confrontar-se e superar as formas de sociabilidade capitalista. Além disso, sua construção não cabe no receituário de programas, modelos e planejamentos bem elaborados pela competência das tecnocracias. Porém, a inserção ativa dos sujeitos coletivos e individuais na ampliação e no fortalecimento da dimensão democrático-coletiva pode auxiliar no encaminhamento de soluções de problemas cruciais, dentre eles como valorizar os bens extra-econômicos produzidos pela sociedade capitalista pela sua apropriação e reapropriação por parte daqueles que tiveram seus direitos negados.

A ampliação dos bens extra-econômicos sem a construção de determinados eixos ético-políticos que orientem a ação humana pode resultar em lutas com metas muito restritas ou pouco precisas, que dificilmente se traduzem em probabilidades concretas de efetivação de reivindicações ou de conquistas parciais. Nesse sentido, podem perder de vista seu sentido mais universal.

Um aprofundamento da cidadania democrática, da apropriação e da reapropriação dos direitos por parte das classes trabalhadoras, aponta para a sua necessária articulação com a abrangência de um campo de conhecimento que contribui para a construção de projetos coletivos e emancipatórios. Essa articulação pode evitar o isolamento de grupos, classes, movimentos e organizações sociais tão próprios dos mecanismos de fragmentação social impostos pelo capitalismo.

Vale destacar, com Mészáros (1993) que a expansão das forças produtivas como forças sociais torna cada vez mais imponderável manter a grande maioria da população no estado de ignorância apática. Nesse sentido, o conhecimento científico-tecnológico adquiriu importância central para os grupos e classes trabalhadoras se situarem de maneira crítica no processo produtivo. Como explica Frigotto:

Esta nova realidade técnico produtiva, como vimos, não só demanda para aquele conjunto de trabalhadores exigidos no processo produtivo bases de conhecimento científico (unitárias), cuja universalidade lhes permita resolver problemas e situações diversas, como também visa a um trabalhador capaz de consumir bens culturais mais amplos. (FRIGOTTO, 2003: 174)

Em que pese o movimento do capital no sentido de esvaziar o conhecimento científico do trabalhador como já abordado acima, o próprio desenvolvimento técnico produtivo exige sua apropriação em outras bases, isto é, com um sentido qualitativo distinto, que aponta para sua construção unitária e universal. Esta apropriação torna-se fundamental na construção de estratégias para a emancipação sócio-política e econômica do trabalhador.

A sociedade globalizada tende a produzir um conhecimento associado a informações fragmentárias, a especializações compartimentadas, a conteúdos aligeirados com escassa ou nenhuma conexão com processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Mas, essa mesma sociedade tornou o conhecimento um elemento essencial na constituição do que Konder (2002) denomina como visão abrangente, como reflexão na construção da concepção de mundo, como percepção do conjunto social e como ponto de vista “totalizante”, subsidiando os indivíduos para fazer escolhas, definir prioridades, tomar decisões. Potencializar essa visão significa superar os limites do conhecimento constituído e instituir um “campo dos

conhecimentos capazes de reconhecer sua própria historicidade e aptos para uma participação ativa, decisiva, na invenção histórica dos homens por eles mesmos” (KONDER, 2002: 266).

Os processos de formação humana não podem prescindir de estar estreitamente vinculados à realidade concreta da classe historicamente subalternizada sob o risco de contribuir para a formação de um conhecimento unidimensional, generalista e abstrato. Em contrapartida, realidades concretas desvinculadas de princípios éticos e estéticos que orientem ideais podem se traduzir num tipo de conhecimento que, ao cristalizar-se na competência técnica, no âmbito local e na imaginação, valoriza o pragmatismo das opções imediatas, de curto prazo e improvisadas. Significa, portanto, produzir um conhecimento que busque orientar-se pela relação dialética entre unidade e diversidade, formação humana e competência técnica, contexto global e comunidades locais, razão e imaginação.

GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA, ESTADO E GESTÃO PÚBLICA: O COLAPSO DO MODELO DE MODERNIZAÇÃO-DESENVOLVIMENTISTA

No contexto da globalização do capital, o discurso monetarista neoliberal assumiu uma posição preponderante como orientador ideológico na sociedade capitalista, promovendo ataques constantes à inoperância do Estado – que conduziu ao déficit público – e, especificamente, às possibilidades de convivência entre “planejamento e mercado” (IANNI, 1995: 149-162). Segundo os críticos da inoperância do Estado, o planejamento centralizado acarretou no colapso do modelo de modernização difundido na sociedade capitalista, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo.

Seu caráter excessivamente intervencionista e burocratizado tornou o Estado incapaz de administrar políticas públicas e sociais. Ao analisar as políticas educacionais, Gentili (1998) destaca os elementos que teriam conduzido à crise estatal: incapacidade e inaptidão para combinar expansão quantitativa de serviços e contínua melhoria de sua qualidade; ineficiência por parte do sistema público em eliminar os alarmantes índices de exclusão e de marginalidade social; e demagogia em prometer universalizar os serviços públicos com critérios igualitários.

Nogueira (2004) considera que o modelo de modernização pautado no planejamento burocrático do Estado passa a ser substituído por um modelo que denomina de “pós-

burocrático”. Orientado pelo paradigma da “administração gerencial”, esse modelo tem na flexibilização, na desregulação, na privatização, na abertura de mercados e na monitoração das políticas econômicas nacionais as condições necessárias para adequar o desenvolvimento nacional, regional e local aos interesses e as ações do capital.

Controlar a qualidade dos serviços públicos, atribuir maior autonomia às instituições através da descentralização, flexibilizar procedimentos tornando-os mais competitivos, ágeis e abertos à participação dos cidadãos constituíram-se em alguns eixos políticos e plataformas de ação para os sistemas públicos. Processava-se, assim, uma verdadeira reengenharia nas estruturas do Estado, condensando atividades, cancelando outras e acarretando sempre numa equação que busca adaptar a máquina administrativa às exigências do mercado.

Diante das necessidades de supremacia dos mercados e de consolidação de uma cultura concorrencial, foi se alicerçando uma agenda sobre reforma do Estado que afetou a própria gestão de suas instituições. Houve uma transferência de atribuições que sobrecarregou as unidades diretamente envolvidas com o desenvolvimento dos direitos sociais em atividades de caráter essencialmente técnico-administrativo, exaurindo as instituições estatais e inserindo-as no processo de “sofrimento organizacional” (NOGUEIRA, 2004, 202-213)¹.

¹ A denominação “sofrimento organizacional” vem de Nogueira para caracterizar o deslocamento do eixo constitutivo das diversas organizações da vida social, impulsionadas pelas imposições dinâmicas e tensões da globalização. Assim, desde as organizações econômicas até as políticas passando pelas culturais, um vasto universo de entidades associativas tem sido desafiadas pelos processos de reestruturação produtiva e concorrência exacerbada. Para o autor, as organizações sofrem porque não conseguem forjar centros indutores e vetores consistentes de direcionamento, evoluindo meio fora de controle ou meio artificialmente sem criar impulsos espontâneos capazes de promover interações comunicativas e campos de entendimento. Nessa perspectiva, as organizações mergulham numa espécie de mal-estar coletivo. Nogueira ressalta que o “sofrimento organizacional” não implica em desordem ou paralisia apenas “reflete um quadro em que certezas convertem-se em apostas, em que a perda de segurança é compensada pelo crescimento das expectativas e das promessas, em que a movimentação vale mais do que a construção, em que se vive sempre com culpa (por não se fazer tudo o que se devia, por não assimilar todas as informações, por perder tempo inutilmente, por não se conseguir relacionamentos elevados), em suma, no qual a obsessão pelo sucesso individual, por vencer na vida, combina-se com a exponenciação artificial dos controles. Trata-se de um Estado de turbulência e de inquietação, no qual qualquer decisão custa muito e produz poucos efeitos. Tudo isso cria inúmeros desafios para a direção e administração cotidiana. Por serem complexas e viverem em um ambiente igualmente complexo, as organizações atolam-se em demandas e em atividades que exigem processos de gestão ágeis e bem articulados. A cultura em que se vive não aceita morosidade, desperdício, excesso de burocracia ou ineficácia. Todos desejam participar e influenciar o tempo todo, e em boa medida podem fazer isso sem muitas restrições ou dificuldades. Mas nem sempre existe disposição para assimilar os tempos mais longos inerentes às decisões. É um paradoxo: desejam-se decisões rápidas (porque os problemas se superpõem incessantemente) e ao mesmo tempo deseja-se deliberar a respeito de tudo. O “sofrimento” organizacional reflete esse desencontro de expectativas.” Ver Nogueira, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 195-238.

Obrigadas a abrirem-se para uma sociabilidade complexa; envolvidas pela velocidade dilaceradora das informações; e absorvidas por relações cada vez mais plurais, as instituições estatais vivem um processo bastante conturbado de revisão de sua natureza, de seus procedimentos e de seus objetivos sociais. Terminam aprisionadas entre um passado nostálgico refém do modelo burocrático de administração pautado na divisão pormenorizada do trabalho e na hierarquização vertical do poder e da autoridade e um presente triunfalista apregoado pelo modelo gerencial baseado na organização horizontal de redes flexíveis. Buscam se sintonizar com as transformações técnico-científicas explorando muito seus efeitos artificiais, mas articulando-os pouco com objetivos políticos.

A preocupação com a eficácia e a eficiência em torno de maior produtividade disseminou-se pelas instituições, deslocando a perspectiva de desenvolvimento de objetivos sociais voltados para a promoção igualitária dos direitos e da justiça. Assim, as instituições promotoras de direitos e da justiça passam a fixar-se na idéia de prestação de um serviço em concorrência com outras instituições afins, demonstrando sua capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças constantes e surpreendentes do “meio ambiente”.

A idéia de que as instituições oferecem um serviço, e não garantem um direito, permite que se estabeleçam relações de mercado entre estas e a sociedade entendida como um cliente em potencial. Nessa perspectiva, estão longe de se comprometerem com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes democráticos.

As promessas incutidas por aqueles que apóiam o modelo gerencial de reforma do Estado - a descentralização, a flexibilização, a desregulamentação, a participação - não se converteram automaticamente na elevação da qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas e estatais. Ao contrário, o modelo gerencial promoveu uma precarização ainda mais perversa na gestão dos direitos sociais através da vigência do trabalho temporário, da parceria e da filantropia.

Nogueira (2004) também alerta para o fato de que as instituições têm sido pressionadas a assimilar a rapidez alucinante do processo de globalização capitalista sem considerar a complexidade de ritmos presentes nos sujeitos coletivos, as especificidades das propostas políticas e as multiplicidades de suas metas. Atingidas por novos padrões de subjetividades coletivas e individuais, por redes de informação e de saber mais ágeis, por dilemas de incerteza, instabilidade e risco, essas instituições incorporam procedimentos de

gestão pautados em práticas mais integradoras, em organizações mais horizontais, em relações mais dialógicas. Entretanto, o fazem acionando mecanismos unilaterais de autoridade técnica e direção.

Nesse contexto, as instituições tendem a se orientar por uma estratégia já tradicionalmente instalada no campo da gestão pública: assimilar a lógica da administração privada, especialmente a que se desenvolve no mundo dos negócios com todo o seu repertório de livre iniciativa, competitividade e seletividade. Assim, a apreensão de valores como a democracia, os direitos, a participação, a descentralização fica enviesada, pois se desenvolve a partir de uma referência que está fora do universo material e simbólico daqueles que compartilham do cotidiano das instituições públicas.

Pressionadas por critérios que avaliam a sua imagem, o seu desempenho e a sua produtividade, as instituições tentam gerar um clima favorável à formação de sujeitos como seres autônomos, criativos, críticos e capazes de tomar decisões, mas sobra pouco tempo e espaço para essa construção. Como ressalta Nogueira (2004), exaltam uma liberdade individual centrada no “sucesso profissional”, sem produzir sentimentos seguros e confiantes quanto as condições de se tornar uma fonte estável de prazer diante de situações concretas no mundo e de perspectivas de futuro sempre provisórias, desafiadoras e turbulentas.

Seria ilusório pensar, entretanto, que o modelo gerencial de gestão pública com sua ênfase no mercado descarta todo e qualquer tipo de planejamento. O capitalismo necessita promover reorganizações constantes e decisivas nas forças produtivas e nas relações de produção de modo a racionalizar e dinamizar sua produtividade e lucratividade. Nesse sentido, não só as políticas de “modernização”, mas também as de “desregulação”, “desestatização” e de “liberalização” delineadas pelos organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelas corporações transnacionais e disseminadas pelos ideólogos do neoliberalismo buscaram criar condições para a realização dessa perspectiva, o que implicou na articulação mercado-planejamento nos níveis setoriais, nacionais, regionais e mundiais. Ianni (1995) considera que, mesmo quando os governos reduzem sua interferência, subsistem diretrizes, estímulos, restrições e punições que orientam decisões e opções dos proprietários dos meios de produção, envolvendo a institucionalização e o controle das condições sociais e jurídico-políticas da força de trabalho.

No período de crise estrutural do sistema em escala global, a falsa dicotomia entre mercado e planejamento dificulta a compreensão dos mecanismos utilizados pelo capital para justificar a reforma do Estado e a implantação do modelo gerencial. Na verdade, o planejamento parece ter se transformado em atividade exclusiva a ser desempenhada pelo mercado. Mas não um mercado regulado por uma “mão invisível” - para lembrar o famoso termo empregado por Adam Smith (1988) - com repercussões certamente catastróficas para os próprios capitalistas, e sim encarnado em proprietários dos meios de produção, gerentes, técnicos. Enfim, instaurou-se uma estrutura tecnocrata que compõe empresas e organizações internacionais e transnacionais, definindo a expansão e consolidação de empreendimentos, as disponibilidades e prioridades orçamentárias, os controles e desregulações econômico-sociais em favor da concorrência, do consumo, da produção e, principalmente, da acumulação capitalista.

Nesse contexto, esvaziou-se de poder o Estado sem retirar sua força em determinadas esferas da vida social. Esse esvaziamento visou atingir, de maneira mais imediata, a dimensão das atividades econômicas estatais. De um modo geral, as políticas industriais encampadas pelo Estado no período de modernização-desenvolvimentista foram negligenciadas com o objetivo de tornar mais atrativos os territórios nacionais para as inversões estrangeiras. Segundo Behring (2003), sua função econômica restringiu-se a investimentos em algumas infra-estruturas (sobretudo aquelas em que não há interesse do setor privado), na aplicação de incentivos fiscais, na garantia de escoamentos suficientes e na institucionalização de processos de liberalização e desregulamentação para proporcionar mais competitividade.

Em termos de sua função social e pública – incluindo educação, saúde, seguridade -, se processou uma ambivalência entre expansão física e quantitativa e restrição na qualidade do serviço prestado, que terminou por atribuir um sentido fraco à abrangência das instituições estatais que as tornou vulneráveis à garantia de direitos e das políticas sociais.

Embora tenha possibilitado alguma melhoria em relação aos critérios de eficiência e eficácia da organização administrativo-burocrática das instituições estatais, a racionalização técnico-científica provocada pelo modelo gerencial não se traduziu na elevação de critérios sociopolíticos que alimentam políticas públicas e projetos sociais, tais como: promoção social, fortalecimento da democracia, construção do espaço público. Nesse sentido, os sistemas públicos perderam em organicidade e em capacidade de contribuir para a formação

cidadã e para o desenvolvimento sustentável. Os problemas da burocracia foram agravados, já que se desmotivou e se desvalorizou servidores públicos, classe política e instituições que compunham o aparelho estatal, produzindo o que Nogueira (2004) denominou como dessolidarização, quebra de vínculos e diluição do *ethos* organizacional.

Ao sentido fraco da abrangência das instituições públicas estatais contrapôs-se um sentido forte na capacidade de controle do poder executivo. Os recursos materiais, humanos e financeiros tornam-se escassos, provocando um declínio na manutenção e na melhoria das condições de viabilização na prestação do serviço para toda a população. Em contrapartida, amplia-se a força do núcleo central do Estado através da determinação das diretrizes e da avaliação de resultados dos serviços prestados pelas instituições públicas.

Ao mesmo tempo, a disseminação da democracia por todas as esferas da vida social, analisada por Bobbio (2000), e, em especial, nas instituições públicas, com os cidadãos organizados controlando seus governos, cobrando responsabilidades de seus políticos e instaurando processos ampliados de deliberação a partir da participação coletiva direta e indireta não se tornou automaticamente incompatível ou mesmo inconcebível com o modelo gerencial. De qualquer forma, essa convivência se desenvolveu com base em alguns referenciais que alteraram a compreensão de um Estado republicano e democrático.

Um dos referenciais que permitiram essa alteração foi a concepção de sociedade civil empreendida pelo modelo gerencial de gestão. Nesse sentido, Nogueira (2004) considera que não se trata mais de compreender a sociedade civil como expressão da vontade coletiva para organizar formas inovadoras de Estado e de comunidade política, mas de exaltar o “terceiro setor”, o voluntariado, a responsabilidade social de cidadãos, grupos, empresas e associações como recursos que substituem o poder do Estado. A sociedade civil adquire um sentido antiestatal não necessariamente contrário mas alheio a controles e parâmetros institucionais públicos. Já o Estado se distancia da sociedade civil pelo menos no que se refere a sua consolidação como organização autônoma, de caráter emancipatório, construtora de consensos, formadora de hegemonias e potencializadora da organização coletiva. É através desse distanciamento que a sociedade civil se torna uma instância cooperativa e parceira em relação às políticas públicas, minimizando suas características de atuação como campo de lutas e oposições e assumindo a perspectiva do engajamento e da colaboração. Há uma valorização da ênfase técnica da reforma do Estado - cuja preocupação central consistia na

capacitação dos cidadãos e seus representantes para o entendimento dos procedimentos cada vez mais especializados das políticas públicas – e uma contração de sua dimensão política – que se traduz na redução de espaços de organização de subjetividades onde ocorre a passagem dos interesses do plano “egoístico-passional” para o plano “ético-político”.

As instituições públicas estatais tornaram-se frágeis porque não conseguem completar o ideal do Estado republicano de conjugar crescimento econômico e distribuição de renda, de articular conquista da igualdade e construção do processo de democratização. Também se fragilizam ao não combinar adequadamente formas de representação com participação, de modo a eliminar a privatização de suas funções social e pública, a aprofundar sua dimensão ética e política indispensável ao estabelecimento do contrato social e da construção da cidadania e a modernizar-se incorporando novas tecnologias de gestão e mecanismos de descentralização sem promover um enxugamento administrativo pouco transparente e articulado em termos de atribuições e responsabilidades.

Sem dúvida, o Estado imaginado em tempos de modernização-desenvolvimentista contraiu muito mais problemas do que virtudes, e a globalização capitalista radicalizou ainda mais esse quadro na medida em que atribuiu uma complexidade e uma diversidade sempre crescentes as relações econômico-sociais, desestabilizando seu poder tanto em relação ao controle sobre seus territórios quanto em relação a preservação da soberania nacional. Num contexto de agravamento da crise capitalista e de expansão dos valores democráticos em termos globais, era difícil mesmo manter o Estado ileso a multiplicidade de pressões que se confrontavam com seu caráter intervencionista, centralizador e paternalista.

Entretanto, a imposição da supremacia do mercado e a consolidação de uma cultura competitiva esvaziaram o Estado de sua face mais positiva, isto é, constituir-se como um campo de forças voltado para o planejamento da ação política. Não se trata de um planejamento entendido como o conjunto de mecanismos legais (leis e normas) e de instrumentos técnicos (convênios, sistemáticas operacionais, projetos e programas) elaborados e implantados a partir de diretrizes e procedimentos adotados pelo poder central, que moveu o Estado nos moldes da modernização-desenvolvimentista.

É preciso que o Estado recupere uma outra concepção de planejamento que não se cristalice na sistematização de leis e na elaboração de mecanismos que garantam a intervenção da União. Evitar essa cristalização significa vislumbrá-lo como aparato de gestão

em busca de um diagnóstico da realidade; da fixação de objetivos para uma intervenção intencionada e integrada sobre a mesma; do estabelecimento de estratégias para alcançá-los com metas, prazos e recursos definidos; e, finalmente, do controle e avaliação das ações.

Mas recuperar uma outra concepção de planejamento significa também atribuir uma racionalidade ético-política que se articula com o debate sobre suas possibilidades e perspectivas para o conjunto da sociedade. Em outros termos, o planejamento estatal extrapola sua dimensão de recurso gerencial de definição adequada e eficiente dos recursos técnicos, humanos e financeiros a serem aplicados para viabilizar determinado projeto para se envolver com questões tais como: para que e para quem gerir o Estado?; que valores fundamentam uma gestão pública na direção da superação da grave crise social provocada pelo capitalismo contemporâneo? como esses valores podem estar presentes no cotidiano das instituições públicas de modo fortalecê-las no contexto da globalização e da democratização da sociedade?

AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE DOMINAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA PARA A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

As transformações produzidas pela globalização capitalista colocaram no centro do debate educacional a questão da formação e da qualificação humanas. Essas transformações logo se fizeram sentir nas instituições educacionais, em especial na gestão das escolas públicas, traduzindo-se em exigências quanto ao conteúdo e a forma de seu desenvolvimento.

A organização escolar pautada na divisão pormenorizada do trabalho e na hierarquização rígida do sistema educacional passava a ser percebida como um entrave às novas perspectivas de formação de cidadãos e trabalhadores. Essa organização hierárquica e tarefaira pôde se manter até o momento em que a necessidade de elevação da capacidade competitiva dos países na concorrência intercapitalista e o movimento pela democratização da educação com a inclusão dos grupos e classes subalternizadas intensificaram os embates políticos, éticos e ideológicos em torno dos desafios a serem enfrentados pela sociedade no contexto da globalização.

A sociedade não tinha mais condições de conviver com graves problemas contraídos pela escola pública no processo de universalização do ensino. Seu caráter autoritário,

patrimonialista e clientelista – fruto de um Estado onipresente e pouco sensível às demandas sociais – serviram apenas para manter uma parcela significativa de crianças, jovens e adultos fora da escola, através de mecanismos que provocaram índices alarmantes de analfabetismos tais como a repetência.

Ganha força uma idéia de gestão em que as escolas são compreendidas como unidades abertas aos movimentos globalização capitalista. A escola foi pressionada a absorver os ritmos acelerados e a multiplicidade de movimentos que convergiam para a formulação de um conhecimento mais dinâmico, inovador e conectado à avalanche de experiências, espaços e informações que proliferavam desde o local até o mundial. Em contrapartida, as escolas também tinham que estar dispostas a resolver as questões que envolvem o seu cotidiano, o que podia se confrontar com a velocidade imposta pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Através de teorias pedagógicas e psicológicas que influenciavam a organização dos sistemas educacionais, as escolas substituíam, gradativamente, categorias como seleção e adaptação por outras que enfatizavam a integração e o envolvimento, introduzindo no processo de gestão uma sociabilidade cujo meio social era entendido como uma rede de relações intersubjetivas dispostas a satisfazer as necessidades de grupos sociais como pais, estudantes, professores.

Não se tratava apenas de a escola exercer a função de formar para a cidadania e de qualificar um trabalhador capaz de resolver problemas, solucionar imprevistos, compreender seu lugar frente aos processos cada vez mais complexos, heterogêneos e plurais da globalização capitalista. Era necessário que o próprio espaço escolar desenvolvesse condições que permitissem aos sujeitos concretos exercer a democracia de modo a contribuir com a formação de cidadãos e trabalhadores autônomos, reflexivos, participativos e polivalentes.

No bojo dos embates, tornaram-se hegemônicos na década de 1990 argumentos que sustentavam uma escola produtiva e de qualidade para todos, sem renunciar a aspectos democratizantes, mas alinhando-os ao gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos materiais, humanos e materiais. De um modo geral, as políticas públicas em educação passaram a incentivar mudanças na gestão das escolas a partir de um conjunto de conceitos que valorizam a autonomia, a participação, a descentralização e a qualidade. A introdução desses conceitos na gestão das escolas públicas se deu, entretanto, como um amálgama de concepções, perspectivas e propostas, em que suas potencialidades ficaram retidas entre os

mecanismos autoritários, patrimonialistas e clientelistas historicamente vigentes na escola; os critérios diretamente relacionados à lógica da administração empresarial que se tornaram fontes de referência para o gerenciamento da escola pública; e a intensificação dos movimentos que atuavam na direção da democratização da escola para todos.

No que se refere à autonomia, apesar das intenções sinalizadas nas políticas desenvolvidas pelos órgãos superiores de educação, sua instituição por decretos esteve longe de garantir a responsabilidade coletiva dos sujeitos no desenvolvimento da proposta político-pedagógica da escola e de sua aproximação sociocultural em relação à sociedade. Isso porque a autonomia ainda esbarra no prolongamento passivo do tipo burocrático de administração que zela pela preservação de rotinas, pela consolidação de procedimentos e pelo encaminhamento de deliberações, que prescindem da intervenção ativa dos diferentes grupos e impede a construção solidária e socialmente responsável da proposta pedagógica no contexto escolar. Um ambiente plural onde os interesses particulares, os valores conflituosos e as vontades divergentes possam se manifestar como livre expressão dos sujeitos tende a ser suprimido pelo prevaecimento das relações monolíticas, hierárquicas e patrimonialistas. Ao inibir a capacidade de iniciativa e de decisão dos sujeitos coletivos e individuais, o modelo burocrático evita também que a autonomia se instaure como um elemento que estimula processos originais, ousados e criativos, que referendam uma práxis reflexiva superando práticas repetitivas, que constroem consensos substantivos rompendo com o imobilismo e que propõem novas ações pressionando os órgãos superiores no sentido do incremento de políticas mais sintonizadas com a democratização da sociedade. Em outros termos, a autonomia fundamentada na conquista de maior poder por parte da escola implica sua atuação como instituição integrante e integradora do sistema público de educação, cumprindo suas responsabilidades e exigindo da União, Estados e Municípios que cumpram as suas na direção político-pedagógica do projeto educacional.

Ao mesmo tempo, a autonomia tem sido implantada como liberdade total e absoluta de a escola desenvolver sua proposta pedagógica sem prestar conta de suas ações nem ao Estado e, tampouco, à sociedade. Tal perspectiva se fundamenta na idéia de que a escola precisa priorizar a originalidade, a ousadia, a iniciativa e a criatividade não como forma de produzir consensos na relação com os sujeitos coletivos e individuais reforçando sua imagem e credibilidade frente à sociedade, mas como estratégia para dinamizar ambientes, seduzir

“clientes”, promover “espetáculos”. Seus objetivos giram em torno da produção de resultados, em muitas ocasiões artificiais, sem as articulações com a realidade concreta dos sujeitos. Valorizam a competência, mas ficam pouco a vontade para exigir o cumprimento de atribuições no desenvolvimento do trabalho, assim como de discutir critérios, regras e normas para o encaminhamento do processo pedagógico, pois não a sustentam em bases consistentes de responsabilidade social. Terminam, então, por sujeitar-se ao seu principal desafeto – o modelo burocrático - aplicando modelos, pacotes e programas de forma hierarquizada e cortando gastos como forma de estabelecer um ajuste fiscal.

Resguardar a democracia parece ser um dos desafios mais significativos para instituições que, como as escolas públicas, se vêem entrecortadas pela heterogeneidade, pela instabilidade e pelo risco e, por isso, tendo que lidar ainda com mais ênfase com as dimensões da universalidade, dos direitos, das responsabilidades e deveres diante do bem comum. Nesse sentido, apesar dessas permanências e distorções, não há porque negar a autonomia como uma expressão importante da gestão da escola pública, sobretudo se pensada em termos de formação cidadã, virtudes cívicas e educação política, que ajudam aos sujeitos coletivos e individuais desenvolverem a livre manifestação de seus interesses, valores e vontades junto com e não apesar do “outro”.

Ao lado da autonomia caminha a participação. Esta também tem sido alvo de polêmicas, controvérsias e avaliações bastante variadas desde que passou a ser considerada um elemento importante na gestão da escola pública. Em pesquisa acerca da gestão democrática na rede estadual paulista, Paro (2001) destaca que a participação de estudantes, suas famílias e representantes da sociedade civil passa por determinações externas e condicionantes internos à escola. Essas determinações e condicionantes - que influenciam a visão que os diferentes sujeitos presentes no cotidiano da escola pública têm do processo participativo – têm respaldado argumentos e atitudes que inibem a participação, perpetuando, assim, as relações autoritárias no âmbito escolar.

Embora estivesse sempre presente nas discussões sobre democratização da escola, a participação vem sendo entendida mais como um recurso de auxílio à administração escolar do que como estratégia de partilha do poder com a população diretamente interessada na melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, os processos participativos ficaram retidos à manutenção das práticas assistencialistas, à perpetuação dos interesses corporativistas e às

restrições da democracia liberal que restringe ao momento do voto a capacidade de intervenção da grande maioria da população.

Entretanto, as características atuais da modernidade - com todo o seu repertório de crescimento dos interesses particulares, de impacto das tecnologias de comunicação sobre a sociedade e de continuidade e intensificação do processo de democratização – também geraram um movimento de abertura da gestão das escolas públicas à participação política da população. Surgiram no âmbito da escola mecanismos que buscavam ampliar o poder decisório daqueles que estão envolvidos em seu cotidiano, especialmente os pais, com o objetivo de viabilizar uma educação mais vinculada aos seus interesses.

A participação popular no processo de tomada de decisão não implicou, todavia, uma automática inserção dos sujeitos coletivos e individuais na gestão da escola, proporcionando avanços importantes no que se refere a uma discussão mais abrangente em torno da vida das instituições de ensino. Tampouco inibiram práticas de cunho assistencialista, corporativista e elitista. Entretanto, vale destacar dois argumentos que permitem pensar a participação de estudantes, pais e representantes da sociedade civil como um dos elementos mais importantes no processo de democratização da gestão da escola.

Em primeiro lugar, a participação desses sujeitos nos espaços de deliberação da escola evita o imobilismo que lança, segundo Paro (2001), os determinantes de ordem econômica, política, social e cultural como desculpa para não se fazer nada, esperando que a sociedade se transforme para depois transformar a escola. Em segundo lugar, consolida a idéia de que a democratização da escola pública se faz na prática, sem seguir fórmulas, programas ou projetos pré-estabelecidos, de modo a levar estudantes, professores, funcionários, pais, a se defrontarem com os comportamentos individuais, coletivos e institucionais que se relacionam com o autoritarismo presente na realidade social. O repensar crítico desses comportamentos pode gerar um movimento de inclusão, aperfeiçoamento e superação das formas de participação assistencialista, corporativista e eleitoral, potencializando formas de relacionamento social solidárias, justas e democráticas.

Dentre os conceitos que introduziram mudanças significativas nas propostas educacionais da última década do século XX, talvez tenha sido o da descentralização que adquiriu contornos mais expressivos e, por isso, mais controversos. Fundamentado na crítica ao Estado centralizador, na idéia do mercado como regulador da vida social e no

aprofundamento da democratização com governos eleitos pelo povo e em busca de maior participação, especialmente nos países da América Latina, o conceito de descentralização definiu-se como a transferência de responsabilidades no âmbito da educação para os níveis inferiores do sistema - sobretudo estados e municípios – e mesmo para as organizações da sociedade civil, diminuindo, assim, a intervenção do governo central na estrutura burocrático-administrativa regular.

Os argumentos favoráveis à descentralização giravam em torno da insatisfação em relação aos resultados obtidos na área educacional, especialmente no que se refere à qualidade do ensino oferecido à população. Havia também razões de ordem geográfica, histórica e cultural que fortaleciam esses argumentos: aumento do contingente de pessoas envolvidas no processo educacional, extensão territorial, especificidades políticas, heterogeneidade social, pluralismo de valores entre os sujeitos coletivos e individuais presentes na sociedade.

Em que pesem as referências democratizantes, a descentralização trouxe mais problemas do que soluções para a organização dos sistemas de ensino. Isso porque provocou um efeito desagregador sobre o sistema educacional, inviabilizando a atuação integrada dos diferentes níveis governamentais com o objetivo de concretizar a escola pública para todos os cidadãos e reforçando práticas clientelistas que submetem as redes municipais e estaduais ao controle de forças retrógradas. Além disso, a descentralização como transferência das atividades do Estado para a sociedade civil vem consolidando variados mecanismos de privatização da educação que vão desde a adequação da lógica produtivista de mercado nas escolas até o repasse de recursos públicos para empresas particulares mediante convênios firmados com a União.

A descentralização significou uma retirada do Estado do acompanhamento do processo de gestão da escola básica. Seu objetivo central era que quanto mais as escolas estiverem voltadas para os interesses e necessidades que atravessam as ações dos indivíduos, adaptando-se à complexidade, heterogeneidade e contingências da realidade social mais terão condições de reverter o quadro de graves problemas vivenciados pela educação e de atender as expectativas geradas pela globalização capitalista.

Ao contrário do que foi apregoado, a escola pública permaneceu atrelada aos critérios, padrões e diretrizes impostas por uma tecnocracia educacional que mantém o poder de definir quais os problemas vivenciados pela educação e de decidir acerca de suas principais soluções.

Houve uma intensificação no controle dos resultados obtidos pela escola, especialmente através de programas de avaliação institucional, do desenvolvimento do currículo, dentre outros. Nessa perspectiva, a escola se vê refém de uma política que impõe não somente o que fazer, mas também o como, porque, quando, para que e para quem fazer, tudo isso sem que se empreenda qualquer tipo de diálogo com aqueles que estão situados na ponta do processo pedagógico. Na medida em que a escola pública é chamada a contemplar interesses e necessidades divergentes e, invariavelmente, antagônicos que atravessam as relações sociais, ao mesmo tempo em que se vê pressionada a executar políticas instauradas pelos órgãos superiores com base nas orientações do sistema produtivo, “a escola tende a tornar-se uma espécie de bruca onde tudo cabe e da qual tudo se cobra: resolver o problema da pobreza, da fome, do trânsito, da violência, etc.” (FRIGOTTO, 2003: 168)

Exaurida por atividades que, em muitas ocasiões, extrapolam sua dimensão pedagógica, limitada em virtude da diminuição dos investimentos políticos e financeiros do Estado e acuada pela crítica que recebe por conta de seu desempenho social e da perpetuação de relações autoritárias em seu cotidiano, a escola pública tende a isolar-se do contexto social, sustentando um saber que resiste ao diálogo e perpetuando relações autoritárias, corporativas e clientelistas, que dificultam a superação de seus desafios. Quanto mais os profissionais da escola isolam-se em sua condição de promotores de um saber monolítico, mensurável e restrito, mais contribuem para o aprofundamento das ações preconceituosas, dos atos violentos e das discriminações sociais.

E nesse contexto onde tudo cabe e é cobrado, a escola acaba por se perder em sua finalidade pedagógica. Sem instituir-se como sujeito do conhecimento em sua necessária busca pela universalidade, a escola pública pouco encaminha para o Estado um debate sobre seus desafios e suas perspectivas junto à sociedade. Com isso, reduzem-se também as possibilidades das diferentes instâncias estatais de constituírem valores ético-políticos em termos do para que e para quem educar e, em consequência, para qual sociedade.

Por fim, a qualidade tem sido um conceito bastante disseminado no interior da escola. A definição de um padrão de qualidade no ensino vem se configurando como uma das principais questões colocadas para a concretização do desafio de garantir educação para todos. Afinal, as transformações na base técnico-produtiva, a diversificação e ampliação do consumo de bens culturais e a valorização do pluralismo e das diferenças entre as pessoas pressionam a

escola pública no sentido de corresponder aos anseios e expectativas geradas na sociedade. Essas pressões tornam ainda mais complexo o processo pedagógico, o que complica a tarefa de se estabelecer um padrão de desempenho para a escola pública.

Ocorre que, no contexto da sociedade capitalista, a tendência mais recorrente tem sido a de se aferir o processo pedagógico como uma mercadoria igual a outra qualquer no mundo da produção material. Assim, a educação tem sido cada vez mais entendida como um serviço e não mais como um direito, em que a escola precisa expor o seu produto num balcão para atender as expectativas de um educando, que também não se constitui mais num cidadão, mas num cliente pronto a consumir aquele produto que lhe permitir melhor aptidão para se integrar ao mercado.

As reivindicações por maior produtividade e competitividade têm proporcionado uma distinção entre escolas boas e ruins, entre alunos em situação de fracasso daqueles em situação de sucesso, entre professores antenados com o mundo globalizado e os que precisam ser “reciclados”, adquirindo habilidades e competências mais condizentes com o mercado de consumo. A qualidade se institui, portanto, como um parâmetro que divide o sistema público de ensino em duas camadas contrastantes e antagônicas. De um lado, algumas escolas - situadas especialmente nas capitais dos grandes centros - beneficiadas pela aquisição de recursos públicos ou privados em virtude de sua produtividade. Enquanto a grande maioria – localizada sobretudo na periferia urbana e nas regiões rurais – convive com péssimas condições de trabalho evidenciada na deterioração de seu espaço físico, na improvisação de seus recursos materiais, na baixa remuneração e capacitação de seus profissionais – inclusive com um expressivo contingente de professores leigos, na escassez financeira, no “barateamento” de conteúdos curriculares e de métodos de ensino. Em suma, a definição de um padrão de qualidade para o ensino a partir da perspectiva do mercado acentua as desigualdades entre as escolas públicas, ficando aquém de seus desafios tanto no que se refere ao processo de democratização quanto em relação às heterogeneidades, diversidades e pluralidades que afetam o processo pedagógico.

Não se pode abordar a questão da qualidade do ensino sem se prover as escolas públicas de condições materiais, humanas e financeiras suficientes para o atendimento do direito à educação para todos, o que torna necessária uma profunda ampliação dos compromissos do Estado que historicamente vem eximindo-se de suas responsabilidades. Ao

mesmo tempo, é preciso tratar a qualidade do ensino sob o ângulo da transformação das relações entre escola pública e sociedade civil. Isso implica na superação da escola como palco onde vigora a injustiça, a falta de solidariedade e o autoritarismo, que termina por atribuir aos professores, aos estudantes, suas famílias e demais grupos os problemas e mazelas da educação. Muito se fala em capacitação de professores, em reformulação do processo de ensino-aprendizagem, em apropriação das novas tecnologias, em participação da família, em otimização dos recursos, mas as frágeis condições de respeito, de incentivo e de diálogo para com aqueles que atuam no cotidiano da escola continuam negando a apropriação do saber como um valor universal e um direito indispensável para toda a população.

Criar condições concretas para o exercício da democracia na escola pública significa marcar o processo de gestão no sentido da garantia da universalidade do direito à educação. A ênfase com que se tem defendido a democratização dos processos decisórios na escola pública e o controle social sobre a qualidade dos serviços educacionais, em muitas ocasiões, não corresponde a uma efetiva apropriação dos temas e problemas mais recorrentes nas instituições escolares e, tampouco, a conquista de vez e de voz por parte daqueles que estão envolvidos em seu cotidiano. É preciso se aperfeiçoar os instrumentos e estratégias que mobilizam os sujeitos e grupos em torno da proposta pedagógica, sobretudo no que diz respeito ao fluxo de informações e ao acesso ao conhecimento para todos, mas também é crucial que a escola persiga princípios ético-políticos que possibilitem a fundamentação da formação cidadã, da atuação cívica e da educação política, combatendo e superando o monopólio das decisões, a fragilidade dos processos de formação de opinião e de declínio de valores coletivos, que pouco contribuem para um ambiente de debate entre os sujeitos, de negociação de projetos e de estabelecimento de consensos.

CONCLUSÃO

A idéia central conduzida por esta análise foi a de buscar qualificar a gestão pública, especialmente em termos da educação escolar, frente às lutas por igualdade substantiva no interior da sociedade capitalista. A potencialidade contida nos movimentos e reivindicações em torno dos processos de democratização da gestão da educação pública adquire relevância

se vinculada às determinações estruturais objetivas da sociedade que estão fundamentadas em condições de classe e de uma profunda desigualdade social.

O aprofundamento das desigualdades do sistema do capital constitui-se num empecilho para a democratização da gestão dos sistemas de ensino e das instituições escolares. Como resultado de um processo de desenvolvimento cuja característica central sempre foi a desigualdade, a conduta dos sistemas públicos de ensino e das instituições escolares se pautou por uma trajetória autoritária, clientelista e privatista, expressando a construção ideológica que a elite forjou, e forja, para a política educacional.

As exigências de formação crítica, reflexiva e participativa com que a ideologia da globalização pressiona os sujeitos para uma adaptação às transformações tecnológicas esvaziam-se na prática, pois a escola pública continua legitimando o caráter compensatório e assistencialista das políticas de Estado. Sem o encaminhamento de políticas educacionais na direção da garantia na igualdade das relações sociais, a escola pública absorve os movimentos e reivindicações de uma forma improvisada, longe de produzir uma relação pedagógica com as formações culturais, as experiências subjetivas e coletivas e os projetos emancipatórios das classes trabalhadoras.

Na sociedade capitalista periférica e dependente brasileira, a escola pública vem promovendo mediações que preservam os processos ideológicos de dominação do capital na medida em que se apresenta aos trabalhadores como a instituição que os adéqua ao mercado globalizado, contribuindo para fortalecer suas expectativas em torno da ascensão social. Ocorre que tal perspectiva já não acoberta os limites e contradições que acentuam os mecanismos de exclusão e de violência que atingem a escola pública.

Esses limites e contradições expressam para a escola pública a necessidade de estabelecer mediações que possam fortalecer uma correlação de forças favorável à contra-hegemonia dos trabalhadores. Isso implica tentar superar as formas que negam as condições de igualdade nas relações sociais que atravessam a escola e, conseqüentemente, inibem seu processo de democratização.

O prevalecimento da igualdade nas condições sociais e, especificamente, educativas só pode ser plenamente alcançado com a constituição de uma sociedade socialista e democrática. Mas as bases para essa constituição se constroem mediante uma crítica das contradições na

sociedade capitalista e da capacidade de viabilizar propostas em torno de projetos pautados em valores de justiça.

A escola pública pode contribuir para o fortalecimento dessa construção na medida em que o trabalho se configura como princípio ordenador de suas finalidades pedagógicas num momento em que a sociedade está centrada no conhecimento. Significa dizer que as finalidades da escola estão voltadas para os processos de apropriação e reapropriação do conhecimento por parte de educandos-trabalhadores.

Na gestão da educação escolar pública, isso implica acolher as experiências individuais e coletivas de sujeitos que vão fomentando uma racionalidade democrática, para além da lógica competitiva, seletiva e excludente de mercado, através de sua progressiva participação consciente. A implantação dessa racionalidade democrática busca promover mudanças no processo pedagógico tanto em termos das condições de igualdade no desenvolvimento do trabalho escolar quanto em relação à valorização do pluralismo e da diferença na perspectiva de apreender as experiências subjetivas nos processos de individualização.

Em termos das condições de igualdade, o objetivo central é o de priorizar as atividades-fim em relação às atividades-meio como forma não só de melhorar a qualidade de ensino, mas como referência à apropriação e reapropriação do saber por parte da população e sua articulação com as reivindicações dos profissionais da educação. No que se refere à valorização do pluralismo e da diferença, a intenção é a de resgatar os processos de individualização frente às estruturas objetivas que alicerçam a sociedade capitalista de modo a romper com o desrespeito, o não-reconhecimento e a dominação cultural através do diálogo, da socialização entre os membros da classe trabalhadora.

A construção da educação numa perspectiva socialista e democrática não se faz apenas por fora da escola, esperando que as contradições das forças produtivas no capitalismo conduzam num processo espontâneo e natural à superação de uma realidade cada vez mais excludente e violenta. Tampouco a atuação voluntarista de agentes educacionais por dentro da escola pode ser capaz de incutir uma disposição revolucionária em um contexto tão marcado pela negação, pela desesperança e pela apatia. O que se pode viabilizar nessa construção consiste na mobilização de forças para um embate contra-hegemônico no âmbito mesmo da materialidade que produz a exclusão e a violência.

Do ângulo da gestão da educação escolar pública, isso significa aprofundar a organização ético-política dos sujeitos envolvidos em seu cotidiano e a consolidação dos recursos teóricos que permitam a fundamentação dos princípios, valores e propostas pedagógicas em torno da igualdade, da democracia e da solidariedade. Sem essa definição, a afirmação da pluralidade, das identidades e das diferenças pode restringir o sentido da participação, da autonomia, da qualidade e da aprendizagem aos pressupostos seletivos, competitivos e excludentes do mercado.

Na medida em que a gestão educacional potencializa a participação, a autonomia, a qualidade e a aprendizagem pelos princípios, valores e propostas de igualdade, de democracia e de solidariedade, suas finalidades pedagógicas se articulam com interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, confronta-se com a tradição clientelista, paternalista e autoritária da elite brasileira, que se aproxima de uma concepção reducionista de Estado, para perpetuar o mínimo em termos do direito à educação, ao conhecimento e à cultura.

A gestão na direção exposta acima se configura como uma necessidade para a construção do Estado democrático. Nessa necessidade reside a possibilidade de o campo educacional contribuir para a ampliação do espaço público como um lugar da disputa de interesses, da negociação de conflitos e da construção orgânica de projetos de transformação social.

Como salientam autores como Oliveira (1998) e Frigotto (2003), a ampliação do espaço público constitui-se como ponto de partida para a construção de uma sociedade socialista e democrática. Mas as contradições e lutas que partem dessa ampliação guardam muitas convicções e utopias de que a invenção humana pode ir além das determinações da sociedade capitalista. Pode-se afirmar que dessas convicções e utopias se fortalecem os sujeitos coletivos e individuais presentes no cotidiano da educação pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (OrgS.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.

GENTILI, P.; SILVA, T.T.da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A necessidade de controle social*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

NOGUEIRA, M.A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PARO, V.H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

VARELA, J; ALVAREZ-URÍA, F. *Arqueologia de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991.

UM CONVITE À REBELDIA:
MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NO DIRETÓRIO
ACADÊMICO PADRE JAIME SNOECK – FACULDADE DE SERVIÇO
SOCIAL/UFJF

É tão bonito quando a gente sente
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme nessas
linhas que estão nas palmas de nossas mãos
E é tão bonito quando a gente leva a vida nos
caminhos onde bate bem mais forte o coração...

GONZAGUINHA

Luciana Gonçalves Pereira de Paula *

Maria Lúcia Duriguetto **

RESUMO

O presente artigo apresenta uma síntese da trajetória histórica do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora desde a fundação desta, em 1958, até o ano de 2002. O artigo objetiva destacar as ações desta entidade estudantil voltadas para a qualificação do processo de formação político-profissional dos estudantes desta Faculdade. A sistematização e análise dessas ações, bem como sua publicização, contribui para que os estudantes conheçam a história da entidade que historicamente os representa. Elucida, ainda, o que o movimento estudantil é capaz de oferecer aos estudantes, principalmente os do Serviço Social.

Palavras-chave: movimento estudantil, Serviço Social, formação político-profissional.

INTRODUÇÃO

Em ocasião da comemoração dos 50 anos da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (FSS/UFJF), este artigo¹ propõe celebrar a trajetória de lutas e conquistas do Diretório

* Mestranda em Serviço Social, bolsista FAPEMIG.

** Doutora em Serviço Social, professora na Faculdade de Serviço Social/UFJF.

¹ Este artigo é a síntese de parte do segundo capítulo do meu trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social/UFJF, em fevereiro de 2003, intitulado: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será...” *Movimento estudantil de serviço social: caminhos históricos e contribuições na formação profissional*, orientado pela professora Maria Lúcia Duriguetto.

Acadêmico Padre Jaime Snoeck (DAPJS), como um locus privilegiado da ação política dos estudantes dentro desta instituição. Por ação política, entendemos

(...) um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica acerca da realidade, que se concretiza em múltiplas esferas da vida cotidiana (movimentos sociais, partidos políticos etc.), em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada (RAMOS, 1996, p.40).

Debruçando um olhar atento sobre as formulações de Marx, Lenin e Gramsci, podemos notar que, apesar de referiram-se a realidades diferentes, existem pressupostos comuns entre elas. A política é elaborada numa perspectiva histórica onde homens e mulheres são sujeitos que a constroem, cotidianamente. Outro elemento comum é a importância da realização de alianças durante o processo de disputa hegemônica que visa à construção de uma nova ordem social. Estas alianças são defendidas dentro de uma perspectiva classista, onde o objetivo é a hegemonia da classe trabalhadora.

Estes elementos muito podem nos auxiliar no processo de identificação e compreensão das questões centrais que compõem a ação política do Movimento Estudantil (ME). Pois, os Movimentos Sociais (MS) constituem, na contemporaneidade, um ambiente próprio do exercício cotidiano da ação política e de alianças com outros sujeitos coletivos para defesa de determinados interesses. Assim, para se compreender a ação política de qualquer movimento social, é preciso analisar quem é o sujeito desta ação, quais as concepções que o explicam, quais os seus componentes e como estes influenciam na construção de suas estratégias. É preciso entender o movimento social sob o prisma da historicidade de suas lutas, do seu caráter de classe e da correlação de forças que perpassa sua ação política.

Desta maneira, a ação política pode ser entendida como uma escolha consciente do caminho a ser trilhado para se alcançar os objetivos estabelecidos. E, o conhecimento da práxis, do projeto, da ideologia e da direção é essencial para a compreensão desta ação política. Por isso, para se entender mais claramente a ação política desenvolvida pelo ME é necessário analisar cada um destes elementos que a constituem.

A prática dos MS (Movimentos Sociais) e do Movimento Estudantil (ME), em particular, é caracterizada pelo conteúdo de sua proposta política e pelo teor das alianças realizadas com outros segmentos e grupos sociais. As alianças políticas efetivadas pelo ME são gestadas no processo de

construção da hegemonia, cuja direção, historicidade, tem apontado para o apoio aos interesses das classes subalternas (RAMOS, 1996, p.46).

O Movimento Estudantil, assim como os demais Movimentos Sociais, possui um caráter histórico, ou seja, seu papel ao longo da história se altera de acordo com a conjuntura político-social vivenciada pelos estudantes, suas ideologias e concepções políticas e alianças estabelecidas com outros MS, com partidos políticos, movimentos sindicais. Por isso não se pode atribuir ao ME um caráter imutável, sustentado em objetivos permanentes. Para se compreender a sua ação política é necessário analisar como se deu a organização do movimento em cada conjuntura histórica diferenciada.

CAMINHOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL/UFJF

Os estudantes da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora construíram um movimento que encontra-se intimamente vinculado à própria história desta instituição de ensino superior, bem como reflete influências e rebatimentos do Movimento Estudantil Nacional² e do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS)³.

² Organizado a partir da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada no final da década de 1930 - período de instalação do Estado Novo e aceleração do processo de industrialização. De 1937 a 1964 adquiriu grande organicidade e grande visibilidade social, participando de importantes lutas da sociedade. Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado e iniciou um período de ditadura militar tecnocrática. O ME sofreu as consequências desta repressão na proibição do funcionamento de suas entidades, na prisão de suas lideranças, na invasão das universidades. Contrapondo-se ao Estado ditador, mesmo na ilegalidade e na clandestinidade a UNE fomentou diversas lutas contra o projeto educacional proposto pelos governos autoritários. Projeto que se sustentava na privatização em detrimento do ensino público, gratuito e de boa qualidade. Nos anos 70, o regime militar entrou em crise, levando ao fim a ditadura. Nesta mesma década o ME viveu a reconstrução de suas entidades. No período de 1988 a 1995 destaca-se o impeachment do presidente Fernando Collor, um evento político que teve uma significativa participação do ME. Nesse período foram criadas as executivas de curso. Em 1992 foi criado um espaço chamado "Fórum de Executivas", um espaço de elaboração de propostas conjuntas e de troca de experiências entre as executivas, sem sede ou diretoria fixa.

³ Em 1978 aconteceu o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, que passou a ser realizado anualmente como instância máxima de discussão e deliberação dos alunos da área. A executiva de Serviço Social só nasceu dez anos depois, no X ENESS, em 1988 - no Rio de Janeiro -, com a criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE - SESSUNE. A mudança do nome da entidade de SESSUNE para ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) foi aprovada na plenária final do XV ENESS (São Leopoldo, 1993). Já em 1995, o MESS se organizava através de seus encontros: o ENESS - instância máxima de deliberação dos estudantes; o CONESS - reunião nacional dos CAs e DAs para deliberar a pauta do ENESS; ERESS - instância máxima de deliberação das regiões; CORESS - reunião dos CAs e DAs de uma mesma região para deliberar a pauta do ERESS; os Seminários - regional e nacional - de Formação Profissional.

A criação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora⁴ está vinculada à própria história da cidade, pois foi o seu processo de modernização industrial e as instituições como Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC) que demandaram a atuação de assistentes sociais. Mas, quem diretamente desencadeou a discussão sobre a fundação da Faculdade foi o Padre Jaime Snoeck. Nascido e ordenado na Holanda, Padre Jaime chegou ao Brasil, mais especificamente, em Juiz de Fora em 1955. Neste município, aproximou-se do trabalho realizado pela Congregação das Irmãs Missionárias. As irmãs possuíam um trabalho de educação consolidado e prestavam assistência à infância, à juventude, aos trabalhadores, à pobreza em geral. No final dos anos 50, a congregação mantinha seis escolas de Serviço Social. Padre Jaime, então, levou para as reuniões da congregação a discussão sobre a viabilidade da implementação de um curso de Serviço Social na cidade de Juiz de Fora/MG.

Entre 1958 e 1968, a Faculdade funcionou como escola particular dirigida pelas Irmãs Missionárias, seguindo as determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). Possuía um Regimento Interno que indicava como sua finalidade a formação, em nível de graduação, de profissionais de Serviço Social. Esta formação se dava através de curso ordinário que compreendia ensino teórico e prático, estágio supervisionado e um trabalho final de autoria exclusiva do aluno. A Faculdade oferecia ainda cursos extraordinários de aperfeiçoamento, especialização e extensão.

O primeiro Concurso de Habilitação para selecionar alunos ocorreu no período de 8 a 12 de maio de 1958, sendo aprovadas 20 candidatas inscritas. “A inauguração oficial da Faculdade e o início do curso, sob a direção da Madre Maria Aparecida Guimarães, ocorreu no dia 16 de maio de 1958 (...)” (JACOMETTI, 2001, p.25).

O curso oferecia disciplinas obrigatórias - Economia Social, Doutrina Social da Igreja, Higiene Mental, etc - e optativas distribuídas em setores - família, menor, trabalho, médico-social etc -, além de seminários, círculos de estudo, visitas às instituições, debates, arguições,

⁴ Em 1958, foi criada, em Juiz de Fora, a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, 3035, por iniciativa do Padre Jaime Snoeck e da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (MARIANO et al., 1989, p.55).

sabatinas orais, estágio e trabalho de conclusão de curso. Este deveria ser individual e voltado para a prática do estágio.

Em 1961, formou-se a primeira turma da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, com treze profissionais. Neste período – de 1958 a 1961 – os estudantes não iniciaram nenhum movimento político dentro da Faculdade. Somente a partir de 1961 podemos notar um embrionário envolvimento destes, em questões relacionadas à formação profissional. Os alunos começaram a questionar o currículo do curso que, segundo eles, era muito preso à história da profissão e possuía grande vinculação com a caridade e a filantropia. Tomando, então, como inspiração um evento realizado no dia 02 de agosto de 1961, em Niterói, os estudantes começaram a propor debates, seminários e encontros que discutissem o seguinte tema: “Serviço Social e a Realidade Brasileira”.

Esta movimentação dos estudantes logo ultrapassou as barreiras das especificidades da profissão, tornando-se mais questionadora e mais abrangente. Nesta época, percebemos uma relação das tendências de Ação Católica – Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular – com os estudantes de Serviço Social, seguindo uma tendência nacional de aproximação entre estes setores. Em menor número, existiam também na Faculdade, estudantes “simpatizantes” do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No final de maio de 1962, os alunos da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora se mobilizaram em torno de uma greve geral nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Mesmo não podendo aderir ao movimento, que atingia apenas as faculdades federalizadas – e nesta época a Faculdade ainda era uma escola particular com vistas a agregar-se à UFJF –, os estudantes procuraram demonstrar para a sociedade a sua preocupação com os baixos níveis de vida da população, com o restrito acesso à saúde e à educação. Para isso, organizaram atividades como a “Passeata dos Bichos” – uma manifestação realizada com os calouros no início das aulas, onde tornavam públicas as suas bandeiras de luta.

Em fins de 1963, o país vivia um período de efervescência política a favor das reformas de base, dentre as quais encontrava-se a Reforma Universitária. No entanto, todo esse movimento foi abortado pelo Golpe Militar de 1964. Em Juiz de Fora, o movimento que nascia entre os estudantes de Serviço Social foi amplamente prejudicado. Em 1964, a então

presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social renunciou ao cargo, justificando que o ME estava sendo destruído e os alunos da Faculdade não possuíam forças para continuar.

Após a renúncia da Presidência do DA, houve a convocação para a eleição, cujos candidatos foram selecionados estrategicamente, uma vez que a sua realização estava condicionada à obtenção do aval da 4. Região Militar. Com a sua obtenção (...) a ex-aluna Walquíria R. Guimarães, eleita (...) era considerada pela Direção da Escola como sendo uma discente ‘equilibrada e neutra’, sem militância anterior no Movimento (MARIANO et al., 1989, p.61).

Diversas lideranças políticas foram perseguidas devido ao seu posicionamento político. Com isso, muitos alunos abandonaram as atividades no ME e outros passaram a atuar de maneira mais pacífica apenas em assuntos internos na Faculdade. Com isso, por volta de 1965/66, o ME na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora encontrava-se pouco organizado e sem perspectiva de continuidade. Entretanto, nesta mesma época, uma nova série de manifestações e protestos estudantis contra a repressão da ditadura militar começou a acontecer em todo o país. Acompanhando a movimentação nacional, o ME em Juiz de Fora também retomou algumas atividades posicionando-se abertamente contra a política repressiva do governo ditatorial. Dentre as atividades realizadas em nossa cidade, podemos destacar uma passeata onde os alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora carregaram somente cartazes em branco; e a greve geral de 48 horas em apoio ao “Dia Nacional de Luta” contra a ditadura.

Os projetos autoritários de modernização das universidades que pretendiam integrá-las aos interesses empresariais encontraram, até 1968, uma enorme resistência no meio estudantil. Mas, no início de 1967 o governo começou a criar mecanismos para reprimir e ameaçar a organização dos estudantes. Através do Ato Institucional n.º 4, o governo impôs uma reformulação dos órgãos representativos do movimento estudantil, numa tentativa de reduzi-los ao “burocratismo”. Mesmo assim, os estudantes se uniram em momentos cruciais, como no enterro e na missa de sétimo dia de Edson Luís⁵ e na passeata dos “Cem Mil”⁶.

⁵ No dia 28 de março de 1968, foi assassinado o estudante Edson Luís de Lima Souto, aos 16 anos, no Rio de Janeiro. Naquele dia, os estudantes realizavam uma manifestação contra o aumento dos preços do restaurante Calabouço, criado para atender alunos carentes e custeado pelo governo. A Polícia Militar chegou ao local atirando, pois a Lei Suplicy proibia, desde 1964, mobilizações estudantis. Testemunhas contaram que Edson Luís foi morto com um tiro à queima roupa. A morte de Edson Luís gerou uma onda de mobilizações e greves que se espalhou por todas as universidades do Rio de Janeiro e, logo, por todo o Brasil. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o enterro do estudante que se tornaria um mártir da luta contra a ditadura militar. No dia 04 de

Em meio às manifestações nacionais, o DA da Faculdade também se ocupou com as discussões de questões internas e específicas da Faculdade. Nesta época foi criado um Centro de Estudos que passou a se ocupar com as mudanças curriculares. Foram realizados seminários para estudar as teses da Executiva de curso. Aconteceram várias Semanas de Divulgação do Serviço Social no intuito de tornar mais conhecida a profissão, no próprio município de Juiz de Fora. Foi criado um Conselho de Representantes de Turma, e foram lançadas as primeiras edições do Jornal Universitário do Serviço Social.

O ano de 1968 representou um endurecimento ainda maior do Estado de Segurança Nacional frente a qualquer movimento social. Foram proibidas passeatas e greves. O 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) – em Ibiúna – não chegou a acontecer e suas lideranças foram presas.

No dia 12 de março de 1969, conforme resolução n.12, o Conselho Universitário aprovou, por unanimidade, a agregação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora. Em fins da década de 1970, já integrados à Universidade e articulados com o ME universitário, os alunos do Serviço Social encontraram forças para se reorganizar de maneira consistente.

As atas do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck (DAPJS) demonstram a preocupação dos membros desta entidade, na década de 1980, em participar das lutas e debates travados pelo MESS. Eles procuraram estar presente nos fóruns do MESS; discutir previamente as pautas de encontros como Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS); e se articular às escolas da região V (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo).

Em 1986, aconteceu na FSS/UFJF uma série de cursos financiados por um convênio com o Ministério da Educação (MEC). Estes cursos, a princípio, seriam oferecidos apenas para professores, mas o DA reivindicou que eles fossem estendidos aos alunos da Faculdade. Os alunos puderam participar de cursos que discutiram: Nova Visão do Trabalho em Grupo

abril, dia da celebração da missa de sétimo dia da morte de Edson Luís, a polícia cercou e invadiu a Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Diante da violência dos policiais, os padres que celebravam a missa se uniram, formando uma corrente para proteger os estudantes de mais agressões.

⁶ No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas estudantis e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com o governo; dela participaram também intelectuais, artistas, padres e grande número de mães.

no Serviço Social; Trabalho com Grupo Familiar; Serviço Social em Empresa; Cooperativismo e Sindicalismo; Método em Ciências Sociais; A Questão da Mulher; Estado e Poder na América Latina; Marxismo e Psicanálise; Análise Institucional; Repressão e Violência na Sociedade Brasileira; A Questão da Saúde e o Trabalho Interprofissional; Método Histórico-Estrutural.

No mesmo ano, a gestão “Verdejante” do DAPJS organizou, pela primeira vez na Faculdade, um Pré-ENESS para debater antecipadamente com os alunos as questões que seriam levantadas e discutidas durante o ENESS deste ano. Devido ao sucesso do Pré-ENESS, esta gestão realizou uma série de palestras na FSS, onde os alunos puderam discutir a história dos movimentos operários no Brasil; a história das lutas camponesas e o movimento sindical; as correntes teóricas do Serviço Social; análise de conjuntura; os movimentos populares e urbanos; ABESS; a universidade e o movimento estudantil; ensino, pesquisa e extensão; o código de ética do Serviço Social; o plano de lutas da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS).

Ainda em 1986, destaca-se a grande participação dos membros do DA e, conseqüentemente, dos demais alunos da FSS/UFJF na discussão da reforma curricular que foi aprovada pelo MEC. No ano de 1987 vale destacar o envolvimento dos membros do DA na discussão em torno da elaboração de uma política de estágio na FSS/UFJF.

A gestão “Senso Crítico”, em 1988, organizou na FSS/UFJF diversas assembleias para discutir com os alunos questões polêmicas da reforma curricular. Esta gestão realizou a assinatura de um periódico, percebendo que a leitura sobre as questões conjunturais é algo de fundamental importância para a formação política dos seus membros e promoveu um curso sobre sindicalismo que foi oferecido aos alunos da Faculdade. O curso obteve grande sucesso e abriu espaço para que a gestão promovesse outros cursos e debates, inclusive junto aos professores da Faculdade. Outra realização importante desta gestão, no que diz respeito à contribuições para a formação política dos estudantes, foi um debate com candidatos ao legislativo municipal, promovido na FSS/UFJF, onde compareceram candidatos de oito partidos políticos. Enfim, esta gestão buscou, pela primeira vez, uma efetiva articulação com outros movimentos políticos e sociais de Juiz de Fora.

Em fins dos anos 80, o DA encontrava-se bem articulado às lutas da UNE, da União Estadual dos Estudantes (UEE) e muito ativo no que tange às discussões sobre a Constituição

Brasileira. Alguns de seus membros participaram, em maio de 1988, de um evento da UEE, em Belo Horizonte, que discutiu “Conjuntura, Universidade e Juventude”. Este evento aprovou as seguintes reivindicações: eleições diretas para Presidente da República; denúncia da atual constituinte; não privatização das estatais; democratização escolar; verba pública somente para escolas públicas; universidade voltada para o social; repúdio à profissionalização do ensino superior; apoio à reforma agrária. Ainda no mesmo ano, o DA esteve presente no X ENESS realizado entre os dias 02 e 05 de agosto no Rio de Janeiro. Os alunos da FSS/UFJF que participaram do encontro aprovaram, em assembléia geral, a criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE).

Uma importante vitória do ME aconteceu no início do ano de 1989, quando o DAPJS finalmente conquistou uma sede para a entidade dentro da FSS/UFJF.

A conquista de uma sala, no prédio da Faculdade, foi um marco especial na história do Movimento Estudantil da Faculdade. Com a instalação da Faculdade no campus universitário, o DA recebeu uma minúscula salinha, no prédio da Faculdade de Comunicação, local onde estão as salas do DA de Comunicação e Pedagogia. Estas salas são maiores e a que “sobrou” para o Serviço Social era minúscula. Ao ver que a sala não comportaria nem os membros do DA, conversamos com a diretora em exercício e solicitamos que nos fosse oferecida uma sala no prédio da Faculdade de Serviço Social, também para não ficarmos longe da base. Esta proposta foi recusada. Começamos, então, um movimento de mobilização junto aos alunos e falamos do problema que estávamos enfrentando. Escolhemos uma sala, bem situada, colocamos um cartaz na porta e pedimos que todos assinassem em apoio. Marcamos uma reunião com a diretora que retornava das férias, e pedimos uma posição da mesma. A diretora nos pediu um prazo para conversar com os professores. Neste ínterim, os alunos estavam em alerta, surgiu a proposta de invasão da sala, caso a resposta fosse negativa. No final do prazo, a resposta foi positiva, a sala, finalmente, era nossa (DAPJS, Livro de Atas, 1989, p.20).

Os alunos da FSS/UFJF comemoraram esta vitória com uma festa de inauguração da sala, onde estiveram presentes alunos e professores da Faculdade, representantes de vários DAs da UFJF e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Em maio de 1989 iniciou-se um processo de greve das universidades federais. Durante este período de greve – maio a julho de 1989 – membros do DAPJS participaram ativamente das atividades desenvolvidas. Oito alunos foram para Brasília, junto com o DCE, participar do Encontro Nacional das Universidades em Greve. No decorrer do encontro, os alunos participaram de um ato público em frente ao Congresso Nacional; passeatas pelas ruas;

movimento SOS-Educação; plenária conjunta; abertura do primeiro seminário sobre educação com palestra de Florestan Fernandes; assembléias do movimento grevista.

No XI ENESS que aconteceu em Belém/PA, em 1989, o DAPJS esteve presente através de dez alunos que participaram da elaboração e aprovação do Estatuto da SESSUNE.

Ainda em agosto do mesmo ano, os alunos da FSS junto aos alunos de outros cursos da UFJF realizaram um movimento dos estudantes universitários por uma política de preços para o Restaurante Universitário. Este movimento organizou uma ocupação pacífica na Reitoria da UFJF, que durou duas semanas. Neste período em que os alunos ficaram acampados na Reitoria aconteceram discussões, assembléias, palestras, almoços comunitários, fim de semana de lazer, enterro simbólico do reitor e tomada do RU-campus, sendo os bandeijões servidos pelos próprios estudantes. Ao final das duas semanas, os alunos obtiveram a vitória: o preço do RU foi determinado depois de um estudo na planilha de custos da UFJF.

O último evento da gestão “Senso Crítico” foi a realização do primeiro Encontro Local de Estudantes de Serviço Social (ELESS) da FSS/UFJF, nos dias 04 e 05 de setembro de 1989, envolvendo os alunos da Faculdade em debates sobre a conjuntura política brasileira.

Após a derrota do Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 1989, a gestão seguinte “Crítica e Autocrítica” promoveu, na segunda semana de aula do ano de 1990, uma “Mesa Redonda” para debater junto aos alunos e professores das faculdades do Setor de Estudos Sociais o tema: “O Programa Collor em Preto e Branco”. No mesmo ano, durante os dias 27, 28 e 29 de abril a FSS/UFJF foi, pela primeira vez, sede de um ERESS, do qual participaram seis escolas da região V. O principal eixo de discussão que norteou os debates travados ao longo do evento foi a Formação Profissional. Esta gestão consolidou grande participação junto aos Departamentos da FSS/UFJF, reuniões de colegiado, congregação, coordenação e direção do curso. Seus membros tinham consciência da necessidade de ocupar, de maneira crítica e responsável, os espaços de participação conquistados por gestões anteriores desta entidade. A maior dificuldade desta gestão foi envolver os demais alunos da FSS/UFJF nas discussões e atividades propostas e realizadas pelo DA.

(...) sentiram grande dificuldade em mobilizar os demais estudantes, levando-lhes as decisões tomadas durante as reuniões e as discussões com os professores. O processo desencadeado pelo Movimento de

Reconceituação e consolidado no meio acadêmico pela vertente de “ruptura” avança no sentido de democratizar as relações professor-aluno. Conquistamos a participação, no entanto, faltou-nos organização que possibilitasse uma (...) representação efetiva junto aos discentes, devido mesmo ao próprio momento de apatia e desânimo pelo qual estamos atravessando (DAPJS, Livro de Atas, 1991, p.45).

A gestão “DA Sacode a Poeira” – 1993/94 – criou um projeto cultural que procurou envolver todos os alunos da Faculdade. Este projeto se consolidou a partir de um núcleo responsável por jornal, informativos e eventos culturais organizados na FSS/UFJF. No ano de 1993, o DA começou a participar efetivamente da Comissão de Política de Prática Acadêmica que foi criada na FSS/UFJF para tratar de questões curriculares. Esta comissão realizou uma avaliação pedagógica de todos os campos de estágio da Faculdade com o objetivo de reestruturar a política de estágio. Neste período, o DA também concentrou forças na rearticulação do Conselho de Representantes de Turma (CORETUR). Como estratégia para tal realizou, no final do ano de 1993, um estudo sobre o documento elaborado pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), “Pro Dia Nascer Feliz”, envolvendo membros do DA, representantes de turma e demais alunos interessados. É importante destacar, também, que esta gestão realizou o ERESS da região V no ano de 1994, quando a FSS/UFJF foi sede do encontro. Os membros do DA além de organizarem o evento, deram grandes contribuições ao MESS nos debates travados ao longo do encontro. No mesmo ano, o DA realizou uma pesquisa para avaliar o corpo docente da FSS/UFJF. Os resultados foram entregues à direção e à coordenação do curso com o objetivo de contribuir na melhoria da qualidade do ensino. A pesquisa avaliou o conteúdo das disciplinas; a didática utilizada; a metodologia do professor; a bibliografia indicada entre outros assuntos.

A gestão “As Águas Vão Rolar” – 1994/95 – procurou realizar assembléias mensais junto aos estudantes da FSS/UFJF. Esta preocupação revela uma vontade de representar os reais interesses dos alunos, criando espaço para ouvir suas expectativas, suas opiniões e seus anseios. Foi, também, com esta intenção, que o DA, no ano de 1994, criou grupos de estudo entre os alunos da FSS/UFJF. O objetivo dos grupos era estimular entre os alunos um debate que motivasse sua participação. Esta gestão foi a primeira a realizar o evento que ficou conhecido como “Dia Alternativo”, um encontro fechado aos membros do DA para estudar

questões do ME, discutir a dinâmica interna da entidade, as dificuldades encontradas no decorrer dos trabalhos, entre outras.

Em novembro de 1994 aconteceu, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um Encontro Mineiro em Defesa do Ensino Público, do qual o DAPJS participou como comissão organizadora. Tal encontro discutiu a autonomia universitária e a tendência à privatização; verbas para a educação; plano decenal; assistência estudantil com ênfase nos Restaurantes Universitários; e extensão universitária.

Em abril de 1995 assistiu-se, pela primeira vez, duas forças políticas com interesses divergentes se enfrentando no cenário do movimento estudantil construído da FSS/UFJF. O DA, desde meados dos anos 70, teve à frente militantes independentes ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste ano realizou-se, em Juiz de Fora, nos dias 29, 30 de abril e 1º de maio o 35º Congresso da UEE de Minas Gerais. Para ocupar a vaga de delegado desta unidade eleito pela base surgiram duas alunas da Faculdade de Serviço Social com opiniões políticas diferenciadas. Uma delas era ex-membro do DA e comungava das aspirações políticas deste grupo. A outra aluna fazia parte da União da Juventude Socialista, organização ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A disputa foi acirrada, pois o DA realizou eleição em urna e as candidatas empataram com 62 votos cada uma. Foram convocadas, então, duas assembleias de estudantes da FSS/UFJF – uma no turno da manhã (ciclo básico) e outra no turno da tarde (ciclo profissionalizante) – onde foi realizada nova votação. O resultado foi 70 votos para a candidata apoiada pelo DA contra 52 votos para a outra candidata.

Neste congresso da UEE algumas vitórias importantes foram conquistadas para uma maior democratização do movimento estudantil. Uma delas foi a extinção do “delegado nato”, delegado que não era eleito pelos estudantes da Faculdade e sim indicado pelo DA.

A chapa eleita para a gestão 1995/96, “Tudo É Ousado a Quem Nada se Atreve”, realizou uma pesquisa para avaliar, junto aos professores, a prática acadêmica desenvolvida na FSS/UFJF. Chegando ao término da pesquisa, uma aluna do 7. período do Curso de Serviço Social prontificou-se a levar adiante o projeto, ampliando o universo da pesquisa para abranger os profissionais que se formaram nesta unidade há cinco anos atrás. Esta nova etapa da pesquisa teve como objetivo visualizar de que forma se deu a inserção destes profissionais no mercado de trabalho. Uma questão importante a se destacar dentro desta gestão foi a

iniciativa de deliberar um membro do DA para participar das reuniões do Conselho Regional de Serviço Social/Delegacia de Juiz de Fora (CRESS), no intuito de estreitar os laços entre os alunos e a categoria profissional; saber o que está sendo discutido no meio profissional; estar atento à possíveis aberturas de novos campos de estágio etc.

Em 1995, o ELESS realizado pelo DA apresentou em sua pauta uma mesa de discussão denominada: “O estágio como via?”, seguida de debate entre os alunos que foram divididos em grupos para trocar experiências e informações sobre os problemas enfrentados pelos campos de estágio oferecidos pela Faculdade. Esta discussão, que o DA realizou junto aos alunos da Faculdade, foi de suma importância para subsidiar o debate que foi travado no evento realizado pela FSS/UFJF no dia 2 de outubro de 1995, Supervisão Geral, realizado com a presença da assistente social Luiza Erundina⁷.

Nos dias 11 e 12 de novembro do mesmo ano a FSS/UFJF foi sede do Conselho Regional de Entidades de Serviço Social (CORESS), organizado pelo DA desta unidade de ensino, que apresentou o tema: “Basta ser sincero e desejar profundo, você será capaz de sacudir o mundo”. Esta mesma gestão, no ano de 1996, organizou grupos de estudo para que, principalmente, os representantes de turma pudesse conhecer e discutir o Estatuto do DA. Esta estratégia oferecia aos representantes embasamento para que eles repassassem as informações apreendidas ao restante dos alunos de suas respectivas turmas. O objetivo maior era motivar, em toda a Faculdade, uma discussão em torno do Estatuto do DA, visando uma futura revisão e reformulação deste.

A gestão “Tudo É Ousado a Quem Nada se Atrave” foi responsável por um grande amadurecimento político do DA no que diz respeito às eleições desta entidade. No dia 5 de março de 1996, em reunião realizada na sede do DCE, os membros do DA aprovaram que as inscrições para a próxima eleição desta entidade seriam realizadas por chapa e não mais por cargo como era feito até então. A formação de chapa leva as pessoas a se organizarem com antecedência, a realizarem discussões, a apresentarem propostas, a debaterem sobre suas concepções políticas, suas ideologias e aspirações. Incentivar a criação de chapas é muito diferente de simplesmente colocar os cargos à disposição dos alunos e cada um se inscrever para o cargo que mais lhe interesse. Sem dúvida, este foi um grande avanço no processo de maior democratização do ME na FSS/UFJF.

⁷ Luiza Erundina, nesta época, era “professora visitante” na Faculdade de Serviço Social/UFJF.

A gestão “A Melhor Hora É Você Quem Faz” – 1996/97 – realizou, pela primeira vez, na FSS/UFJF, um debate entre os estudantes e os representantes das quatro teses⁸ que seriam apresentadas no 45º Congresso Nacional da UNE (CONUNE), entre os dias 2 e 6 de julho de 1997, em Belo Horizonte. As teses explicitam o posicionamento político, as críticas e as propostas concretas a serem aprovadas pela UNE, defendidas por diferentes grupos de estudantes militantes no ME. Desta forma, debatendo as teses, discutem-se as principais questões que irão emergir no decorrer do congresso.

Para o período de 1997/98 a chapa eleita pelos estudantes da FSS/UFJF se chamava “Unidade na Diversidade”. Esta gestão representou uma mudança de concepção política para o DA desta Faculdade. Pois o DAPJS, desde meados dos anos 70, sempre teve, a sua frente, militantes independentes ou simpatizantes do PT. Com esta gestão, pela primeira vez o DA estava sendo conduzido por militantes ligados ao PC do B. O que, obviamente, refletiu em uma mudança de posturas, de ações, de prioridades e de direcionamento político desta entidade.

No ano de 1998, o DA perdeu a sua sede na FSS/UFJF. A Faculdade iniciou um processo de reformas no seu espaço físico. Os alunos deixaram de ter aulas no prédio da Faculdade, passando a assistir às aulas na Faculdade de Direito ou nas instalações do Projeto Universidade na Terceira Idade. Quando as aulas puderam ser novamente transferidas para o prédio da FSS/UFJF, o DA ficou sem o seu espaço. Por isso, foi organizado, já pela gestão “Ousar Lutar, Ousar Vencer” - 1998/99, um abaixo-assinado solicitando, com o apoio dos alunos da Faculdade, que a direção fizesse uma revisão no projeto da reforma pensando em uma sede adequada para o DA. O DA, então, reuniu todos os representantes de turma, estes convocaram os alunos de suas salas e todos foram à sala da direção entregar o abaixo-assinado que reivindicava a devolução da antiga sede do DA. Depois desta mobilização dos alunos a direção da Faculdade decidiu disponibilizar para o DA a mesma sala que lhe servia como sede antes do início da reforma.

Nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 1998, o DA participou do Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) realizado pela UNE, em Viçosa/MG. O tema do evento foi “A Universidade que temos e a Universidade que queremos”. O DA discutiu previamente, com as

⁸ No dia do debate estiveram presentes representantes das teses “Reviravolta”; “Nem mais um dia para FHC”; “Não vou me adaptar”; “Um passo a frente e você não está no mesmo lugar”.

delegadas representantes da FSS/UFJF, as questões mais polêmicas que seriam debatidas e votadas durante o encontro, no intuito de que elas pudessem realmente expressar a opinião da entidade.

Esta gestão realizou, ainda, por dois semestres consecutivos um curso de iniciação à informática que foi oferecido aos alunos da FSS/UFJF a preço popular, utilizando os computadores disponíveis nesta unidade de ensino.

No ano de 1999 aconteceu um fato decisivo para determinar os caminhos futuros do DAPJS. A cidade de Juiz de Fora recebeu, neste ano, a montadora de automóveis Mercedes Benz⁹. Alguns alunos do DA ficaram indignados quando souberam que a Reitoria da UFJF havia cedido o espaço da universidade, que é um espaço público, para que a Mercedes Benz realizasse um show de inauguração de sua empresa em Juiz de Fora. A Reitoria desta universidade tomou esta decisão sem ao menos consultar os três setores desta comunidade acadêmica (professores, funcionários e alunos). Em reunião, este grupo de alunos, apresentou a proposta de escrever uma nota de repúdio à postura da Reitoria e distribuir aos alunos da Faculdade. Mas um outro grupo de alunos havia pensado em uma proposta extremamente oposta: já que não havia como impedir que o show acontecesse, e também não adiantaria mais reivindicar que a Reitoria nos consultasse porque a decisão já estava tomada, o melhor a fazer seria montar uma barraca no dia do show para vender cerveja e arrecadar recursos financeiros para o DA. Estas duas propostas, na verdade, revelavam posições políticas muito diferenciadas. O primeiro grupo era formado por três membros do DA simpatizantes do PT. O restante dos membros do DA formava o segundo grupo que seguia as posições políticas do DCE – liderado por militantes ligados ao PC do B. Após um confronto político acirrado, a vitória foi da segunda proposta. Mas, a partir de então, aquele grupo de alunos que fora derrotado começou a buscar fora do DA alunos que apoiassem suas idéias políticas.

Este “racha” que passou a existir dentro do DA veio à tona para todos os alunos da FSS/UFJF durante as eleições do delegado que representaria esta Faculdade no CONUNE deste ano. Para esta disputa se inscreveram duas chapas, cada uma representando um dos grupos políticos existentes dentro do DA. Durante o período de campanha, as opiniões e

⁹ Muitos alunos militantes no ME, assim como inúmeros sindicalistas, militantes de movimentos sociais fazem duras críticas à instalação destas empresas no Brasil. Pois, elas recebem inúmeros benefícios, isenção de impostos, local oferecido de graça e acabam por nunca oferecer todos os empregos que prometem, sem contar que passam a competir em um nível desigual com empresas nacionais.

posturas políticas de ambos os lados ficaram muito claras para os alunos que acompanharam um pouco mais de perto este processo. As chapas distribuíram panfletos que esclareciam suas propostas e indicavam o que iriam defender durante o Congresso da UNE. Foram realizados debates entre as chapas onde os alunos puderam questionar as candidatas e esclarecer dúvidas quanto às suas propostas políticas. Todo este processo, apesar de tenso, foi aberto, transparente e demonstrou um grande amadurecimento dos alunos desta Faculdade, tanto do DA, quanto da base.

A chapa formada por militantes simpatizantes do PT ganhou com grande diferença de votos. Este fato foi decisivo para determinar o futuro das próximas eleições do DA. Afinal, quando este grupo voltou do CONUNE, conseguiu congrega ao seu redor um bom número de alunos que compartilhava de sua concepção de ME. Este grupo continuou se reunindo e formulou uma série de propostas de trabalho para o DA, através das quais ganhou a eleição para coordenar o trabalho desta entidade pelos próximos anos.

A gestão eleita para o período 1999/2000 chamava-se “Participação”, e o primeiro passo dos novos membros desta entidade foi procurar incentivar uma maior participação dos próprios integrantes do DA. A chapa propôs e realizou uma gestão coordenada, por acreditar que o trabalho conjunto, onde todos os membros do DA têm a mesma responsabilidade sobre as atividades propostas, é mais democrático e mais rico. Esta gestão extinguiu a hierarquia presidencialista que era defendida pela gestão anterior. Outras modificações ocorreram no cotidiano de trabalho desta gestão, como: a elaboração conjunta das pautas das reuniões; a abertura destas reuniões à participação de todo e qualquer estudante da base desta entidade com direito a voz e voto; o revezamento da coordenação das reuniões entre todos os membros do DA; entre outras.

A primeira realização desta gestão foi um mutirão para modificar a ambientação do espaço físico do DA. Tendo eleito como prioridade da gestão o incentivo à participação dos alunos da FSS/UFJF no ME, era de fundamental importância tornar a sala do DA um espaço agradável, que os alunos sentissem prazer em frequentar. Outra característica desta gestão foi a constante preocupação em representar, de fato, a vontade dos estudantes. Desta forma o DA realizou, no ano de 2000, um plebiscito entre os alunos da FSS/UFJF para verificar se era da vontade deles que a entidade colocasse uma máquina de xerox à sua disposição. O resultado

do plebiscito foi favorável e a partir daí o DA passou a ter esse serviço para oferecer aos alunos da Faculdade.

Uma importante realização desta gestão foi a elaboração e execução do projeto “Calourada do Serviço Social”. Pela primeira vez foi realizada, nesta Faculdade, uma calourada com duração de uma semana. Entre as atividades realizadas com os calouros destacamos o “Café da Manhã com o DA”, onde foi oferecido aos calouros um café da manhã, procurando criar um clima de descontração para que os alunos pudessem ter um primeiro contato com o ME; a palestra sobre Serviço Social e Movimento Estudantil que pôde esclarecer algumas dúvidas dos alunos com relação à profissão e ao movimento; o “Cinedebate”, exibição de um filme nacional que foi debatido com os calouros; entre outras atividades que foram desde uma carta de boas vindas, até um passeio com os alunos pelo campus para apresentá-los à universidade.

Outra característica desta gestão foi investir na integração dos alunos dos diversos períodos através da realização de festas temáticas como um Luau e uma Festa Junina. Foram criados times de futsal masculino e feminino da FSS/UFJF; um grupo de teatro chamado “Recriarte”; um grupo de canto que mais tarde passou a se chamar “ECOSS”.

Por causa da mudança que esta gestão fez na estrutura de cargos do DA, a gestão precisou realizar uma assembléia com os estudantes da Faculdade para discutir e aprovar as modificações necessárias a serem feitas no estatuto da entidade. A partir da assembléia a gestão procurou manter contato com os representantes de turma rearticulando o CORETUR, que passou a se reunir mensalmente junto com o DA para receber informações sobre questões da Faculdade, do ME e repassar ao DA problemas que podiam estar acontecendo nas turmas.

No dia 27 de maio de 2000 os membros do DA se reuniram para realizar o “Dia de FormVação”. Esta atividade foi um encontro, preparado pela Coordenação de Formação Política do DA, onde os alunos puderam estudar um pouco mais a fundo a história do MESS e conhecer um pouco melhor a estrutura da ENESSO.

Com relação ao MESS, o DA conseguiu levar alunos da FSS/UFJF para participarem de todos os fóruns do movimento realizados durante o seu período de gestão. No mais importante destes encontros, o ENESS, uma aluna do DA desta Faculdade foi eleita Coordenadora Regional da ENESSO. Pela primeira vez nossa Faculdade fez parte de uma

gestão da Executiva de Curso. Esta gestão – “Compromisso e Resistência” – foi eleita para atuar no período 2000/2001.

Durante o ano de 2000 foi extremamente divulgada, pela mídia do país, a questão do aniversário de 500 anos do Brasil. Em contraposição a isto, o DA promoveu, junto aos alunos do 6º período da Faculdade, um evento para discutir os 500 anos de exploração, submissão aos governantes e, mesmo assim, 500 anos de resistência popular em nosso país. O evento se chamou “500 anos de Brasil e Você - Tudo a Rever!”. Contou com uma apresentação do grupo Recriarte e uma palestra seguida de debate aberto aos estudantes.

Esta gestão iniciou, também, na FSS/UFJF, uma discussão com os alunos a respeito do provão, através da campanha “Provão, Sim ou Não?”. Durante a campanha os membros do DA passaram nas salas da Faculdade distribuindo um panfleto que explicava as verdadeiras intenções punitivas do governo federal com este tipo de avaliação, e debateram com os alunos um pouco destas questões que são sempre polêmicas.

Foi neste ano - 2000 - que a Faculdade de Serviço Social participou da organização de um curso de formação política para dois mil jovens do MST. O DA fez parte da comissão organizadora e participou do encontro contribuindo, mas principalmente aprendendo, com a experiência de luta e a discussão política apresentada por este movimento.

O ELESS deste ano também merece destaque. Primeiro pela organização da gestão que, pela primeira vez, elaborou um projeto para este encontro descrevendo todos os seus objetivos, os seus gastos, a sua programação, etc. Segundo, pelo sucesso que o evento obteve junto aos alunos da Faculdade. Além da expressiva participação acadêmica, muitos estudantes que não integravam a gestão do DAPJS, se envolveram na realização do encontro e aproximaram-se do ME.

No dia 29 de novembro de 2000 os membros da nova chapa eleita “Um Convite à Rebeldia” – 2000/2001 – foram empossados pela gestão anterior. Esta chapa propôs realizar uma gestão de continuidade, pois compartilhava com as idéias e a linha políticas da gestão anterior. Neste sentido, alguns avanços podem ser destacados: o jornal do DA foi publicado com maior frequência e foi realizada uma campanha para incentivar a eleição e a participação comprometida dos representantes de turma.

Inspirando-se no “Dia Alternativo” criado pela antiga gestão “As Águas Vão Rolar”, a atual realizou um “Seminário de Planejamento de Gestão” e um “Seminário de Planejamento

e Avaliação de Gestão”, no início e no meio do ano de 2001, respectivamente. O primeiro teve como objetivo elaborar um plano de atividades para a entidade a ser executado durante o ano. O segundo procurou avaliar como estava caminhando o planejamento realizado no primeiro seminário, apontar os sucessos, as falhas e pensar as atividades que ainda precisavam ser realizadas no segundo semestre.

Outra importante questão foi a realização dos “Pré-Encontros”. Também retomando uma idéia antiga – o Pré-ENESS realizado pela gestão “Verdejante” –, esta gestão iniciou uma série de atividades de extrema importância para uma maior formação política dos alunos da FSS/UFJF. Começando pelo Pré-EREISS, passando pelo Pré-CONESS, o Pré-ENESS e o Pré-COREISS, os membros do DA criaram um espaço de debate, onde os alunos da Faculdade podiam saber e discutir previamente os temas que seriam abordados em cada um destes encontros, tirando dúvidas sobre questões que ainda não conheciam a fundo, recebendo informações sobre o MESS, sobre o funcionamento dos próprios encontros, as divergências políticas que se afloram nestes fóruns, etc. Esta foi uma atividade muito importante realizada por esta gestão, inclusive para atrair um maior número de estudantes para o ME.

No entanto, uma das realizações mais importantes desta gestão foi, sem dúvida, o Curso de Formação Política. Durante o ano de 1999, estudantes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) elaboraram o projeto de um Curso de Formação Política para ser oferecido aos demais estudantes daquela Universidade. O curso foi implementado e obteve tanto sucesso que continuou sendo reelaborado e oferecido novamente por mais alguns semestres. No ano de 2000 os estudantes da ESS/UFRJ distribuíram o projeto para todas as escolas da região V, como uma proposta a ser também implementada nas demais escolas. Esta proposta veio ao encontro da prioridade de trabalho eleita pela gestão “Um Convite à Rebeldia”: a formação política dos estudantes da FSS/UFJF. A gestão, então, elaborou um projeto-piloto a ser implementado na Faculdade, utilizando como suporte a proposta da ESS/UFRJ. O projeto de implementação do Curso de Formação Política foi apresentado ao Núcleo de Sujeitos Coletivos e Cidadania da FSS/UFJF. O Núcleo aprovou o projeto e passou a ser parceiro do DA, oferecendo seu apoio, infra-estrutura e os certificados emitidos para os alunos no final do curso.

Estamos passando por uma fase da conjuntura atual onde o projeto neoliberal – enquanto uma sustentação ideo-política do capitalismo – vem intensificando seus valores como: a competição, a demagogia, corrupção, individualismo, etc. Percebemos a reafirmação desses valores a cada dia, seja no modo de viver, de trabalhar, de se comunicar e de se relacionar na sociedade. As conseqüências são: o desemprego estrutural, a violência, as profundas desigualdades sociais, culturais e de gênero. Essa situação nos remete ao desafio da construção de novas consciências para além do capital, trabalhando princípios norteadores de nossas vidas, como: a democracia, o pluralismo, a diversidade (o respeito ao diferente), a justiça social e outros. Por isso, os alunos do DAPJS, gestão “Um Convite à Rebeldia” consideram como prioridade de seu trabalho oferecer uma maior formação política aos estudantes da FSS/UFJF (DAPJS, 2001, p.2).

Outra realização que merece ser destacada é o ELESS. Este é um encontro realizado anualmente pelo DA que tem por objetivo reunir estudantes de uma mesma Faculdade, cidade ou sub-região, garantindo o seu caráter local. Esta gestão realizou o ELESS nos dias 1, 2 e 3 de março de 2002. Para a escolha do tema do evento foi lançado um concurso na FSS/UFJF, onde os alunos poderiam participar inscrevendo suas idéias. Os membros do DA realizaram a eleição do concurso escolhendo o tema que mais seria capaz de traduzir as discussões propostas pela gestão. O encontro se chamou *Viver uma nação!* E teve como música tema *É*, de Gonzaguinha. A estratégia, além de divulgar o evento, conseguiu motivar os alunos, principalmente os dos primeiros períodos e envolvê-los na organização do ELESS. O encontro discutiu com os estudantes o projeto neoliberal, suas bases, propostas e conseqüências. E, em contrapartida, fomentou o debate sobre a construção de um novo projeto de sociedade. Durante o evento, um momento marcante foi a presença do Padre Jaime Snoeck que veio à FSS/UFJF para receber uma homenagem organizada pelos membros do DAPJS. Tal homenagem objetivou publicizar a trajetória de luta e de militância política do Padre Jaime, ressaltando a importância da sua história de vida não apenas para o DA ou para a FSS, mas para toda a cidade de Juiz de Fora¹⁰.

¹⁰ Por volta do ano 2000, alguns alunos da FSS/UFJF levantaram um questionamento em relação ao nome do DA, argumentando que um Diretório Acadêmico com nome de um padre era algo muito conservador. Sabendo da história de lutas do Padre Jaime, em Juiz de Fora – desde a época da ditadura militar, passando pela fundação da própria FSS e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, que prestou anos de assessoria a movimentos sociais da cidade, principalmente na luta pela moradia e posse da terra nas questões do solo urbano – os membros do DA decidiram realizar uma homenagem a ele para que os alunos da FSS/UFJF percebessem que o nome do DA é uma justa homenagem a uma figura tão importante e querida em nossa cidade.

Além das realizações destacadas, esta gestão teve fundamental participação na greve das IFES, em 2001. Esta, que foi considerada uma das maiores greves das universidades públicas dos últimos tempos, contou com a participação ativa dos membros do DAPJS. Estes realizaram assembléias com os estudantes da Faculdade para discutir a situação precária do ensino e decidiram, em votação, deflagrar a greve antes mesmo que os professores o fizessem. Esta ação do DA repercutiu em toda a UFJF dando ainda mais força para o movimento dos estudantes que lutavam por uma universidade de qualidade. O comunicado da greve foi feito à direção e à coordenação da FSS/UFJF e os alunos continuaram comparecendo à Faculdade, mas ao invés de assistirem às aulas, pintavam faixas e cartazes com suas reivindicações, organizavam textos para serem divulgados aos demais alunos da universidade e preparavam sua participação na assembléia geral dos estudantes, convocada pelo DCE. Nesta, foram todos vestidos de preto, carregando suas faixas e reafirmaram seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade, votando a favor do apoio total à greve dos professores e funcionários, que foi deflagrada poucos dias depois. Durante o período da greve os membros do DA participaram ativamente do Comando de Greve, das assembléias, dos atos públicos, das passeatas etc., tendo inclusive um de seus membros eleito para fazer parte do Comando Nacional de Greve, em Brasília.

No ano de 2002 uma nova gestão foi eleita pelos estudantes da FSS/UFJF. A chapa “Acreditar no Futuro é Resistir no Presente” se elegeu com a proposta de, mais uma vez, dar continuidade ao que vinha sendo realizado e manter o direcionamento político que vinha dando o tom ao trabalho desta entidade.

Com certeza, todas as gestões do DAPJS encontraram, ao longo do seu percurso, muitas dificuldades. Não foi fácil desenvolver todas estas frentes de trabalho junto aos alunos da Faculdade. O sucesso das atividades aqui destacadas, sem dúvida, só foi possível devido ao grande empenho de seus membros, ao grande esforço que realizaram para concretizar suas propostas.

(...) é no anonimato de corpos, rostos e vidas que os (as) estudantes começam a entender que, apesar dos tempos sombrios, sob a égide do neoliberalismo, torna-se imperativo acordar a esperança e reencantar na juventude a vontade política para germinar, no presente, os elementos necessários para o processo de conquista da emancipação humana (RAMOS e SANTOS, 1997, p.165).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo partiu de duas questões principais: o fato de não haver, na FSS/UFJF, uma sistematização histórica das ações realizados pelo Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck; o interesse em debater com os alunos desta Faculdade a contribuição que o ME veio historicamente oferecendo ao seu processo de formação profissional.

Com relação à primeira questão levantada, gostaríamos de ressaltar que um entendimento dos caminhos históricos trilhados por este DA só se torna completo se relacionado à trajetória histórica do ME desde a década de 30. Conhecer um pouco melhor a história de lutas desse movimento em âmbito nacional, sem dúvida, nos faz compreender melhor as suas contradições, correlações de forças, impasses e conquistas. Nada do que se passa hoje, dentro do DA da FSS/UFJF, está desvinculado desta história, deste processo de construção cotidiana do fazer político dentro das universidades de todo o Brasil.

Por isso, deixamos aqui destacada a importância dos estudantes conhecerem melhor a trajetória daquele movimento que os tem representado ao longo de tantos anos. Este conhecimento é fundamental principalmente para aqueles que estão inseridos neste cenário da militância estudantil.

Quanto a segunda questão abordada, sempre nos incomodou profundamente as visões estereotipadas que muitos estudantes apresentam com relação ao ME. Boa parte dos alunos possui, ainda hoje, a impressão de que o ME atrapalha a formação profissional, pois acham que o militante é o aluno que só quer viajar, matar aula, fazer festa, etc. Foi, justamente, pensando em derrubar esta visão equivocada que procuramos, ao longo deste artigo, demonstrar, através das inúmeras realizações do DAPJS, o quanto é séria e responsável a militância dos estudantes desta FSS/UFJF.

A estratégia de ação do MESS leva os estudantes a ocuparem, na universidade, todos os espaços possíveis de representação estudantil, nos quais implementam-se esforços no sentido de lutar pela gratuidade e qualidade do ensino público, além de interferir ativamente nos rumos da formação profissional dos demais alunos. Procura, deste modo, entender as determinações estruturais e conjunturais que incidem sobre a universidade e sobre a formação profissional e política dos estudantes.

Ao longo da leitura das atas do DAPJS, procurou-se sistematizar um pouco de sua história e de suas principais realizações. Por diversas vezes notamos a preocupação de seus membros em oferecer aos alunos desta Faculdade um espaço de discussão, de debate e de aprofundamento de seus conhecimentos. Tudo isso visando uma melhor formação político-profissional destes alunos.

O envolvimento comprometido do aluno com o ME traz benefícios tanto coletivos quanto individuais. Coletivos, no sentido da organização dos sujeitos, pois se não existissem alunos sensíveis à necessidade da luta coletiva, o ME também não existiria. E, individuais, porque quem está lutando pelo restante dos alunos e tentando beneficiá-los da melhor maneira possível, acaba sendo o maior beneficiado, devido ao acúmulo teórico-prático que esta militância proporciona.

Uma das profissionais que forjaram sua formação política no movimento estudantil foi Marilda Villela Iamamoto, que cursou Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1967 e 1970. Como aluna, foi ameaçada de enquadramento no Decreto-lei 477, que punia com suspensão e até expulsão os líderes de diretórios acadêmicos que criticavam o regime militar. Como professora da PUC de Minas Gerais, chegou a ficar presa 40 dias no DOI-CODI de Belo Horizonte, mas acabou absolvida no Superior Tribunal Militar. Apesar de toda a violência que sofreu, Marilda guarda, de sua militância, mais recordações felizes do que tristezas: “Este momento significou para mim a descoberta da política e da luta pela justiça e pela verdade. É algo que se mantém vivo até hoje. Foi também a descoberta do Brasil. Depois disso, fui fazer mestrado em Sociologia Rural, para estudar a questão agrária e a realidade brasileira” (ABREU e LADEIRA, 1999, p.40).

Todo este amadurecimento político se deve ao fato do MESS não estar isolado do contexto de lutas maiores que perpassa a sociedade brasileira. O DA não se restringe a discutir e procurar encontrar soluções para problemas que possam surgir em âmbito local, mas está sempre atento às discussões que permeiam as entidades representativas da categoria dos assistentes sociais, os partidos políticos, outros MS e outras entidades estudantis. Essa articulação realizada entre diferentes segmentos e organizações pauta-se no compromisso com a luta pela conquista da cidadania plena e pela qualidade de vida para os segmentos majoritários da população.

Portanto, a estratégia de ação do MESS se volta, predominantemente, para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora, assim como a própria profissão do

Serviço Social. Por isso um complementa o outro. O MESS oferece um grande enriquecimento aos alunos do Serviço Social e a própria formação profissional fornece um grande arcabouço teórico-crítico aos alunos que passam a atuar no ME.

Verificamos, então, que o ME e o Serviço Social possuem, em comum, o compromisso político com os segmentos majoritários da população. Compromisso este que se gesta no dia-a-dia das discussões em sala de aula, nos encontros estudantis, nas mobilizações de rua, nas assembléias e, principalmente, nas alianças que o movimento estabelece com outros sujeitos coletivos. Compromisso que é impulsionado pelo horizonte da emancipação humana. Pois só ele pode antecipar, em forma de projeção, a sociedade futura que queremos construir.

Se a força dos impérios nos intimida, devemos pensar naqueles que já tiveram coragem de enfrentá-los e vencê-los. Os vietnamitas eram pobres, sem condições militares, inventavam suas próprias armas, transportavam-nas de bicicleta, não tinham mochilas para carregar seus pertences, comiam arroz que levavam na barra da calça. Ao contrário, os soldados dos Estados Unidos da América, que tinham armamentos sofisticados, com um poder de desfolhar e queimar matas com um produto chamado “agente laranja” para descobrir os guerrilheiros, os soldados norte-americanos se alimentavam bem, comiam enlatados e carregavam até 18 quilos nas costas em modernas mochilas, tinham sacos térmicos para dormir. No entanto, para nossa alegria, foram derrotados porque o povo vietnamita havia decidido vencer e não se considerava inferior, confiava em sua capacidade estratégica e nas lideranças. Ho Chi Minh, um dos líderes daquela longa guerra, ao ser questionado se não deveria parar com ela e ceder, pois estava havendo muita destruição no país, pacientemente respondeu: “Deixem que destruam tudo, após a vitória nosso povo reconstruirá tudo, mais belo e melhor” (BOGO, 2000, p.65).

É nessa direção que se movem os corações e mentes daqueles que abraçam o Movimento Estudantil propondo-se a realizar, cotidianamente, junto aos demais estudantes, *um convite à rebeldia*.

ABSTRACT

This article presents a summary of the history of the Academic Directory of the Padre Jaime Snoeck College of Social Work of the Federal University of Universidade Federal de Juiz de Fora from its founding, in 1958, until 2002. The aim is to highlight its actions by looking at the political and professional backgrounds of the students in that department. The analysis, systematization and publication of those actions contributes to make students aware of the

history of this entity, which has historically been their representative. It also makes clear what the student movement can offer students, especially students of Social Work.

Key words: student movement; Social Work; political and professional background.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. B.; LADEIRA, J. Movimento estudantil faz escola na formação do profissional crítico. *Inscrita*, Brasília, ano II, n.4, maio 1999.

ALBUQUERQUE, J. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BOGO, A. Valores que deve cultivar um lutador do povo. *Cartilha da Consulta Popular*. Valores de uma prática militante. N.9. 2.ed. São Paulo: Secretaria Operativa da Consulta Popular, jul. 2000.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 6. REGIÃO. *Código de Ética Profissional*. Coletânea de leis: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. 2 ed. Belo Horizonte, 2003.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

[DAPJS] Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck. *Livro de Atas*, 1986 – 2002. Arquivo do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck.

_____. *Projeto de Construção do IX ELESS*, 2002. Arquivo do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck.

_____. *Projeto de Implementação do Curso de Formação Política*, 2001. Arquivo do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck.

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. *Pro Dia Nascer Feliz*, 1993. Arquivo do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck.

FURTADO, L. *Morte de Edson Luís completa 37 anos*. Disponível em: <www.pstu.org.br>. Acesso em: 16 set. 2007.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

JACOMETTI, R. C. Faculdade de Serviço Social: significação da sua criação para Juiz de Fora. *Libertas*, Juiz de Fora, v.1, n.1., jan./jun., 2001.

MARIANO, A. B. et al. *Trajetória do movimento estudantil na década de 60 e sua repercussão na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 1989. 77 f. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora.

MOREIRA, S. S. *A formação profissional e o papel do movimento estudantil de serviço social na década de 90: uma estudo sobre o processo de construção das diretrizes curriculares*. Rio de Janeiro, 2002. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

RAMOS, S. R. *A ação política do movimento estudantil de serviço social: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos*. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco.

_____; SANTOS, S. M. M. Movimento estudantil de serviço social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) assistente social brasileiro. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7., 1997.

RECCO, C. B. *26 de junho, a passeata dos 100 mil*. Disponível em: <www.historianet.com.br>. Acesso em: 16 set. 2007.

AS NOVAS FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE DOS GUARDADORES DE CARRO DE JUIZ DE FORA

Cristóvão de Oliveira Braga*

RESUMO

Este artigo aborda profundas alterações desencadeadas pelo neoliberalismo, as quais flexibilizam as formas de trabalho tornando-os precários. Como consequência dessas transformações este trabalho analisa o desenvolvimento da atividade informal no Brasil, especificadamente, os guardadores de carro do município de Juiz de Fora que garantem sua sobrevivência submetendo-se a essa forma desprotegida e precária de trabalho.

No decorrer do artigo será exposta uma pesquisa realizada com este público que além da desproteção legal, a exemplo, o trabalho informal sofre com a desproteção social e outras inúmeras formas de exclusão.

Palavras-chave: Neoliberalismo, reestruturação capitalista, guardadores de carro.

O mundo do trabalho** no último quartel do século XX vivenciou profundas modificações em sua estrutura, principalmente a partir da crise do regime fordista-keynesiano que fez emergir um novo padrão de produção capitalista. Neste período, as economias capitalistas presenciaram um processo identificado como crise estrutural do capital com repercussões tão intensas que levaram o capitalismo a desenvolver novas estratégias em escala global para recuperar seu ciclo de reprodução e acumulação¹. Em sua consecução, o capitalismo se valeu da mundialização da economia², da reestruturação produtiva, do retorno

* Graduando em Serviço Social, monitor da disciplina Classes e Movimentos Sociais I.

** Este artigo, redigido sob a orientação da professora Elizete Menegat, encontra-se publicado nos anais do XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, ocorrido nos dias 13 a 18 de agosto de 2007 em Jalisco, México.

¹ “Por sua vez, é no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, que o capital engendra a solução, mesmo que precária e temporária, para a contradição descrita acima, basicamente através da destruição parcial do capital acumulado, vale dizer, tanto capital constante, como variável. Destruição de capital constante significa aumento da capacidade ociosa das empresas, diminuição do valor e até eliminação de empresas e mercadorias, falência de algumas empresas e absorção destas por outras; e destruição de capital variável implica rebaixamento de salários, aumento da taxa de desemprego e do ‘exército industrial de reserva’, fome, miséria etc”. (OFFE, 1985, p.72)

² “A brutal abertura da economia ao mercado internacional, tanto de bens quanto de capitais, e a rápida liberalização dos mercados concomitante à retração do Estado provocaram um choque: os aparatos produtivos transformaram-se profundamente e as relações sociais não são mais as mesmas, com o aumento do desemprego e a forte precariedade do emprego. As importações substituíram em parte a produção nacional, e um verdadeiro processo de ‘dessubstituição de importações’ foi colocado em prática. As economias – submetidas a esse modelo

ao mercado auto-regulado, da flexibilização e, conseqüentemente, da precarização das formas de trabalho. Surgindo a partir daí, conforme Giddens (BELL, 1971, p.325), as mais variadas formas de trabalho atípico, sazonal, temporário, parcial, subcontratado, terceirizado, vinculados ao setor informal da economia. Entre as novas ocupações criadas pela massa de “desempregados estruturais” para garantir sua sobrevivência, encontra-se a dos guardadores de carro ou “flanelinhas”.

Em decorrência do grande avanço tecnológico na década de 1980 e a introdução de inovações no processo produtivo como a automação, robótica, microeletrônica, etc., os trabalhadores do setor fabril foram obrigados a se adequar às novas formas de organização da produção. Desta forma, presenciaram um aumento na demanda por mão-de-obra especializada conjugada a uma diminuição dos postos de trabalho no setor industrial. Esse dualismo é constatado por Harvey (1992, p.138) quando se refere à acumulação flexível e sua tendência a movimentar os empregos para o setor de serviços e para aquelas regiões do planeta com menores custos de produção, ou seja, onde os salários sejam menores e a extração de mais-valia absoluta maximizada. Neste quadro funesto, a acumulação flexível fez retornar a superexploração do trabalho e o crescimento do setor informal mesmo nos países de capitalismo avançado. Harvey aponta ainda que nesta situação encontra-se a maioria dos países da América Latina. E não é de se estranhar o crescimento da desigualdade social no mundo e a proliferação de atividades no setor informal que não são suficientes nem mesmo para garantir a sobrevivência dos trabalhadores. Neste caso, os “flanelinhas” podem ser considerados como uma das atividades surgidas deste contexto e que se encontram no limbo social, desprotegidos, marginalizados, culpabilizados, criminalizados e invisíveis para a sociedade.

Fatores como a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, e a desregulamentação dos direitos trabalhistas foram incorporadas à dinâmica do modo de produção capitalista com a mesma facilidade com que se formou o que Marx (1971, p.76) denominou de *escravos assalariados*.

É preciso salientar que, com a enorme expansão do neoliberalismo em meados da

de crescimento – se movimentam, assim, entre a reestruturação de sua indústria e a grande expansão das exportações, por um lado a destruição de segmentos importantes de seu aparato industrial e o forte aumento das importações” (SALAMA, 2002, p.11).

década de 1970, o projeto neoliberal passou a ditar o ideário e os programas a serem implementados pelos países capitalistas. Preliminarmente, nos países de economia central e, logo em seguida nos países de economia periférica como Brasil, Argentina, México entre outros. Para Harvey (1992, p.140):

No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus de passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Como respostas do capital à crise vivenciada em fins da década de 1970, acirraram-se as transformações no processo produtivo através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo. Castel (1998, p.33) ressalta a existência de autores que acreditam que a substituição do antigo modelo de organização taylorista por novas formas de trabalho seja positiva, ao passo que acarreta em maiores possibilidades de mobilização social, porém, são favoráveis somente a uma minoria dotada de certo grau de especialização de sua mão-de-obra. No entanto, estas transformações decorrem, por um lado, da própria concorrência entre os capitalistas e, por outro, da necessidade de controlar o movimento operário e as lutas de classe.

A internacionalização do mercado, a mundialização da economia, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade estão fazendo com que o trabalho se torne o principal alvo de redução de custos no processo produtivo. Por conseguinte, objetiva-se minimizar o preço da força de trabalho e maximizar a extração de mais-valia absoluta num processo de *superexploração globalizada*.

Assim, é possível dizer que a partir do processo de globalização desencadeado pelo neoliberalismo o trabalho sofre profundas modificações. Ao mesmo tempo em que se encontra flexibilizado torna-se precário, assumindo formas diferentes daquelas propostas pelo modelo taylorista.

Segundo Pochmann (2001, p.25), está havendo uma diminuição da classe operária industrial tradicional concomitantemente a uma expressiva expansão do trabalho assalariado, devido a ampliação do trabalho no setor de serviços; vem ocorrendo ainda uma subproletarização intensificada, já que houve uma expansão do trabalho parcial, temporário,

precário, subcontratado e “terceirizado”. Está havendo portando uma processualidade contraditória, em que o resultado dessas transformações é o desemprego estrutural em escala planetária.

Paralelo a este movimento, ocorre a subproletarização do trabalho que são formas de trabalho vinculadas à “economia informal”, tendo em comum, essas categorias de trabalhadores, a precariedade do emprego e da remuneração, a regressão dos seus direitos sociais e a ausência de proteção e expressão sindicais, pois atualmente “a tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (ANTUNES, 1995, p.39). O que para Gorz (1982, p.84) significa que:

A maioria da população pertence a esse neoproletariado pós-industrial dos sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos de empregados em meio expediente.

Outro quadro, que se apresenta na realidade brasileira, é um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços, que é o crescimento absoluto e relativo do setor terciário, onde atuam os guardadores de carro, ressaltando que estes estão na informalidade diferentemente daqueles que estão desempregados temporariamente, possuidores de uma profissão. Eles em sua grande maioria não possuem o perfil procurado pelas empresas que exigem um nível de escolaridade formal, altamente qualificado e especializado, polivalente, confiável, entre outros. Desta forma, o esforço desses trabalhadores para retornar ao mercado formal depende de um esforço hercúleo e de superação de um contexto social inóspito.

Dalbosco (1999, p.55) aponta as crises³ sucessivas do capital quando faz referência à substituição do modelo fordista de acumulação para um outro mais flexível, como forma de

³ “As crises econômicas são caracterizadas pelo fato de gerarem desemprego e subemprego como fenômenos de massa. Os governos e sindicatos de todos os países capitalistas desenvolvidos concordam que a assistência a essa massa desempregada deve ser prioritária na política governamental. A prioridade dada ao pleno emprego é ainda mais pronunciada quando se trata dos governos dos ‘Estados do bem-estar’, que estão sujeitos a uma obrigação legal de pagar aos desempregados até certo ponto uma indenização e de garantir a viabilidade financeira dos programas de previdência social”. (OFFE, 1985, p.19).

superação dessas crises. No entanto, o universo do trabalho foi o que mais sofreu com essas mudanças através da hipertrofia do setor terciário e da redução brutal dos postos de serviços no setor secundário.

Vasapollo (2005, p.16) em uma análise do desenvolvimento organizativo do capitalismo aponta que,

enquanto no mundo denominado “desenvolvido”, onde estão concentradas todas as atividades científicas, o índice de desemprego varia entre 4% e 14%, no mundo dos países de médio desenvolvimento (onde estão implantadas as empresas deslocalizadas), o mesmo índice varia entre 10% e 20%. No denominado Terceiro Mundo, ao contrário, não é possível medir o desemprego porque não existem regras ou instrumentos capazes de calcular o número daqueles que têm um trabalho real. Nesse contexto, inserem-se novas figuras características da flexibilização, seja das funções, seja dos horários.

O trabalho informal, precário, parcial, ilegal entre outras denominações vem assumindo dimensões homéricas na *sociedade pós-industrial*⁴. Com a produção para além de fronteiras nacionais, o capitalismo descobriu uma nova forma de acumulação, investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo assim, reduzir os custos e aumentar a competitividade. O novo trabalhador se encontra no limite da ocupação e não-ocupação e entre um reconhecimento incerto de direitos sociais. O que a lei determina não é o que realmente se efetiva. A precarização do direito virou uma norma, assim como a precarização das condições de trabalho e salário, surgindo novas formas de pobreza.

Alves (2006, p.29) aponta que a precariedade do trabalho atinge de forma diferenciada algumas categorias profissionais que perderam seus direitos trabalhistas ou tiveram seu estatuto flexibilizado nos últimos anos obedecendo à sistemática do modelo de política neoliberal seguido pelo mundo capitalista.

A industrialização brasileira associada ao mercado internacional a partir da substituição das importações foi denominada de “desenvolvimento para fora”. Essa

⁴ Segundo Bell (1971) como sugere a expressão – o mundo contemporâneo está às margens de uma reorganização social e econômica fundamental que relega o “industrialismo” à história passada. “A primeira característica da sociedade pós-industrial é que a manufatura, ou a produção de bens, não é mais a principal preocupação da força de trabalho, a manufatura está sendo cada vez mais substituída pelas ocupações de serviço”. (BELL, 1971, p.314).

característica, aliada a não existência de uma tradição sindicalista que impusesse um maior caráter de regulação referente a proteções no mercado de trabalho e a não ruptura entre o modelo agro-exportador e industrial, permitiu o conservadorismo na esfera das relações entre capital/trabalho. Essas particularidades colaboraram para uma intensa concentração e baixa incorporação da mão-de-obra. O país, por ser economicamente subdesenvolvido, sentiu ainda mais os reflexos da reestruturação produtiva e abertura comercial no final dos anos 80. Neste período com o governo Collor, instala-se um agravante ao adotar as medidas neoliberais. Com Fernando Henrique Cardoso no poder, o neoliberalismo avança juntamente com a flexibilização da legislação trabalhista. Estas situações implicam em demissões em larga escala, além do crescimento das modalidades informais de trabalho. Dalbosco (1999, p.19) fala da dificuldade em conceituar o trabalho informal, já que ele representa uma variedade no seu conjunto de atividades – desde o guardador de carro até o consultor de informática que trabalha em casa por conta própria.

Inicialmente a informalidade era focada como oriunda da explosão demográfica que criou excedente de mão-de-obra, a qual passou a se auto-empregar para sobreviver. Porém, houve uma mudança no enfoque ao analisá-la como resultado da descentralização e reorganização dos processos de produção e trabalho no mundo.

A informalidade tem tratamentos diferenciados conforme a localização. Nos países periféricos esta prática é marcada pela exclusão e não generalização da cidadania. O Estado não utiliza políticas de apoio a esse setor, com isso não reconhece a existência de cidadanias diferenciadas. Presencia-se um estado de *mal-estar social* em oposição ao *Welfare State* dos países de capitalismo avançado.

Utilizando dimensões gerais e particulares referentes a aspectos que interferem na informalidade fica explícito o surgimento desse tipo de atividade concomitante com a reestruturação produtiva, tendo como agravante a ação minimizada do Estado. Porém, o “setor informal” já existia desde a Revolução Industrial com a ascensão do capitalismo sob as formas de pequenos comércios no redor das pequenas cidades. Com isso, esse fenômeno trata-se de um aspecto estrutural – sendo resultado das relações sociais e expandido seu grau de atuação, a partir do momento que o capital busca alternativas para sair de suas crises sucessivas sob formas cada vez maiores de acumulação.

Cabe ressaltar que o Estado considera como ocupados todos os tipos de trabalho por tempo determinado, intermitente ou precário, não deixando ficar evidente que, antes de um fictício aumento da ocupação, diminui significativamente o total dos salários. A utilização do termo informalidade é justificável dada às condições atuais de trabalho, nas quais misturam mais e mais relações de trabalho formais e informais na estrutura produtiva.

Outro ponto que deve ser deslindado diz respeito ao apoio do Estado à flexibilização das leis trabalhistas, regulamentando a espoliação da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção. Além da desproteção legal, provocada pelas mudanças da legislação, os trabalhadores sofrem com a desproteção social, que os coloca na quase exclusiva dependência da família em situações de doença, acidente que os afaste de sua ocupação – total falta de cobertura social.

De acordo com Carvalho (1990, p.26), o setor informal é consequência da concentração de mão-de-obra nos grandes centros urbanos que na maioria das vezes não é absorvida, ou quando o contrário ocorre, é mal remunerada. Isso acaba obrigando os trabalhadores a buscarem fontes alternativas de geração de renda, o que pode ser o caso daqueles que atuam como guardadores de carros. Também é abordada a relação de subordinação do setor informal ao capital, o que acaba implicando no nível de desenvolvimento do referido setor. Para Carvalho, o setor informal é apenas uma forma de diminuir a pobreza, mas não de eliminá-la. O trabalho informal muitas vezes é considerado uma atividade complementar, o que não pode ser generalizado, pois muitas pessoas têm a atividade informal como única fonte de renda.

No Brasil, a intervenção estatal, responsável por desenvolver setores produtivos estratégicos da economia, exclui as classes populares de suas ações. Assim, nos planos de desenvolvimento econômico-social, verifica-se que gerar empregos era uma prioridade, mas decorrente do próprio processo de crescimento da economia.

Em 1975, as atividades informais eram vistas como transitórias e acreditava-se que seriam superadas pela modernização. Essa visão mudou após alguns estudos que destacaram a relevância social e econômica do setor informal e ainda defenderam a importância de haver políticas públicas de apoio a esse setor.

No que diz respeito à implementação de políticas sociais dirigidas ao setor informal, a autora destaca duas correntes: uma que acredita ser desnecessário a elaboração de tais

políticas devido o desaparecimento do setor em questão e outra que vê o setor informal como decorrência do capitalismo e que defende a ineficácia de políticas para ele tendo em vista o seu caráter de subordinação ao capital e, como consequência, a sua impossibilidade de desenvolvimento.

As duas concepções não contemplam o pensamento de Carvalho, pois esta acredita no fortalecimento do setor informal através da implementação de políticas sociais eficazes. A partir disso, a autora aborda o conteúdo e os objetivos que devem ser distinguidos nas políticas direcionadas ao setor em questão.

Mesmo diante da inexistência de uma política de desenvolvimento para o setor informal (em 1989), a autora ainda apresenta comentários sobre o que seria uma política desse tipo e ressalta a importância dela não ser transitória e, sim, contínua. Tal política se insere em um redirecionamento das ações do Estado, investindo na população como potencial de desenvolvimento. Também pressupõe a participação da população em sua elaboração e execução, criando condições para que seus interesses sejam de fato considerados.

Carvalho ainda menciona a importância do trabalho do Serviço Social junto aos informais que tem como objetivo incentivar a reflexão crítica em torno das relações sociais que dominam o mercado capitalista e das políticas do Estado que lhes são dirigidas. A intervenção do Serviço Social nessa realidade deve considerar que o traço distintivo desses trabalhadores é dado por sua dificuldade em considerar-se como sujeito coletivo e, então, como sujeito capaz de exigir direitos e dignidade. No caso dos guardadores de carro do município de Juiz de Fora foi identificada a total ausência de políticas públicas destinadas diretamente a essa população. O que começa a surgir são demandas para coibir essa prática no município, principalmente pela concepção de que essa atividade estaria encobrindo a prática de diversos crimes como o furto de veículos, tráfico, roubo, entre outros. Os flanelinhas do município tem vivenciado uma realidade não diferente da nacional, a da criminalização de sua atividade. Em Juiz de Fora a atividade tem sido tratada como caso de polícia e tem conseguido amplo apoio da sociedade que se considera constrangida a pagar para estacionar seu carro em determinados pontos da cidade onde exista a figura do guardador de carro. Este, por sua vez, se posiciona em lugares estratégicos como bares, restaurantes, teatros ou outros locais que eventualmente terá um grande fluxo de carros para estacionar. Por sua parte não admitem a hipótese de constrangerem o motorista a pagar uma quantia para estacionar seu

carro em via pública. Dizem que a contribuição é espontânea pelo serviço de proteger o carro contra o furto e não estipulam um valor a ser pago como nos estacionamentos distribuídos pela cidade.

A atividade dos guardadores de carro no município de Juiz de Fora, assim como outras ocupações informais, encontram sua gênese nos traços arcaicos de organização da estrutura de mercado de trabalho no Brasil, reconfigurado e agravado com o cumprimento pelo Estado brasileiro da bula neoliberal. A partir disso, o livro “População de rua, quem é, como vive, como é vista”, traz dados relevantes sobre o tipo de indivíduos marginalizados e execrados pela sociedade. Trata-se de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo onde se percebeu que a população de rua que ocupa praças, calçadas, casas abandonadas, não se caracteriza apenas pela figura do mendigo, aquele homem ou mulher que anda sujo, mal vestido e mal cheiroso, que fica pedindo esmolas na rua, mas por trabalhadores que estão desempregados ou subempregados e que vivem uma vida precária de pobreza e miséria, que perderam seus direitos e sua dignidade e que, por não terem trabalho, vivem numa situação limite de sobrevivência.

As estatísticas levantadas mostraram que a população de rua é constituída majoritariamente por homens jovens com baixa escolaridade, que possuem famílias, mas pelo fato de terem saído de casa em busca de trabalho e por não terem encontrado, a sua permanência na rua é maior e com isso quebram-se os vínculos familiares. Sem trabalho regular (carteira assinada), desenvolvem atividades de trabalho bastante variadas, de baixa qualificação e pouco valorizadas, sendo mal remunerados. Por exemplo, carregador de caminhão, catador de papel e guardador de carros apresentam situação similar encontrada na pesquisa com esse público.

Uma rede de instituições filantrópicas de caráter religioso (católicas, evangélicas e espíritas) faz atendimentos à população de rua, entre alguns serviços, sua principal ação é a distribuição gratuita de alimentos.

Pode-se perceber também que existem aqueles que *ficam/estão circunstancialmente na rua*, que são os trabalhadores quase sempre temporários, que devido à conjuntura recessiva perdem o emprego e a moradia, que vem de outras cidades e não tem lugar para ficar ou não tem dinheiro para pagar uma pensão e não encontram vagas em um albergue, não aceitam essa condição nem tão pouco serem considerados moradores de rua.

Há aqueles que *moram na rua (são da rua)*, que são pessoas que tem um modo de vida próprio, que fazem da rua seu abrigo e realizam nela o que usualmente se faria em casa. Está exposta a todo tipo de violência e que passa por um processo de debilitação física e mental em função da má alimentação e das condições precárias de higiene e pelo uso constante de álcool.

As políticas sociais no Brasil têm se subordinado aos interesses econômicos das classes hegemônicas e, dessa forma, elas vêm se tornando cada vez mais excludentes, porque traz em si a noção de clientelismo fazendo com que os menos favorecidos não tenham seus direitos sociais reconhecidos.

Ante uma demanda crescente das populações carentes de recursos para sobreviver, a intervenção do Estado tem se mostrado incapaz de modificar a desigualdade social no Brasil. A política social tem sido organizada setorialmente, em torno de microáreas de atuação. Tal prática tem feito com que a política social no Brasil seja sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara e proliferando-se em uma rede de instituições assistenciais.

A atual situação dos trabalhadores do setor informal evidencia as novas condições de trabalho impostas no marco da reestruturação produtiva. O trabalhador para sobreviver está condicionado a se submeter às condições mais vilipendiosas e precárias de trabalho. Ademais, está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais diante do avanço neoliberal, sobretudo nos países latino-americanos e de economia periférica.

Diante disso, as dificuldades de organização desses trabalhadores contribui para a ausência do Estado através de políticas públicas para esse setor. Portanto, a construção de uma identidade coletiva é inconteste para o fortalecimento de um movimento reivindicativo perante os gestores públicos para superar o quadro de invisibilidade dessa atividade. Por conseguinte, a necessidade de elaborações de caminhos para romper com o individualismo e a falta de organização são prementes neste momento de desregulação do mundo do trabalho suscitada pelo avanço neoliberal e a implementação de um Estado mínimo. Somente a partir dessa superação, essa atividade conseguirá se organizar e lutar por políticas públicas que contemplem os interesses desses trabalhadores e permitam uma condição digna de vida.

ABSTRACT

This article examines the deep alterations brought about by neo-liberalism, which make labor relations flexible, which in turn makes them fragile. As a consequence of these transformations, this study analyzes the development of informal working conditions in Brazil, especially that of informal car guards in the municipality of Juiz de Fora, who make a living by taking on this type of unprotected and precarious work.

The article presents a study made of these workers who, besides the lack of legal protection, that is, informal work, suffer from a lack of social protection, and countless other forms of exclusion.

Key words: Neo-liberalism, capitalist restructuring, car guards.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BELL, Daniel. Technocracy and politic. In: GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARVALHO, Valéria. O serviço social e o setor informal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano X, n.32, p.5-17, maio 1990.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DALBOSCO, Eduardo. Os desafios de compreender o trabalho informal. *Ser Social*, Brasília, n.5, p.189-220, jul./dez.1999.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *“Trabalho como categoria sociológica fundamental?”* Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. Tradução de Maria de Jesús Brito Leite. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL NOS ANOS 1990. NOTAS DE UMA PESQUISA SOBRE JOVENS EM JUIZ DE FORA - MG

Maria Aparecida Tardin Cassab*

Flavia de Albuquerque Costa**

Priscila Schettino***

Luiz Cláudio Ribeiro****

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre as conexões entre política social e juventude. Ele é parte de um percurso de pesquisa em desenvolvimento que pretende demonstrar o modo pelo qual a política opera a produção de territórios pra jovens pobres na cidade. Para isso o artigo apresenta alguns fundamentos da formulação de políticas para jovens e como estas se apresentam no Estado brasileiro, a partir da década de 1990.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on the connections between social policies and youth. It is part of a larger study underway that intends to demonstrate the way how policies produce territories for poor young people the city. To do so, the article presents some fundamentals of the formulation of policies for the young in Brazil beginning in the 1990s.

Keywords: Brazilian youth, public policy, social policy.

INTRODUÇÃO

Estas notas são parte do percurso da pesquisa “Mapeamento dos conflitos envolvendo jovens no Município de Juiz de Fora a partir do ano 2000”, iniciada em agosto de 2005. Seu objetivo é conhecer as conexões entre as especificidades do desenvolvimento urbano da cidade de Juiz de Fora, com relevo em suas desigualdades, e as ações de política social, voltadas à juventude, com impacto no espaço da cidade. Na realidade procura-se investigar o quanto a política social contribui para a produção de

* Doutora na Faculdade de Serviço Social / UFJF; Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFJF.

** Aluna do Curso de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

*** Aluna do Curso de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

**** Doutor na Faculdade de Serviço Social/UFJF.

territórios na totalidade da cidade. Para esta reflexão três categorias são fundamentais: Juventude, Política Pública e Território.

Um primeiro artigo (Cassab et alli, 2006) já apresenta os resultados das tarefas iniciais de produção de um banco de dados sobre conflitos envolvendo jovens noticiados em um jornal local. Centrado na produção de um perfil dos jovens que emerge da leitura das matérias, o artigo relata as formas como esses conflitos são apresentados e de que modo relacionam-se à cidade. A partir disso são pensadas as políticas encetadas pelo poder público local, na perspectiva do disciplinamento da circulação e ocupação de espaços na cidade e a conseqüente localização de grupos sociais no espaço urbano.

Já neste artigo registra-se o segundo movimento da pesquisa que trata de outro elemento da tríade acima enunciada, que é a questão das políticas sociais e públicas voltadas aos jovens. Este texto procura apresentar os pressupostos com base nos quais a política é compreendida na investigação. Para isso, ele começa por problematizar os fundamentos sobre os quais se assentam os processos de formulação de políticas para jovens pobres. O ponto de partida dessa problematização, e em certo sentido também o de chegada, é que as ações voltadas para jovens procuram muito mais dar respostas às imagens socialmente produzidas sobre esses jovens do que às suas necessidades sociais. Nesse sentido, a ênfase da política recai muito mais sobre o controle dos jovens do que sobre a oportunidade.

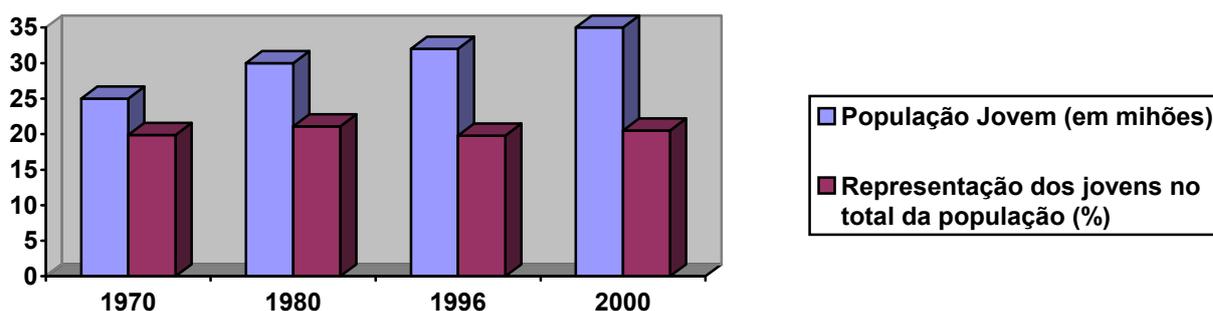
Neste texto é feita ainda uma breve resenha das políticas federais para a juventude nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula. O estudo das políticas federais é primordial para a análise das ações locais, pois, além de serem suas principais fontes de financiamento, emanam diretrizes importantes que orientam as políticas municipais.

POLÍTICAS E JUVENTUDE: UMA EQUAÇÃO RECENTE NO ESTADO BRASILEIRO

A ação do Estado brasileiro através de políticas sociais e públicas destinadas aos jovens ganha projeção no cenário nacional a partir da década de 1990. Algumas razões podem ser relacionadas para a atribuição deste valor da juventude como objeto de

políticas. O primeiro, de ordem demográfica é o aumento proporcional de jovens entre 15 e 24 anos no conjunto da população brasileira. No gráfico abaixo é possível verificar esta tendência.

População de 15 a 24 anos no Brasil



Fonte: Censos do IBGE, disponíveis em www.ibge.gov.br.

Um segundo motivo que pode ser relacionado é o agravamento acelerado da chamada crise urbana, com a explosão das periferias das grandes metrópoles brasileiras impulsionada por uma combinação de aumento exponencial da violência urbana; enfraquecimento do estado e corrupção acentuada; pauperização aliada a minimização dos serviços públicos e enfraquecimento das arenas de luta política na sociedade. Por fim, porém não menos importante é a questão das mudanças no mundo do trabalho, com o crescimento do desemprego aberto, o encolhimento dos empregos formais e da seguridade a ele associada.

No âmbito deste artigo não cabe discutir com profundidade cada uma das razões assinaladas acima, pois ainda que fundamentais para que se compreenda o acirramento da questão social nas últimas décadas do século XX, o que cabe ressaltar é que os jovens foram sem dúvida, o grupo no qual esta crise atinge sua maior visibilidade.

Esta condição tem sua face mais cruel no protagonismo dos jovens na violência urbana, seja como autores e/ou vítimas. A faixa etária compreendida entre os 15 e 24 anos é a que apresenta maior incremento na mortalidade nas últimas décadas, excluindo-se, é claro, aquelas situadas acima dos 75 anos. O óbito de jovens é de tal modo intenso que interferiu na desaceleração da esperança de vida do brasileiro. Ou ainda, os estudos que desde os anos 80 sinalizam para o rejuvenescimento da massa

encarcerada no país.

É possível dizer-se que os jovens são hoje, no Brasil, a face mais agudamente visível da questão social em seu perverso traço de histórica desigualdade, de homogeneização da pobreza e de elitização do Estado.

Porém, é possível se perguntar o que mudou para que, no mundo todo, os jovens tenham tornado sua presença nas ruas das cidades tão avassaladora. A revolta dos jovens filhos dos migrantes dos banlieus de Paris afirmava, em suas próprias palavras, que seu desejo era deixarem de ser invisíveis para o poder público, queriam políticas e trabalho. Talvez o que tenha mudado seja justamente sua recusa em ser invisível. Zizek afirma que “o contrário de *existência* não é inexistência, mas *insistência*: o que não existe continua a insistir, lutando para passar a existir” (2003: 37) (grifos do autor)

Nesta perspectiva o debate sobre os jovens e o estabelecimento de ações de política social através de programas e projetos financiados por recursos do governo federal começam a ter um maior incremento nos anos 1990. Essa década congrega, portanto, processos de diferentes âmbitos que resultam na preocupação, tanto da sociedade quanto do Estado, em relação a este segmento social. Isto pode ser verificado, por exemplo, na área da saúde no que diz respeito ao aumento de políticas voltadas ao controle da sexualidade dos jovens, tendo como preocupação central à transmissão do vírus HIV e a gravidez na adolescência, porém ainda com baixa incidência de programas públicos voltados, por exemplo, para a anti-drogadição.

Esse cenário é marcado pela implementação efetiva das políticas de cunho neoliberal, e das transformações na esfera da produção acarretando um considerável aumento das taxas de desemprego e redução dos postos de trabalho formal, sendo os jovens bastante sensíveis a esse processo. A violência urbana, acentuada neste período, exprime a falta de perspectiva diante desse processo econômico e social, demarcado por incerteza e instabilidade. É fato que os jovens vivem de forma peculiar esse movimento, já que eles se encontram em fase de inserção no mercado de trabalho retraído.

A não inserção no mundo do trabalho formal fortalece a imagem do jovem ocioso e perigoso, sendo feita uma associação entre conduta criminosa e tempo livre que é somada a idéia da juventude como uma faixa etária naturalmente agressiva. A intenção é ocupar o tempo livre desses jovens através de políticas que tenham um

caráter normativo e que sigam uma concepção de cidadania civilizatória e de pacificação social, na linha de adequá-los a condutas determinadas.

Tendo em vista a associação entre jovens e “problemas sociais”, as ações destinadas à juventude se apoiam em mecanismos de “controle social” na tentativa de “resolve-los”. Na atualidade, o público-alvo prioritário desses mecanismos são os jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades, vistos então como problemas, pensados todo o tempo por sua negação, por aquilo que lhes falta.

Em estudo desenvolvido na segunda metade dos anos 1990 já se identificava esta tendência. Na análise de alguns programas destinados a jovens reconhecia-se:

Três das experiências trabalham com uma população de jovens que é caracterizada como em situação de risco social. Essa situação está definida em cada uma das ações a partir da direção que atua o programa. Para um dos programas, os jovens em situação de risco são aqueles:

-habitantes de regiões carentes ou marginalizadas; oriundos de famílias desestruturadas de baixa renda; que morem ou passem o dia na rua e vítimas de exploração, violência física ou psicológica.

O outro programa, voltado essencialmente para a profissionalização, vai caracterizar os jovens que são seu público alvo como aqueles que:

Em situação de risco social, traduzido por pobreza crítica; carência ou precariedade de vínculos familiares; escolaridade inferior ao 1º e/ou 2º graus (por evasão, repetência, necessidade de trabalhar, resistência emocional ou cultural, ‘desinteresse’ ou outros fatores de exclusão); acesso precário ou inexistente a serviços de saúde; ausência de qualificação profissional (Cassab, 2002, 92).

Segundo Sposito :

Muitos dos programas sociais a eles destinados encerram nítidas dimensões de contenção de um possível comportamento violento e destrutivo. Encontramos, ainda, proposições que consideram os segmentos jovens como capital humano que deve ser cada vez mais rentável, mediante investimentos que o habilitem a uma melhor qualificação – dentre eles o educacional. (Sposito, 2003: 62)

Na análise dos programas acima citados já se encontra de forma explícita essas concepções nas ações:

As ações de educação profissional, para a clientela indicada, deverão incluir, necessariamente, a complementação da escolaridade básica (1º e 2º graus), inclusive por via supletiva, para os maiores de 18 anos.

Agregar às atividades específicas de profissionalização as habilidades de gestão e de associativismo. Encaminhar para o mercado de trabalho os adolescentes e jovens qualificados, estimulando e apoiando alternativas de trabalho autogerido, microempreendimentos e diferentes formas de associativismo. (Cassab,2002, 95)

Wacquant (2003) ressalta o fato que os serviços sociais acabam por se transformarem em instrumentos de vigilância e controle de novas “classes perigosas”. Este controle se dá através de normas que condicionam o acesso à assistência social à adoção de práticas de conduta, que adequam a assistência às famílias em função da frequência escolar de seus filhos ou da inscrição em estágios de formação com objetivos e perspectivas obscuras.

Os programas destinados a jovens pertencentes a segmentos populares, têm como contrapartida a obrigatoriedade da matrícula na escola pública, pois isso na racionalidade da política seria um fator de inserção social de jovens. Para que isso se realizasse seria necessário que se mudassem as condições de funcionamento e a qualidade da educação pública. Pois, a mera obrigatoriedade da frequência à escola assume uma forma mais burocrática do que realmente de interação dos jovens com a instituição escolar.

Ou seja, apesar de seu discurso de incentivo a escolarização a qualidade da instrução fornecida aos participantes dos programas não é uma prioridade. A escola é reduzida a sua seqüência formal de segmentos e certificados ao fim de cada um. Já a educação oferecida nos programas é absolutamente instrumental, voltada diretamente para o treinamento de habilidades profissionais.

Do mesmo modo, não se desenvolvem ações com vistas a propiciar aos jovens as oportunidades para superação dos déficits culturais que acumulam em razão de suas dificuldades de acesso aos bens de cultura produzidos na vida social. As concepções de educação e capacitação para o trabalho que presidem estes programas estão impregnadas por uma lógica de formação para a subalternidade, sem romper com os lugares sociais que estão indicados para eles. É, porém, uma subalternidade modernizada de acordo com os ditames da nova organização do trabalho, em razão da reestruturação produtiva.

Outra situação procede do fato de que muitos jovens buscam esses programas

após concluírem sua escolaridade. Suas condições materiais da pobreza nem sempre os impedem de freqüentar a escola, entretanto, esta não garantirá a superação do contexto de desigualdade social que vivenciam.

As ações federais destinadas ao segmento juvenil se intensificam a partir do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a implementação de três programas que envolvem transferência de renda e impõe uma contrapartida: o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Serviço Civil Voluntário e o Programa Bolsa Trabalho Renda.

Para Sposito (2004) isso ocorre dada à repercussão midiática que alguns atos de violência praticados por jovens no país adquirem nesse momento. Assim as ações são emergenciais tendo um caráter compensatório, fragmentado e focalizado, resultando em grande precariedade. Há uma ausência de articulação, acompanhamento, e avaliação dos programas federais, sendo dispersos na sua formulação, execução e dotação orçamentária.

O que se observa a partir daí é um grande número de projetos e programas governamentais setoriais, alguns executados diretamente pelo governo federal, outros por parcerias com municípios e ONGs. Conforme LEÃO (2004) faltam políticas estratégicas e efetivas que não submetam os jovens como indivíduos carentes, meros beneficiários de projetos e programas, mas que os entendam como sujeitos de direitos, agentes estratégicos da construção social.

A própria concepção destas ações no governo federal nunca chegou a se constituir a partir de um corpo de definições políticas estratégicas com objetivos claros e articulados, passíveis de serem desdobrados em várias iniciativas diferentes, porém com unidade de princípio e perspectiva de ação comum. Desse modo, a política pra jovens não foi ainda pensada no Estado brasileiro fora da perspectiva de política compensatória e focalizada realizada através de algumas ações fragmentadas.

O primeiro governo Lula amplia o número de ações voltadas a jovens que se pulverizam nos vários ministérios. Vale destacar na Secretaria Nacional de Direitos Humanos o Programa de Reinserção de Adolescentes em Conflito com a Lei e o de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial, porém o principal é a chamada Política Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego que através de cinco ações

diferenciadas pretende criar oportunidades para jovens conseguirem ingressar no mercado de trabalho. A simples enumeração dos nomes das ações indica os pressupostos sobre os quais se assentam: Consórcio Social da Juventude, Serviço Civil Voluntário, Jovem Empreendedor, Soldado Cidadão e Aprendizagem. Seus objetivos são a qualificação social e profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Porém, é necessário ter claro que:

As concepções que os programas apresentam não são, é claro, escolhas aleatórias ditadas por seus formuladores, mas estão orientadas por todo um universo de concepções que fundam as ações, a partir das formas pelas quais seus usuários se apresentam na vida social. Ao mesmo tempo, as idéias que essas ações produzem e difundem são formadoras das idéias que acabam também por circular na vida social, reforçando ou rompendo, com o instituído (Cassab,2002, 95)

Portanto, não é possível esquecer que as próprias políticas reforçam concepções e imagens já existentes que circulam na vida social. Mas também não é possível desconhecer a conexão entre políticas e pressões sociais. Cabe aqui então perguntar-se novamente: as políticas não se ocupam mais em responder às imagens sociais produzidas sobre os jovens, e neste particular os jovens pobres, do que às necessidades sociais destes jovens? Se de fato respondem ao imaginário associado a juventude não contribuem para reforçá-lo? Assim pensada a juventude em seu “insistir existir” não assombra a toda sociedade lembrando, a todo momento, o que se quer esquecer, como um doloroso sintoma da histórica desigualdade?

Zizek(2003) comentando as “Teses sobre Filosofia da História” de Benjamin afirma:

Os sintomas registram não somente as tentativas fracassadas do passado, mas, mais modestamente, as ocasiões no passado *em que se deixou de reagir* ao chamado à ação ou à empatia pelos outros cujo sofrimento de alguma forma pertence à forma de vida de que se é parte. (Zizek,2003,37)

BIBLIOGRAFIA

CASSAB, M. A. T. *Jovens pobres e o futuro*. a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói : Intertexto, 2001

CASSAB, MAT; RIBEIRO, L.C.; ALBUQUERQUE, F.; SCHETTINO, P. *Jovens e cidade: mídias e políticas na ordenação do espaço*. Ser Social: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social /Universidade de Brasília, Dep de Serviço Social, n. 17, 2006 p 251-274

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set-dez 2003, p. 16-39

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro:Revan, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do Real!* : cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas, São Paulo : Boitempo Editorial, 2003.

PRISÃO E ABANDONO: TRABALHANDO A LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR NO SISTEMA PRISIONAL

Saulo Camargo*

RESUMO

Relato de experiência relativa à “*Localização de Familiar*”, realizada pelo Serviço Social da Penitenciária de Paraguaçu Paulista – Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo.

Analisa o processo de trabalho desenvolvido: as dificuldades, os preconceitos, as possibilidades de intervenção, os aspectos éticos, a criatividade, a inventividade que perpassam a intervenção social, através de três casos eleitos como significativos para demonstrar o “*como*” do fazer profissional.

No segundo momento, mergulha na análise do “*todo*”, evidenciando as inter-relações e conexões do comprometimento do vínculo que pode estar “*fragilizado*”, “*distendido*” ou “*rompido*”.

Palavras-chave: localização de familiar, sistema prisional, rompimento de vínculos..

1. PRISÃO E ABANDONO: TRABALHANDO A LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR NO SISTEMA PRISIONAL**

A atuação do assistente social, no Sistema Penitenciário Paulista, mais precisamente na Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP, defronta-se cotidianamente com a realidade de abandono ou perda de contato do apenado com membros de sua família, quer seja de origem e/ou constituída.

Dentre os vários casos trabalhados com o objetivo da aproximação familiar e restabelecimento do vínculo que pode estar “*fragilizado*”, “*distendido*” e até “*corrompido*”, a intervenção do Serviço Social mostrou-se com eficácia e competência no trabalho com famílias.

Apresenta-se o estudo de 28 casos trabalhados efetivamente durante a atuação desenvolvida na rotina profissional, tendo por objetivo o restabelecimento do vínculo familiar,

* Assistente social do Centro de Reintegração Social e Atendimento à Saúde da Penitenciária de Paraguaçu Paulista – SP e especialista em Serviço Social.

** Devido ao recebimento do Prêmio Mário Covas pelo autor, foi publicado em um artigo com esse mesmo título em www.premiomariocovas.sp.gov/pesquisa2006/Atendimento%20ao%20Cidadao/AT_12.DOC.

como também, a inclusão do homem preso que cumpre pena, através da recuperação da rede primária de apoio. Fato que se revelou primordial na reintegração e reinserção social da pessoa humana que convive em rede social¹, do nível mais elementar aos mais complexos.

A necessidade do reencontro com a família dá-se de forma sentida e problematizada pela pessoa que se vê destituída não só do convívio com o seu familiar, pois a prisão por si própria já é impeditiva dessa convivência, da forma como se processa regularmente na sociedade. O aprisionado, via de regra, somente pode desfrutar do convívio familiar nos finais de semana em razão de visitas que podem ser esporádicas ou regulares, “único elo que une ao mundo comum das pessoas”. “O detento sabe que vai receber a visita da mulher e do filho de forma pacífica e tem esperança de sobreviver ao opressivo programa de encarceramento”. (AMORIM, 2003, p. 373 e 377). Contudo durante o processo de aprisionamento, que pode chegar a períodos relativamente longos (12, 14 anos ou mais para o artigo 121 – homicida), pode ocorrer a perda do contato, como também o abandono do familiar. Muitas vezes a perda do contato com membros da família ocorreu anteriormente ao cumprimento da pena, como verificado em alguns casos trabalhados.

O trabalho² com família requer do profissional, além de habilidade no manejo de instrumentos e técnicas, sensibilidade social e humana e familiaridade com o corpo teórico a respeito do assunto, com o objetivo de conhecimento da realidade, seleção do arcabouço teórico relevante para atuação e desmistificação de preconceitos e teorias estigmatizantes que confundem ao invés de elucidar e clarear a atuação do profissional na realidade social, e, principalmente, disponibilidade para atuar em campos minados, cheios de revezes e dificuldades, quer sejam elas pessoais, profissionais e institucionais, tanto internas como externas.

¹ Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta, acionada pelos conectores e, uma vez que as redes são múltiplas, as conexões em redes tornam-se fontes fundamentais de formação, orientação e desorientação de sociedades. Deve ser entendida como uma nova base material para o desempenho de atividades em toda estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 498-499).

Para FALEIROS (2002, p. 24) “o Serviço Social trabalha relações particulares e gerais para fortalecer relações de forças dos oprimidos nessa rede quer sejam primárias, as famílias, as redes secundárias das organizações sociais ainda articulando outras redes para fortalecer os sujeitos em redes.”

² Ato de acionar conscientemente e racionalmente, operando mudanças, tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, nas subjetividades dos indivíduos, permeados pela ética (IAMAMOTO, 1998, p.60-61).

Os assistentes sociais que trabalham no Sistema Prisional prestam serviços diretamente ao preso e indiretamente às suas famílias. No trabalho com o homem que se encontra preso as demandas são das mais diversas ordens e necessidades.

Neste artigo, não entraremos nas diversas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social dentro da Unidade Prisional de Paraguaçu Paulista, mas sim nos ateremos ao trabalho de **“Localização de Familiar”**, dada a sua importância e especificidade, que é a razão da temática em foco.

2. TRABALHANDO A LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR

A localização de familiares de presos, que perderam contato com algum membro da família tanto de origem, como constituída, tornou-se necessária em razão da demanda do próprio sentenciado, que solicita sua localização, por ter perdido o contato que mantinha através de cartas, ou por visitas mesmo que esporádicas e irregulares. Em alguns casos a perda do contato com o membro da família é anterior ao cárcere.

Nos três anos de atuação do Serviço Social na Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP, trabalharam-se 28 casos, obtendo-se êxito na localização em mais de 85% deles (24 casos).

Torna-se importante salientar que os sujeitos participantes desta pesquisa autorizaram a utilização de seus dados e histórias. Obviamente, tomaram-se todos os cuidados para a omissão dos nomes e outros dados que pudessem identificar os sentenciados/reeducandos participantes e citados neste artigo.

A atuação do Serviço Social inicia-se por solicitação do próprio sentenciado, ou por encaminhamento de outros profissionais que conhecem o trabalho desenvolvido.

No atendimento inicial, o sentenciado passa as informações sobre o familiar que procura (nome, idade, local onde reside ou provavelmente deve residir, local de trabalho e/ou função desenvolvida, pessoas que possam dar alguma informação sobre o familiar, ou qualquer outra informação que possa viabilizar a localização da pessoa procurada), e os motivos, por que está à sua procura. Podem parecer óbvios os motivos pelo qual uma pessoa procura uma outra, principalmente em se tratando de um familiar, entretanto, no Sistema Prisional, é preciso ter muita cautela, pois algumas vezes as razões não são tão nobres como

parecem. Na maioria das solicitações de localização de familiar, as razões são: o abandono, a perda do contato, a quebra do vínculo e apego, mas há casos que são movidos pelo desejo de vingança pessoal e razões de outra ordem (principalmente quando se trata de ex-companheira, ex-esposa). É preciso ter cautela para não colocar em risco pessoas que refizeram sua vida social e pessoal, ou que não desejam mais manter contato, seja qual for o motivo (devemos respeitar as razões particulares de cada um).

Muitas vezes são necessárias várias entrevistas na busca de informações que estão internalizadas. Um nome, um fato, uma recordação, uma lembrança, por mais insignificante que possa parecer, pode ser o fio da meada que irá contribuir de maneira decisiva na localização da pessoa procurada. Em alguns casos, é possível efetuar a localização através de um terceiro, de quem o sentenciado se recordou em um outro atendimento. Toda vez que iniciamos um processo de Localização de Familiar, solicitamos ao sentenciado que procure se lembrar de algum outro fato por mais insignificante que possa parecer, principalmente quando a localização não foi efetiva nas primeiras tentativas.

Com as informações que obtivemos com o sentenciado, iniciamos o processo de investigação. Inicialmente analisamos o perfil do sentenciado através de seu Prontuário Penitenciário e Criminológico, qual o crime cometido, quais as vítimas ou qualquer outra intercorrência. Eliminada a possibilidade de que a localização seja motivada por qualquer razão torpe, iniciamos o processo de investigação, na busca de informações constantes tanto no Prontuário Penitenciário (prontuário referente à situação processual do preso) quanto Criminológico (prontuário em que a equipe técnica realiza suas evoluções), que possam contribuir com as informações prestadas pelo preso na entrevista. Através da análise cuidadosa e sistemática, é possível descobrir nomes, telefones e endereços de que o sentenciado não se recordava mais e que possam contribuir na localização da pessoa procurada.

Realizada a investigação preliminar, elaboramos um plano de intervenção: quais os contatos iremos realizar (pessoas físicas ou contatos institucionais), utilização de recursos da comunidade (Prefeituras Municipais, Promoção Social Municipal, Serviço Social Municipal, Secretarias Municipais e Estaduais, Escolas Municipais e Estaduais, Conselhos Tutelares, Delegacia de Polícia, Emissoras de Rádio), contato com outros profissionais (assistentes

sociais, psicólogos, conselheiros, funcionários públicos, delegados de polícia, diretores de instituições, dentre outros).

De posse do maior número de informações possíveis e com o plano de intervenção previamente elaborado, passamos para a segunda fase do trabalho. Neste momento, a Internet tem-se revelado uma ferramenta que facilita sobremaneira o trabalho na busca e localização de pessoas. Através desta ferramenta, conseguimos informações rapidamente: números de telefones de instituições e de pessoas físicas, consultas a mapas e aos recursos comunitários disponíveis nas cidades mais distantes, através de páginas oficiais, dentre outras possibilidades.

Com as informações conseguidas, reelaboramos o plano de intervenção e passamos para os contatos. Inicialmente, tentamos puxar a ponta que acreditamos ser a mais viável na localização da pessoa procurada. No trabalho realizado nestes últimos três anos, verificamos que o mais efetivo é trabalhar o maior número de frentes possíveis de atuação. Este procedimento, por vezes, agilizou a localização na maioria dos casos que trabalhamos.

Esgotada a possibilidade de uma linha de atuação, parte-se imediatamente para outra, até eliminar todas as possibilidades possíveis de intervenção. Não conseguindo a localização pelo plano traçado, tenta-se por fim, através de novos contatos com o sentenciado, a busca de novas informações que possam contribuir na localização. Havendo alguma nova informação, reelabora-se o plano de intervenção e parte-se para a ação.

Frustradas todas as possibilidades de localização da pessoa procurada, o mais importante, neste momento, passa pelo compromisso assumido pelo profissional. Compromisso não significa garantia do resultado efetivo (localização da pessoa procurada), mas sim a consciência de que se esgotaram todas as possibilidades reais. Neste momento, o mais importante é o retorno ao sentenciado.

Muitos profissionais ficam tímidos com um retorno negativo, assumindo o fracasso como sendo exclusivamente pessoal. O importante é ter consciência de um trabalho bem realizado, independentemente do resultado alcançado. Compromisso, nestes termos, significa respeito pelo usuário da instituição, capacidade de aceitar os limites e possibilidades do trabalho, quer sejam eles pessoais, institucionais e profissionais. O que se revela como fundamental é o retorno efetivo. Por “retorno efetivo” estamos entendendo o ato de “retornar”,

ou seja, de informar o usuário dos resultados obtidos, independentemente se os objetivos foram alcançados ou não.

Durante o trabalho desenvolvido com a população carcerária na Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP, percebemos a importância do “retorno efetivo”, não só nos casos específicos de Localização de Familiar. Do simples ao complexo o mais importante não se trata da efetividade, mas sim de se saber o resultado.

Nos parágrafos anteriores, procuramos descrever de maneira sucinta o “como” do trabalho de Localização de Familiar. A seguir iremos apresentar, de maneira esquemática, três casos que consideramos significativos, quer sejam pela complexidade, quer sejam pelo resultado alcançado. Isso possibilitará visualizar, mesmo que de maneira simplificada, o processo desenvolvido. Isto posto, não estamos oferecendo um modelo, uma receita, mas apenas exemplos do trabalho desenvolvido na Localização de Familiar, pelo Serviço Social da Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP.

2.1 Análise do caso 04

PLANILHA DE TRABALHO – 01					
CASO 04	SENTENCIADO	FAMILIAR PROCURADO			
	R. S.	GRAU DE PARENTESCO	Mãe e Irmão	PERÍODO SEM CONTATO	10 meses
INFORMAÇÕES BÁSICAS COLETADAS NA ENTREVISTA					
- O endereço que possui da mãe é de uma instituição de caridade na Mooca – Vila Prudente, São Paulo-SP; - Mandou várias cartas para a mãe no endereço da instituição, mas não obteve resposta (mãe tem câncer de colo de útero e artrose na perna direita em estado avançado).					
INTERVENÇÕES SOCIAIS REALIZADAS					
- Entrevista inicial: coleta das informações sobre o familiar a ser localizado; - Inicialmente orientamos o sentenciado a respeito da necessidade do nome da instituição e, se possível, o telefone, visando a facilitar o contato (ficou de verificar nas correspondências enviadas pela mãe, mas não conseguiu nenhuma informação adicional); - Análise de prontuário (Penitenciário e Criminológico): avaliação do perfil do sentenciado;					

- Elaboração de plano de intervenção;
- Pesquisa Internet: localização dos telefones de entidades asilares em São Paulo-SP, para tentar localização dos familiares;
- Realizamos 22 contatos telefônicos, buscando localizar em qual entidade a mãe e o irmão do sentenciado eram assistidos (Conselho Estadual de Assistência Social, Secretaria Estadual e Municipal de Assistência Social, Cadastro de Entidades Sociais, Gradis São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, entre outras);
- Entrevista de prosseguimento: retorno ao sentenciado das providências tomadas. Agendamento de novo atendimento (sentenciado comprometeu-se a trazer as cartas que a mãe lhe enviou, para análise – busca de qualquer outra informação que pudesse auxiliar sua localização);
- Entrevista de prosseguimento: o sentenciado entregou cartas que a mãe lhe havia enviado, recolhemos o material para análise;
- Análise das cartas enviadas pela mãe do sentenciado: não foi possível num primeiro momento extrair qualquer informação. O endereço do envelope era o mesmo que foi passado pelo sentenciado no atendimento inicial. Notamos, no carimbo da Agência dos Correios, a inscrição “Reg. VPrudente”;
- Contato telefônico com Agência Central dos Correios de São Paulo: atendente informou tratar-

se de posto de serviço da Regional Administrativa da Vila Prudente;

- Contato telefônico com Agência dos Correios da Regional Vila Prudente: atendente informou não ter condições de dar qualquer informação adicional;
- Pesquisa Internet: localização dos telefones dos “Centros de Referência da Assistência Social” das Regionais Administrativas de São Paulo;
- Contato telefônico com assistente social do “Centro de Referência da Assistência Social” da Regional Administrativa da Vila Prudente (subprefeitura), que nos passou o fone da entidade Albergue, de acordo com endereço fornecido;
- Contato telefônico com assistente social do Albergue: informou que a mãe e o irmão do sentenciado eram atendidos pela entidade e que atualmente residem na Praia Grande. A mãe e o irmão, às vezes, vão até a entidade ou efetuam contato por telefone, ficou de verificar forma de contato e dar retorno;

- Recebemos retorno da assistente social do Albergue: passou o endereço da mãe e irmão do sentenciado e colocou-se à disposição.

FINALIZAÇÃO DO CASO - CONCLUSÃO

- Retorno: informamos a localização dos familiares, fornecemos endereço e telefone para contato;
- Atendimento: sentenciado conseguiu manter contato com os familiares por carta.

Iniciamos o processo de Localização de Familiar em agosto de 2003 e sua conclusão deu-se em outubro de 2004. Caso complexo, que exigiu empenho, dedicação, disponibilidade, investigações sucessivas de um ano e dois meses até a localização da mãe e do irmão do sentenciado.

Analisando os procedimentos durante o percurso de todo trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, verifica-se a complexidade que envolve a localização de um familiar. Inicialmente parecia ser um caso simples, pois dispúnhamos do endereço de uma entidade asilar, bastava procurar o telefone para se efetuar o contato (provavelmente os familiares encontravam-se internados ou a entidade poderia informar o paradeiro). Isto não ocorreu, mesmo com todos os esforços e empenho neste sentido, a entidade simplesmente parecia não existir (foram realizados 22 contatos telefônicos).

Diante da dificuldade, é preciso insistir, procurar novas formas de intervenção, ser criativo e muitas vezes inventivo. Na hipótese de não termos conseguido o telefone da entidade para contato, restaria ainda uma opção considerada viável, ou seja, a de se escrever para o endereço que possuíamos, endereçando a correspondência aos dirigentes.

2.2 Análise do caso 18

PLANILHA DE TRABALHO – 02					
CASO 18	SENTENCIADO	FAMILIAR PROCURADO			
	J. B. S.	GRAU DE PARENTESCO	1) Companheira	PERÍODO	1) 6 meses
		2) Companheira	SEM	2) 4 meses	
		3) Mãe	CONTATO	3) 5 anos	
INFORMAÇÕES BÁSICAS COLETADAS NA ENTREVISTA					

1) - A companheira reside na favela do M., Jd “Y”, próximo à igreja evangélica “Congregação Cristã no Brasil” na cidade Itapevi-SP;

- No endereço da companheira não chegam cartas, são enviadas A/C de M. da S. ou R. S. M., na Rua “X”, Prédio “Y”, Apto “N”, Jd “Z”, Itapevi-SP, que conhecem a sogra que repassa as cartas à companheira do sentenciado.

2) - Relocalização da companheira do sentenciado, está sem contato há quatro meses, reside atualmente na Rua “A”, n. “B”, Jd “C”, Itapevi-SP, próximo à empresa “MM” (sem maiores informações sobre a empresa);

- A sogra do sentenciado reside na rua “D”, n. “E”, Jd “F”, Itapevi-SP.

3) - A mãe residia em Montes Formosos, distrito de Joáima-MG, casada com J. P. dos S. (pai), que é conhecido como “JP”;

- Possui dois irmãos (E. P. dos S. e M. B. dos S.).

INTERVENÇÕES SOCIAIS REALIZADAS

1) - Entrevista inicial: coleta das informações sobre o familiar a ser localizado;

- Análise de prontuário (Penitenciário e Criminológico): avaliação do perfil do sentenciado;

- Elaboração de plano de intervenção;

- Pesquisa Internet: telefone da Promoção Social de Itapevi-SP;

- Contato telefônico com assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP: ficou de verificar se a companheira do sentenciado está incluída em programas sociais e da realização de visita domiciliar;

- Atendimento por solicitação do sentenciado: informou que recebeu visita da companheira no último final de semana. Outras providências e orientações sociais.

2) - Entrevista inicial: coleta das informações sobre o familiar a ser localizado;

- Elaboração de plano de intervenção (utilização do plano anterior);

- Contato telefônico com assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP: passamos dados da companheira e da sogra para localização (realização de visita domiciliar);

- Retorno telefônico da assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP: informou ter realizado visita domiciliar nos dois endereços (sogra e companheira) e não encontrou sequer as casas (tentou investigar com as pessoas que residiam no local, em busca de informações, mas não obteve

sucesso). Solicitou mais informações sobre a casa/imóvel que facilitasse a localização da companheira e/ou sogra;

- Entrevista de prosseguimento: busca de maiores informações que pudessem subsidiar o trabalho da assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP.

- O sentenciado informou ter recebido a visita da companheira, no último fim de semana (observação: a companheira ficou sabendo, através de conhecido, que estava sendo procurada por uma assistente social).

3) - Entrevista inicial: coleta das informações sobre o familiar a ser localizado;

- Elaboração de plano de intervenção;

- Pesquisa Internet: telefone de emissora de rádio “Bom Jesus FM”; em Joáima-MG;

- Contato telefônico com emissora de rádio “Bom Jesus FM”: ninguém atende;

- Contato telefônico com emissora de rádio “Bom Jesus FM”: passamos dados da mãe do sentenciado na tentativa de localização da família de origem (salientamos que devemos orientar o radialista ou funcionário da emissora para não se mencionar que se trata de pessoa que se encontra presa, para evitar constrangimento à família e por razões éticas);

- Retorno telefônico: a irmã do sentenciado entrou em contato e passou o endereço do padraсто para correspondência. Comprometeu-se a repassar o endereço da Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP à mãe do sentenciado;

- Retorno telefônico: recebemos ligação do pai do sentenciado, que passou o seu telefone de contato para qualquer eventualidade. Demonstrou interesse em ajudar o filho (orientações sociais).

FINALIZAÇÃO DO CASO - CONCLUSÃO

1) - Contato telefônico com assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP: informamos que a companheira visitou o sentenciado no último final de semana.

2) - Contato telefônico com assistente social da Promoção Social de Itapevi-SP: informamos que a companheira visitou o sentenciado no último final de semana (estava ciente que estava sendo procurada).

3) – Retorno: informamos ao sentenciado a localização de sua família de origem, passamos telefone de contato e endereço para correspondência (enfatizamos o interesse do pai).

Consideramos o “caso 18” emblemático, não só pelo fato de termos trabalhado três Localizações de Familiares de um mesmo sentenciado, corroborando inequivocamente a importância do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Sistema Prisional.

O aprisionamento, além de limitar o convívio familiar, restringindo-o aos fins de semana (quando se tem condição econômica para suportar os custos de viagem, hospedagem – na maior parte dos casos os familiares residem em São Paulo, capital), pode romper definitivamente laços afetivos tanto na “*família de origem*” quanto na “*família constituída*”.

O tempo passa, o tempo voa e quando se dá conta perdeu-se o contato com pessoas que nos eram tão caras e próximas. Os relatos que ouvimos são carregados de emoções, expectativas e frustração causada pela possibilidade do abandono iminente, do esquecimento, da falta de importância em que é tratado pela sociedade em geral e, neste momento específico, pela família em particular.

Trabalhando com a hipótese de abandono do sentenciado pela companheira, que já havia perdido o contato com a família de origem há pelo menos cinco anos, e estando condenado a uma pena de 12 anos com lapso para Livramento Condicional em oito anos (tendo por base que completará 2/3 em 01/06/2009 – o crime hediondo não prevê Progressão ao Regime Semi-Aberto com 1/6 da pena cumprida), restando ainda quatro anos, quatro meses e 12 dias de pena a serem cumpridos (cálculo efetuado com base no primeiro atendimento solicitado em 19/01/2005, nesta data já fazia seis meses que o sentenciado não tinha contato com a companheira mesmo através de cartas), que expectativa de vida e de “*reintegração social*” restará para este homem que se encontra privado de liberdade? Provavelmente nenhuma, pois “o isolamento é uma pena adicional” (AMORIM, 2003, p.331).

Neste exemplo, é possível verificar a importância da família no contexto prisional (muitas vezes a única forma de contato com o mundo exterior ao concreto frio e às grades do cárcere), pois, se retirarmos deste ser humano o pouco que lhe resta, estaremos retirando possivelmente a sua única motivação para o convívio social.

2.3 – Análise do caso 20

PLANILHA DE TRABALHO - 03	
SENTENCIADO	FAMILIAR PROCURADO

CASO 20	V.G.	GRAU DE PARENTESCO	Filha	PERÍODO SEM CONTATO	6 anos
-------------------	------	---------------------------	-------	----------------------------	--------

INFORMAÇÕES BÁSICAS COLETADAS NA ENTREVISTA

- Encaminhamento da Psicologia: uma das psicólogas da unidade atendeu o sentenciado e tomou conhecimento da perda do contato com a filha e nos encaminhou para trabalhar em sua localização;
- Após separação de sua esposa, que residia em Lençóis Paulista-SP, o sentenciado perdeu o contato com a filha. Ambas não sabem que ele está preso.

INTERVENÇÕES SOCIAIS REALIZADAS

- Entrevista inicial: coleta das informações sobre o familiar a ser localizado;
- Análise de prontuário (Penitenciário e Criminológico): avaliação do perfil do sentenciado;
- Elaboração de plano de intervenção;
- Discussão de caso: o Serviço Social e a Psicologia discutiram as motivações do sentenciado na localização da filha, tendo como pano de fundo a presença e/ou envolvimento de um terceiro interessado (ex-esposa). Optamos pelo prosseguimento do trabalho;
- Pesquisa Internet: localização do telefone da Secretaria de Educação do município de Lençóis Paulista-SP;
- Contato telefônico: com Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Lençóis Paulista-SP, que forneceu o endereço onde a filha do sentenciado estuda (EE Dr “X”, Rua “Y”, nº “Z”, Lençóis Paulista-SP, fone (XX) XXXX-XXXX, 6ª série do EF, no período da tarde);
- Contato telefônico: com Diretora da EE Dr “X”, ficou de verificar o que a filha do sentenciado sabe sobre o pai;
- Retorno telefônico: a Diretora da EE Dr “X”: informou que toda vez que tocava no assunto sobre o pai a criança mudava de assunto e se recusa a falar do mesmo. A diretora se manifestou sem condições técnicas para trabalhar o caso (pegamos o endereço da filha do sentenciado com a Diretora da escola);
- Pesquisa Internet: localizamos o fone do Conselho Tutelar de Lençóis Paulista-SP;
- Contato telefônico: conselheiro do Conselho Tutelar de Lençóis Paulista-SP, que ficou de realizar visita domiciliar e intervir;

- Retorno telefônico: o conselheiro do Conselho Tutelar de Lençóis Paulista-SP solicitou mais informações a respeito do sentenciado para passar para a família (ex-esposa e ex-sogra), informações passadas dentro do estritamente necessário e com autorização do sentenciado;
- Retorno telefônico: o conselheiro informou que efetuou contato com a mãe da filha do sentenciado (ex-esposa) e que a mesma manifestou não colocar qualquer embaraço na aproximação da filha com o pai, solicitou apenas para aguardar até o final das férias de junho/2005, pois a mãe manifesta preocupação com a reação da filha, uma vez que não demonstra interesse pelo pai;
- Retorno telefônico: a ex-esposa do sentenciado efetuou contato manifestando suas preocupações em relação à filha, ficou de procurar orientação de psicóloga. Quis mais informações a respeito do sentenciado, uma vez que desconhecia o fato que estava preso (informações passadas com autorização do sentenciado e restrito ao estritamente necessário). Solicitou um prazo para contar para filha que seu pai está preso e quer manter contato, nos mesmos termos do que havíamos discutido anteriormente, com o Conselheiro do Conselho Tutelar de Lençóis Paulista-SP. Forneceu o número de seu celular para contato;
- Prosseguimento: o sentenciado solicitou atendimento para saber se a ex-esposa contou para filha que está a sua procura e deseja manter contato, uma vez que passou o período solicitado;
- Contato telefônico: tentamos várias vezes contato telefônico (celular) com a ex-esposa do sentenciado, mas não aceita ligação a cobrar;
- Contato telefônico: com autorização do Diretor Geral da Unidade (necessário autorização para ligações diretas para celular), efetuamos contato e deixamos recado em sua caixa postal;
- Retorno telefônico: retorno da ex-esposa do sentenciado informando que está tentando contar para a filha a respeito do pai, mas não demonstra nenhum interesse. De acordo com orientações da psicóloga que realiza acompanhamento da filha, é fundamental revelar que o pai está preso – é o melhor para todos, principalmente para a criança. A ex-companheira do sentenciado diz que foi vítima de violência do sentenciado por três vezes (era possessivo e não podia ser contrariado), revela ter medo de efetuar contato pessoal com sentenciado, menciona não saber suas verdadeiras intenções (sic). Informa que irá alugar uma Caixa Postal para poder efetuar contato com o sentenciado sem ser localizada (orientações sobre ética profissional);
- Discussão de caso: diante das informações e temores da ex-esposa do sentenciado, discutimos

o caso com a Psicologia. Avaliamos com profundidade os reais interesses do sentenciado na localização da filha e as possíveis conseqüências para o sentenciado (afeto e apego em relação à filha e ex-esposa), ex-esposa (medos, receios e traumas de uma relação conturbada), filha (direito à convivência familiar em ambiente saudável, negação/fuga em relação ao pai). A Psicologia passou a realizar acompanhamento sistemático do sentenciado para trabalhar a ansiedade e outras questões internas;

- Entrevista de prosseguimento: trabalhamos motivações e frustrações em relação ao contato com a filha (interesse na filha ou ex-esposa?). Questionamento da relação conjugal com ex-esposa trabalhando a expectativa de reatamento (sentenciado reafirmou categoricamente que a sua preocupação é com sua filha; com a ex-esposa não mantém nenhuma expectativa, o único vínculo que resta entre eles é a filha que têm em comum);

- Prosseguimento: a pedido do sentenciado efetuamos novo contato com a ex-companheira, no momento não podia atender, ficou de retornar;

- Prosseguimento: informamos as providências tomadas e a necessidade de ter cautela e paciência, pois estamos preocupados com o real interesse da criança³, contudo entendemos a sua angústia. Informamos que estamos trabalhando o caso com muito critério;

FINALIZAÇÃO DO CASO – CONCLUSÃO

- Retorno: informamos ao sentenciado a localização de sua filha e as preocupações de sua ex-esposa. Concordou em aguardar até o final das férias para efetuar contato;

- Caso em andamento.

A habilidade do profissional para trabalhar Localização de Familiar não se restringe apenas à localização em si. Tão importante quanto o empenho profissional na efetivação da localização, são os aspectos éticos que permeiam todo o trabalho desenvolvido.

Inicialmente é de fundamental importância evitar atitudes preconceituosas sobre o sentenciado e sua família, os motivos que levaram ao rompimento do vínculo/contato ou as condições em que ocorreram, quais razões motivam a procura do familiar neste momento (alguns parecem precoces demais, já em outros, tardias – trabalharam-se casos de Localização

de Familiar que variaram entre dois meses de afastamento a 14 anos de rompimento do vínculo), expectativas, frustrações e as reais intenções que motivam a procura do familiar.

Durante o processo de Localização de Familiar é necessária atenção redobrada às armadilhas que podem surgir durante o percurso do trabalho, a ética deve permear todas as ações do profissional.

Na abordagem de terceiros, que servirão de ponte ou facilitador da localização, as informações passadas devem restringir-se ao absolutamente necessário, principalmente em se tratando de pessoa que não tem relação direta com o sentenciado ou sua família (em alguns casos é necessário pedir autorização do envolvido). O profissional precisa ter respeito pelo usuário de seu trabalho (sentenciado) e as conseqüências para outras pessoas envolvidas direta ou indiretamente (familiares, amigos, vizinhos, demais profissionais envolvidos).

A questão crucial deste caso não residiu na localização da filha do sentenciado, mas do componente ético que embasa o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. O primeiro cuidado tomado, após a análise do perfil do sentenciado, foi a discussão em conjunto com a Psicologia das reais intenções na localização da filha, fato que tornou a ocorrer após contato com a ex-esposa. Foram dois momentos de discussões e questionamentos profundos de caráter interdisciplinar, por estarmos adentrando num terreno árido e desconhecido.

Outra situação que requer atenção especial do profissional diz respeito às informações que são repassadas a terceiros. Partimos do princípio que, a partir do momento que a intervenção do Serviço Social foi solicitada pelo sentenciado (Localização de Familiar), implicitamente autorizou o repasse das informações colhidas na entrevista. Contudo esta autorização implícita não é irrestrita.

Na entrevista inicial, o profissional deve informar os possíveis procedimentos que adotará mesmo antes da elaboração do plano de intervenção, ou seja, o “pôr teleológico” (GUERRA, 1998, p.14). Exemplificando: quando o conselheiro do Conselho Tutelar de Lençóis Paulista-SP solicitou mais informações sobre o sentenciado para passar à família (crime, pena, tempo de pena cumprida e restante a cumprir, entre outras), entendemos ser

³ Cf. COSTA (2004, p.2) trata-se de critério consagrado no direito comparado, revelado nas expressões “*the best interest of the child*” do direito norte-americano e no “*kindeswohl*” do direito germânico. Trata-se da “*regra de ouro*” dos direitos das crianças e adolescentes.

necessária a autorização do interessado, pois envolve questões particulares e, mesmo assim, as informações devem ser repassadas dentro do estritamente necessário.

Outro exemplo de ética profissional envolve o contato geralmente efetuado com radialistas, ou funcionários responsáveis pela “Comunicação Social” de emissora de rádio. Em um outro caso específico de Localização de Familiar, em que estávamos trabalhando, recebemos ligação de um radialista que desejava que as informações sobre a família e conseqüentemente do sentenciado fossem prestadas “ao vivo” por telefone, durante um programa diário. Informamos da impossibilidade do procedimento, pois questões éticas e até pessoais impediam tal procedimento (a exploração do escárnio humano pode dar ibope a programas sensacionalistas, mas este não é nosso objetivo). Não temos o direito de expor o usuário de nosso trabalho, bem como seus familiares. Às vezes, a família desconhece a realidade de quem a procura (sentenciado cumprindo pena em penitenciária). Essa pessoa que o procura trata-se de um filho, um “namorado”, um companheiro, um pai, um marido e provavelmente o familiar não tem interesse em tornar pública sua situação atual.

Toda vez que lançamos mão do recurso de veiculação de informações de familiares e sentenciado, por emissoras de rádio, tomamos o cuidado de solicitar ao contatado que não informe tratar-se de pessoa que está presa, cumprindo pena em penitenciária, pois esta informação pode trazer constrangimento ao familiar e dificultar o reatamento do vínculo.

Voltando ao caso específico em tela, outro fato que salta aos olhos é o discernimento da Diretora da escola, onde a filha do sentenciado estuda. Diante da situação complexa percebida (negação e fuga da filha em relação ao pai), a Diretora manifestou-se sem competência técnica para atuar no caso e não dispor de profissional habilitado em sua unidade de ensino.

Nesta linha de raciocínio, outro aspecto importante, envolvendo a atuação de outros profissionais, é o acompanhamento psicológico da filha e do sentenciado. Notem que o caso ainda não foi finalizado, o Serviço Social trabalha com profissionais de outras especialidades e é necessário aguardar os resultados para podermos efetuar um trabalho com competência “ético-político”, “teórico-metodológico” e “técnico-operativo” (IAMAMOTO, 2004, p.294-295).

3. O TRABALHO DE “LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR”: ANÁLISE DO “GRAU DE COMPROMETIMENTO” NAS RELAÇÕES FAMILIARES

RELAÇÃO DOS CASOS TRABALHADOS DE LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR							
CASO	SENTENCIADO	INÍCIO	TÉRMINO	TEMPO DECORRIDO	CONCLUSÃO	GRAU DE COMPROMETIMENTO	
							TEMPO SEM CONTATO
01	S. G. S.	15/05/2003	11/06/2003	26 d	Localizado	Fragilizado	02 anos
02	I. A. P.	05/07/2003	23/07/2003	18 d	Localizado	Fragilizado	06 meses
03	A. M. N.	01/08/2003	30/09/2003	01 m e 29 d	Localizado	Fragilizado	10 anos
04	R. S.	26/08/2003	27/10/2004	01 a, 02 m e 01 d	Localizado	Fragilizado	05 anos
05	A. G. L.	09/12/2003	23/12/2003	14 d	Localizado	Rompido	11 meses
06	M. S. C. S.	28/01/2004	26/02/2004	28 d	Localizado	Fragilizado	06 meses
07	W. G.	04/02/2004	26/02/2004	22 d	Localizado	Fragilizado	08 meses
08	R. R. S.	05/02/2004	26/05/2004	03 m e 21 d	Localizado	Distendido	03 anos
09	C. A. N. S.	09/03/2004	05/08/2005	04 m e 26 d	Localizado	Fragilizado	09 meses
10	A. C. T. J.	18/03/2004	29/10/2004	07 m e 11 d	Localizado	Distendido	01 ano
11	M. L. G.	25/03/2004	08/04/2004	13 d	Localizado	Distendido	03 meses
12	A. R. S.	14/04/2004	25/05/2004	01 m e 11 d	Localizado	Fragilizado	03 anos
13	A. S.	29/04/2004	25/05/2004	26 d	Não Localizado	Rompido	14 anos
14	S. A. S.	09/06/2004	18/10/2004	04 m e 09 d	Não Localizado	Rompido	09 anos
15	S. O. M.	14/10/2004	21/11/04	01 m e 07 d	Não Localizado	Rompido	05 anos
16	N. S. C. S.	17/11/2004	30/11/2004	13 d	Localizado	Distendido	06 meses
17	A. G. S.	07/01/2005	23/03/2005	02 m e 16 d	Localizado	Fragilizado	02 meses
18	J. B. S.	1) 19/01/2005	23/02/2005	01 m e 04 d	Localizado	Fragilizado	06 meses
		2) 21/07/2005	12/08/2005	21 d	Localizado	Fragilizado	04 meses
		3) 21/07/2005	05/08/2005	14 d	Localizado	Fragilizado	05 anos
19	C. S. C.	26/01/2005	02/03/2005	01 m e 6 d	Localizado	Distendido	04 meses
20	V. G.	22/03/2005	Andamento		Localizado	Distendido	06 anos
21	C. R. P.	13/05/2005	15/07/2005	02 m e 02 d	Localizado	Fragilizado	11 anos
22	R. F. C.	12/05/2005	9/08/2005	03 m e 07 d	Não Localizado	Rompido	06 meses
23	E. L. B. C.	31/05/2005	17/08/2005	02 m e 16 d	Localizado	Fragilizado	04 meses
24	L. J. O.	14/07/2005	22/07/2005	08 d	Localizado	Fragilizado	04 meses
25	J. G. S. F.	29/06/2005	26/07/2005	27 d	Localizado	Fragilizado	14 anos
26	A. D. C. S.	09/09/2005	05/10/2005	26 d	Localizado	Rompido	06 meses

TOTAL		INÍCIO	TERMINO	MAIOR TEMPO	MENOR TEMPO	TT L ⁴	TT NL ⁵	Total Fragilizado	Total Distendido	Total Rompido
28		15/06/2003	26/07/2005	01 a, 02 m e 01 d	08 d	24	04	16	06	06

No processo de análise individual de três casos trabalhados de “Localização de Familiar” pelo Serviço Social, procuramos evidenciar o “*como*” e outros aspectos relevantes quando se desenvolve a intervenção social. São os aspectos éticos, as dificuldades, as possibilidades, a criatividade, a inventividade, enfim, os aspectos singulares e particulares.

Neste momento, iremos realizar análise do “*todo*”, oferecendo uma visão panorâmica e geral do processo de Localização de Familiar, ou seja, as inter-relações e conexões que superem visões reducionistas e estigmatizantes da ação (análise-síntese-antítese).

O comprometimento do “*vínculo familiar*” pode estar prejudicado em graus, variando de intensidade. O que significa dizer que, pode estar em maior ou menor grau de comprometimento, de um leve estremecimento, distanciamento involuntário (**fragilizado**), evoluindo para um estágio em que a recuperação e manutenção não acontecem sem dor e sofrimento de uma ou ambas as partes envolvidas (**distendido**), podendo até ser completamente inviável a sua restauração, tanto por fatores internos (uma das partes não tem interesse, novo estilo de vida, não aceitação da dinâmica social, entre outros), como externos (tempo de distanciamento, falecimento) ao vínculo em si (**rompido**).

a) Fragilizado: O vínculo afetivo está estremecido por descuido, causas involuntárias, enfraquecido em razão da aspereza da luta no dia a dia, ou por medo/vergonha/covardia no enfrentamento de situações adversas. As situações concretas da realidade criam embaraços que dificultam as relações sociais, comprometendo a manutenção do vínculo familiar (doença, dificuldades econômicas crônicas, mudança de endereço, intriga de terceiros, valores);

b) Distendido: O estiramento do vínculo é tão intenso que pode se romper definitivamente a qualquer momento. A indiferença⁶, a separação longa e duradoura provoca

⁴ Total de Localizados.

⁵ Total de Não Localizados.

⁶ “O menino não entende muito bem o que estava acontecendo. Aos sete anos, o mundo jogava contra ele uma partida difícil. Estava para ser abandonado pela segunda vez. Quando nasceu, a mãe verdadeira [biológica] o largou aos cuidados de uma senhora cristã que se prestou a criá-lo. A mãe postiça, sempre preocupada, tentava manter em dia a casa pobre na Zona Leste de São Paulo. (...) José descobre que a madrasta tinha outros interesses além de cuidar dele. O malabarismo das mulheres pobres às vezes tem desfecho repentino. Aquela arrumou um namorado, que virou marido, que não se deu bem com aquele José arreadu, enfrentador, cheio de vontades. Um

seqüelas que não são sanadas sem dor e sofrimento das partes envolvidas. Requer extrema habilidade, pois o dilatamento provoca inchaço das relações, que podem comprometê-las em níveis de difícil recuperação. Geralmente há a presença de um terceiro, contribuindo ou dificultando o restabelecimento do vínculo, mesmo que de modo diverso ou diferente do anterior;

c) Rompido: É “quando a tragédia acontece” (BECKER, 1998, p.60), não há a menor possibilidade de se restabelecer o vínculo. Tanto pode acontecer voluntária ou involuntariamente, movidos por fatores internos e/ou externos. Os internos, por excelência são voluntários, ou seja, uma das partes não deseja o restabelecimento do contato de forma alguma, mesmo que em outro nível, que aí sim, podem ser externos (motivos). No entanto, o rompimento involuntário pode tanto ser motivado por condições internas como externas. São internas, quando se deseja o restabelecimento do vínculo, mas não se dispõe dos meios necessários ou o comprometimento de novas relações que estabeleceu pode vir a prejudicá-lo na atualidade. São externas, quando causadas por fatores que extrapolem a vontade do indivíduo (morte, perda de contato permanente, geralmente causada pela mudança de endereço, entre outros fatores geralmente de cunho sócio-econômico).

3.1 – Quando o grau de comprometimento está “fragilizado”

Por se tratar de menor grau de comprometimento, não significa em absoluto menor complexidade na intervenção, o grau de comprometimento não tem relação direta com o processo de restauração do vínculo (vide caso 18). O comprometimento diz respeito ao nível de afetividade e as causas que provocaram o seu rompimento, mesmo que por um período momentâneo, porém não mantêm relação estreita com o tempo de afastamento.

O não-afeto, o não estar próximo desfrutando do convívio, por vezes afetam ou estremece as relações, enfraquecendo-as, fato observado no depoimento do sentenciado:

moleque que gostava da companhia dos outros da sua idade, preferia ficar na rua e na bola. Um José que ficava em casa de má vontade e que resistia à presença do homem estranho que havia invadido a sua vida sem pedir licença. Na queda-de-braço com o padrasto – e esta é quase uma regra – o menino perdeu”. Este trecho da vida de José Márcio Felício, narrado por Carlos Amorim exemplifica bem o abandono familiar de um condenado que foi um dos líderes, em fevereiro de 2001, da *megarrebelião* no Sistema Penitenciário Paulista (2003, p.371).

“(…) nunca recebi nenhuma visita de minha companheira, desde que fui preso. Mandeí 14 cartas e não obtive resposta. Quero saber se ela arrumou outro companheiro”.

As causas são involuntárias, de ordem econômica, social, ou até por descuido. Notem a justificativa da companheira por não ter visitado o sentenciado no período de aprisionamento e sua explicação por não ter respondido as 14 cartas enviadas em um período de oito meses:

“Nunca pude visitar ele por não ter dinheiro (...)
(...) não tem pro de comer, dirá para viajar. (...)
(...) olha moço são tantos os aborrecimentos (...)
(...) a gente esquece já faz oito meses, como o tempo passa!”

Outros fatores como “medo”, “vergonha”, “covardia” também interferem para fragilizar o vínculo. Notem a preocupação de uma outra companheira, durante orientações fornecidas por telefone, sobre as normas institucionais para realização de visita:

“É verdade que a gente tem que tirar toda a roupa, ficar ‘pelada’? (...)”

A fragilização do vínculo, por ter sua tônica acentuada em causas e fatores concretos da realidade social (doença, dificuldades econômicas crônicas, mudança de endereço), que se agudizam para além do descuido, afeta as relações sociais como um todo, pois permeia o tecido social da família de maneira decisiva, provocando o seu esgarçamento.

Dentre os fatores que contribuíram para a fragilização do vínculo, notam-se que podem surgir isolados, mas também associados e imbricados entre si, o que torna inviável classificá-los em uma única categoria. Dos 16 casos trabalhados pelo Serviço Social, constatou-se a seguinte configuração:

- cinco por mudança de endereço (uma ocorreu por alteração do nome da rua, do número da casa e do CEP por determinação da autoridade competente);
- três por dificuldades econômicas crônicas;
- uma por doença da mãe;
- sete com outro fator associado às dificuldades econômicas crônicas: doença de membro da família (2) e mudança de endereço (5).

3.2 – Quando o grau de comprometimento está “distendido”

Situado no nível intermediário em relação ao comprometimento, são os casos mais complexos para a intervenção profissional, no que diz respeito à recuperação e manutenção do vínculo após a localização do familiar.

O caso 20 (vide planilha item 2.3) exemplifica o estiramento do vínculo. O grau de comprometimento está distendido em relação à filha, causado pela separação longa e duradoura que provocou seqüelas. A restauração e a manutenção do vínculo requer o envolvimento de outros profissionais, para que se tenha êxito na reaproximação e proporcione um relacionamento harmonioso entre os membros da família, mesmo que em outro nível. Não se busca o restabelecimento da vida conjugal do casal, mas o relacionamento pai-filha dentro desta realidade de pais separados.

Os fatores que distendem o relacionamento entre os membros do grupo familiar são oriundos de conflitos que atuam na sua dinâmica, provocando tensões, pois estiram e dilatam o vínculo causando o distanciamento e conseqüente perda de contato.

Estes conflitos que atuam na dinâmica familiar podem ter origem antes mesmo da prisão. O que observamos é o seu agravamento em conseqüência do cárcere, que acentua conflitos anteriores que são afetados ainda mais pelo distanciamento provocado pela prisão ou comprometido pelo crime.

Nos casos trabalhados, os conflitos são: envolvimento da ex-companheira no mesmo crime, a madrasta nunca teve bom relacionamento com o sentenciado e seus irmãos, o sentenciado sente-se rejeitado pela família em decorrência de envolvimento com o crime, a mãe da companheira não aceita o relacionamento em decorrência do crime praticado pelo sentenciado, a tia relata que o sentenciado sempre foi problemático e sempre lhe deu trabalho por envolvimento com o crime e dificuldade de relacionamento provocou a separação do casal, contribuindo para o afastamento da filha (caso 20).

3.3 – Quando o grau de comprometimento está “rompido”

É quando a tragédia acontece e o inevitável é a ruptura do vínculo, por vezes definitivamente.

Como pode se observar no quadro (RELAÇÃO DOS CASOS TRABALHADOS DE LOCALIZAÇÃO DE FAMILIAR, item 3) são seis casos em que o vínculo se rompeu; destes, dois foram localizados, porém o vínculo não pôde ser restaurado, decorrente do “não” desejo voluntário do outro (fatores internos).

No caso 05, a ex-companheira não quer restabelecer o vínculo, pois refez sua vida amorosa com outro homem e no caso 26 acusa o sentenciado de estar presa inocentemente por ter sido envolvida em crime que não praticou (a ex-companheira cumpre pena pelo mesmo crime).

Nos demais casos, não foi possível a localização, mas nos arriscamos a algumas observações preliminares.

No caso 13, o período sem contato com a mãe e o filho é de 14 anos, o que nos permite inferir que as causas do rompimento sejam involuntárias, provocadas por outros fatores como mudança de endereço ou falecimento entre outros, uma vez que o provável local de moradia é uma cidade de pequeno porte no interior do estado de Alagoas.

No caso 14, o período sem contado é de nove anos, as informações são imprecisas (residência provável Ibiporã, Londrina ou Apucarana no estado do Paraná, o rompimento é anterior à prisão e, em seu relato, foi causado por ter vindo ao estado de São Paulo a trabalho, não sabe informar o nome completo e correto da filha), as tentativas de localização foram frustradas, o que não permite avaliar o rompimento como voluntário ou involuntário.

No caso 15, o período de afastamento é de cinco anos e a companheira e o filho residiam em Pirapozinho-SP, foi abandonado na prisão, embora começasse a cumprir pena em distrito próximo à família. A avaliação, após a tentativa de localização, nos autoriza a categorizar o rompimento como voluntário (segundo relato do radialista da emissora contatada apareceu uma pessoa que se identificou como irmão da companheira, mas, quando ficou sabendo tratar-se de sentenciado, informou que não eram as mesmas pessoas, muito embora as informações passadas sobre os membros da família e sentenciado fossem completas e específicas).

Na avaliação do caso 22, a análise está prejudicada em razão de tratar-se de uma prima com vínculo anterior à prisão inconsistente e não ter informações que facilitassem a localização (não sabe o nome completo, a idade, ramo de atividade).

4. AVALIAÇÃO DO TRABALHO REALIZADO

O trabalho de “Localização de Familiar” executado pelo Serviço Social, na Penitenciária de Paraguaçu Paulista-SP, revelou-se necessário, pois o direito de ter uma família e contar com seu apoio é fundamental em uma sociedade caracterizada pelo egoísmo e individualismo.

Acredita-se não sermos os únicos a aceitar este desafio e encampar todos os esforços no sentido do restabelecimento e manutenção dos vínculos na família, ancorados em princípios éticos, respeito pelos usuários e consequência para os demais envolvidos.

Dentro dos limites de uma Instituição Total que caracteriza o Sistema Prisional é possível reinventar caminhos e oportunizar aos usuários dos serviços um trabalho comprometido com a qualidade, mesmo onde o trânsito profissional não ocorre sem dificuldades.

O trabalho de Localização de Familiar, desenvolvido pelo Serviço Social da/na Penitenciária de Paraguaçu Paulista, ao longo deste três anos, foi ganhando consistência, tornando-se referência para outras áreas, principalmente da psicologia, que teve o Serviço Social como grande aliado no trabalho com as famílias de sentenciados. Assim, o setor de Psicologia acabou naturalmente encaminhando casos de perda de contato familiar para o Serviço Social, permitindo uma parceria e um efetivo trabalho em equipe.

A socialização do trabalho desenvolvido é uma via de mão dupla: oportuniza a teorização e comunicação da experiência profissional, mas, acima de tudo, a avaliação do trabalho (momento de crítica).

Espera-se poder contribuir com a categoria profissional e quem sabe incentivar os demais a relatarem suas experiências, que são ricas e particulares.

ABSTRACT

Report about experience related to “Familiar Localization” accomplished by the prison Social Work from Paraguaçu Paulista Assistance Office of Prison Administration of São Paulo state (SAP).

This on analyze the work process developed: the difficulties, prejudice, the intervention possibilities, ethical aspects, the creativity, the inventiveness that surround the social intervention through three select cases like significant to demonstrate How can we do to be professional.

In the second moment this essay analyze the “Whole” and show us the inter-relation and connection about compromise of responsibility that can be fragile, expanded or broken.

Key words: the familiar localization, prison system, broken relation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, C. *CV – PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família brasileira a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, UNICEF, 1998. p 60-76.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

COSTA, T. J. M. da. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. [Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Contendo a Lei na íntegra]

FALEIROS, V. de P. *Estratégias em serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do serviço social no equacionamento de ‘pseudos problemas’ da/na profissão. Construindo o serviço social. *Edite*, Bauru, ano 1, n. 3, p.10-29, mar. 1998.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de.; LEAL, M. C. (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 261-295.

É exatamente sobre o entendimento brevemente exposto até então que localizamos o surgimento das políticas sociais no Brasil e com elas a construção do espaço sócio-ocupacional do assistente social, este tradicionalmente incorporado pelo conjunto de programas e instituições sociais, como um dos seus instrumentos de intervenção no âmbito da reprodução material e, sobretudo, ideológica da classe trabalhadora.

Neste sentido, torna-se bastante clara a vinculação dos fundamentos da profissão – o Serviço Social – com o conservadorismo, expresso a partir da relação simultânea desta com a Igreja Católica e com o pensamento oriundo das Ciências Sociais. Considerando tais influências, fica evidente também o caráter tradicionalmente tomado pela intervenção profissional: a recristianização das famílias em um primeiro momento e mais tarde o controle das disfunções sociais via psicologização das relações sociais. Em ambas as “fases” (se é que assim podemos chamá-las, tamanho é o imbricamento das formas que assumem no cotidiano institucional), o objetivo é sempre o mesmo, em última instância: “responder”, na medida do “possível”, às demandas imediatas postas pela “clientela”, sem com isso e de modo algum, questionar a ordem; muito pelo contrário, trata-se de ratificá-la.

Foi assim por muito tempo, até que nos anos 60 uma nova perspectiva se pôs ao Serviço Social – a Renovação, cuja preocupação central inicial era tornar o Serviço Social capaz de atender as demandas postas pelo cenário sócio-político e econômico que se despontava. Mais uma vez eram as transformações conjunturais diretamente relacionadas à estrutura vigente que indicavam as necessidades ocupacionais para o Serviço Social. Para tanto, era necessária a revisão de suas bases, modernizando-as, vinculando-as a novos aportes teóricos (destacamos aqui a presença da vertente fenomenológica) ou quem sabe ainda, questionando completamente o que a profissão tinha sido até então, ou seja, o Serviço Social “tradicional”.

Dentre as vertentes presentes no circuito da Renovação, é a chamada “intenção de ruptura”, conforme nominada por Netto (1991a), que abriu a radical possibilidade, pela primeira vez na trajetória do Serviço Social, da superação com o histórico conservadorismo. Em princípio minoritária e restrita ao meio acadêmico, esta vertente buscava, a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos oriundos da tradição marxista, o rompimento com o instituído, com os valores culturais históricos da profissão.

No entanto, é somente ao longo dos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, que tal perspectiva torna-se hegemônica e não restrita ao âmbito da academia, mas também nos fóruns permanentes da profissão e em seus órgãos de fiscalização e representação. O amadurecimento experimentado pela profissão nos últimos anos, se por um lado, tem se expressado, não somente na participação da categoria nos congressos e encontros nacionais, mas na quantidade e principalmente qualidade dos trabalhos e comunicações apresentados; por outro, é também visível no atual projeto ético-político e de formação profissional.

No entanto, as condições objetivas são as mais adversas possíveis. Observa-se hoje um processo de reestruturação do chamado “mundo do trabalho” em curso, o que afeta diretamente o mercado profissional do assistente social, que é acima de tudo um assalariado; além disso, análises mais criteriosas apontam um refluxo da perspectiva moderna em prol do efêmero, do volátil e do irracional: trata-se da “onda” pós-moderna, que travestida do novo, reatualiza o que por muito tempo entendia-se como conservador, e que certamente põe em risco todo os projetos que, além de compartilharem com o ideal moderno, sobretudo primam pela superação da ordem vigente em busca de um mundo mais justo e igualitário. É neste cenário que o Serviço Social entra no século XXI, no qual torna-se imprescindível, não apenas o reconhecimento das ameaças possíveis, mas principalmente, sob pena de francos retrocessos, a reafirmação do caminho da “intenção de ruptura” percorrido por esta profissão até aqui.

Estes, portanto, constituem-se nos objetivos deste trabalho: mapear e analisar os processos que atravessam a profissão, quais sejam – o atual padrão regulatório, marcado pelas “metamorfoses” do mundo do trabalho e pelas novas feições assumidas pelo Estado; e as atuais representações ideoculturais, nas quais encontra-se o chamado “campo pós-moderno”. Esperamos com este trabalho lançar, deste modo, algumas contribuições acerca do cenário atual e sua relação com o Serviço Social, e mais ainda trazer inúmeras indagações, que suscitem os caminhos a se atentar para não incorrerem nos mesmos enganos tão presentes na atualidade.

1. OS ATUAIS RUMOS DA ACUMULAÇÃO E O DEBATE DA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA E URGENTE

1.1 – O padrão regulatório em curso: as alterações no mundo do trabalho e as novas configurações do Estado.

Tem sido bastante presente no debate acadêmico atual, e incluímos aqui o Serviço Social, a discussão acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que nos desobriga retomar aqui exaustivamente tal agenda. Contudo, tal insistência neste tema é compreensível quando entendemos que se trata de um rol de alterações que se passam no interior da única fonte possível de sustento da classe trabalhadora dentro da ordem burguesa – o trabalho assalariado. Consistem, portanto, em metamorfoses que tangem esta condição assumida pelo trabalho no capitalismo, e não, como alguns insistem em afirmar, no trabalho em si, pois este permanece como categoria central na constituição da vida social.

Assim, verifica-se que tais mudanças no chamado “mundo do trabalho” residem na necessidade sentida pelo próprio capital em readaptar seu padrão de desenvolvimento, em crise desde os anos 70, objetivando manter e até ampliar seus níveis de acumulação. Portanto, o novo padrão de desenvolvimento capitalista comumente entendido como acumulação flexível vem conferir, por conseguinte, novos contornos ao mundo do trabalho, resultando em um processo comumente conhecido por reestruturação produtiva, cuja integral automatização do processo produtivo (não mais restrita ao âmbito da fábrica, mas também aos serviços) e racionalização das relações de trabalho são características fundamentais.

Os resultados mais visíveis aos trabalhadores são a precarização e o desemprego. O primeiro está presente nas variadas formas de contratação temporária, terceirizada e até mesmo quarteirizada¹. Atualmente são comuns os contratos temporários, sem estabilidade alguma e sem cobertura previdenciária, cujos pagamentos são feitos ao trabalhador na condição de autônomo. Tal modalidade de contratação aplica-se não somente no âmbito da produção *stricto sensu*, mas também na esfera dos serviços. Para os trabalhadores contratados com manutenção do vínculo empregatício também não existem maiores garantias. Além disso, tais trabalhadores são submetidos a um forte clima de insegurança e instabilidade, no qual aqueles que permanecem devem trabalhar pelos excluídos, intensificando a jornada sob o

¹ Entendemos por quarteirização processo efetuado por empresa terceira que emprega mão-de-obra a ser utilizada pela contratante de seus serviços.

discurso da polivalência, como se o rodízio das funções garantisse ao trabalhador o domínio efetivo do processo produtivo.

Aos excluídos do mercado formal, o argumento corrente para o desemprego é a falta de qualificação, gerando no trabalhador a incessante busca pela famigerada empregabilidade. Mais uma vez, o recurso de explicação para o desemprego reside no trabalho, pois se antes o desemprego pautava-se na incompatibilidade sócio-moral do trabalhador adequar-se a disciplina fabril, hoje se intitula por desqualificação profissional. Tratam-se de “novas” formas de se explicar o antigo problema: a estrutural incapacidade do capitalismo em absorver todos os trabalhadores face ao seu caráter contraditório e autodestrutivo.

Desta forma, é inegável que vivenciamos atualmente um processo de reorganização da vida, sobretudo econômica e política, em escala mundial, que tem gerado uma série de conseqüências para o chamado “mundo do trabalho”. Entre estes, consideramos um dos mais visíveis a fragilização do tradicional padrão de assalariamento, especialmente na sua condição de elemento integrador do trabalho. Rompe-se, desta forma, no dizer de Silva (1999), com a perspectiva do “trabalho livre, porém protegido”. Assistimos, assim, a um franco desmonte daquilo que se convencionou chamar de trabalho assalariado em prol de alternativas, estas propaladas como modernas e mais eficazes, como a terceirização e flexibilização. Alguns autores, como Silva (1999) atribuem a estas o engendramento de um vasto processo de informalização das relações de trabalho, que passam a se tornar mais fluídas e flexíveis.

Contudo, se em épocas passadas cabia ao Estado garantir as condições, ainda que insuficientes no caso brasileiro, para a reprodução do trabalhador e de sua família, hoje a nova configuração pública é flagrante. Assistimos, ao lado das metamorfoses do mundo do trabalho, mudanças na esfera do Estado, que concorrem ainda mais para a pauperização da classe trabalhadora.

Baseado nos princípios neoliberais, faz-se necessário a existência de um Estado forte, por um lado, capaz de manter seu compromisso de classe, expresso sobretudo na forma desigual de distribuição do fundo público, uma vez que prioriza investimentos nos setores mais importantes para o capital, ora financiando-o, ora protegendo-o e socorrendo-o; e por outro, fraco o suficiente quando se trata de gerir os gastos sociais.

Assim, minimizar o Estado – o Estado Mínimo, é uma das principais preocupações e bandeiras do pensamento neoliberal: reduzi-lo em seu tamanho, papel e funções em prol do mercado, este considerado o mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, visto que o Estado é incompetente para administrá-los. É neste contexto que o processo de reforma do Estado vem se consolidando no Brasil, restringindo seu papel no espaço público e com isso transferindo à iniciativa privada funções que antes estavam majoritariamente sob seu domínio.

Na esfera da seguridade social, campo tradicionalmente importante para o Serviço Social, as mudanças são visíveis, embora não sejam tão recentes e nem se constituam efetivamente em uma novidade aos seus usuários. Na verdade, o modelo de seguridade social construído ainda nos anos 30, manteve-se restrito² até a Constituição de 1988, quando é estabelecida a composição de seu tripé – saúde, previdência e assistência social. Contudo, a crise dos anos 80 e a longa onda recessiva que envolve o Brasil desde então, vem desmontando o que recentemente havia sido conquistado. O desmonte, embora não seja ainda formal (a despeito da defesa de muitos acerca da inaplicabilidade da Carta Constitucional), se dá, ao nosso ver, subterraneamente em todos os campos da seguridade.

Na saúde, cujo favorecimento público ao setor privado reside desde longa data, mais precisamente durante os vinte e um anos de regime militar, é clara a existência de pelo menos dois sistemas de saúde paralelos: um para os que nada podem pagar e outro para os que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, ainda podem. É a convivência efetiva entre o total sucateamento da rede pública ao lado do crescimento (sempre em expansão) dos chamados planos de saúde. Aqueles, ainda inseridos no mercado de trabalho (seja formal ou informal) se vêem na obrigação de pagar as mensalidades e de submeter às regras, nem sempre claras, das empresas privadas de saúde. Aos “desvalidos”, não cabe alternativa que não seja “correr o risco” (pois é exatamente assim que a crise na saúde é passada a população pelos veículos de comunicação de massa) na rede pública. Ao Estado não coube, como já se era de esperar, a reorganização dos serviços públicos de saúde, mas a regulamentação dos seguros e planos de saúde privados.

² Não podemos nos esquecer que por muito tempo o acesso às políticas sociais, principalmente saúde e previdência, mantiveram-se conforme o nível de contribuição de seus segurados. Somente após 1988, com o princípio da universalidade esta prerrogativa pôde ser alterada.

Quanto à previdência, quadro semelhante se processa, tendo em vista que a manutenção do teto para pagamento de benefícios obriga aquele trabalhador, cuja renda é maior, a complementar seus vencimentos na ocasião da aposentadoria com um benefício privado. Para tanto, deve, como na saúde, se submeter às regras e cálculos atuariais dos chamados fundos de pensão, caso queira no futuro possuir uma renda semelhante.

Já no caso da assistência social, seu acesso está diretamente condicionado aos critérios de elegibilidade exigidos para a obtenção dos benefícios solicitados, sejam eles de “prestação continuada” ou o atual “bolsa família”.

Neste sentido, é fácil deduzir, assim, o lugar das políticas públicas neste Estado de corte neoliberal. Elas devem ser focalistas, pontuais, compensatórias, sem orçamento suficiente, sempre voltadas para atender os setores mais vulneráveis da população. Além disso, boa parte dessas ações devem contar com a participação da iniciativa privada. É nesta direção, aliás, que se justifica a chamada “filantropia empresarial” e o voluntariado.

Reduzir tamanho e gastos – este é o objetivo do Estado de corte neoliberal, conforme os ditames internacionais, pois, se nos anos 50, cabia ao Estado desenvolvimentista promover a integração do Brasil no cenário capitalista industrial mundial, hoje, o Estado brasileiro continua incorporando as regras dominantes em sua agenda política, como condição para inserção no circuito internacional, contudo, a partir de uma racionalidade “diferente”, na qual cabem aos trabalhadores, entre eles os assistentes sociais, gerirem seus próprios destinos, ainda que em condições totalmente adversas e desiguais.

1.2 – As tendências ideoculturais em vigência: modernidade e pós-modernidade.

O conjunto de alterações apresentadas até aqui, tanto no âmbito do trabalho quanto do Estado, e que conformam o que comumente chamamos de novo padrão regulatório, tem sido vastamente atravessado por um ideário que lhe é funcional. Este questiona e, portanto, nega, a razão como base para o conhecimento e, mais ainda, para o desenvolvimento da vida social. Trata-se do campo pós-moderno, cuja principal perspectiva é romper com tudo que fora construído pela humanidade a partir dos pilares da chamada modernidade. Mas no que consistiu a modernidade?

1.2.1 – A modernidade e seus desdobramentos

A modernidade constituiu-se numa programática de natureza sócio-cultural, inspirada no projeto da Ilustração. Este se configurou no marco do chamado “século das luzes” e consistiu no que podemos chamar de um episódio do Iluminismo³, enquanto um dos projetos de caráter macroscópico para o ocidente, que buscava um novo sentido de homem e de humanidade. A Ilustração pautou-se na perspectiva iluminista, cuja característica central é a existência de uma dimensão racional, pois é somente pela via da razão que se pode entender e intervir sobre a vida social. É neste sentido que para o pensamento moderno, o mundo em seus espectros – natural e social, não é um caos (é importante sinalizar que tal perspectiva não é homogênea entre os ilustrados), mas um sistema que possui conexões causais – causalidades. O mundo, portanto, é um sistema (que não é casual ou aleatório), regido por leis que lhe são imanentes, como por exemplo, as leis da física. Tal legalidade não depende nem do conhecimento, nem tão pouco da pura ação dos homens. É possível a estes, sim, através do pensamento científico, reproduzir idealmente tais leis e delas se apropriar em seu benefício. O conhecimento racional deve ser, portanto, passível de crítica, argumentação e revisão, bem como comunicável a outrem.

Assim, considerando alguns autores que vêm estudando a conformação do projeto moderno de civilização, como Rouanet, este se pautou em três características auto-implicadas – a universalidade, a individualidade e a autonomia.

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente das barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade (...). A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993, p.9)⁴.

³ O Iluminismo é considerado um projeto transistórico, pois atravessa quadros societários distintos, mantendo características originais e assumindo outras novas conforme o movimento da história.

⁴ A presença da autonomia no ideário ilustrado nos aponta dois elementos importantes: primeiro refere-se ao papel assumido pela educação, que se torna fonte da emancipação; o segundo que possui implicações

Deste modo, qual foi o programa sócio-cultural da Ilustração? Seu primeiro aspecto está centrado na necessidade do conhecimento racional da natureza⁵, pois somente assim se é possível, para os pensadores modernos, dominá-la e com isso explorá-la de forma otimizada de modo que ela possa servir melhor às carências materiais humanas.

Um segundo aspecto, que tem uma relação direta com o primeiro, diz respeito ao fato de que este conhecimento racional só pode acontecer se for eximida a estrutura social existente, cuja expressão é a Igreja. Faz-se necessário, desta forma, acabar com os mecanismos de censura, bem como garantir o trânsito de idéias e, para tanto, a vida social deve ser redimensionada por uma constituição legal, na qual seja possível a reorganização racional da sociedade, com o intuito de garantir-se igualdade e liberdade individual.

Assim, podemos dizer que o ideário da modernidade projeta-se sobre dois eixos fundamentais e organicamente conectados: por um lado, o fim das carências materiais a partir da exploração racional da natureza; e por outro, a afirmação da igualdade e da liberdade individual. É sobre estes dois eixos que a modernidade se propõe a buscar a felicidade humana⁶.

Um outro traço significativo desta concepção de mundo e da forma de apropriá-lo reside em seu caráter democrático, ou seja, todo e qualquer homem pode ascender a este conhecimento. Imaginem o impacto desse pensamento moderno, em uma época marcada pela idéia de que o conhecimento não é concedido a qualquer um, mas somente àquele que foi escolhido para tal fim. Não é por acaso, que a trajetória moderna é acompanhada por mudanças verificadas nos planos político, econômico e cultural, e é neste sentido que se observa paralelamente à construção e sedimentação desta, a constituição da chamada

econômicas, refere-se ao fato de que se todos podem ascender, pois possuem características humanas capazes disso, a construção ideológica da exploração de um homem sobre outro é tremendamente falaciosa. Tal aspecto redundou em refrações centrais no processo de ascensão burguesa e mais tarde nas revoluções de 1848. É como afirma Rouanet: “A propriedade privada nunca fez parte do repertório de idéias fixas da Ilustração.” (Rouanet, 1993, p.19).

⁵ Este pressupõe o conhecimento da natureza em si, isto é, independente da posição do sujeito.

⁶ Contudo, tal promessa não foi de fato contemplada, tendo em vista que, se de um lado, o progresso material, embora alcançado, não conseguiu ampliar-se sobre o conjunto da humanidade, por outro, não acompanhou a emancipação humana. Tal capitulação, se é que assim podemos chamar, ocorreu segundo seus críticos em função de dois motivos: ou suas promessas eram falaciosas, pois não seria de qualquer forma possível obter simultaneamente progresso e emancipação; ou seus meios foram ineptos para tal alcance. Esta capitulação consiste em uma das críticas sobre as quais a chamada pós-modernidade argumenta – ou seja, a razão moderna é inepta para construir o homem contemporâneo, e de que falaremos mais a seguir.

“revolução burguesa”. Ambos os processos “correm” conectadamente até a burguesia assumir o papel dominante na vida social. Como afirma Coutinho,

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam na atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e de realidade, como totalidade concreta em constante evolução (COUTINHO, 1972, p.11).

Enquanto isso não aconteceu, a burguesia com o intuito de fazer valer seus interesses e projetos, recolheu as prerrogativas e o acervo cultural existentes, e tornando-se com isso a grande legatária das tradições humanistas e do ideário moderno⁷. No entanto, com a queda do Antigo Regime e ascensão da burguesia como classe dirigente e conservadora, passam a coexistir sob forte tensão os interesses desta com aqueles considerados universais, pressupostos originalmente no pensamento moderno (pensemos na igualdade, autonomia, emancipação e liberdade de que já falamos anteriormente). A constituição plena da ordem burguesa, que a tudo precisa submeter a sua lógica, maximiza a razão instrumental⁸ (que se torna quase como sinônimo de mensuração, na qual tudo que é racional/científico, deve ser também mensurável), subordinando então a razão emancipatória. Ou seja, em resumo, a burguesia captura os ideais da Ilustração enquanto são importantes para sua ascensão e os descarta ou metamorfoseia conforme seus interesses pautados sob a lógica regida pela relação custo/benefício.

Em 1848 com a ascensão do proletariado no cenário político, torna-se clara a incompatibilidade entre a perspectiva burguesa e o ideal ilustrado, culminando com a crise deste último a partir da segunda metade do século XIX. A burguesia não somente descarta os elementos progressistas presentes no pensamento moderno, como deforma outros que permanecem, dentre os quais a própria prerrogativa racional.

⁷ É importante notar que a revolução burguesa possui diferentes momentos: no primeiro, a preocupação é predominantemente econômica; já no segundo, observa-se a criação de um bloco que mobiliza forças para a remodelagem do poder político. Este se configura em seu ponto alto - a transformação do Estado.

⁸ Na verdade, não é possível a ausência da dimensão instrumental em uma sociedade complexa, a questão que se põe na ordem burguesa é priorizá-la frente à emancipação.

É neste sentido que observamos um divisor de águas que se estabelece entre duas fases do pensamento filosófico moderno: dos pensadores renascentistas a Hegel e depois com aqueles que se colocam no chamado agnosticismo, bem como no irracionalismo. A partir destes primeiros e, sobretudo com Hegel⁹, verifica-se a elevação dos pressupostos progressistas calcados no humanismo, na prevalência da história e da razão dialética. Reconhecem a existência da contradição, o que se torna um problema quando a burguesia assume a direção social da ordem, pois esta (a contradição) desmonta qualquer iniciativa burguesa de mascaramento do real. A contradição, desta forma, perde seu caráter em si e passa a ser entendida na ordem burguesa como ambigüidade. Esta é uma das características do pensamento racional no capitalismo – a negação da contradição¹⁰.

Outra característica assumida é a negação de que é pelo reconhecimento do aparente que se alcança a essência, esta, sim núcleo central que a análise crítica do real deve percorrer. Na razão burguesa, o aparente em si toma as vezes do real. Cabe ressaltar que, conforme Guerra (1995), toda a reflexão de cunho filosófico instaurada até a passagem para o século XVIII possuía, como eixo central de suas preocupações, a apreensão da essência das coisas. Para além do conhecimento da forma, da aparência fenomênica, os pensadores deste período procuravam se debruçar, não somente sobre como funcionavam as coisas, mas principalmente seu porquê. Com o século XVIII, o rol de preocupações dos pensadores altera seu foco para a intervenção sobre os fenômenos. Torna-se mais urgente a compreensão de como atuar sobre o fenômeno, e com isso, como controlá-lo. Nesta direção, há, no dizer de Guerra (1995, p.55), um “afastamento da reflexão ontológica”.

Na seqüência deste entendimento, verifica-se que a mesma tendência que prioriza o aparente, também privilegia a forma em detrimento do conteúdo, impedindo conseqüentemente o entendimento efetivo da realidade sobre a qual se debruça. A burocratização da vida social, portanto, fetichiza as relações entre os homens, que passam a ser instrumentos das “coisas”; estas, sim, autônomas e parecendo possuir vontade própria.

⁹ Contudo é importante ressaltar que embora Hegel seja o depositário da tradição humanista e progressista (e não é por acaso que Marx parte exatamente da concepção hegeliana), ele também possui no âmago de seu pensamento, elementos que deformam a concepção iluminista original, como por exemplo, a presença marcante do idealismo objetivo e a identidade entre sujeito e objeto.

¹⁰ A existência da contradição no pensamento científico burguês expressa algum equívoco ou lacuna ocorridos ao longo do processo. Para uma análise dos preceitos das chamadas teorias tradicional e crítica, ver HORKHEIMER, 1975.

Como afirma Coutinho (1972, p.29), “a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo que se aplicam. Essa ‘miséria da Razão’ transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana.”

Assim, a metamorfose experimentada pelo pensamento racional com a ascensão da burguesia faz com que este se divida em duas perspectivas diferentes, porém não completamente conflitantes, muito ao contrário. Tratam-se das vertentes inspiradas na chamada razão formal-abstrata, por um lado; e por outro, no irracionalismo.

Por que afirmamos que embora sejam diferentes, ambas as correntes se encontram? Começamos pelo irracionalismo. Para os pensadores irracionalistas, apenas na subjetividade é possível conferir-se a existência de valores autênticos, tendo em vista que a esfera pública ou objetiva, se assim podemos chamar, é mascarada pelos princípios capitalistas, que a tudo subverte. A primazia da subjetividade em alguns autores irracionalistas como Kierkegaard chega quase a religiosidade, ainda que atéia, mas carregada de sentido, na qual “o indivíduo descobre a divindade em si mesmo” (COUTINHO, 1972, p.34). Para ele, não são as mediações identificadas para a captura e elucidação do objeto capazes de nos fazer aproximar da realidade, mas ao contrário, somente pela subjetividade e pelas vivências pessoais se pode alcançar a realidade autêntica.

Já em Dilthey (COUTINHO, 1972), no tocante ao alcance do entendimento frente aos fenômenos sociais, a compreensão é mais reveladora que a explicação, pois esta primeira está diretamente vinculada à subjetividade daquele que compreende, enquanto a explicação apoia-se tão somente na razão; o que nos faz perceber que para as análises baseadas na concepção diltheyana, a verdade é algo difícil ou até impossível de se recolher, pois se o que vale é a compreensão e se cada um compreende de um jeito, ou não há verdade, ou ela está presente por toda parte, dependendo do ponto de vista de cada um. Com isso, depreendemos qual é a fonte de algumas análises pós-modernas atuais, que indicam que tanto o saber popular quanto o científico possuem a “sua” verdade específica.

A supremacia da subjetividade e da intuição¹¹ sobre a razão permeia inúmeros autores que participam da corrente irracionalista moderna – Kierkegaard, Dilthey, Nietzsche,

¹¹ Chamamos a atenção para a diferença existente no entendimento hegeliano, bem como também presente em Schelling no tocante ao sentido da intuição. Para ambos, idealistas, sim, mas objetivos, a intuição não expressa

Heidegger, entre outros. Como afirma Coutinho (1972), em todos estes com breves especificidades, que não nos cabe aqui desenvolver, permanecem as questões de fundo:

uma sublimação filosófica da crítica romântica do capitalismo; denuncia-se a realidade social, considerada fonte de dissolução da subjetividade e de desumanização, ao mesmo tempo em que se rejeita a razão, confundida com as regras formais que predominam nas práxis técnica e burocrática (...) vemos um processo fetichizador: determinadas formas particulares do mundo capitalista, tomadas em sua imediaticidade, são convertidas (...) em 'condição eterna do homem' (COUTINHO, 1972, p.36).

A segunda vertente posta em tela é exatamente aquela que se põe como antagônica ao irracionalismo – a razão formal-abstrata. Para os pensadores oriundos desta matriz como Comte, e depois Durkheim e Lévi-Strauss, a questão principal reside em afastar da análise dos fenômenos qualquer elemento que indique a presença da contradição.

A história não deve se constituir enquanto elemento imponderável para compreensão dos homens acerca do mundo em que vivem, tão pouco a teleologia é importante. Para Durkheim, por exemplo, a intencionalidade presente no ser social deve ser desprezível para o entendimento dos fenômenos, tendo em vista que esta reside no campo da subjetividade, e portanto, desconsiderável diante da postura científica.

A razão, sob a corrente formal-abstrata ou agnóstica (como em Coutinho, 1972), perde completamente seu conteúdo clássico e é totalmente deformada de seu sentido original. Como já mencionado anteriormente, a burguesia, agora classe dominante e dirigente, preocupada em se manter hegemônica frente ao proletariado, precisa de fato travestir o caráter progressista que o pensamento racional significava e conceder a ele uma nova roupagem, capaz de assegurar sua legitimidade. É fácil perceber como tais pensadores¹² trasladam, ainda que involuntariamente, o ideário racional de um pólo a outro, rompendo com qualquer raiz emancipatória, ocultando a essência real dos fenômenos. Como analisa Coutinho,

Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se a conquistar terrenos cada vez mais amplos e através da Razão humana, o miserável racionalismo

puramente as vivências subjetivas dos homens. Ou seja, a intuição para eles não possui aspecto antropomorfizador; ao contrário, a intuição faz parte de um dos níveis de apreensão objetiva do real, ainda que não o único.

¹² A análise marxiana compreende que não há um componente de caráter moral presente nas ações da burguesia e principalmente em seus ideólogos. Na verdade, acreditam que os princípios burgueses sejam de fato os mais corretos e únicos para toda a humanidade. Tomam, como sinaliza Coutinho (1972), a particularidade materializada pela ordem burguesa como se fosse a universalidade em si.

da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer 'limites' ao conhecimento, enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos 'limites do conhecimento'. (...) A 'miséria da razão' é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo capitalista (COUTINHO, 1972, p.38).

Assim, embora ainda existam vários outros aspectos que corroboram a vertente racional formal-abstrata, pensamos ter sumarizado apenas aqueles essenciais para os limites e objetivos deste trabalho, cabe-nos ressaltar, entretanto, como já indicado anteriormente, em que medida as correntes irracionalista e formal-abstrata convergem entre si.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que ambas possuem expressões imediatistas diante do real e não superando o caráter aparente, não conseguem alcançar sua essência.

Exatamente por não objetivarem o alcance da essência, também não favorecem o entendimento da totalidade dos fenômenos reais, muito pelo contrário, consideram que tal preocupação não pode se constituir em objeto de pesquisa por ser simplesmente inacessível. Tanto as correntes irracionalistas, quanto aquelas apoiadas no racionalismo formal-abstrato, delegam ao campo do pensamento agnóstico tudo aquilo que se põe como problema de cunho ontológico.

Assim, torna-se mais fácil compreendermos o caldo cultural que antecede o chamado campo pós-moderno atual. No entanto, é importante destacar que as condições históricas, feitas pelos homens, incidem diretamente sobre seu agir e pensar, de modo que o irracionalismo, a partir de seus principais expoentes, apenas tomou força em um contexto repleto de contradições. Tratava-se do cenário posto ao mundo especialmente na primeira metade do século XX, quando somente uma análise pautada na razão dialética poderia explicar, que verificamos a impulsão do novo irracionalismo. Tão logo, a ordem burguesa retoma sua estabilidade no segundo pós-guerra, as correntes passam a disputar espaços com perspectivas de caráter racionalista, como foi o caso do estruturalismo.

É neste sentido, considerando o movimento sócio-histórico do qual somos partícipes, que circunscrevemos a existência do campo pós-moderno na atualidade, renovando velhos, porém nunca totalmente esquecidos preceitos e argumentos.

1.2.2. O campo pós-moderno em questão

Podemos iniciar tal discussão afirmando que a crítica que se põe à modernidade não é algo recente, mas já existente desde o século XIX no bojo do que podemos chamar de irracionalismo, isto é, para aqueles que não entendiam a razão como ferramenta de compreensão do mundo, a perspectiva de modernidade era portadora de um problema em seu âmago. A partir da negação de qualquer tipo de teoria social, para os irracionaisistas as determinações sociais apenas podem ser entendidas quando observadas com os olhos da estética e das artes. Trata-se, ainda neste momento, do chamado antimodernismo, que certamente trouxe alguma simpatia e inspiração aos pós-modernos.

A crítica à modernidade é, assim, antiga. Para Weber, citado por Harvey,

O projeto de modernidade nunca deixou de ter seus críticos. Edmund Burke não fez nenhum esforço para esconder as suas dúvidas e o seu desgosto com os excessos da Revolução Francesa. Malthus, rebatendo o otimismo de Condorcet, mostrou a impossibilidade de um dia se escapar das amarras da escassez natural e da necessidade (HARVEY, 1992, p.25).

Segundo Harvey, já no século XX, o pensamento weberiano também demonstrava preocupações frente ao ideário moderno, visto que para este,

a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Mas, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade proposital-instrumental. Esta forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até as artes. O desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma 'jaula de ferro' da racionalidade burocrática da qual não há como escapar (HARVEY, 1992, p.25).

Contudo, o debate da pós-modernidade, tal como este tem se estendido atualmente, remonta de 1979 com a publicação do relatório e depois livro de Lyotard (1994), intitulado *A condição pós-moderna*. Neste, Lyotard empreende um debate de natureza epistemológica acerca das condições contemporâneas para a construção do conhecimento, chegando a conclusão (óbvia se partirmos da compreensão dos princípios que norteiam a ordem burguesa) de que este último possui valor de troca, pois é permeado por valores mercantis. Para o

referido pensador, os fundamentos que sustentavam a produção do conhecimento baseado no meta-relato ou meta-narrativa derruíram nos anos 60/70¹³.

Mas qual foi o caldo sócio-cultural que passou a inspirar o vasto leque de pensadores neste período? Sem querer nos estender em demasia, é importante sinalizar que o cenário que despontou no chamado pós-68 não foi nada animador para aqueles que defendiam a construção de um mundo pautado na razão moderna; e de fato acabou por intensificar para alguns a idéia de derrota daquilo que se convencionou chamar de modernidade, na medida em que concentrou o desenvolvimento de três crises praticamente simultâneas: o fim do “terceiro-mundismo”, no qual não havia mais a esperança de que algum país deste bloco se tornasse de fato uma potência mundial e, principalmente, que pudesse detonar algum momento revolucionário; o esgotamento do padrão compensatório pautado no Welfare State; e por último, o colapso do socialismo real. Os três eventos acenaram para a impossibilidade de construção de uma ordem alternativa ou menos selvagem para o capitalismo, por um lado; e por outro, desmontaram a perspectiva moderna de criação de um mundo justo e universal. É na esteira destes acontecimentos que poucos intelectuais resistiram em face de outros inúmeros que se renderam e/ou aderiram e/ou mudaram suas bases de entendimento, afirmando que os paradigmas anteriores não explicam mais o movimento e a complexidade da vida social. Logo, é necessário criar-se um novo paradigma que traga novas respostas¹⁴.

Assim, enquanto para os modernos as grandes narrativas expressavam a preocupação central de se alcançar a totalidade ou pelo menos se aproximar dela, para Lyotard, o conhecimento não pode pretender ser a verdade em si, mas apenas a retórica, daí a importância da linguagem e da persuasão para se construir consensos¹⁵.

¹³ Cabe aqui chamar a atenção para o cenário vivido no período que envolve os anos 60/70, mais precisamente 1968, ou seja, dez anos antes de Lyotard publicar suas idéias pós-modernas. Em 1968, a existência de uma série de acontecimentos, aparentemente locais, expressaram efetivamente a possibilidade de construção de um mundo novo. Nas palavras de Netto, “68 foi o terremoto que permitiu vir à tona anseios, desejos, projetos que pareciam derruir a ordem burguesa (...). Doze meses depois, (...) daí para frente, a palavra revolução perdeu tonicidade e ganhou sentido de utopia. Primeiro, ela foi deslocada para utopia, depois no final do século, parece que sucumbia e na esquerda emerge a expressão ‘reinventar a utopia’”. (Transcrição de aula do Professor José Paulo Netto, em 21 de maio de 2002, durante a disciplina Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social – PPGSS/UFRJ).

¹⁴ É neste âmbito que se identifica o fortalecimento da chamada “nova esquerda”.

¹⁵ Cabe aqui o resgate, ainda que breve, acerca do debate sobre os paradigmas dos anos 50/60, que possui em Thomas Khum (1972) seu ponto alto com a publicação da obra – A estrutura das revoluções científicas. Nesta obra, entende-se por paradigma o conjunto de normas, ritos e métodos que tornam consensuais determinadas

Lyotard publiciza, então, aquilo que outros irão fazê-lo, constituindo no chamado “campo pós-moderno”, sob o qual gravitam várias concepções e autores. Um deles é Vattimo (1994), grande expressão da pós-modernidade, para ele há um processo de franca semiologização da realidade social, pois embora a dimensão simbólica tenha estado sempre presente em diversas análises das chamadas ciências humanas, o mundo contemporâneo (permeado pelo avanço das comunicações e das tecnologias da informação) é mais do que nunca composto por imagens. São elas que organizam as informações necessárias à percepção dos homens frente ao mundo em que vivem. A realidade consiste, desta forma, em um mundo de sentidos e de símbolos, que não existe independente dos homens, mas a partir das representações que se faz dela. Não há, portanto, nenhum envolvimento racional nesta direção, muito ao contrário, o mundo é em si igual a representação simbólica.

Assim, embora possa parecer um despropósito, principalmente para aqueles que ainda acreditam numa perspectiva racionalista e histórica de se entender o mundo, a tendência pós-moderna tem avançado e muito. Um pensador bastante conhecido e lido também no âmbito do Serviço Social é Boaventura Sousa Santos (2000). Para o referido autor, diante das crises do Welfare State e do socialismo real, torna-se muito difícil a previsão ou constituição de qualquer projeto societário, tal como se construiu a modernidade. Contudo, é possível superar tal dificuldade quando ela se aplica ao campo epistemológico.

Boaventura Sousa Santos, embora se coloque favorável às metas que a modernidade original e legitimamente pretendia alcançar, afirma que seus meios se mostraram ineficazes. Tal ineficácia se assenta para o autor, basicamente, em alguns aspectos, que sucintamente, expomos a seguir: o primeiro deles é o entendimento que as ciências da natureza e as sociais, segundo ele, não são ontologicamente diferentes, pois a natureza é uma categoria social, ou seja, “todo conhecimento científico-natural é científico-social. Este passo epistemológico é um dos mais decisivos na transição paradigmática que estamos a atravessar” (SANTOS, 2000, p.89). O segundo aspecto, que possui uma relação intrínseca com o primeiro, refuta a

formas de solucionar um problema científico. Sempre que determinado paradigma não responde mais às questões antes a ele aplicadas, pode-se dizer que tal paradigma entrou em crise, fazendo com que a ciência perca sua “normalidade” habitual e a deixando em suspenso até que um novo paradigma passe a vigorar. O interessante na proposta de Khum é que a maneira como um paradigma assume ou perde sua validade, depende diretamente do aval da comunidade científica, o que por sua vez deixa claro a incidência de determinados interesses na construção ou não da legitimidade do paradigma. Embora Lyotard não aponte em sua obra especificamente tal perspectiva, é exatamente tal ideário de paradigma que nela está implícito.

prioridade atribuída pela modernidade ao conhecimento científico. Para Boaventura Sousa Santos, o saber popular não é um conhecimento inferior.

Assim, é no dizer do próprio autor que ambos elementos são clarificados,

podemos afirmar hoje que o objeto é a continuidade do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento emancipatório é autoconhecimento. Ele não descobre, cria. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor, não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante da mesma explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade. Nada há de científico na razão que hoje nos leva a privilegiar uma forma de conhecimento baseada na previsão e controle dos fenômenos (SANTOS, 2000, p.84).

Um terceiro aspecto relaciona-se ao entendimento que Boaventura Sousa Santos faz do que seja verdade. Enquanto a modernidade pautou-se na compreensão de que pela razão era possível se alcançar a verdade efetiva, para ele, a chamada pós-modernidade postula que a verdade em si não existe, o que há, na realidade, são consensos estabelecidos a partir de uma comunidade de sujeitos acerca de determinado fenômeno. É muito mais importantes, assim, um bom discurso e argumento, do que a busca da verdade em si.

O que está em jogo não é uma decisão sobre a validade das novas descobertas, mas a existência ou não de uma nova percepção de realidade. Assim, a questão será decidida, em última análise, através da força dos argumentos que os grupos utilizem, dentro da comunidade relevante, em defesa de uma determinada percepção global (SANTOS, 2000, p.98).

Portanto, se não é possível a construção de uma verdade, tão pouco será de uma razão que se pretenda macro-histórica. Boaventura Sousa Santos defende assim a existência de “mini-racionalidades”, que transitam no espaço privado/doméstico, e que de certa forma conferem racionalidade àquilo que comumente chama-se “senso comum”. Contudo, embora possa possuir um caráter mistificador e/ou mistificado, para pós-modernidade, o “senso comum” assume um status fundamental na produção do conhecimento, visto que,

O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos (...). O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas por isso mesmo, é exímio em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. (SANTOS, 2000, p.108).

São muitos outros os autores que, no limite, transitam na perspectiva pós-moderna, contudo optamos em nos limitar somente a alguns e, sobretudo a Boaventura Sousa Santos, em função dos limites deste trabalho e no caso deste último, em virtude da aceitação que este possui entre os assistentes sociais. No entanto, cabe-nos ressaltar que os aspectos aqui apenas sumariamente tratados que envolvem o atual pensamento pós-moderno deixa-nos claro seu perfil fortemente ideológico à medida que parece não conhecer, ou pelo menos não seja essa a preocupação dos pensadores deste campo, os fundamentos que permeiam e vitalizam a ordem burguesa, e, neste sentido, acabam por transferir a crítica dos moldes capitalistas à um problema de ordem epistemológica e cultural. Deste modo, a pós-modernidade cria uma imagem falsa daquilo que é real, tendo em vista que não consegue ultrapassar a aparência dos fatos.

Além disso, não compartilham de nenhuma perspectiva assentada na idéia de causalidade, pois refutam a existência de determinismo, confundido com “finalismo histórico”. Não entendem que o caráter teleológico (que expressa a finalidade) está presente na ação dos homens e não no desenvolvimento da história. A história não é determinada previamente, mas construída por homens que nascem sob condições, aí sim, já estabelecidas pelas gerações anteriores. A existência dessas condições, todavia, não impede os homens de alterarem o rumo da história, mas apenas demonstra sobre que bases irão atuar.

Outro aspecto também presente nas composições pós-modernas é a clara ruptura com o universalismo em nome do “direito à diferença”, cujo argumento é de que o universal oprime o singular. Compartilhamos com a percepção que diante da injustiça social existente em vários países, entre eles o Brasil, como reafirmar direitos universais, se a prioridade for do singular? Já de outro modo, como se opor ao sectarismo, ao xenofobismo, se defendermos a primazia do que é local? Não se trata de se eximir a instância da singularidade, mas relacioná-la à universalidade a partir das diversas mediações que se põem ao longo deste percurso. Só assim se é possível alcançar, não a singularidade, mas a particularidade.

Verificamos, desta forma, que diante dos aspectos que conformam a pós-modernidade, nada sobra da Teoria Social Moderna, na qual era patente o predomínio da razão em busca de uma verdade objetiva. Como construir uma “nova teoria social” da pós-modernidade, face ao

colapso do projeto ilustrado? Para os pensadores pós-modernos, tal problema já lhes parece resolvido. Embora não centrada em uma razão moderna que possua ou tente possuir um caráter macroscópico, a “teoria da pós-modernidade” deverá ser baseada em três eixos centrais: o primado da intuição, o fortalecimento do holismo e o empirismo. Os três reforçam a negativa a qualquer tendência que leve a grande narrativa, apóiam-se na descrição em detrimento da análise e acabam por imputar o irracionalismo nas suas acepções. Trata-se, sem sombra de dúvida ou engano, de vários passos para trás ou nas palavras de Eagleton (1998, p.118), “o pós-modernismo não é, por certo, apenas uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do ocidente”.

2 – CONSEQÜÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO CENÁRIO ATUAL

Até aqui tentamos apresentar o cenário que vem se construindo ao longo da segunda metade do século XX e se aprofundando neste novo século que desponta. E é a partir da compreensão deste contexto que nossas preocupações se dirigem ao Serviço Social, uma vez que este tem se mostrado, como todas as demais profissões, sensível a este quadro.

A questão de fundo que se põe, ao nosso ver, é: *diante deste conjunto de aspectos desenvolvidos nos itens anteriores que conformam o cenário atual, quais tendências se apresentam ao Serviço Social no que tange a dois fatores centrais – 1. Sua inserção e permanência no mercado de trabalho; 2. A percepção e trânsito das atuais tendências ideoculturais no interior da categoria profissional.*

Quanto ao primeiro fator apontado, é claro que os assistentes sociais sofrem e compartilham das mesmas angústias e dificuldades sentidas pelos demais trabalhadores. Ademais, se lembrarmos que o Estado, agora em franco processo de redução de funções, ainda é e sempre foi o principal empregador dos assistentes sociais, a situação torna-se bastante dramática do ponto de vista da contratação de novos profissionais na esfera pública, sob a condição estável de servidores, sobretudo a federal. Contudo, vale ressaltar que tal fato tem gerado uma tendência à contratação de profissionais nos pequenos municípios do interior, o que, se por um lado, significa uma alternativa para as novas gerações recém-formadas; por outro, o número de vagas por município geralmente é pequeno e os cargos oferecidos com

baixos salários, obrigando os jovens profissionais a buscarem um número sem fim de concursos e seleções.

Outras possibilidades de inserção no mercado surgem ao Serviço Social, como por exemplo a entrada desse profissional nos diversos Conselhos previstos na legislação em vigor como os Conselhos de Saúde, de Assistência, da Criança e Adolescente e etc. Já outro campo que merece destaque, refere-se à gestão pública, no qual os assistentes sociais, a despeito da histórica função de “executor terminal das políticas sociais” (NETTO,1996a) têm ocupado espaço na gestão dos programas sociais, competindo com outros profissionais. No entanto, cabe ressaltar que muitos destes cargos possuem o caráter temporário, mantendo-se somente enquanto durar o programa ou conforme as intenções governamentais, não havendo, desta forma, perenidade nas ações e nem tão pouco transmitindo segurança ao profissional.

Outra área que tem contratado os assistentes sociais é o chamado “terceiro setor”, que diante da programática neoliberal de minimização do papel do Estado como principal prestador dos serviços sociais, tem assumido alguns setores deste segmento. Vale ressaltar que em algumas situações, o Estado contrata determinado projeto (ou o desenvolve em parceria) de uma determinada ONG e é a partir desta relação que os profissionais são selecionados e “empregados”. Ou seja, a relação de trabalho é construída em padrões extremamente precários, sem nenhuma garantia de prorrogação do contrato ao fim do projeto. Como se pode perceber, a terceirização e a precarização das relações de trabalho, que assolam a todos os trabalhadores em potencial, também atingem os assistentes sociais.

Na esfera privada, outro campo de atuação que vem crescendo e merece nossa atenção é a proliferação do que comumente se convencionou chamar de “filantropia empresarial” ou “responsabilidade social”, que consiste na tentativa de ação social por parte das chamadas empresas “solidárias”. No entanto, não se trata daquela filantropia altruísta e de fato afeita às “vicissitudes humanas”, mas com objetivos diferentes da caridade tradicional. Na verdade, tais empresas estão, conforme Iamamoto (1998, p.127), “em busca de uma melhor imagem social, de ampliar vendas e conquistar mercado, (...) com a vantagem de usufruírem dos estímulos oferecidos pelo incentivo fiscal de 2% sobre o lucro operacional”. A lógica, portanto, que move estes empreendimentos nada tem a ver, nem com a pura preocupação com o bem-estar do próximo, e nem muito menos com as conquistas constitucionais pautadas na universalidade de direitos e controle da sociedade sobre a gestão e aplicação de recursos,

muito pelo contrário, tais programas expressam a lógica de mercado, no qual sai com vantagem aquele que possui as estratégias mais competitivas e, diga-se de passagem, mais criativas.

Isto significa que do ponto de vista do mercado profissional, tal campo também não pode representar maior estabilidade aos assistentes sociais, pois depende da disposição da empresa em manter ou não os investimentos nos programas em questão, os quais por sua vez devem estar diretamente submetidos à lógica do custo x benefício.

Neste sentido, um rápido giro pelo mercado profissional nos mostra que tais como os demais trabalhadores, os assistentes sociais também estão sofrendo todos os impactos impostos ao mundo do trabalho pelo atual padrão regulatório em curso, o que nos reforça a necessidade de nos debruçar sobre velhos desafios. "Velhos" porque, na verdade, expressam a antiga busca (pelo menos mais clara depois do processo de Reconceituação) do Serviço Social por maior capacidade de resposta às demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Assim, Iamamoto (1998) sugere que para a apreensão e enfrentamento do cenário atual, marcado pelos aspectos já tratados anteriormente, faz-se necessário uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica para construir alternativas, sem desconsiderar o caráter interventivo da profissão, o que exige o aperfeiçoamento técnico-operativo. O lugar e o papel do instrumental, tema que sempre pareceu prioritário para a categoria em detrimento do conhecimento teórico-metodológico, precisa ser redimensionado para que não corramos o risco do tecnicismo de um lado, ou do teorismo do outro.

Além disso, há de se buscar o efetivo engajamento político nos movimentos sociais e reconhecimento da dimensão política da profissão. Contudo, nos alerta Iamamoto (1998), que a afirmação deste pressuposto sem a devida fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa para decifrar os processos sociais, consiste em um equívoco já amplamente discutido no interior da categoria, dada a possibilidade de, como nos anos 70, encaminharmos ao politicismo ou militantismo e, por conseguinte, a posturas messiânicas e voluntaristas. Para Iamamoto

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p.52).

Na verdade, o próprio padrão flexível exige de todos os trabalhadores, incluindo o assistente social, muito mais do que a execução das tarefas, mas a participação do trabalhador na condução e otimização do processo e na compreensão e solução de seus eventuais pontos de estrangulamento. É necessário, portanto, um trabalhador capaz de pensar, propor e planejar. No caso do assistente social, conforme Iamamoto (1998), isso por sua vez exige o rompimento com a relação utilitária com a profissão, limitada à burocracia e ao cumprimento de horários. O exercício da profissão implica saber propor, negociar com a instituição, defendendo seu espaço de trabalho, suas atribuições e direitos profissionais. Para Iamamoto,

as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 1998, p.21).

No entanto, embora as possibilidades de fato existam materialmente na realidade, pois caso contrário deveríamos nos contentar com o “fim da história”, não acreditamos que estejam claras, nem tão pouco sejam facilmente percebidas pelos profissionais¹⁶. Tal entendimento parte principalmente da consideração de que as dificuldades impostas pelo desemprego e pela redução do número de postos de trabalho na esfera pública e privada têm estimulado os trabalhadores de uma forma geral, e o assistente social em particular, a disputar entre si as possíveis e/ou eventuais vagas ainda existentes, rompendo com qualquer iniciativa que expresse a tão necessária solidariedade de classe e com isso acirrando a competição e o individualismo, qualidades tão presentes no ideário burguês voltado ao alcance do sucesso profissional. Com isso, a saída passa a ser a busca por soluções individuais pela via da qualificação e da afirmação das competências. Torna-se “empregável” aquele que possui a melhor resposta e que, por conseguinte, está mais “afinado” com as demandas atuais.

Assim, diante do quadro do “salve-se quem puder”, das atuais imposições da empregabilidade e da tradicional dificuldade da categoria em apreender o papel e a natureza da teoria e sua relação inseparável com a prática, enfraquecendo, deste modo, a construção de estratégias para o efetivo exercício profissional, assiste-se o fortalecimento da procura por “novos aportes teóricos”, francamente assentados no chamado “campo pós-moderno”, cujas

¹⁶ Faz-se necessário ressaltar que tal inferência não consiste no resultado de nenhuma pesquisa formalmente empreendida por nós, mas é fruto do contato muito próximo com graduandos e profissionais de Serviço Social.

características elementares foram apontadas no item anterior deste ensaio, o que nos facilita identificar em que medida tais aportes já estão presentes em algumas produções do Serviço Social e no discurso de alguns de seus atuais e antigos atores.

Em nome do “afinamento” com os novos tempos e com pluralismo, ou melhor dizendo, com uma apreensão equivocada do que ele representa, observa-se a volta e a reafirmação de antigos valores e práticas presentes no Serviço Social¹⁷. E aqui residem, ao nosso ver, sérios riscos para o Serviço Social brasileiro. Mas de que tipo de riscos estamos exatamente falando? Podemos identificar, em última análise, dois que nos parecem graves e auto-implicados: o fortalecimento do conservadorismo e a possibilidade de esvaziamento dos princípios ético-políticos, o que tentaremos fundamentar a seguir.

Historicamente a trajetória do Serviço Social foi marcada pelo forte vínculo com a tradição conservadora, seja oriunda da Igreja Católica, seja do pensamento laico. Tal vinculação, por sua vez, não se deu por acaso, mas era necessária para a forma como os profissionais de Serviço Social deveriam encaminhar suas ações junto à “clientela”. Necessária para a correspondência desta profissão com os interesses da ordem burguesa (pois é neste sentido que se configurava como um dos instrumentos legitimadores desta ordem) e para a construção de sua auto-representação. Ou seja, se partimos do entendimento que esta profissão apenas se constituiu como tal em função de uma determinada forma de enfrentamento das seqüelas da “questão social” por parte da esfera pública, e se compreendemos que no capitalismo o Estado é comumente capturado pelos interesses burgueses, não é de se estranhar que o Serviço Social sofresse a influência do pensamento conservador. Assim, na esteira deste entendimento, torna-se bastante clara a maneira como os assistentes sociais encaminhavam suas ações profissionais frente às demandas existentes – diante dos “problemas sociais”, a intervenção profissional devia tomá-los como problemas individuais, de fundo moral e/ou psicológico, cujo “tratamento”, pautado no relacionamento assistente social/cliente, objetivava a mudança comportamental. Isenta da dimensão política que gera a “questão social”, a abordagem psicossocial tornava suas expressões um problema oriundo de um comportamento psicologicamente perturbado ou desviante.

¹⁷ Neste sentido, sugerimos visitar o site da Federação Internacional de Trabalho Social – FITS: www.ifsw.org/espanol.htm

No entanto, é no dizer de Guerra, que entendemos que, “se a psicologização das relações sociais se expressa como individualização da questão social, transformada em problemas pessoais, essa forma é apenas uma dentre outras maneiras de o pensamento conservador conceber a questão social” (GUERRA, 2001, p.264). Ainda, conforme Guerra, “à psicologização das relações sociais o positivismo acrescenta sua naturalização” (GUERRA, 2001, p.265).

É, portanto, desta forma que a postura e a prática hegemônica dos assistentes sociais frente às seqüelas da “questão social”, durante cinquenta anos (se tomarmos como referência a criação da primeira Escola no Brasil em 1936 até a consolidação do Código de Ética de 1986), foram pautadas pela combinação dos seguintes aspectos: a psicologização, a moralização e naturalização. E com isso, conforme Guerra, “os conhecimentos e os valores no Serviço Social são retirados de campos diferentes. (...) Não obstante, compatíveis com a manutenção da ordem social” (GUERRA, 2001, p.272). O ecletismo configura-se, portanto, em um velho problema para o Serviço Social, recriado em tempos atuais, como se fosse um recurso ao pluralismo.

Na verdade, além do ecletismo, do apelo às abordagens psicossociais – terapêuticas ou “clínicas”, à perspectiva holista e intuitiva, na qual o conhecimento teórico não permite entender a realidade¹⁸, recupera-se hoje a herança conservadora que perseguiu o Serviço Social ao longo de muitas décadas. No entanto, para aqueles que apregoam o fim ou a falência da modernidade, trata-se não de um retorno à herança cultural conservadora, mas da necessária articulação do Serviço Social com os tempos atuais, e estes já sabemos como têm se configurado em termos políticos, econômicos e ideoculturais – a apologia da lógica do mercado com o incentivo de respostas privadas para questões de alcance público; o enfraquecimento de todos os mecanismos que se fundamentam na democracia e o fortalecimento do efêmero, do superficial, do aparente e descartável a despeito daquilo que compõe a essência do real. É exatamente, neste sentido, que localizamos um segundo risco ao Serviço Social: a transformação dos princípios ético-políticos vigentes em abstrações vazias de sentido.

¹⁸ Para tal perspectiva reside, em última análise, a máxima de que “na prática, a teoria é outra”, e sendo a realidade suficientemente rica, nenhuma teoria é capaz de expressá-la idealmente. A verdade depende, portanto do “olhar” de cada um.

Inicialmente é importante dizer que o debate sobre o chamado projeto ético-político é recente – percebido somente nos anos 90, embora suas bases geradoras estejam presentes no âmbito profissional desde meados dos anos 70, com o processo de Renovação e mais especificamente com a “intenção de ruptura” (NETTO, 1991a), que por sua vez possibilitou a construção de um novo projeto de profissão¹⁹, cujo amadurecimento se deu apenas nos anos 80, com a implantação do currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Um projeto profissional, exatamente por estar vinculado a uma determinada programática societária, não pode eximir-se da dimensão política. Expressa, portanto, aquilo que queremos ser como seres sociais e políticos que somos e que funções desejamos desempenhar na sociedade. Conforme Netto,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos básicos (...) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

Contudo, estando nosso projeto profissional em confronto direto com o modelo de acumulação vigente, é compreensível que tenhamos dificuldades que absolutamente não se situam no projeto em tela, como alguns defendem e acusam-no, mas na própria contraditória estrutura capitalista. Assim, uma leitura falaciosa da realidade pode gerar em determinados segmentos da categoria profissional, o sentimento de que o projeto profissional em questão não corresponde às demandas atuais em função de sua própria direção social estratégica, esta proporcionada por uma vinculação teórico-metodológica e política inadequada e obsoleta.

Na verdade, uma análise criteriosa das condições e bases que geraram o atual projeto profissional, e, por conseguinte, os princípios ético-políticos que norteiam o Código de 1993, mostra que foi exatamente em função do reconhecimento por parte da categoria profissional de sua tradicional e orgânica vinculação com os interesses dominantes e que, em

¹⁹ Cabe ressaltar que o projeto profissional, o qual nos referimos possui uma estreita relação com um determinado projeto societário, pois “a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para alcançá-la” (NETTO, 1999, p.93). Ou seja, nosso projeto profissional possui uma intrínseca relação com uma determinada perspectiva de sociedade, que supera o atual padrão capitalista de sociabilidade.

consequência disso, era imperiosa a necessidade de romper com tal herança conservadora, que a categoria profissional, enquanto sujeito coletivo, decidiu, ainda no “apagar das luzes” da ditadura em 1979, exprimir esta ruptura (ainda que fosse somente na intenção). É claro que esta tomada de decisão só ocorreu e foi viabilizada por um conjunto de fatores histórico-conjunturais que não nos cabe aqui retomar, mas o fato é que o Serviço Social brasileiro optou a partir daquele momento por trilhar um caminho diferente, de fato comprometido com os interesses e problemas dos usuários de seus serviços, e não mais como uma “pseudo-ajuda” no campo da mudança do comportamento, conforme havia permanecido durante várias décadas. Isso nos impele pensar que a defesa do perfil profissional anterior (ainda que travestido hoje de uma nova aparência) seria um retrocesso a esta lúcida decisão.

Contudo, o atual projeto profissional não impediu que as históricas tendências conservadoras fossem completamente eliminadas do interior da categoria (até porque o ambiente democrático possibilita a convivência de diferentes correntes de pensamento), embora tenha conquistado a hegemonia. E é exatamente essa hegemonia que pode ser ameaçada em função de dois fatores centrais, ao nosso ver: em primeiro lugar, um rápido giro sobre algumas produções e debates internacionais no Serviço Social nos mostra que a ruptura com o conservadorismo, embora seja hegemônica no Brasil, não está equacionada exatamente desta forma em outras partes do mundo (na verdade, nunca estiveram)²⁰. Além disso, se fortalece no Brasil algumas tendências que transitam dos princípios que fundamentam o projeto ético-político atual, tomando-os inclusive como defesa a esta postura, às abordagens psicossociais e terapêuticas, como se estivéssemos falando da mesma coisa.

Em segundo lugar, o contexto de crise que gera desesperança política e cultural, abre o flanco para soluções “pós-modernas”, que a tudo dissolve no irracionalismo, e restitui em novos discursos e práticas o apelo ao individualismo materializado na auto-ajuda, na auto-estima, à forma em detrimento do conteúdo, ao holismo em substituição a universalidade e a verdade em nome do “ponto de vista” ou do “olhar”.

Contudo, embora os homens nasçam sob condições objetivas, as quais não podem diretamente escolher, eles podem com certeza sobre elas intervir. É isso que torna a história um processo, que não é finalista e muito menos fatalista. Nesta direção, Netto (1999) aponta que, apesar de todos os percalços e possíveis armadilhas que a contemporaneidade tem

²⁰ Esta perspectiva nos parece clara em face de leitura criteriosa de alguns textos presentes em Guerra (2001).

apresentado à classe trabalhadora em geral, que o projeto profissional atual, e por conseguinte, o ético-político tem futuro, pois, diz ele – “vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social brasileira” (NETTO, 1999, p.106). Portanto, a defesa do projeto ético-político profissional faz-se absolutamente imprescindível na contemporaneidade, sem, contudo, perdermos de vista que sua efetividade exige mais do que a intenção de uma categoria profissional, mas a luta coletiva por uma nova ordem societária.

CONCLUSÕES

A análise da realidade a partir de lentes marxianas tem nos deixado evidente que na ordem burguesa não há outra maneira, pelo menos formalmente aceita e legitimada, de sobrevivência que não seja pela via do trabalho assalariado. Tal condição tem submetido a classe trabalhadora a uma série de adversidades, sobretudo se partirmos da atualidade, na qual vivencia-se a ruptura com o padrão de assalariamento construído especialmente a partir do segundo pós-guerra, trazendo precarização, insegurança e desemprego.

A solução disso, nos marcos da racionalidade burguesa, não pode ser coletiva, mas individual, cabendo aos próprios trabalhadores buscarem a qualificação, preferencialmente através dos cursos universitários. A corrida pelas universidades, tão estimulada pela necessidade de empregabilidade, conflui com o desmonte das instituições públicas, obrigando os trabalhadores a se submeterem aos cursos privados que se multiplicam. Nestes a pesquisa não é incentivada, nem para o corpo discente, nem ao docente, majoritariamente “horistas”.

Assim, diante deste quadro, no qual a prioridade da graduação é encontrar um emprego o mais rápido possível (nesta direção é comum os alunos desejarem antecipar disciplinas com o intuito de terminar mais cedo o curso, mesmo se isso levar à quebra da lógica curricular), sem a preocupação com a investigação e a produção do conhecimento; e a exigência do mercado se põe, no dizer de Simionato (1999, p.89) em, “ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência da técnica”, as possibilidades da reatualização de práticas conservadoras existem e se fortalecem.

Neste sentido, é ainda Simionato que nos alerta que,

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas perspectivas teóricas distintas: a que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.(...) O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, dentre outros fatores, das opções teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão no limiar do século XXI (SIMIONATO, 1999, p.89).

Com efeito, o que se põe à categoria profissional é uma escolha clara – manter a hegemonia do projeto profissional a duras penas conquistada ou abraçar tendências pautadas nas abordagens comportamentais, psicossociais, voluntaristas, e para usar um termo muito em moda hoje em dia, holista. A escolha consciente entre uma ou outra perspectiva profissional apenas pode se dar a partir do profundo investimento em formação profissional (incluindo os graduados), e aí é imprescindível o papel da universidade e das entidades da categoria.

ABSTRACT

The article reflects upon the challenges of current Social Work, in light of the new stage of capital development, whose consequences may be observed in the changes in the workplace, and in the role of the State and the strengthening of post-modern tendencies.

Key words: labor, State, modernity, post-modernity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FILGUEIRAS, L.H.G. Modernidade versus pós-modernidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.53, 1997.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e serviço social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.69, 2002.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As racionalidades do capitalismo e o serviço social. In: MOURO, H.; SIMÕES, D. (orgs.). *100 anos de serviço social*, Coimbra: Quarteto, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Os Pensadores: Adorno, Horkheimer e Habermas*. São Paulo: Abril, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KHUM, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, Jose Paulo. Notas sobre marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.4, 1991a.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. Transformações societárias: notas para uma análise prospectiva e perspectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.50, 1996a.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

ROUANET, Sergio. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.29 – 50.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999, p.77 - 90.

SOUZA, Adryanice Angélica S. de. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.51 – 81.